

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Celia Regina Henriques**

**Entre o aconchego e os detalhes do cotidiano:  
a relação pais e filhos adultos**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro  
Março de 2009



**Celia Regina Henriques**

**Entre o aconchego e os detalhes do cotidiano:  
a relação pais e filhos adultos**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profª. Terezinha Féres-Carneiro**  
**Orientadora**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profª. Andrea Seixas Magalhães**

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

**Prof. Bernardo Jablonski**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profª. Teresa Cristina Othenio C. Carreteiro**

Departamento de Psicologia – UFF

**Profª. Maria Lúcia Rocha Coutinho**

EICOS - UFRJ

**Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade**

Coordenador Setorial de Pós-Graduação  
e Pesquisa do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, / /2009

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

## **Celia Regina Henriques**

Graduada em Psicologia Clínica pela Universidade Santa Úrsula (RJ). Especialização em Terapia Familiar pelo Instituto Mosaico (RJ) e Minuchin Center (NY). Membro titular da Associação de Terapia Familiar do Rio de Janeiro, ATF-RJ. Mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio. Bolsista por seis meses na Université Paris 5-Descartes (Paris, Fr.). Trabalha como terapeuta de famílias e casais em clínica privada (RJ)

### Ficha Catalográfica

Henriques, Celia Regina

Entre o aconchego e os detalhes do cotidiano: a relação pais e filhos adultos / Célia Regina Henriques ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – 2009.

248 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Relação pais e filhos adultos. 3. Coabitação intergeracional. 4. Cotidiano familiar. 5. Dinâmica de convivência. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para todas as famílias entrevistadas, que comigo compartilharam suas histórias,  
suas visões de mundo e família.

## Agradecimentos

À minha orientadora Terezinha Féres-Carneiro pelo incentivo, estímulo e generosidade com que compartilhou seu conhecimento no percurso desta tese.

À PUC-Rio e ao CNPq, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À todos os professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Rio, em especial aos professores Andréa Seixas Magalhães e Bernardo Jablonski.

Às funcionárias da secretaria do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Marcelina Andrade e Vera Silva.

À professora Elsa Ramos do Centre des Recherches sur les Liens Sociaux, CERLIS, Université Paris 5-Descartes, pelas importantes contribuições para esta tese, assim como ao professor François de Singly.

À funcionária da secretaria do Departamento de Sociologia da Université Paris 5-Descartes, Françoise Tréguer.

À professora Marlize Linhares pelo suporte na língua francesa.

Aos colegas Carolina Borges, Fernanda Travassos, May-Lin Wang e Maria Lúcia Miguel pelo apoio, paciência e troca.

Ao meu marido Hélio Renato, pelo carinho e compreensão de todas as horas.

## Resumo

Henriques, Celia Regina; Feres-Carneiro, Terezinha (Orientadora). **Entre o aconchego e os detalhes do cotidiano: a relação pais e filhos adultos.** Rio de Janeiro, 2009. 248p Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O prolongamento da convivência familiar é uma construção da modernidade e configura um momento potencialmente rico de trocas mútuas e relações próximas da simetria, no domínio familiar. O objetivo desta tese é investigar a relação entre pais e filhos adultos coabitantes, na esfera doméstica familiar. Para tal empreendimento, elaboramos uma rede teórica interdisciplinar, que integrou conhecimentos provenientes do campo das terapias familiares, da sociologia, da antropologia e da psicanálise de Donald Winnicott. Construímos esse objeto de estudo, a partir do interesse em analisar os ajustes cotidianos realizados na dimensão relacional entre pais e filhos, ressaltando a dinâmica interativa vivida nesse espaço, que visa garantir o equilíbrio da convivência.

Pesquisamos esse universo através de um estudo de campo, realizando entrevistas semiestruturadas com sete mães, um pai, quatro filhos e quatro filhas. Das análises dos discursos desses sujeitos, quatro temas emergiram: os ajustes cotidianos na convivência, o jogo interativo, duas lógicas em ação e o sentido de ser família. Constatamos que nessa dinâmica interativa, vivida na vida cotidiana da família, um jogo relacional é estabelecido. Através de pequenas negociações no dia a dia, esses pais e filhos instituem os limites entre os espaços pessoais e os coletivos na relação e, ao mesmo tempo, mostram-se capazes de alternar suas posições nesse domínio, de forma a acomodar os interesses do momento. Nessa medida, estabelecem um contexto propício para um interjogo, um ir e vir nas dimensões relacionais, que transforma o espaço familiar em um espaço que faz sentido e gera reconstruções de significados.

## Palavras-chave

Relação pais e filhos adultos, coabitação intergeracional, cotidiano familiar, dinâmica de convivência.

## Résumé

Henriques, Celia Regina; Feres-Carneiro, Terezinha (Conseiller). **Entre l'accueil et les petits détails quotidiens: la relation parents et enfants adultes**. Rio de Janeiro, 2009. 248p. Thèse de Doctorat – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Le prolongement de la convivialité familiale est une construction contemporaine et il représente un moment potentiellement riche d'échanges mutuels et des relations proches de la symétrie dans le domaine familial. L'objectif de cette thèse est l'analyse de la relation entre parents et ses enfants adultes en situation de cohabitation dans le monde domestique familial. Dans ce but, nous avons élaboré un réseau théorique interdisciplinaire, qui a intégré les connaissances issues du champ des thérapies familiales, de la sociologie, de l'anthropologie et aussi de la psychanalyse de Donald Winnicott. Nous avons construit cet objet d'étude à partir de notre intérêt sur les ajustements quotidiens entre les parents et ses enfants, en soulignant la dynamique interrelationnelle vécue dans cet espace qui essaie d'assurer l'équilibre convivial.

Nous avons recherché cet univers à partir d'une étude du terrain. D'ailleurs, nous avons réalisé des entretiens semi-structurés auprès de 7 mères, 1 père, 4 fils et 4 filles. À partir de l'analyse des discours, quatre thèmes ont été dévoilés : les ajustements quotidiens au domaine convivial, le jeu interactif, deux logiques en action et le sens d'être famille. Nous avons remarqué que cette dynamique interactive, vécue dans la vie quotidienne familiale se montre comme un jeu relationnel. Ces parents et enfants construisent les limites entre les espaces personnels et les collectifs dans la relation et, au même temps, ils se montrent capables d'alterner leurs positions, de façon à sauvegarder les intérêts du moment. Ainsi, ils établissent un contexte propice à l'apparition d'un interjeu, « un aller et venir » dans les dimensions relationnelles, transformant l'espace familial dans un espace de sens qui engendre des reconstructions des signifiants.

## Mots-clés

Relations parents et enfants adultes, cohabitation intergénérationnelle, le quotidien familial, la dynamique conviviale.

## Sumário

1. Introdução	10
2. O prolongamento da convivência familiar	18
2.1. A esfera do trabalho como indicador de transformações na convivência familiar	19
2.1.1. O mundo do trabalho e suas repercussões na família de adultos coabitantes	24
2.2. O adiamento do casamento nos dias atuais	28
2.2.1. As experiências amorosas contemporâneas	29
2.2.2. “Viver juntos”, a conjugalidade em questão	34
2.3. A revalorização do espaço familiar	40
2.4. A metáfora do acolhimento, a transicionalidade no âmbito das relações	48
2.5. A cultura da juventude eterna, o mundo das sensações e efemeridade	53
3. A dinâmica interativa entre pais e filhos adultos coabitantes	61
3.1. O Ciclo vital familiar, um percurso de ressignificações	66
3.2. A diferença: quando a independência e a autonomia se apresentam	72
3.3. Flexibilizando a hierarquia e as regras de convivência	79
3.4. Múltiplas realidades, as realidades construídas na vida do dia-a-dia	89
3.5. As histórias contadas, expressões de concepções de mundo, de si e da relação	98
4. O cotidiano: a edição e a reedição de contextos na dinâmica relacional	110
4.1. Uma perspectiva histórica, considerações sobre a prática familiar brasileira	111
4.2. Um espaço entre quase iguais	120
4.3. O reverso da moeda: a saída dos filhos da casa parental	127
4.4. O espaço negociado, o ambiente familiar	137
4.5 Construindo uma distância suficiente na relação	147
5. Estudo de campo	153
5.1. Metodologia	153
5.2. Sujeitos	159
5.3. Coleta de dados	160
5.4. Apresentação das famílias	163
5.5. Análise das entrevistas	167
5.5.1. Ajustes cotidianos na convivência	167
As regras que são cumpridas	168
Rupturas e elasticidade das regras	175
Acordos, negociações e reformulações	180
5.5.2. O Jogo interativo	187
A experiência de separação na família	188
O quarto na casa dos pais, portas abertas ou fechadas	190
As dimensões de poder e controle: distribuições e disfarces	194
Diferentes formas de comunicações na rotina	197



Tateando em busca da distância apropriada na relação	200
5.5.3. Duas lógicas diferentes em ação	207
O mundo do trabalho sob a ótica da relação	208
O uso do dinheiro	213
A dimensão da vida afetiva dos filhos na perspectiva relacional	216
A saída negociada	219
5.5.4. O sentido de ser família	222
Um ambiente “familiar”	224
A ótica da parceria	227
6. Considerações finais	232
Referências bibliográficas	239
Anexo 1	246

## Introdução

As reflexões desenvolvidas nesta tese iniciaram-se no ano de 1998, instigadas pela apresentação de um caso clínico a um grupo de estudos de terapia familiar, em uma instituição social que oferecia atendimentos a famílias. O interesse despertado pelo tema e a ausência de uma literatura a respeito levaram-nos a realizar um projeto de estudo sobre a convivência entre os membros das famílias, que se encontravam no mesmo ponto do ciclo vital familiar do caso apresentado, ou seja, filhos formados e trabalhando e pais na meia-idade vivendo em momentos próximos da aposentadoria.

Em sua primeira fase, o projeto desdobrou-se em uma dissertação de mestrado e em dois artigos publicados em revistas científicas de nosso país. Estes apresentaram o fenômeno do prolongamento da convivência familiar como uma construção contemporânea, forjada na conjugação de fatores intrafamiliares – a ambivalência de sentimentos em relação à partida e à perda dos papéis conquistados – e extrafamiliares, fruto de um contexto social fortemente marcado por instabilidade e incerteza. Fatores estes obtidos através da análise de dados de um estudo de campo com sete famílias, cujos membros eram coabitantes.

A segunda fase desse estudo, exposta nesta tese, dá prosseguimento à pesquisa original e concentra-se na dinâmica interativa vivida por esses pais e filhos adultos, nos limites do espaço doméstico familiar. Entre as considerações iniciais que serviram de base às primeiras questões norteadoras do percurso reflexivo atual, uma refere-se ao dilema do viver junto e do viver só, uma incerteza colocada pelo individualismo da atualidade. De acordo com Singly (2005), o processo de individualização, vivido na sociedade ocidental, vem se constituindo como um paradoxo para o indivíduo contemporâneo, pois o autoriza a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto. Dessa forma, este indivíduo tenta se acomodar em uma dupla vida, que associe uma esfera pessoal a uma coletiva.

A outra questão inicial a orientar nossas reflexões consiste em um desdobramento da primeira. A vivência da conciliação entre as duas esferas, a

pessoal e a coletiva, processa-se na dinâmica interativa: assim, sublinhar o contexto de interações entre esses indivíduos, as suas formas de se relacionar e de ajustar os interesses mútuos é fundamental para o conhecimento dessa dinâmica. Desse modo, nos interessaremos, especificamente, por uma dimensão interativa, que, segundo nosso olhar, se constitui através de cada diálogo travado nas circunstâncias da convivência. Watzlawizcky (1967) nos diz que interação é uma série de mensagens trocadas entre pessoas, entendendo mensagem como um complexo fluido e multifacetado de diversos tipos de comportamentos, sejam eles verbais, tonais, posturais, contextuais, entre outros. Nessa medida, a interação pode acolher duas formas de relacionamento. Uma, a interação simétrica, supõe um nível de igualdade relacional calcado na confiança, mutualidade e reciprocidade. A outra, a interação complementar, abarca a idéia de que comportamentos dessemelhantes, porém ajustados, se provocam mutuamente.

Ao lado dessa concepção, apresentamos a idéia de Schnitman (1994), que considera que aquilo que se constrói em um diálogo “não é homogêneo e nem é o resultado de uma consciência singular” (p. 248), e sim, um campo de sentido polifônico, ou seja, constituído de vozes provenientes de diversas esferas, como a cultura, o gênero, a localidade, entre outras. Nessa medida, conscientes da complexidade do nosso objeto de estudo, passamos a nos concentrar na idéia da importância da vida cotidiana, como um reduto de expressão de conversas casuais e banais, porém ricas de conteúdo para uma análise da interação.

A dimensão interativa, ao ocorrer no ambiente doméstico familiar, leva-nos a considerar a relevância dos pequenos detalhes da convivência do dia-a-dia, que expõem os ajustes realizados na relação, necessários para o prosseguimento da vida em comum. Esses ajustes seriam a construção, a reconstrução ou a ruptura das regras familiares, organizadoras das vidas desses membros, que irão, nessa medida, legitimar seus interesses pessoais e coletivos. Entre esses interesses, destacamos a validação da autonomia dos filhos e a resignificação da relação como aspectos significativos da convivência nesse momento do ciclo vital das duas gerações.

Neste ponto, lançamos mão do pensamento de Gilberto Freyre (1933; 1936), que esclarece-nos sobre a importância de se investigar a vida cotidiana das famílias, atribuindo a ela o valor de matéria-prima fundamental para a

compreensão das relações humanas. Assim, acreditamos que a informação de quem paga uma conta, ou como é negociada uma ida ao supermercado, as refeições em família, as programações para o fim de semana podem nos abastecer de recursos valiosos para a análise da nossa questão.

Assim, pretendemos expor a importância das pequenas atitudes e das minimanifestações expressas nas interações e vividas no cotidiano da família. Entendemos que o processo de interação se faz a partir de pequenos gestos e palavras pronunciados na relação. E ainda, que o poder destes instantes reforça o valor da análise da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar e, especificamente, da relação entre pais e filhos adultos.

Através do entendimento de pequenas transformações e do processo de negociação envolvido na constituição das mesmas, viabilizaremos a possibilidade de uma reflexão sobre os sentimentos vividos pelos membros dessas famílias e a sua capacidade de reestruturação, advinda da construção de acordos na convivência. A observação da dinâmica interativa vivida nessas circunstâncias pode nos revelar a potencialidade de alguns mecanismos, utilizados para enfrentar os impasses experimentados no processo de diferenciação no seio familiar. Consideramos que unir-se para depois se separar ou, mais especificamente, se separar e ficar junto, são ações contraditórias que requerem arranjos específicos na relação.

O conceito de diferenciação para Bowen (1988) se refere a um processo, no qual a “individualidade e o *togetherness* são utilizados pelo indivíduo em um sistema relacional.” (p. 95) A maior parte das pessoas almeja alcançar uma maior individualidade e, no entanto, “resiste em abandonar o *togetherness* requerido para essa aquisição.” (1988, p. 107) Dessa forma, nos permitimos considerar que as famílias, em suas práticas da vida cotidiana, vivenciam essa tensão entre forças opostas no universo de suas interações, isto é, oscilam entre a fusão e a diferenciação, de acordo com a pauta do momento. Acreditamos que pais e filhos adultos busquem dimensões de proximidade e afastamento apropriadas na esfera relacional, para que suas conquistas pessoais, nesse terreno, possam ser garantidas.

Para tanto, de acordo com Minuchin (1974), são necessárias delimitações de fronteiras, suficientemente nítidas entre esses membros da família, de modo a

assegurar o respeito às conquistas pessoais. No que se refere às regras familiares, por exemplo, estabelecidas pelos próprios membros, acreditamos que elas possam ser rompidas pelos filhos e colocadas em negociação, no intuito de favorecer o fortalecimento da autonomia. Nesse caso, seria necessária uma estrutura familiar mais aberta e, assim, propícia à criação de um espaço flexível. Portanto, conhecer as micromudanças ocorridas no cotidiano familiar é fundamental para desvendar a potencial capacidade da família em guardar os espaços de seus membros. A investigação dos acordos e dos interesses mútuos, negociados pelos membros da família, nos informarão a respeito desta dinâmica interativa.

Ao lado disso, Minuchin (1993) nos fala da flexibilidade no espaço familiar, isto é, a família tem a seu dispor uma forte capacidade de utilização dos múltiplos *selves* dos membros, que podem ser mobilizados em função das circunstâncias. Concebida dessa forma, a dinâmica interativa pode abarcar um interjogo, no qual os participantes defendem seus interesses através da construção de alternativas, forjadas na flexibilidade da dimensão interacional.

Esse espaço flexível, pleno de recursos criativos, edificados ou reciclados a partir da história de cada uma dessas relações, permite a visão de um lugar potencialmente concebido como uma área de transicionalidade, capaz de oferecer experiências subjetivas importantes para esses indivíduos. Para que essas experiências possam acontecer é necessário o estabelecimento de um ambiente de confiança e apoio. Para Winnicott (1971), o conceito de espaço potencial une as dimensões subjetiva e objetiva, de modo que o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido se alternem, sobreponham-se ou se integrem. “Experimentamos a vida na área dos fenômenos transicionais, no excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva, e numa área intermediária entre a realidade interna do indivíduo e a realidade compartilhada do mundo externo aos indivíduos.” (1971, p. 93) Dessa forma, a experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos constitui-se como possibilidade de reconstrução constante para ambas as gerações, por mobilizar a experiência de alguns estados psicológicos que a caracterizam, como a regressão a alguns momentos de dependência ou a necessidade de expansão do *self*.

Assim, nos limites do espaço relacional em questão, o fato de o indivíduo poder experimentar, ao mesmo tempo, estar só e estar junto, pode resultar na

constituição de um “fundo” relacional extremamente ambíguo. Por outro lado, estas duas opções podem funcionar em um jogo de ir e vir, no qual os membros da família podem definir, escolher ou hierarquizar o que lhes é mais conveniente. De toda forma, existe uma tensão constante. Poder estabelecer qual é a dimensão desejável, para um determinado contexto, parece ser a meta e tal meta é conquistada no convívio, sob o nosso ponto de vista. A vida cotidiana pode traduzir as diferentes formas de engajamento, priorizadas pela dimensão interacional. Dessa maneira, reafirmamos que observar a vida cotidiana mostra-se como um recurso valioso de apreensão das intersubjetividades envolvidas nesta investigação.

Ao olharmos a relação entre pais e filhos adultos coabitantes, deparamo-nos com a complexidade do nosso objeto. As regras e a hierarquia, por exemplo, não sendo categorias *a priori*, são construídas, sustentadas, questionadas e negociadas na relação. E nesse processo de construção colaboram a cultura, a singularidade, o gênero, os imperativos sociais e outros, que se constituem em uma rede de múltiplos atravessamentos. Pretendemos, neste estudo, evocar construções inusitadas, a fim de obtermos uma percepção inédita da realidade vivida nesse espaço relacional. Aspiramos compreender como pais e filhos adultos rompem e negociam suas regras e como, em um campo mais horizontal de poder, poderiam recuperar uma “suposta” hierarquia desautorizada.

Sabemos que o poder parental vem sendo desmontado por uma visão de relação estabelecida entre iguais, norteadada pela ideologia individualista-igualitária. Giddens (1999) afirma que à medida que os filhos se aproximam da vida adulta, a relação familiar tende a acercar-se da “relação pura”. Entretanto, Minuchin (1974) questiona que a família seja uma sociedade de iguais. Em suas palavras “mesmo uma sociedade democrática não se faz sem liderança.” (p. 63) Dentro dessa perspectiva, talvez seja possível pensar em uma liderança discutida nesse contexto interacional, negociada segundo as pautas do momento. Essa ótica, também, inclui a idéia de que na dinâmica interacional, alguns dispositivos de poder e controle apresentem-se e que os membros em questão mobilizem seus recursos para lidar com tal situação.

Consideramos importante ressaltar que, visando desenvolver um trabalho que não perca de vista a complexidade envolvida no seu objeto, é nossa intenção

adotar um enfoque interdisciplinar que se valha de contribuições da história, das ciências sociais, da psicologia, da psicanálise de Donald Winnicott e do campo das terapias familiares. Essa opção tem como base a constatação de que o tema de estudo é atravessado por diferentes dimensões: a individual, a familiar e a social, todas elas a serem examinadas na sua historicidade.

O primeiro capítulo desta tese visa refletir sobre o tema do prolongamento da convivência familiar e foi concebido segundo nossa compreensão do mesmo. Pensamos esse fenômeno contemporâneo a partir de cinco eixos, que, a nosso ver, se articulam e compõem essa configuração familiar. Iniciamos com o debate sobre a esfera do trabalho e seu contexto de instabilidade e insegurança, característico de uma sociedade globalizada e de risco. Para tanto, utilizamos as visões de diversos autores que refletem sobre esse tema na atualidade, entre os quais destacamos Richard Sennett, Zygmunt Bauman e Christopher Lasch. Em seguida, abordamos a questão do adiamento do casamento na sociedade contemporânea, focalizando as experiências amorosas nos dias de hoje, assim como a noção atual de conjugalidade. Para tal, os autores selecionados foram: Zygmunt Bauman, Anthony Giddens, Bernardo Jablonski, Andréa Seixas Magalhães e Terezinha Féres-Carneiro. O terceiro eixo trata da revalorização da instituição familiar na sociedade ocidental contemporânea e se propõe a discutir tal noção, através dos pensamentos de François de Singly e Gilles Lipovetzky. A metáfora do aconchego familiar vem a ser o quarto eixo, no qual buscamos edificar a idéia de um espaço de confiança e apoio na família, suficiente para acolher a espontaneidade e sentimentos ligados à expansão do *self*. Para tal empreendimento, utilizamos o conceito de espaço potencial de Donald Winnicott. Finalizamos o capítulo com considerações acerca de uma sociedade voltada para o culto da beleza, da saúde e do efêmero, contando com o suporte de Jurandir Freire Costa e Gilles Lipovetzky.

Ao longo do segundo capítulo, procuramos pensar na dinâmica interativa entre pais e filhos adultos, defendendo a criação de uma quase-teoria. A partir da articulação de diferentes conceitos provenientes do campo das terapias familiares, elaboramos um corpo teórico para tal reflexão, tendo em vista a articulação da prática clínica com o referencial de um fenômeno psicossocial. Dessa forma, constituímos um percurso de pensamento que se inicia com a perspectiva sistêmica de primeira ordem, através dos conceitos de diferenciação do *self*

familiar, de Bowen, e dos conceitos de estrutura familiar e recursos múltiplos do *self* na interação, de Salvador Minuchin. Em seguida, através da noção de comunicação na interação, de Paul Watzlawick, seguimos em direção ao paradigma da segunda ordem sistêmica, enfatizando que a internalização do outro ocorre através de interações, que vão se modificando e se reconstruindo em cada novo encontro interativo. Para fundamentar essa última noção, recorreremos à Sheila McNamee, Dora Schnitman, Kenneth Gergen, entre outros autores.

O terceiro capítulo deste estudo se propõe a explorar a convivência entre pais e filhos adultos no reduto doméstico, ressaltando as microexperiências cotidianas como potencialmente transformadoras da dimensão relacional. A relação de forças na interação será privilegiada, ao nos concentrarmos nas experiências de conquista de maiores espaços de autonomia, no que concerne ao universo dos filhos e à manutenção dos espaços designados como parentais, na esfera dos pais. Assim, nos habilitaremos a discutir a construção dos acordos de convivência, isto é, o processo de negociação no domínio relacional, que estabelece os compromissos ou a ruptura dos mesmos. Assim como julgamos poder entender qual seria a distância suficiente entre pais e filhos, para que a coesão seja mantida na família e para que os interesses de cada um possam ser legitimados. Para tanto, utilizaremos os aportes teóricos fornecidos por François de Singly, Elsa Ramos e Jean-Claude Kauffmann. Ainda buscamos na história da família brasileira, alguns subsídios sobre a prática cotidiana das mesmas, contando com as contribuições de Gilberto Freyre, Maria Beatriz Nizza da Silva e Roberto DaMatta.

O quarto capítulo apresenta o estudo de campo realizado com sete pais, uma mãe, quatro filhos e quatro filhas, todos coabitantes e residentes na cidade do Rio de Janeiro. Como critério de escolha dos participantes, optamos por definir *a priori*, somente, o perfil dos filhos, que seria: terem idade igual ou superior a 26 anos, serem solteiros e estarem trabalhando. Realizamos entrevistas semiestruturadas e seus dados foram tratados pelo método de análise de discurso. Dessa análise emergiram quatro temas principais: os ajustes cotidianos na convivência, o jogo interativo, duas lógicas em ação e o sentido de ser família.

O percurso que aqui se inicia abarca a riqueza das histórias contadas pelos participantes de nossa pesquisa. Esperamos que a relação entre pais e filhos



adultos, experimentada na convivência cotidiana, seja visitada e revisitada, através de uma ação conjunta entre investigador, participantes e leitores, com a finalidade de buscar os recursos do novo e do criativo nessas conversações.

## 2

### O prolongamento da convivência familiar

A perspectiva de durabilidade dos eventos que nos cercam, de acordo com grande parte dos pensadores contemporâneos, está sendo sempre permanentemente desmontada. As experiências de vida são quase sempre temporárias e a sociedade moderna, até pouco tempo marcada por instituições tradicionais como o Estado, a Igreja e a Família, sucumbe diante da fragilização dessas instituições. Dessa forma, abre-se espaço para um viver no qual valores e referências estáveis confrontam-se com a rapidez e a provisoriedade dos fatos.

O processo de individualização, vivido nos limites da sociedade ocidental, vem se constituindo como um paradoxo para o indivíduo contemporâneo, pois autoriza-o a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto. Assim, ele tenta se acomodar com uma vida dupla, que associe uma vida pessoal a uma vida coletiva. A angústia decorrente desta desorientação tem sido objeto de reflexões de muitos pensadores, entre os quais destacamos Lipovetsky (2002) e Costa (2005). Estes autores admitem que os impasses provocados por alguns dos ideais contemporâneos corroem os valores tradicionais: contudo, também argumentam a existência de um fortalecimento de novas formas de participação e de interação por parte do indivíduo, hoje.

O paradoxo da família que prolonga a convivência consiste em manter a dependência ou as dependências quando o que se espera desta instituição, neste momento da família, é a promoção da autonomia e da independência, qualidades que incentivam a maturidade do indivíduo. Singly (2000) afirma que a construção de negociações efetuadas por filhos adultos que moram com os pais leva-os a tornarem-se “autônomos em uma relação de dependência” (p. 248). O espaço colocado à disposição do filho adulto vem a ser o exercício de um paradoxo, por permitir a autonomia sem suprimir os laços de dependência.

Abraçar essas idéias – e expor ainda outras, que a elas se articulem e suscitem o confronto e desdobramentos – é o que temos a intenção de apresentar nesse capítulo. Para abordar o prolongamento da convivência familiar nos dias atuais, ou seja, a permanência dos filhos adultos na casa dos pais, privilegiaremos

a discussão de cinco eixos principais: a esfera do trabalho, o adiamento do casamento, a revalorização do espaço familiar, a metáfora do acolhimento e a cultura contemporânea voltada para os cultos da juventude, saúde e beleza. Segundo nossa concepção do tema, estes eixos se integram e constituem o fenômeno sobre o qual nos propomos a refletir.

## 2.1

### **A esfera do trabalho como um indicador de transformações na convivência familiar**

Este início de terceiro milênio indica um menu de opções no qual a instabilidade, a incerteza e a insegurança se apresentam como fatores constitutivos do indivíduo contemporâneo. No âmbito da família, esses sentimentos permeiam as relações e provocam mudanças que se fazem sentir nas atitudes e comportamentos frente a situações do domínio social, entendida a família como a instância mediadora entre esse domínio e o indivíduo. Esses sentimentos são efeito de algumas perdas de referências fundamentais instituídas pelas condições de vida nos grandes centros urbanos, pela globalização e o avanço da tecnologia, o desemprego e as novas relações de trabalho, pelo ideal do individualismo, entre outros fatores que compõem o painel da contemporaneidade ou do mundo na pós-modernidade.

Bauman (2000) nos fala a respeito de uma nova modalidade da ordem capitalista, o capitalismo leve, marca registrada da pós-modernidade. O pós-fordismo “é um viver num mundo cheio de oportunidades, cada uma mais apetitosa e atraente que a anterior, cada uma compensando a anterior e preparando o terreno para a mudança da próxima”. (p.74) O capitalismo leve e flutuante é marcado pelo desengajamento e pelo enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho, instaurando uma nova liberdade de movimentos impensáveis no passado. “A reprodução e o crescimento do capital, dos lucros e dos dividendos e a satisfação dos acionistas se tornaram independentes da duração de qualquer comprometimento local com o trabalho”. ( p.171) Em suma, o novo capitalismo ou capitalismo avançado move-se rapidamente, evita o enraizamento, pressupondo que a sobrecarga advinda da formação de laços ou

comprometimentos possa tornar-se prejudicial aos seus objetivos, tendo em vista as novas oportunidades que surgem.

Outro elemento, sustentamos, ser tecido na conjunção do capitalismo leve consiste nas novas bases das relações de trabalho e no emprego assalariado. No ponto de vista de Giannotti (2002), a questão do emprego torna evidente a visão da sociedade de riscos em que vivemos. O fato de a sobrevivência física do indivíduo depender de um salário torna previsível o sentimento de ameaça constante com que ele se depara, considerados a precariedade dos empregos formais, a instabilidade dos informais e o desemprego efetivo ou possível que se observam em tempos de capitalismo leve.

O capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo ao longo dos últimos tempos, traz a reboque uma lógica destrutiva. Antunes (2003) sustenta essa afirmação, colocando em evidência a importância da ascensão das formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o *toyotismo* seriam exemplos. Essas seriam respostas do capital à sua própria crise estrutural. De acordo com o autor, o modelo japonês originado na fábrica Toyota baseia-se na produção vinculada à demanda e na terceirização, dentre outras características. A fim de facilitar nossa compreensão, contrapomos esse modelo ao *fordismo* e observamos que ao reduzir violentamente a produção no interior da empresa, o *toyotismo* cria uma legião de terceirizados, sub-contratados, *free-lancers* e ainda outras formas laborativas, que fazem surtir conseqüências enormes no mundo do trabalho.

Kurz (2003) acrescenta a essa conjunção o surgimento de uma nova classe social, a classe global, construída a reboque dos avanços da tecnologia na década de 1990. Essa classe, segundo o autor, teria sido a grande ganhadora com o implemento da globalização, uma vez que foi forjada entre os avanços do conhecimento e do acesso à tecnologia da informação, estabelecendo-se num *locus* social privilegiado. Seria uma geração fundadora da sociedade informatizada e “constituiria um novo paradigma de dominação social, uma vez que ela dá o tom em termos culturais, generaliza seus valores e faz de suas inclinações específicas o sonho de muitos”. (p.10) A classe global, por suas características flexíveis e desenraizadas, vem a ser cultuada pelo universo jovem como modelo identificatório calcado em sua extrema mobilidade, domínio da

informação e construção de um universo virtual de diversão colocado à venda pelo mercado de consumo.

Esse universo jovem, orientado pela globalização e informação em tempo real, ao adentrar o mundo do trabalho, traz consigo essa mentalidade e, dessa forma, segundo Tapscott (1998), pressiona por mudanças na noção tradicional de uma empresa, movida por comando e hierarquia de poder. “O antigo modelo de empresa não pode funcionar em uma economia direcionada pela inovação, imediatismo e interconexão” (p.202). Sendo assim, diante das possíveis oposições encontradas, os jovens podem decidir que a melhor maneira de lutar contra o *status quo* é deixá-lo e sair em busca de seu próprio negócio, o seu empreendimento, o que, de acordo com a pesquisa de uma rede de televisão brasileira acerca do universo jovem (realizada em 1999), constitui o ideal da grande maioria desse segmento. Essa geração, afetada pelo desemprego e aliada aos recursos da informação em tempo real, investe em um empreendedorismo que constitui uma grande reviravolta no mundo do emprego.

Esse quadro de instabilidade e incerteza, associado ao novo paradigma econômico, se reflete não só na vida pessoal do indivíduo, como também em seus relacionamentos sociais. A esse respeito, Giannotti (2002) assinala que os sentidos vagos e às vezes contraditórios empregados pelas instituições contemporâneas, encarregadas de vigiar o exercício das normas sociais, inviabilizam a formação de uma identidade do trabalhador. Nas sociedades tradicionais, em que as relações de parentesco ou pertencimento a um grupo ou classe social asseguravam a matriz dessa identidade, isso não acontecia. O que se observa hoje, segundo o autor, é que o capital, ao explorar as diferenças de produtividade do trabalho coletivo, transforma o companheiro de trabalho em um virtual concorrente, uma ameaça à existência do indivíduo como um empregado. Esses seriam os efeitos perversos do processo de assalariamento instável que atinge a sociedade contemporânea como um todo.

Simmel, ao analisar os primórdios desse processo, chama a atenção para o dilema enfrentado pelo indivíduo, no âmbito do trabalho, ao lidar com a extrema competição nas metrópoles. A conquista de um lugar, de uma fonte de renda que ainda não esteja exaurida e de uma função em que não possa ser rapidamente substituído constitui uma luta diária para esse indivíduo urbano, e a metrópole é a

arena desse combate. Para isso, é necessário que o indivíduo se especialize em seus serviços.

A especialização do trabalho reclama do indivíduo um aperfeiçoamento cada vez mais unilateral. E um avanço grande no sentido de uma busca unilateral com muita frequência significa a morte para a personalidade individual. O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transformá-los de sua forma subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda a vida pessoal. (Simmel, 1976, p.23)

Sennett (1998), comentando o novo capitalismo, também ressalta o efeito desorientador, na vida do indivíduo, dessa economia baseada no princípio do não-comprometimento a longo prazo. Na visão do autor, esse princípio afeta a personalidade do indivíduo devido às suas características de não-durabilidade e prazos curtos. O indivíduo necessita de virtudes estáveis como confiança, lealdade e comprometimento para o desenvolvimento de seu caráter, o que é de certa forma inviabilizado pelas características dos ambientes de trabalho contemporâneos. Sennett argumenta que as atuais transformações no setor produtivo estão originando uma “sociedade de ovos quebrados”, em que as perdas produzidas são irreparáveis para a qualidade do convívio social e para a produtividade econômica. O fim do emprego estável e o enxugamento das empresas provocam um efeito perverso ao multiplicar os excluídos do mercado e levar os remanescentes a um crescente desânimo e a um descomprometimento com a empresa.

O sinal mais tangível da mudança da rigidez para a flexibilidade, na esfera da economia, vem a ser uma nova noção de tempo. O fato de haver um esmaecimento na concepção de longo prazo altera a relação do indivíduo com o trabalho.

No trabalho, a carreira tradicional que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho. (Sennett, 1998, p.23)

Assim, as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características da nova realidade conectada à flexibilidade e inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade tanto no domínio do trabalho quanto no da família, pelo fato de que o tipo de comprometimento fundamentado nessa última é oposto ao descompromisso efetivado fora dela. Vale lembrar que a família é percebida como um santuário do compromisso e da lealdade.

A ascensão da ideologia de mercado é também um importante aspecto contemporâneo a influenciar os comportamentos humanos e, como tal, se afirma como uma das forças de transformação das relações afetivas e sociais. Sem dúvida, num mundo onde a ideologia dominante é a disputa de mercado, o indivíduo, transformado em consumidor e incumbido de manter o fluxo em andamento, vivencia experiências de fragmentação e superficialidade. Bauman (2000), ao dissertar acerca da problemática da sociedade de produtores *versus* sociedade de consumidores, ressalta que a pós-modernidade envolve seus membros na condição de consumidores e não de produtores. Para ele, a sociedade produtora é fixa, sólida e pesada, obedece à conformidade, assim como protege os limites entre as normas e as anormalidades. Por outro lado, a vida organizada em torno do consumo deve se bastar sem normas, referências ou comparações, e deve ser orientada pela sedução e pelo desejo sempre crescentes. O consumidor deve ser flexível e ajustável para enfrentar e absorver o novo e o surpreendente que são exaltados nas condições de vida postuladas por essa ordem.

Em última instância, talvez possamos dizer que a insegurança afeta o indivíduo na medida da sua imersão num mundo que não oferece proteção, não auxilia o enraizamento e o compromisso através dos laços afetivos e sociais, e que a sensação de deriva representa o estar em uma sociedade em movimento. Tanto a incerteza quanto a instabilidade completam esse cenário contemporâneo e constituem o solo fértil para o aparecimento do já conhecido mal-estar da pós-modernidade.

### 2.1.1

#### **O mundo do trabalho e suas repercussões na família de adultos coabitantes**

Primeiramente pretendemos destacar algumas tensões existentes entre a geração dos pais e a geração dos filhos na atualidade. A geração dos pais, também conhecida como “geração paz e amor” ou “geração maio de 68”, teve como principais atores os jovens, e a sua filosofia foi a das ruas. Idéias pichadas em muros sintetizavam o sentido do movimento: “é proibido proibir”, “fora burguesia”, “sexo livre”. A atmosfera da época era exaltante, tinha algo de político, mas foi essencialmente marcada pela ânsia de liberdade, de fraternidade e de festa. A pluralidade das correntes de pensamento, que a atravessaram, iam do marxismo ao anarquismo, passando ainda pelo surrealismo.

Na esfera familiar, essa geração travou verdadeiras lutas para a conquista de seus ideais libertários, sexuais e ideológicos. Os aspectos que melhor caracterizavam essa família eram a rejeição do novo pelos pais e o baseamento das relações familiares numa hierarquia rígida e com fronteiras bem demarcadas. Os diálogos guardavam o respeito às noções hierárquicas e as obrigações evoluíam no sentido da busca e da garantia de ascensão social, características da época do milagre econômico. Os conflitos advindos dessa configuração provocavam nos jovens a necessidade de diferenciação em relação aos pais, e para isso a saída de casa se verificava como condição de uma vida coerente em relação aos ideais que permeavam esse universo juvenil.

O pano de fundo da geração dos filhos varia da revolução da comunicação à clonagem, da AIDS à derrocada do ideal socialista, da internet à ecologia. Para Lasch (1977), o culto das relações interpessoais pouco exigentes ou das relações igualitárias que se baseiam ou incorporam a ideologia dos compromissos não-obrigatórios representa, bastante fielmente, as necessidades psicológicas do indivíduo contemporâneo. De fato, o tipo de relação afetiva produzida entre jovens fora da esfera familiar baseia-se nesta ideologia. O universo das relações afetivas dos jovens se constitui a partir das vicissitudes da contemporaneidade no que concerne à excessiva valorização do eu nos tempos atuais, configurando uma verdadeira cultura narcísica.



No âmbito familiar, a horizontalização das relações interpessoais inaugurou o conceito de família igualitária. Esta noção, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidade de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as diferenças sexuais e de idade. Sendo assim, os papéis familiares sofreram mudanças expressivas: o território familiar deixou de ser uma microarena, como na geração passada, e tornou-se um espaço democrático e privilegiado no qual sobressaem a segurança, a confiança e o apoio entre os membros.

O prolongamento da convivência familiar, observado nos dias atuais, requer uma renegociação de papéis, uma vez que a interação entre pais e filhos, nesse caso, abarca uma relação de adultos na qual a função hierárquica ganha novos contornos. As relações se desenvolvem num sentido mais horizontal, como já visto, e a hierarquia pode ser assumida de forma mascarada, não explícita, uma vez que entre iguais ela pode significar autoritarismo, o que não estaria de acordo com as propostas contemporâneas de relacionamento. A família se acomoda e se adapta a essa realidade, visando uma convivência razoável para os seus membros. Com isso, queremos dizer que existe uma complementaridade funcional entre os papéis familiares, pela qual tanto os pais quanto os filhos se beneficiam da convivência.

Contudo observamos, nas famílias de adultos, diferenças na percepção a respeito do mundo do trabalho, e essas diferenças podem produzir um terreno de ambigüidade no espaço familiar, trazendo desconforto na relação entre pais e filhos. A geração dos pais, no que concerne à dimensão do público, é fortemente marcada pelas relações de compromisso e lealdade, valores associados à noção de durabilidade e de política de longo prazo. São característicos desta geração termos como segurança, visibilidade e amplitude, que denotam o quão importante, para quem pertence ao estrato social médio, é a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

A geração dos filhos representa o mundo do trabalho em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriade das experiências sociais, características do momento contemporâneo. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com estas questões, como também com o imediatismo e com a velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), consiste na atitude empreendedora. O

empreendedorismo vem a ser, de acordo com o autor, a forma mais adequada de trabalho para esta geração informatizada. Além disso, o autor assinala que as relações de trabalho que incluem uma hierarquia não se ajustam às mentalidades práticas, imediatistas e altamente informadas dos jovens dessa geração. O modelo de empresa tradicional – no qual existe hierarquia, controle e comando e metas que consistem em subir na estrutura empresarial – não se encaixa nas mentalidade desses jovens que buscam liberdade e ausência de hierarquia.

Como podemos perceber essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e, como tal, constituem visões distintas de uma mesma realidade. Se, por um lado, os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro lado os filhos descrêem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e da insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio. Assim, é comum encontrarmos nos discursos dos pais referências à acomodação dos filhos diante de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho: e nos discursos dos filhos, identificarmos em suas percepções sobre os pais, expressões como “parados no tempo” (Henriques, C. R. 2004). À guisa de ilustração, consideramos pertinente comparar as percepções acerca do mundo do trabalho entre estas duas gerações com o filme *E o vento levou*, representando o universo dos pais, e *Matrix*, representando o dos filhos. A discrepância estética equivaleria ao contraste entre dois tipos de pensamento: um, linear, o outro, fragmentado.

No entanto, a sociedade em que vivemos é plural e abarca a diversidade de modos de pensar e agir. Certamente, para aplacar a instabilidade e a incerteza geradas pelas condições de trabalho em nosso país, observamos que no campo da educação, o setor que mais cresceu nas últimas décadas foi o de cursos preparatórios para concursos públicos. O crescimento, de acordo com a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos, foi de 20% no ano de 2005.<sup>1</sup> Isto mostra que, no imaginário de parte da população jovem em relação ao trabalho, habitam sentimentos de pertença e de busca de laços mais sólidos. Paralelamente, também, pode nos indicar o grau de influência dos pais na escolha e no direcionamento profissional dos seus filhos.

---

<sup>1</sup> Rocha, F. Quando a estabilidade é o que conta. Caderno Especial de Domingo. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 23/07/2006, p. 8.

Féres-Carneiro (1996) afirma que as famílias funcionais, de modo geral, expressam seus conflitos e têm recursos para resolvê-los, sendo que a comunicação é clara e direta. Entretanto, nas famílias de adultos, observamos uma certa disfuncionalidade no que tange à dimensão desta expressão na vivência do cotidiano. O controle parental, exercido explicitamente nos ciclos de vida familiar, referentes à infância e à adolescência, experimenta uma grande transformação. As questões da hierarquia e do controle dos pais sobre os filhos se apresentam como inadequadas, e atreladas a princípios preestabelecidos, em desacordo com a ideologia do igualitarismo, que norteia as relações. Portanto, talvez possamos dizer que uma boa parte dos conflitos forjados na interação deste tipo de família pode não se dar a ver, mascarando-se ou mesmo sendo evitada pelos seus membros, como forma de neutralizar o estresse da relação.

Parece que a família da qual falamos se refugia em sua própria estrutura, e esmaecendo as possibilidades de crise. Configura, assim, uma dinâmica calcada em padrões de interação que estabelecem uma espécie de pacto de convivência entre seus membros, criando um lugar onde os conflitos tornam-se silenciosos e velados. Entendemos que os mecanismos e acordos estabelecidos pelos membros da família visam a garantir o prolongamento da convivência familiar de uma forma confortável para todos. No interior dessas famílias, em que convivem na mesma casa adultos em diferentes posições pais e filhos, a lógica da segurança e do pertencimento parece encobrir as tensões da sociedade contemporânea, regida pela lógica da desterritorialização globalizada e do risco. A metáfora do lar como lugar de tranquilidade e permanência representa o convívio desse adultos de diferentes gerações.

No que tange ao universo do trabalho, todavia, consideramos que essa convivência pode ser permeada pelo mal-estar. Em outras palavras, a família deixa transparecer contrastes e ambigüidades quando o foco de discussão vem a ser a esfera do trabalho, pois os valores e ideais envolvidos em seu discurso se constituem como duas lógicas contraditórias. Esta esfera remete os sujeitos ao deslocamento constante e instável. A ambição e o empreendedorismo são prerrogativas do domínio público, enquanto no domínio privado familiar, em especial no tipo de família ao qual nos referimos, parece que os sujeitos se recusam a deslocar-se, ambicionar novas posições ou empreender mudanças.

A família, um espaço privilegiado de convivência intergeracional, apresenta-se como um lugar de troca e diálogo. Ao mesmo tempo, define-se como um território, no qual diferentes concepções de vida e mundo – fundadas a partir da especificidade cultural de cada uma das gerações em questão – se dão a ver. Assim, o encontro intergeracional de pais e filhos adultos pode indicar uma descontinuidade de valores e comportamentos de uma geração para a outra no que concerne à dimensão do trabalho.

Contudo, essa descontinuidade pode estar camuflada por uma atmosfera de proteção familiar que não permite sua revelação de modo imediato ou espontâneo. Em face das diferentes lógicas simultâneas, coexistentes, a exemplo do que desenvolvemos nesse item, tomamos as dimensões da convivência familiar e do trabalho, a fim de evidenciar algumas questões representativas das mudanças ocorridas na família contemporânea, o que vai permitir avançar na discussão e na compreensão das novas configurações familiares e dos novos modos de ser e estar em família hoje.

## 2.2

### **O adiamento do casamento nos dias atuais**

A falência das instituições tradicionais tem sido indicada por muitos autores como uma marca de transição do moderno para o contemporâneo. Os compromissos duráveis – sejam eles afetivos ou relacionados ao sistema social mais amplo, como o trabalho, por exemplo – parecem não combinar com a velocidade da experiência cotidiana. Em Lasch (1984), encontramos uma interessante versão do indivíduo contemporâneo pela qual este é admitido como um sobrevivente e adota impulsos defensivos associados a esse estado. O autor ressalta que os compromissos de longo prazo e as ligações emocionais trazem certos riscos num mundo instável e imprevisível.

Na medida em que os homens e mulheres comuns não tenham confiança na possibilidade de uma ação política coletiva, não tenham esperança de reduzir os perigos que os cercam, eles acharão custoso ir adiante, sem adotar algumas das táticas do sobrevivencialismo. (Lasch, 1984, p.83)

O indivíduo como sobrevivente do cotidiano desliza entre um sentimento permanente de crise e uma impotência e desinteresse em relação às questões públicas. O risco de guerra nuclear, a ameaça de catástrofe ecológica, ou simplesmente o medo do envelhecimento, da doença, da dificuldade em se manter um relacionamento estão presentes na vida diária e geram comportamentos próprios de situações extremas, como “uma individualidade multiforme e uma anestesia emocional” (Lasch, 1984, p.84). É como se fosse um sentimento permanente de espanto diante da constatação de que nada deverá durar.

As táticas de sobrevivência referidas por Lasch, tais como as evitações de compromissos a longo prazo e de formação de vínculos afetivos duradouros, podem sintetizar a problemática das relações interpessoais contemporâneas presentes na esfera social. A esfera familiar pode ser pensada como uma tática de sobrevivência de extrema importância na medida em que ela constitui, para todos os seus membros, um refúgio contra os “perigos que os cercam”. É nesse sentido que o fenômeno *geração canguru* – uma construção das individualidades contemporâneas vivida na esfera familiar – reflete a trajetória do indivíduo em circunstâncias históricas que, por sua grande incerteza, instabilidade e insegurança, levam-no ao desenvolvimento pessoal de táticas defensivas contra o risco e a ameaça constantes.

O tipo de relação afetiva produzida entre os jovens fora da esfera familiar baseia-se na ideologia do não-compromisso e abarca esse conjunto de transformações que podem ser observadas no processo de subjetivação dos indivíduos jovens. Os relacionamentos afetivos atuais se mostram sujeitos à exacerbação do individualismo. Se concordarmos com Lasch, esse universo de relações afetivas ao se constituir a partir das premissas da pós-modernidade confirma uma excessiva valorização do eu, e configurando, nos termos do autor, uma verdadeira “cultura narcísica”.

### 2.2.1

#### **As experiências amorosas contemporâneas**

Articulando essas idéias ao universo jovem, deparamos com um tipo de relacionamento característico dessa geração, o “ficar com”, no qual não existe o

compromisso; o momento e o prazer imediato são as bases desse código. Para Chaves (2001), o “ficar com” é o *fast-food* das relações afetivas. O indivíduo ingere o relacionamento de forma voraz, fica com vários parceiros, numa troca infundável de objetos sem identidades definidas, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interna. Em alguns momentos ele se dá conta de que ficar é um paliativo, uma ilusão; em outros se deixa levar pelo prazer imediato da experiência. Sendo assim, as características das experiências subjetivas do momento presente se baseariam em uma economia de contato, bastante difundida entre os grupos jovens.

De acordo com Ventura (2008), em sua obra *1968 O que fizemos de nós*, o advento da AIDS teria posto um fim à revolução sexual, caracterizando uma verdadeira “contra-revolução”. O depoimento de Marília Carneiro, na obra citada, complementa esta idéia: “transar, que no nosso tempo era uma coisa saudável, é hoje uma aventura perigosíssima. Tem o risco de HP não sei o quê, uma hepatite não sei das quantas, esses vírus todos” (p. 18) A insegurança transformou as relações entre os jovens e o “ficar com” teria muito a ver com isso, embora o descompromisso se agregue a essa atitude.

Tomando o quadro de mudanças contemporâneas e a velocidade das novas formas de experiência social e afetiva como referenciais, podemos então destacar a ideologia do descompromisso, na qual estariam pautadas as relações afetivas atuais. Percebemos, apoiados pelos autores acima citados, que os jovens adultos deslizam pelo descompromisso tanto social quanto afetivo, parecendo não se preocupar com o compromisso de uma vida fora dos muros familiares, ou com os seus relacionamentos afetivos.

Ventura aponta que a atual geração jovem, a “geração do milênio” se depara com a descontinuidade em relação à geração dos pais, a “geração maio de 68”. Seria algo surpreendente, da ordem do sonho da era de Aquário ao pesadelo do aquecimento global. A geração maio de 68 queria tudo a que não tinha direito, a atual tem tudo que precisa e, talvez, por isso se revele ambígua e paradoxal.

Num tempo em que a obsolescência planejada atinge todas as áreas, inclusive a das idéias e dos sentimentos, predomina nesses jovens a busca meio agônica do paroxismo – a vertigem, o risco e o transe. Em uma palavra, o êxtase, ou melhor, ecstasy, a droga-símbolo dessa geração. Não estão a fim de fazer uma revolução para mudar o mundo, mas de criar o seu próprio, o de sua tribo. Em vez de uma

nova vida, um substituto a ela, um universo paralelo, ainda que artificial. Mas que isso não signifique viver à margem, à maneira dos hippies. Eles são capazes de passar a noite embalados por drogas e, no dia seguinte, ir trabalhar ou estudar. (Ventura, 2008, p. 23)

Na perspectiva do autor, a “geração-ecstasy” vive um tempo menos crédulo e, possivelmente, menos ingênuo que a de seus pais. Neutralizados pela ausência ou pela pouca intensidade repercurativa de ideais de ordem comunitária, essa geração jovem vive o coletivo de uma forma diferenciada, compartilha um momento de sensações que pode durar uma noitada e se prolongar com o planejamento da próxima. Possivelmente, crêem que regar o próprio quintal seja o que pode ser feito em termos de bem comum.

Alertamos, contudo, que o universo da categoria denominada geração é múltiplo e diverso, abarca inúmeras composições, tais como, tribos, galeras, dentre outras. Conforme Groppo (2000) a noção de geração deve também incluir outras categorias sociais como classe, gênero, etnia e outras mais, para que se possa examiná-la em toda a sua abrangência. De toda a maneira, essa visão apresentada por Ventura situa-se na contracorrente do pessimismo a respeito do indivíduo jovem contemporâneo.

Bauman (2003), em *Amor líquido* nos fala de um indivíduo contemporâneo que deseja relacionar-se e, no entanto, teme a condição de estar ligado, assim como, a experiência do permanente, que pode acompanhar o relacionamento. No cenário líquido da modernidade, os relacionamentos representam, categoricamente, o sentido pleno da ambivalência. O amor é um terreno ambíguo, uma vez que oscila entre o sonho e o pesadelo e “não há como determinar quando um se transforma no outro”. (p. 8) Esses dois pólos convivem, em diferentes graus de consciência, ou talvez possamos dizer, como Simmel (1912), que eles se interpenetram: não existem um sem o outro. O triunfo do amor carrega a sua derrota, o embate é permanente e a disposição para a luta vai depender da sua vulnerabilidade.

Relacionar-se é se expor ao risco e à ansiedade. Talvez, a problemática dessa condição seja mesmo a noção de relacionamento. Esta comporta a perturbação, o vago e o sombrio, revela o prazer e o fechamento nos limites do convívio. Entendemos que se trata de uma idéia em aberto, em busca de

redefinição. “O conjunto de experiências as quais denominamos amor, expandiu-se muito”. (Bauman, op. cit. p.19) Atualmente, os indivíduos não consideram a experiência amorosa como minimamente possível em suas vidas. A expectativa é a de viver grandes amores ao longo da existência, “mais estimulantes que os anteriores”.

Assim, o amor pode se constituir como eventos curtos, porém, intensos e impactantes, pois, ao se ingressar em uma terra inexplorada e não mapeada tudo pode acontecer. O amor significa “ingerir, absorver e assimilar o sujeito no objeto”. “Todo amor é matizado pelo impulso antropofágico”, os parceiros querem esmaecer ou expurgar a alteridade que os separa, como também mitigar a dor da despedida e da separação. O amor revela a domesticação, no sentido de abrigar, alimentar, mas também, no de guardar e encarcerar, e digerir e aniquilar. Dessa forma, a fusão ocorre ao lado da recusa em se deparar com a fragilidade do sentimento. O desencanto surge dessa experiência dual do amor, aponta Bauman.

Quando os parceiros reconhecem o nós, ou seja, quando o outro é visto como segundo, aí reina a indeterminação, pois “onde há dois não há certeza”. Entre “acorrentar o nômade” e se “aventurar em um novo pasto” não existe um precipício.

A promessa de aprender a amar é a oferta (falsa, enganosa, mas que se deseja ardentemente que seja verdadeira) de construir a experiência amorosa à semelhança de outras mercadorias, que fascinam e seduzem exibindo todas essas características e prometem desejo sem ansiedade, esforço sem suor e resultados sem esforço. (Bauman, 2003, p. 22)

O relacionamento amoroso situa o desejo e o amor em lugares opostos. Enquanto o amor se esforça em manter o desejo, este tenta se livrar da prisão do amor. A sociedade consumista alimenta a perpetuação do desejo e dessa forma, detém os avanços do compromisso. O indivíduo se encontra entre a cruz e a caldeirinha e pode se confundir no que tange ao ato de fechar ou abrir as portas para novas possibilidades amorosas.

O contraponto a essa versão instantânea do amor pode se manifestar no samba de Noel Rosa, *Silêncio de um minuto*:



Não te vejo e não te escuto  
O meu samba está de luto  
Eu peço o silêncio de um minuto  
Homenagem à história  
De um amor cheio de glória  
Que me pesa na memória.

Toda a solidez do sentimento transborda na canção e expõe as raízes do investimento. Nos dias atuais, isso significa estar na contramão da história.

Assim, sob o ponto de vista da liquidez e da instantaneidade, viver junto abarca a idéia de uma luta diária para se manter a afinidade viva. Não existe certeza e os laços são como fios soltos, prontos a se dissolverem e a se juntarem em uma nova possibilidade vislumbrada.

Nesse ponto, consideramos importante apresentar uma versão menos contundente das relações humanas contemporâneas. Lipovetsky (2002), por exemplo, nos mostra um paradoxo vivido na atualidade, calcado em sua concepção de ruptura do ideal de moral tradicional. O autor se refere à nossa “sociedade pós-moralista”. Em uma sociedade que endeusa o prazer, a sexualidade, a satisfação do desejo, entre outros, não se encontram contextos sociais entregues às orgias ou anarquias sexuais. Na realidade a vida sexual continua a se dar de acordo com limites precisos.

O apogeu do individualismo pós-moralista coincide, certamente, com a ascensão dos “prazeres privados” e das preocupações lancinantes com o eu, mas, paradoxalmente, em paralelo com a vontade de ajuda mútua, sem obrigações, sem coerção, livremente, sem exigência de regularidade e disciplina. (Lipovetsky, 2002, p. 33)

Certamente esse autor apresenta uma visão menos apocalíptica da realidade, sem, no entanto, discordar do enfraquecimento dos laços sociais nos dias de hoje. Entretanto, reitera uma nova forma de relacionamento interpessoal, menos colada aos deveres e mais ligada à realização pessoal. Em suma, o indivíduo de hoje busca mais independência, mais autonomia, é mais crítico no que concerne à esfera de seus relacionamentos e esta atitude mais livre implica em menos permanência, volubilidade e muitas incertezas.

### 2.2.2

#### “Viver juntos”, a conjugalidade em questão

A despeito das grandes transformações envolvendo as relações afetivas, alguns autores apontam para a relevância do lugar privilegiado ocupado, hoje, pela conjugalidade na sociedade ocidental igualitária. A temática da conjugalidade vem adquirindo uma grande força, como nos informa a bibliografia sobre famílias e casais. Lasch (1977) nos diz que em tempos de sociedade norteada pela ótica igualitária, a conjugalidade aparece como elemento essencial no universo das relações interpessoais:

Se o industrialismo exigiu que a família fosse reduzida de sua forma extensa a sua forma nuclear, então, o “superindustrialismo requer uma maior *aerodinâmica*, uma redução da família ao casamento. (Lasch, 1977, p. 180)

O primado da conjugalidade também é apontado por Singly (1993) como característica do contemporâneo: “a relação conjugal tem mais valor que todas as outras, tanto para o marido quanto para a mulher” (p. 80). Dentro desta perspectiva e ao lado da dimensão de provisoriedade que marca as relações afetivas atuais, temos que o laço conjugal, apesar de prevalente, é frágil, como nos atestam as pesquisas sobre a conjugalidade em Féres-Carneiro (2003).

Sobre esta fragilidade, Giddens (1992) mostra que o “amor confluyente”, significando um vínculo amoroso próximo e continuado com outra pessoa, é um amor ativo e contingente que entra em choque com o “para sempre” e “único”. Dessa forma introduz na noção de conjugalidade uma nova perspectiva, baseada no princípio de que a relação só se mantém enquanto for prazerosa para ambos.

Conforme esse autor, o amor romântico abriu o caminho para o amor confluyente. O amor romântico implica em uma sensação de totalidade com o outro, nascida a partir da identificação projetiva, na qual os parceiros se atraem e se unem, configurando a busca de uma pessoa especial. O amor confluyente se afasta desse tipo de busca e privilegia o relacionamento especial. Nele se presume que haja igualdade no doar e receber. O amor confluyente não é necessariamente monogâmico, pode não incluir a idéia de exclusividade sexual. O que mantém o

relacionamento é o que os parceiros consideram como “desejável e essencial”, ou seja, o suficiente para que se justifique a continuidade da relação.

Visto sob esse prisma, o compromisso é uma questão problemática. A conjugalidade contemporânea poderia se afigurar como ameaçadora – em seu aspecto de vínculo, ainda que não duradouro – para a geração jovem. No entanto, de acordo com uma pesquisa de campo sobre as atitudes de jovens solteiros diante da família e do casamento, Jablonski (2005) enfatiza que apesar da tão difundida crise anunciada do casamento, os jovens continuam desejando se casar. De acordo com os resultados obtidos ao longo de sua pesquisa, destacamos duas questões em relação ao casamento.

A primeira diz respeito às respostas referentes à perda de liberdade e privacidade imposta pela vida a dois. Isto quer dizer que o espírito do individualismo se sobrepõe ao que é esperado de uma vida em comum. A segunda se refere à grande importância dada ao amor. O autor avalia este resultado como indicativo de um processo de idealização deste sentimento, uma vez que ele é priorizado na relação, a despeito de outros fatores, igualmente importantes na constituição do casamento, como o companheirismo, a parceria. O imaginário dos jovens estaria impregnado da visão *hollywoodiana* do mito do amor eterno e da paixão avassaladora.

De todo o modo, este autor aponta transformações no horizonte do casamento contemporâneo e atribui ao fato, alguns fatores que contribuiriam para a sua configuração. Dentre eles, destacamos a expansão do individualismo, o aumento da longevidade, a forma de valorização do amor e da sexualidade em nossa cultura e o processo de secularização. Acrescentamos a esses fatores, a questão do gênero, muito discutida atualmente nos casamentos e nos relacionamentos afetivos.

Conforme o censo de 2005, relativo ao estado civil da população brasileira e realizado pelo IBGE, a idade média ao casar era a de 30 anos para os homens e de 27 para as mulheres, ou seja, 3 anos a mais do que em 1984 para ambos os lados. A esses dados adicionamos as taxas, apontadas por esse mesmo censo, de casamentos e divórcios, para que possamos refletir sobre essas realidades. Em 2005, houve um divórcio para cada três casamentos. Segundo os gráficos da pesquisa e tomando um grupo de mil jovens e adultos como amostra da

população, em 1984, 11, 4 indivíduos se casaram legalmente; em 1994, 7,3 e em 2005, 6,3. Em relação ao divórcio e para o mesmo grupo citado, em 1984, 0,5 indivíduos se divorciaram; em 1994, 1,1 e, em 2005, 1,3.

Por outro lado, as taxas de recasamento nos informam que em 1984, 5,0 % da população recasou-se; em 1994, 8,3 % e em 2005, 14,1 %, sendo que, de acordo com a amostra, ao menos um dos cônjuges era divorciado ou viúvo. Esses dados demonstram que dissolver a primeira união e realizar um novo matrimônio são gestos cada vez mais freqüentes na sociedade brasileira contemporânea. Ao lado disso, a pesquisa do IBGE aponta que as uniões não formalizadas, em 1960, representavam 6,5 % dos casais e em 2005, 28,5 %. Ao refletirmos sobre esses números, percebemos que a curva decrescente só vale para a primeira união formal, ou seja, o casamento no grupo dos solteiros.

Para Mello (2006) a introdução do novo Código Civil, em 11 de janeiro de 2003, mudou a postura dos indivíduos em relação ao casamento. Com as novas normas, o casamento de “papel passado” e as uniões consensuais não formalizadas acabaram se tornando iguais no que concerne os direitos e deveres. Paralelamente, o que antes era um fenômeno das classes sociais mais baixas da sociedade, hoje pode ser visto como um estilo de vida e plenamente difundido nas classes médias e altas. De toda maneira, 49 % da população brasileira se denomina como casada: entre o restante 37 % são solteiros, 9 % são separados e 6 % são viúvos, como sublinha a pesquisa nacional do Datafolha 2007.

Se quisermos nos aventurar, em uma breve incursão, nas diferenças de gênero em relação à esfera do casamento, a pesquisa da demógrafa Elza Berquó da UNICAMP nos será útil. O percentual de mulheres casadas na faixa etária dos 20 aos 29 anos é de 31,7 % e o de homens, na mesma faixa etária, 21,3 %. Nessa população há um excedente de 1,4 milhão de jovens solteiros, viúvos ou divorciados. Já na faixa dos 30 aos 40 anos, 54 % dos homens estão casados e 55,7 % das mulheres estão casadas e o excedente das não-casadas em comparação com os não-casados é de apenas 99 mil.

Nas faixas etárias subseqüentes, o IBGE aponta que há um excedente de mulheres não-casadas, expressivamente superior aos dos homens não casados. Por exemplo, a partir dos 70 anos, 26,5 % de mulheres estão casadas, assim como 62,9 % dos homens, ou seja, há 38 homens não-casados para 100 mulheres não-

casadas. Talvez esses números revelem uma longevidade menor no gênero masculino aliada a uma maior possibilidade, para os homens, de morte violenta, ou, ainda, a ocorrência de uma chance menor para as mulheres de encontrarem parceiros, à medida que envelhecem.

Todo o interesse e o debate da sociedade em relação ao casamento atravessam e bombardeia o imaginário dos nossos jovens adultos. Essa instituição é discutida por inúmeros veículos midiáticos, é capa de revista, tema de telenovela, assim como está presente na universidade, nos grupos de pares, nos relacionamentos afetivos e nas conversações no mundo privado familiar. Enfim, é um tema debatido em quase todos os setores da esfera social. A pesquisa do Datafolha 2007 aponta que, entre a população masculina na faixa etária compreendida entre 16 e 25 anos, 92 % consideram a instituição do casamento ótima; e a diferença em relação às mulheres é de apenas três pontos percentuais: 89 %. A partir dos 41 anos, observa-se a mesma opinião para 87 % dos homens e 77 % das mulheres.

Goldenberg (2001) afirma que, atualmente, os casamentos são desfeitos com mais facilidade e que, em compensação novos casamentos se realizam em sucessão. Nessa perspectiva, compreendemos que alguns falsos mitos de união e divisão sexual possam ter caído por terra, deixando lugar para a invenção do casal que se deseja construir. Para tanto, de acordo com a autora, “novas idéias expressam melhor o que efetivamente ocorre no cotidiano de um casal, como respeito às diferenças e ao espaço do outro, negociação diária, diálogo permanente, troca, crescimento mútuo” (p. 101). Assim, a invenção da parceria amorosa seria uma batalha diária e permanente, sem segurança nem estabilidade.

Essa autora focaliza, em sua discussão acerca da invenção do casal, algumas noções elaboradas por Simone de Beauvoir na obra *O Segundo Sexo*, as quais consideramos de suma importância para a compreensão do que seja o casamento na atualidade. Aqui, destacamos aquela em que a autora francesa expõe sua aversão à idéia de indissolubilidade da união, ou seja, a prerrogativa de que os indivíduos devem se bastar por toda a vida. Beauvoir admitia que este imperativo vem a ser um impasse gerador de hipocrisias e infelicidade na união.

Goldenberg nos esclarece acerca da sobrevivência em cada indivíduo, de um modelo de família nuclear, assim como de diferentes modelos de

masculinidade e feminilidade. Diante disso, compreendemos que possa não existir muita clareza no domínio do que seria norma ou desvio na conjugalidade. A essas questões se somam ainda outras e, no entanto, destacamos a noção da sexualidade na relação conjugal, que se delinea como hiper-valorizada na cultura brasileira. A norma balizadora da vida sexual dos casais prescreve a atração e a satisfação nesse domínio, compelindo os indivíduos a se obrigarem ao exercício de uma vida de eternamente recém-casados. Segundo a autora, essa imposição instiga, entre os parceiros, o questionamento de sua felicidade sexual. “Comparando-a com a de outros casais imaginários” criam uma fantasia mais real que a realidade, o que pode desequilibrar a relação.

Se concordarmos com Giddens (1992) quanto à continuidade da relação estar atrelada ao que os parceiros consideram prazeroso no âmbito do relacionamento, as questões da fidelidade e da infidelidade se afiguram como pontos nodais na avaliação do casamento. A pesquisa do Datafolha 2007 nos mostra que tanto para os homens quanto para as mulheres, a fidelidade é o item mais importante da união, mais ainda que o amor. Para a pergunta, “o que é mais importante no casamento?”, 38 % responderam a fidelidade e 35 %, o amor. Podemos pensar que a fidelidade tornou-se tão importante, em função da facilidade do laço conjugal ser desfeito, e o casamento só é bom quando há confiança e prazer na convivência. Parece que não se espera mais a tolerância diante da traição, como em momentos anteriores da nossa história.

De acordo com Magalhães e Féres-Carneiro (2003) a conjugalidade representa uma oportunidade de recriação dos eus e a sua transformação em um “nós” conjugal. Esse ponto de vista é bastante adequado à nossa discussão, por instaurar no convívio conjugal, a possibilidade de expansão das subjetividades envolvidas. A nosso ver, essa visão oferece uma versão menos sombria da conjugalidade e, assim, mais otimista no que tange a seus aspectos ampliadores e facilitadores do crescimento dos eus em questão. A conjugalidade, compreendida como o nós conjugal, mobiliza nos cônjuges reestruturações subjetivas, fundadas no compartilhamento e no entrelaçamento vivido na experiência amorosa. Dessa forma, a conjugalidade se apresenta como um valor estruturante, “os parceiros se transformam, a partir da utilização do outro como instrumento de recriação do eu” (p. 50).

A noção de conjugalidade em Magalhães (2003) surge da experiência de ilusão e se direciona à experiência de integração. Isso quer dizer que o eu é instaurado a partir de um nós primitivo. Para tal afirmação, a autora recorre à obra de Winnicott, que discorre com imensa competência sobre a construção da subjetividade humana. Como esse autor escreve, em *Da Pediatria à Psicanálise* (1952), a “primeira mamada teórica” configura o potencial criativo do indivíduo, surgido da necessidade, a um estado propício à alucinação. Trocando em miúdos, a mãe providencia tudo que o bebê precisa nesse momento de fusão com o mesmo e essa repetição de situações dá início a uma capacidade especial deste bebê, a de usar a ilusão. Se no lugar dessa ilusão puder existir “um polegar, a ponta de um cobertor e, sucessivamente, uma boneca de pano ou um ursinho, teremos um objeto transicional” (p. 311).

Esse objeto transicional acontece em uma realidade compartilhada, que supõe a existência de um espaço intermediário, no qual tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva podem se integrar, discriminar e se reintegrar. Assim, Magalhães propõe que na vivência da conjugalidade, essa experiência de transicionalidade encontra um terreno bastante favorável. A alternância entre as realidades subjetiva e objetiva, vivida na experiência amorosa, proporciona possibilidades de expansão e reestruturação dos eus.

Winnicott em *Tudo começa em casa* (1970), discorre acerca do viver criativo nos limites do casamento. Esse autor afirma que se o indivíduo “já foi feliz”, pode suportar a dificuldade em relação à curva decrescente do amor na relação conjugal e dispor de uma capacidade de fluidez e flexibilidade na condução da vida a dois. Isso quer dizer que o indivíduo só passa para a desilusão e a aceitação do princípio da realidade a partir da base da ilusão, da experiência de onipotência e de criação de um mundo segundo suas necessidades e em seus primeiros momentos de vida. Após viver a onipotência ele pode experimentar as limitações que o mundo impõe.

Na vida a dois o indivíduo pode experimentar a dependência e independência, a diferenciação e a indiferenciação, configurando um jogo dinâmico ou um brincar, estabelecido na alternância entre os mundos subjetivo e objetivo. A experiência amorosa é vivida no espaço transicional, ela não é nem fantasia e tampouco realidade.

Quero esclarecer que uma dúvida filosófica está envolvida até o último detalhe da experiência do viver criativo – isso porque, quando estamos em gozo de nossa sanidade, realmente só criamos aquilo que descobrimos. Até mesmo nas artes não podemos ser criativos no vácuo, a menos que sejamos solistas num hospício ou no asilo de nosso próprio autismo. (Winnicott, 1970, p. 38)

Portanto, no cotidiano da vida conjugal é possível exercer a capacidade de surpreender o outro, ou seja, entre frigideiras e gravatas pode-se ampliar o campo para um viver criativo.

## 2.3

### A revalorização do espaço familiar

Quando nos vem à mente o termo família, uma das primeiras associações vislumbradas pode vir a ser a hereditariedade, a herança, aquilo que se recebe dos pais e das gerações anteriores. A opção por iniciar esse item abordando tal tema baseou-se, também, em sua possibilidade de viabilizar um debate, colocando em pauta o viés cultural implícito e o peso dessa bagagem na subjetividade contemporânea. Entendendo que é na esfera da intersubjetividade, ou no campo das relações, que os herdeiros decidem o que vale a pena manter do que foi recebido.

Apesar de estarmos conscientes e bem informados por todo um conjunto de pensamento crítico em relação ao *modus vivendis* contemporâneo, acreditamos que o mundo que nos antecedeu não era o melhor dos mundos. Também não temos motivos para crer que o mundo atual seja melhor, porque o anterior não era bom. Assim, indecisos, realizamos nossas escolhas. Lipovetsky (1997) afirma que continuamos guiando nossas ações, classificando-as e hierarquizando-as, segundo suas potencialidades de gerar o bem e o mal, à moda da tradição. Nessa perspectiva a idéia de herança implica em uma espécie de filtragem, de escolhas e de estratégias.

Podemos partir do princípio de que o que recebemos não é uma escolha, de que somos passivos diante da herança. De certa forma, somos obrigados a receber algo que é mais antigo, mais poderoso e duradouro do que aquilo que é visto à nossa frente. Entretanto, para que possamos reafirmar o que herdamos ou trilhar outros caminhos é preciso agir ativamente, e por isso escolhemos, preferimos,



sacrificamos, excluímos, deixamos de lado etc. A responsabilidade perante o que herdamos se desdobra na responsabilidade daquilo que está por vir, do que é escolhido.

Derrida (2001) afirma que a herança é uma dupla lei, que nos coloca em uma injunção contraditória: “receber e, no entanto, escolher, acolher o que vem antes de nós e, no entanto, reinterpretá-lo”. (p. 14) Em outras palavras, para que a herança se mantenha viva, há que se reinterpretar, se criticar, se deslocar no sentido da busca de transformação: é preciso condenar para salvar. Assim, ela ordena dois gestos ao mesmo tempo, nos elege e nos faz escolher preservá-la. Pensando desse modo, o herdeiro não é somente aquele que recebe, é alguém que escolhe e que trabalha arduamente para decidir. Nesse sentido, a vida em família coloca essa questão de uma forma definitiva.

A vida em família, de um modo geral, foi severamente criticada nas décadas de 1960 e 1970 pela contracultura, pelo feminismo e pela anti-psiquiatria, por representar uma arena de conflitos na qual os sentimentos do indivíduo eram violentados. Na qualidade de herdeiros, os filhos viam seus horizontes de escolha mais reduzidos. E foi nesse cenário de ataque à família que a geração de pais por nós focalizada viveu os seus tempos de juventude. Essa geração de pais estabeleceu uma ruptura em relação a seus pais. O espaço familiar destes coabitantes constituía uma espécie de campo de batalha no qual eram vividos conflitos e coexistiam diferentes visões de mundo. A partir desta ruptura e ao lado dos seus ideais libertários, parece que aqueles jovens traçaram para si um projeto de vida familiar oposto ao de seus pais.

Paralelamente, muita coisa mudou no campo sociocultural a partir da década de 1970 até os dias de hoje. No plano das relações interpessoais, por exemplo, sob a influência do individualismo e do igualitarismo, a própria idéia de família foi reinventada. A noção de família igualitária, em linhas gerais, foi forjada em um reino de pluralidades de escolhas no qual as diferenças individuais são percebidas como mais importantes que as diferenças sexuais e de idade. Assim submetidos ao princípio da igualdade, os papéis e os relacionamentos familiares sofreram mudanças expressivas.

Em estudo anterior (Henriques, 2004), apontamos a amizade e a cumplicidade, como normatizadoras das relações entre os pais e os filhos adultos

entrevistados. De tal forma essas qualidades afetam os relacionamentos, que podemos dizer que imprimem a esse universo familiar um percurso rumo ao igualitarismo relacional, ao mesmo tempo que esmaecem a hierarquia parental de outros tempos. As relações se processam entre “quase-iguais” e parecem ser regidas pelas mesmas normas que norteiam as relações interpessoais de um modo geral, isto é, sem exigências e expectativas. No entanto, percebemos nas falas de nossos informantes um jogo inter-relacional que consiste no exercício de certo controle por parte dos pais, realizado de forma invisível, porém percebido pelos filhos. Estes participam desse jogo aceitando as regras no plano do discurso e não no da ação. Isso quer dizer que pode existir uma hierarquia velada e não praticada.

DaMatta nos fala de uma prática hierárquica não descolada da sociedade e da família brasileira de hoje, assim como, de uma herança do sistema patriarcal que confere à esfera relacional, um território de contradições, que “assombra a nossa existência”. Acreditamos que os mecanismos e acordos estabelecidos entre os membros da família visam a criar uma prática que garanta a continuidade, o prolongamento da convivência de uma forma confortável para todos. Todavia, a democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. Existe um paradoxo em nossa sociedade, aponta DaMatta (1978), um descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico.

Nesse sentido, ampliando o nosso olhar, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizada. Esta coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de acordo com o contexto em que atuam. Uma capa igualitária encobre um corpo ainda hierarquizado no sistema social. Em alguns rituais, o autor sublinha:

(...) nos colocamos muito mais ao lado das escalas hierárquicas e dos *caxias* – que sistematicamente queremos esconder ou, o que dá no mesmo, achamos que não devemos mostrar, pois cada qual deve saber o seu lugar – do que das associações espontâneas, livres e amorosas dos futebóis, cervejas na praia, carnavais e samba. (DaMatta, 1978, p. 182)

Sem dúvida, um dos desafios de nossos tempos é o convívio entre os valores tradicionais e a modernidade. A perda de valores, ou mesmo uma idéia de perda, leva à angústia e à perplexidade. Os prenúncios de catástrofes e profecias,

sempre habitaram o imaginário do indivíduo, e contudo, hoje, este vaticínio muitas vezes coloca o mundo de pernas para o ar, o que é altamente desorientador.

Neste contexto, Lasch (1977) se alinha aos pensadores que apresentam um mundo em processo de decomposição, no qual não há lugar para a coexistência dos valores familiares e rituais e tradições.

Os mesmos acontecimentos históricos que tornaram necessário estabelecer uma vida privada – especialmente a família – como refúgio do mundo cruel da política e do trabalho, como santuário emocional, invadiram este santuário e o submeteram ao controle externo. O retraimento à privacidade já não serve para sustentar os valores ameaçados de extinção. (Lasch, 1977, p. 24)

Sendo assim, a tentativa de consertar a família, impetrada pelo mundo público, traria consigo o germe da destruição. A família, vista dessa maneira, se apresentaria como uma instituição sitiada, em um processo de erosão.

Por outro lado, Costa (2004) nos lembra que, querendo, ou não, somos todos contemporâneos e não há como recuar na história. Mas aceitar que tanto os ideais de felicidade quanto os da vida como entretenimento causaram profundas marcas na dimensão dos valores, não quer dizer que devemos nos submeter às idéias de desmoronamento do que é tradicional. “A tradição não se perdeu. Nós, contemporâneos, é que lutamos para retirá-la de seus nichos seculares...” (p. 16)

Uma versão do universo familiar menos drástica e mais amena nos é apresentada por Lipovetsky (2002). Esse autor nos informa sobre uma família reinventada, diante das condições vividas na modernidade. Lipovetsky ressalta que a sociedade atual traduz o apagamento da moral tradicional, dos deveres, das obrigações e dos sacrifícios. Essa lógica de reinvenção encontra eco na família, pois, apesar do grande número de divórcios, uniões livres e filhos fora do casamento, a família se encontra novamente no pedestal, segundo sua visão.

O novo sopro ideológico da família não significa de forma alguma uma reabilitação dos deveres familiares, ou seja, submissão do indivíduo aos deveres em relação à coletividade representada pela família, mas ascensão de uma família psicologizada, *à la carte*, emocional, gerida segundo os princípios da autonomia individualista. (Lipovetsky, 2002, p. 28)

Dessa forma, o individualismo não significaria o fim da responsabilidade e da solidariedade e sim implicaria em uma nova forma de participação, mais livre e menos rígida.

Cabe aqui introduzir o pensamento de Singly acerca do individualismo contemporâneo e dos seus raios de ação sobre a esfera das relações. Esse autor em *Les uns avec les autres* (2003), sublinha a importância do laço, seja ele social, político ou afetivo, no debate sobre o mundo contemporâneo. Nos dias atuais, para Singly, o laço é “leve” (*souple*): contudo, afirma que o indivíduo verbaliza o desejo de obter um laço mais forte. Por outro lado, esse indivíduo não quer abrir mão do que poderia significar uma diminuição de sua liberdade. Essa discontinuidade no plano do discurso resvala em possíveis reflexões sobre os constrangimentos e obrigações de um laço consistente e na escolha e eleição de um laço mais leve, porém mais afeito às intenções do indivíduo de hoje. Esse tipo de laço se define a partir de suas características de liberdade, eleição e ruptura. “O laço será composto de fios menos sólidos que os fios anteriores, todavia, significará mais.” (Singly, 2003, p. 21)

Para aprofundar o seu ponto de vista sobre o laço, Singly recorre a uma esquematização do conceito de modernidade, a qual divide em dois momentos históricos. O primeiro período da modernidade se situa entre a revolução francesa e a metade do século XX e, nele, o indivíduo surge como um ser dotado de duas dimensões essenciais para a sua vida em sociedade. Uma diz respeito ao seu pertencimento à comunidade humana: a outra, ao seu pertencimento a uma nação. Ou seja, o indivíduo se define como “homem e cidadão”. “Ele deve também se emancipar de si mesmo, renunciar a suas paixões, seus amores, seus afetos, ou ao menos, os deslocar para a sua vida privada”. (p. 25)

O segundo período da modernidade, situado após a década de 1960, é o tempo da diferenciação pessoal. O indivíduo não aceita mais uma identidade tão fixa, ele deseja conhecer partes de si distintas e reivindica a originalidade. A psicologização da sociedade contribuiu para essa versão do indivíduo. Singly declara que entre essas duas posições não existe ruptura.

A diferenciação dos traços pessoais (que podem ser traços estatutários ou um pertencimento a um grupo ou outro) só faz sentido se for associada à emancipação. As dimensões pessoais não podem, em princípio, serem dimensões herdadas, impostas, elas se submetem a um trabalho crítico e a uma confirmação eventual. (Singly, 2003, p. 236)

Dessa forma, se concordarmos com o autor, essas duas versões do individualismo são complementares, não há uma hierarquização.

Já para Dumont (1983), o individualismo é o valor fundamental da sociedade moderna. É o conceito de indivíduo que, na esfera da ideologia, inaugura a modernidade.

Distinguímos dois sentidos da palavra indivíduo: o sujeito “empírico” da palavra, do pensamento, da vontade, amostra indivisível da espécie humana, tal como o observador encontra em todas as sociedades; o ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente), não social, tal como se encontra, sobretudo, em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade. (Dumont, 1983, p.75)

O autor conecta essa concepção de indivíduo como ser uno, autônomo e responsável por seus próprios atos à constituição do cidadão moderno, remetendo assim o conceito de individualismo às origens do pensamento democrático, baseado nos direitos iguais para todos. Dessa forma, articula a noção de indivíduo a um contrato social garantido pelo Estado e pelo qual este direciona direitos e deveres. Segundo sua visão, existe uma correlação entre os ideais igualitários e libertários experimentados a partir da Revolução Francesa e o surgimento e a hegemonia do conceito de indivíduo como valor social.

Também Simmel (1917) nos apresenta duas noções de individualismo. A primeira, a de *singleness* – tal como em Dumont inspirada no iluminismo –, baseia-se numa revolução quantitativa ou numérica, na qual o indivíduo se destaca do todo social como uno e se faz representar na idéia de igualdade, na crítica à hierarquia, entre outros. A segunda noção – embalada no contexto do romantismo alemão de fins do século XVIII, e indo além da visão de Dumont – é a de *uniqueness*, a qual diz respeito ao individualismo da singularidade, da diferença ou da qualidade. Voltado para a exploração das paixões, da interioridade, da idiosincrasia, esse individualismo prega que “cada um é singular”.

Assim, segundo Simmel, pode-se identificar uma trajetória histórica no conceito de individualismo, embora essas duas noções não tenham sido

excludentes, uma vez que coexistiram no século XIX. Para Coutinho (2002) as duas revoluções individualistas apontadas por Simmel são atualíssimas no mundo de hoje, onde a falência do ideal universalista presente no contrato social contribui para a instauração de um novo modelo de individualismo.

Singly (2005) renomeia os dois tipos de individualismo, um é classificado como abstrato e o outro, como concreto. O primeiro, o abstrato, designa tudo que é comum a todos os seres humanos, ou seja universal. O segundo, o concreto, busca o que é diferente em cada um, a originalidade, as características únicas que requerem um tratamento diferenciado; nesse sentido, ele é particular. De acordo com nosso ponto de vista, Singly ao renomear os dois tipos de individualismo, busca romper com a hierarquização que subjaz essa discussão. A tensão entre esses dois termos, um que une e outro que separa, “é respeitável e uma exigência moral”. Não se busca, somente, a igualdade, mas também o reconhecimento da diferença. Por isso, o individualismo só pode ser um humanismo se conseguir conservar certo equilíbrio entre o universal e o particular.

Dessa forma, o indivíduo individualizado busca suas dimensões de pertencimento segundo sua escolha e reivindica um tratamento que respeite e assegure suas conquistas pessoais. Nesse caso, ele procura viabilizar laços – ainda que menos fortes e consistentes – que possam unir sem enclausurar e, assim, permitir novas possibilidades de viver junto. Acreditamos que no âmbito da convivência familiar prolongada, aqui focalizada, os indivíduos em suas esferas relacionais exercitem essas prerrogativas democráticas acima expostas. Paralelamente, entendemos que o risco e a incerteza, aspectos colados aos laços contemporâneos, possam ser relativizados nos limites da convivência em família, sobretudo nesta, da qual falamos.

Vaitsman (1994), em sua pesquisa sobre as novas identidades familiares nas circunstâncias da pós-modernidade, enfatiza que as transformações observadas no âmbito do casamento e da família se devem às aspirações individualizantes da atual geração, em contraste com a visão de mundo e de diferenças de gênero da geração anterior, as quais se baseavam na rigidez e na padronização de papéis. A classe média urbana brasileira, foco do estudo da autora, reduto de normas rígidas e papéis sexualmente hierarquizados, foi atravessada pela heterogeneidade e diversidade dos comportamentos

contemporâneos que construíram profundas mudanças nos padrões do casamento e da família.

Essas transformações foram calcadas nos novos posicionamentos femininos, conquistados sob a perspectiva do individualismo, e na flexibilização dos papéis e comportamentos tanto do homem quanto da mulher, observados nas práticas familiares e conjugais atuais.

Aprofundando a flexibilização dos comportamentos, observou-se a tendência a que homens e mulheres desenhasssem mais claramente os contornos de suas individualidades e de suas diferenças. Redefinindo permanentemente suas prioridades, quebram ainda mais a rigidez do discurso. Nos anos 90, a participação nos domínios públicos e privados não se coloca mais como uma coerção. (Vaitsman, 1994, p.174)

De forma que podemos dizer que a família vivenciou o conflito entre a proposta igualitária e a prática hierárquica e pôde então transformar-se em função dessas novas realidades. Isso não quer dizer que a família estruturada em posições hierárquicas não exista mais; ela convive com outras alternativas de convivência baseadas na pluralidade e heterogeneidade. No entanto, os primeiros tempos do individualismo e do igualitarismo resvalaram num discurso rígido de diferença hierarquizante entre os sexos, o que, em termos de convivência familiar, provocou um alto nível de conflitos. Esses momentos iniciais do processo desdobraram-se então em uma flexibilização maior de posicionamentos, permitindo assim que as diferenças individuais pudessem ser mais claramente delineadas. Com isso, ao lidar com situações cambiantes e transitórias o indivíduo pôde mudar sua visão de mundo e criar novas possibilidades na prática relacional.

Terminamos esse item com uma citação de Roudinesco (2002), que resume a sua concepção sobre o valor perpetrado à família nos dias de hoje. A autora afirma não adotar as visões apocalípticas da destruição ou da dissolução da família, comum a um grande número de pensadores contemporâneos. Pelo contrário, considera que a família vem enfrentando a desordem e se tornando um lugar de resistência. Em suas palavras.

para os pessimistas que pensam que a civilização corre o risco de ser engolida por clones, bárbaros bissexuais ou delinquentes da periferia, concebidos por pais desvairados e mães errantes, observamos que essas desordens não são novas – mesmo que se manifestem de forma inédita – e sobretudo que não impedem que a

família seja atualmente reivindicada como o único valor seguro ao qual ninguém quer renunciar. Ela é amada e sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças de todas as idades, de todas as orientações sexuais e de todas as condições. (Roudinesco, 2002, p. 198)

### 2.4.1

#### **A metáfora do acolhimento, a transicionalidade no âmbito das relações**

A concepção do território familiar, como o lugar de acolhimento, confiança e apoio, nos leva a associá-la a algumas das contribuições da psicanálise de Winnicott. Essa abordagem, consoante com alguns pontos da teoria do autor, indica o ambiente familiar como fundamental na construção da subjetividade do indivíduo, entendendo essa construção como aberta, incompleta e em pleno devir. Uma vez que esse indivíduo incompleto interage nesse espaço, buscando sua continuidade de ser, entendemos a relação interativa entre ele e seus pais, como o lugar no qual se desenvolvem trocas de dimensões subjetivas e objetivas, que permitem a expansão desses *selves*.

Encontramos no vocabulário do autor a ênfase na importância fundadora do ambiente na vida humana. Através das relações com este ambiente o indivíduo forma sua identidade e integra o seu *self*: dessa maneira se torna apto ou não a lidar com a realidade ao seu redor. Para Martins (2002), uma relação psiquicamente saudável com o ambiente se dá pela expressão criativa de si, pelo brincar com a realidade. Sendo assim, recria-se esta realidade, no sentido de estar nela de um modo singular.

Winnicott, ao falar da relação analítica, descreve um lugar, o *setting*, no qual se estabelece um ambiente de sustentação, em que o paciente se sente em confiança para readquirir sua espontaneidade, sem esperar por isso retaliações, dessa maneira ele pode reencontrar uma posição criativa de vida. Esse lugar de confiança se transforma em um espaço potencial, de fenômenos transicionais e de recriação de mundo, no qual o indivíduo modifica o seu ambiente ao mesmo tempo que se modifica neste processo de interação.

Talvez possamos nos permitir associar esse espaço potencial do *setting* com certos momentos vividos no espaço relacional familiar, no qual o indivíduo



pode viver e expressar seus sentimentos na situação interativa, em um clima de confiança e apoio. Esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dimensão interacional no cotidiano familiar. O autor, ao falar de seu trabalho clínico na conferência *Formas Clínicas da Transferência* (1955-6), sustenta que:

O comportamento do analista, representado pelo que chamei de contexto, por ser suficientemente bom em matéria de adaptação à necessidade, é gradualmente percebido pelo paciente como algo que suscita a esperança de que o verdadeiro eu poderá finalmente correr os riscos implícitos em começar a experimentar viver. (Winnicott, 1955-56, p. 395)

Em família e em se tratando de um ambiente suficientemente bom, o indivíduo poderia se manifestar de uma forma espontânea e expressar, mesmo que seja em raros momentos, seus sentimentos reais e verdadeiros.

De acordo com Armony (1997), Winnicott introduz um novo paradigma ao pensamento humano quando discorre sobre o conceito de espaço potencial. O espaço potencial é também intermediário, pois é o lugar onde se pode perceber a objetividade das coisas sem perder a noção da subjetividade. O menino que brinca de bombeiro é exemplar neste caso: ele é menino e bombeiro, habitando assim um espaço que é objetivo e subjetivo, intermediário ou potencial. No contexto teórico winnicottiano, há variações no que se refere à nomeação deste espaço e cada uma delas incorpora diferenças sutis: área da cultura, área de repouso, área de brincar, espaço intermediário, espaço transicional e talvez ainda outros.

De início, o bebê é o mundo, tudo acontece na experiência de onipotência na qual é preciso a colaboração do ambiente, ou seja, da mãe. A mãe advinha o que o bebê precisa e comparece com o seio: o bebê, então, tem uma experiência de ilusão, uma forma vigorosa de conexão com o mundo, ele se sente ligado ao mundo por ser seu criador. Ele o criou, assim como criou a mãe: esse mundo não é o não-eu. Contudo, é preciso que a mãe falhe, frustre, desiluda, para que seu bebê possa adquirir um eu (Winnicott, 1962).

Portanto, é preciso que a mãe falhe e se afaste para que o ursinho possa aparecer, esta seria a primeira posse do não-eu, um objeto de transição entre o subjetivo e o objetivo. No início, este objeto transicional é mais subjetivo que objetivo, porém aos poucos esta proporção vai mudando. À medida que a criança

crece, o objeto vai caminhando em direção a um limbo, vai sendo desinvestido e essa área ocupada por ele passa a abrigar interesses culturais, artísticos, religiosos<sup>2</sup>. Do ursinho à cultura, assim segundo Winnicott (1971), pode ser descrito o caminho do bebê, desde o puramente subjetivo até a objetividade, da relação mãe-bebê à vida adulta e o viver adulto.

Introduzi os termos objetos transicionais e fenômenos transicionais para designar uma área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto. (p. 14) ... a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1971, p. 15)

O autor aponta uma tensão no relacionamento entre a realidade interna e externa: contudo reitera que o alívio para esta tensão se encontra no espaço intermediário, um espaço que vivemos em situação de saúde. Essa tensão apontada revela uma noção de paradoxo como um valor na dimensão da subjetividade, um paradoxo que deve ser tolerado e não considerado como uma tendência a pensar de um modo que privilegia a clivagem das coisas. Dessa forma, a dinâmica transicional implica na noção de que a mãe incentiva a separação e ao mesmo tempo impede que ela aconteça, no espaço potencial. “Poder-se-ia dizer que com os seres humanos, não pode haver separação, apenas uma ameaça dela, e essa ameaça é máxima ou minimamente traumática, conforme a experiência das primeiras separações”. (1971, p. 150)

Comentando Winnicott, Costa (2004) sublinha que a idéia de separação e a ameaça de separação não são disjuntivas por serem “disposições mentais relativas ao escoamento do tempo e não descrições de posições ocupadas pelo sujeito e o objeto em diversos lugares do espaço geométrico”. (p. 101) Sendo assim, seriam estados diferenciados da dimensão do tempo e não do espaço, pois a ruptura remete ao fato de que o bebê espera reencontrar o objeto desaparecido e a ameaça se impõe como uma angústia de não reencontrá-lo.

---

<sup>2</sup>É preciso destacar que o desinvestimento do objeto transicional se opõe ao conceito de sublimação em Freud, segundo Armony, pois a criatividade emerge diretamente da área ocupada por ele.

Nesse sentido, o espaço potencial diz respeito ao tempo em que a mãe está ausente do mundo do bebê. A noção de família como possibilidade de um espaço de acolhimento e confiança ganha, assim, mais consistência com a idéia de espaço potencial, lugar no qual se pode obter um relaxamento, um alívio de tensões e a capacidade de fantasiar. Para tal, este espaço estabelece um ambiente de sustentação, em que o indivíduo se sente em confiança para um viver espontâneo. O conceito de *holding* complementa essa percepção do espaço familiar como um espaço de potência, pois a noção de sustentação e acolhimento, envolvidas em seu significado, torna possível a existência do espaço potencial. Em sua genealogia, o *holding* remete à fase de dependência absoluta do bebê, Winnicott a chama de fase de *holding*. É a partir de um *holding* suficientemente bom que o bebê desenvolve a capacidade de integrar a experiência e desenvolver o eu.

No entanto, este conceito ultrapassa a relação mãe-bebê, se referindo, também, à relação com o ambiente. Para Abram (1996), a idéia de Winnicott de um ambiente de *holding* suficientemente bom inaugura-se com a relação mãe-bebê dentro da família e expande-se para outros grupos sociais. Assim, para Winnicott (1958), além de acolher, o *holding* limita e contém. (p. 411) “Dos braços da mãe até os braços da lei”: com essa idéia, Winnicott introduz um novo paradigma, que escapa de uma conceituação fixa e se amplia em uma nova forma de relação, isto é, do *holding* da mãe ao *holding* dos limites sociais.

Winnicott (1965), em *A Família e o Desenvolvimento Individual*, propõe um outro conceito, bastante relevante para o contexto de discussão da família e das noções de autonomia e dependência. Este seria o conceito de maturidade relativa. Conforme o autor, o adulto maduro tem a seu dispor todos os estados passados de imaturidade, e pode fazer uso deles por necessidade, por diversão, nas experiências secretas de auto-erotismo ou nos sonhos.

Há assim duas tendências. A primeira é a tendência de o indivíduo afastar-se da mãe, do pai e da família, adquirindo a cada passo maior liberdade de pensamento e ação. A outra tendência, que atua no sentido oposto, é a necessidade de conservar ou retomar o relacionamento com o pai e mãe. E esta segunda tendência que permite que a primeira constitua uma etapa do crescimento e não uma desarticulação da personalidade do indivíduo. (Winnicott, 1965, p.134)

Assim, no decorrer do seu desenvolvimento emocional, o indivíduo pode transitar entre a dependência e a independência. O indivíduo sadio é capaz de ir e vir livremente de um estado para o outro. De modo que a maturidade é algo que não se completa: é um *dever*.

Winnicott (1965) estabelece um elo entre a maturidade relativa e a saúde. Afirma que o indivíduo só atinge a maturidade emocional relativa, em um contexto no qual a família possa proporcionar o caminho de transição, entre seus cuidados e a vida social. E nesse sentido, a família tem duas funções: a de possibilitar que ele, indivíduo, volte a ser dependente quando precise e a de permitir a sua expansão no mundo, em círculos cada vez maiores. O indivíduo adulto, entendido em sua maturidade relativa, é capaz de se identificar com grupos sociais sem perder o sentido de sua continuidade de ser e sem sacrificar a sua espontaneidade: aí reside a possibilidade do viver criativo.

“Do homem do dever ao homem criativo”, através dessa assertiva, Armony (2006) propõe uma transição na qual o dever é substituído pelo prazer e aí se instala a noção de criatividade. A criatividade envolve a idéia de equilíbrio entre o subjetivo e o objetivo, é uma forma de se relacionar com o mundo, de sentir-se vivo e libidinalmente ligado a este mundo. De acordo com o autor o indivíduo já nasce criando: cria o seio, cria a mãe, cria o mundo. Dentro deste mundo de ilusão, a criança faz uso do objeto transicional, que a ajudará na passagem à desilusão: este processo é possível se o ambiente se apresentar como facilitador: ou seja, a atitude dos pais, no que concerne o objeto transicional é fundamental.

Para Abram (1996), dentro do pensamento de Winnicott, a posição ocupada pela experiência cultural se deve à capacidade do indivíduo de lembrar-se, de forma inconsciente, da proteção e apresentação do objeto bom pela mãe, em momentos iniciais da vida. “É precisamente esta experiência de “retenção da mãe na mente” que evolui até chegar às lembranças, tornando-se o lugar da experiência cultural.” (Abram, 1996, p. 89) Esta experiência é internalizada e proporciona a viabilidade do viver criativo, de forma que o viver criativo se faz no âmbito da relação precoce mãe-bebê. Assim, a genealogia da criatividade descreve uma criatividade primária que ainda é puramente subjetiva, que ainda não encontrou o objeto e busca o caminho da saúde, como um impulso inato.

Uma relação saudável com o ambiente é possibilitada ou possibilita um viver criativo. O brincar com a realidade é uma recriação, compreende o movimento constante de transformação. O viver criativo é, assim, uma forma ativa de participação no mundo. Quando falamos do espaço familiar, no qual a convivência é constantemente transformada através de mecanismos ou padrões que a reeditam, reinventam ou até mesmo rompem para recriar, referimo-nos, também, à espontaneidade e ao impulso criativo que direcionam a nossa existência e nossos relacionamentos.

Por isso, a experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos, sobre a qual nos propomos a refletir, se constitui como possibilidade de reconstrução constante dos mecanismos psicológicos que a caracterizam. A integração ou a alternância entre os estados objetivos e subjetivos proporciona a capacidade de expansão e reestruturação desses *selves*.

## 2.5

### **A cultura da juventude eterna, o mundo das sensações e a efemeridade**

A ambrosia servida por Hebe, filha de Hera, aos convivas do Olimpo, lhes proporcionava a eterna juventude. O mito grego reatualizou-se na contemporaneidade configurando a assertiva de que, em tempos de Narciso, a beleza da juventude é fundamental. Os modelos culturais deslocaram-se das imagens tradicionalmente privilegiadas da família e dos ancestrais para assentarem-se em novos padrões e, como nos diz Morin (1962), “o novo modelo é o homem em busca de sua autorealização, através do amor, do bem-estar, da vida privada.” (p. 152)

A juventude, maleável e plástica por excelência, é o objeto preferido da cultura de mercado, e, complementarmente, os jovens experimentam de forma mais intensa esse apelo cultural, orientando a produção dos bens a ela destinados. Assim, essa cultura desqualifica a velhice e desvaloriza a maturidade ao promover valores associados à idéia de juventude. “Sociologicamente, a cultura de massa contribui para o fenômeno do rejuvenescimento da sociedade.” (ibid., p.157)

Dessa forma, o estilo de vida jovem passa a representar os ideais que regem a vida social. O mundo adulto absorve esses valores e se identifica com os mesmos, constituindo o que Khel (1998) denomina de “*teenagização da cultura*”: todos querem ser jovens, belos, saudáveis e felizes. Segundo a autora, esse processo inverteu valores, ou seja, adolescentes que queriam ser adultos num passado recente, hoje prolongam sua adolescência e tudo o que não querem é ser adultos. E estes querem deixar a sua condição e serem reconhecidos como adolescentes.

Por outro lado, Calligaris (2000) sustenta que a finalidade da adolescência é clara: o adolescente quer tornar-se adulto; contudo, apesar de estar maduro no corpo e no espírito para alçar-se a essa condição, é impedido de fazê-lo por uma “moratória”. Ao adolescente é imposto um tempo de espera para o reconhecimento de sua condição de adulto. No entanto, segundo o autor, um “problema lógico complicado” se apresenta nesse contexto. Ao prescrever as palavras de ordem “seja independente” e “prove sua autonomia”, bem de acordo com o pensamento individualista, a sociedade induz à desobediência da moratória, ou seja, o adolescente, para ser reconhecido, precisa transgredir, não se conformar. Portanto, “desobedecer pode ser uma forma de obedecer, e obedecer talvez seja o jeito certo de não se conformar.” (p.31)

Acreditamos que a adolescência possa representar a interpretação de sonhos adultos, incluindo a transgressão, pois o não-conformismo adolescente alimenta a fantasia adulta de liberdade. Dito de outro modo, o adulto se identifica com o movimento libertário da transgressão e o paradoxo de tal situação se insinua na colocação da adolescência numa espécie de limbo e, ao mesmo tempo, na sua encenação como espaço dos sonhos adultos. Verifica-se dessa forma que a adolescência desponta como um ideal do mundo adulto contemporâneo no qual a rebeldia e o gozo da liberdade, valores exaltados na nossa cultura, se sobressaem como modelos identificatórios, configurando o “estilo de vida” jovem.

O neologismo *adultescente* revela o lugar ocupado pela adolescência como ideal cultural. Curiosamente, as representações da adolescência apropriadas pela indústria cultural, não se referem ao indivíduo desajeitado e em plena vivência de crise: pelo contrário, o representam exaltando seu corpo delineado e sua capacidade de busca constante do prazer. As estratégias de *marketing* comandam

esse mercado de consumo, comercializando os traços de identidade desses grupos e vendendo-os aos adultos, o que em última instância constitui uma verdadeira indústria da adolescência.

Ariès (1973) declarou que vivemos num mundo obcecado pelos temas da infância e da adolescência, no qual “todos querem prolongar a adolescência.” A adolescência, em particular, começa a ser vista como uma fase diferenciada da infância somente no início do século XX. Ela abrangia o intervalo dos 12 aos 18 anos, período claramente delimitado por rituais sociais e culturais. Em tempos atuais, o que existe é uma indefinição de suas fronteiras e uma ausência de rituais de iniciação para a vida adulta, o que vem ocasionando a protelação da sua consolidação e o conseqüente alargamento do seu tempo de duração.

Entendemos que o término da adolescência, sob a perspectiva psicanalítica, se constitui como um processo complexo de individuação que envolve a separação das figuras parentais e a vivência concomitante dos lutos a elas referidos. A fase final da adolescência vincula-se a uma maior integração social, a uma escolha amorosa e ao estabelecimento de novas pautas de convivência familiar. A consolidação dessa etapa, portanto, é um acontecimento vivido dentro da família, envolvendo todos os seus membros como atores principais.

Dolto (1988) nos diz que a adolescência é um estado psíquico amplamente influenciado por fatores psicológicos e socioculturais, podendo ser prolongada em função das projeções que os adultos e a sociedade lhe direcionam. “O papel de adolescente tardio é assumido a partir de uma imposição dos adultos e das restrições que lhe são feitas pelos mesmos, para a sua atuação na rede social.” (p.17-18) Dessa forma, o prolongamento da adolescência é um estado que se constrói a partir do momento histórico contemporâneo, que alimenta o imaginário do indivíduo com promessas que, caso sejam seguidas, podem garantir um lugar na comunidade dos jovens e saudáveis.

Conforme já dito, a fragilização dos laços voltados para as instituições tradicionais – como o trabalho, a religião, a família, entre outras – trouxe a reboque as condições para a instauração de sentimentos de identidade calcados no narcisismo e no hedonismo na atualidade. Narcisismo, no sentido da indiferença do indivíduo a compromissos com o outro e hedonismo, como recusa a projetos

peçoais duradouros. O cenário contemporâneo ainda conta com os ideais de felicidade, das sensações e da vida como entretenimento, para corroer os valores assentados pela tradição. Paralelamente, surge uma nova moralidade que acompanha os fatos com os quais deparamos.

A sociedade do espetáculo, proferida por Debord (1967), traduz a essência dessa premissa. Nessa sociedade, o indivíduo é um expectador passivo em um mundo de aparências, do qual de fato está excluído e onde nada lhe é garantido, além da fantasia de pertencer a um mundo espetacular. Vinte anos depois de formular essa teoria crítica, Debord (1987) afirmaria que:

A mudança de maior importância, em tudo o que aconteceu há vinte anos, reside na própria continuidade do espetáculo. Essa importância não decorre do aperfeiçoamento de sua instrumentação midiática, que já havia atingido um estágio de desenvolvimento muito avançado; decorre do fato de a dominação espetacular ter podido educar uma geração submissa a suas leis. As condições extraordinariamente novas em que viveu essa geração constituem um resumo exato e suficiente de tudo o que doravante o espetáculo impede; e também de tudo o que ele permite. (Debord, 1987, p. 171)

Essa visão do mundo como espetáculo, que segundo o autor ainda não se expôs ao risco de ser desmentida pela seqüência dos fatos históricos, reflete uma reordenação das coisas: o filtro midiático decide o que deve ser visto, significado e admirado. Através de mecanismos de diluição de imagens há o convite subjacente ao não pensar. Por exemplo, o indivíduo pode ser instigado a imitar o estilo de vida de uma celebridade: contudo, ao não conseguir se aproximar dessa “realidade”, deve se contentar com as partes acessíveis dessa personagem, para ser participante desse mundo.

Na esteira dessa moralidade, os ideais das sensações e do bem estar físico, incluindo aí a saúde, a beleza e a juventude se apresentam com alguma previsibilidade. Tomemos como exemplo os corpos, sobretudo os das elites privilegiadas social e economicamente: estes se tornaram alvo do ideal de felicidade sensorial. Na medida em que o mundo se transforma em algo distante, de difícil possibilidade de satisfação na esfera da ação, há um retorno à proximidade do corpo, pelo qual se pode obter a dita felicidade sensorial. Isto configura um círculo vicioso.



Costa (2004) ressalta que o ideal do prazer sensorial comporta uma contradição implícita, fundada no sentimento de passividade e impotência criado pela moral do espetáculo e pelo descaso e o desprezo da moral do entretenimento. Esse prazer, tanto em sua forma extática quanto mitigada, desencadeia a ambigüidade na vida do indivíduo. Parece-nos bastante útil avançar na discussão dessas duas formas de prazer, desenvolvida pelo autor em seu texto sobre o uso do corpo como objeto transicional. Uma das propriedades do prazer sublinhada por Costa é a intensidade. “Dizemos que um prazer é intenso se consegue, em condições e momentos precisos, acaparar a atenção do eu para si, às expensas do investimento em outros prazeres.” (ibid., p. 91) No aspecto da intensidade do prazer, podemos distingui-lo sob duas formas: o extático e o mitigado.

O prazer extático é efêmero, passivo, fugaz e situacional. Efêmero ele é por durar o tempo entre o início e o fim de um processo de excitação crescente. A passividade diz respeito à dependência completa em relação ao objeto de estímulo, segundo o autor: a auto-estimulação é um evento inexpressivo se comparado ao êxtase provocado por um agente extrapessoal. O lado fugaz do êxtase remete à sua capacidade de se tornar rapidamente familiar e, desta forma, perder o atrativo. Já o aspecto da situacionalidade coloca em relevo a dependência do êxtase em relação ao contexto no qual ocorre: ele raramente pode ser reproduzido em sua forma original, uma vez que não se pode fixar a disposição físico-mental do indivíduo.

De acordo com a noção de moral das sensações em vigor entre os pensadores da atualidade, o prazer extático corresponde, aproximadamente, à cultura do narcisismo ou hedonismo contemporâneo. Costa relativiza essa visão, afirmando que não se pode mostrar que os indivíduos de hoje sejam mais narcisistas ou hedonistas do que os indivíduos em outros momentos da história da cultura. E ainda ressalta que o prazer extático é constituinte de rituais legitimados ou de rebeldias transgressoras, em diversos tipos de sociedades.

Essa visão de cultura narcísica seria um pouco generalista, pois, encontramos também, nos momentos atuais, indivíduos que buscam o oposto, ou seja, um controle entre corpo e espírito e uma vida continente. Todavia, esse autor concorda com a idéia, abraçada pelos críticos da moral das sensações, de que a “felicidade erguida sobre o êxtase é precária e vacilante.” (Costa, 2004, p. 235)

Ainda sublinha que o prazer extático não seria possível sem a indulgência da moral do entretenimento, que “transforma a realidade em um faz-de-conta com o qual ninguém quer se comprometer”. (ibid., p.235)

Por outro lado, o prazer mitigado é mais duradouro e pode se manter com mais estabilidade. Os exemplos desse tipo de prazer seriam os sentimentos ternos, as atividades lúdicas e esportivas, o prazer ao criar, o conforto e a serenidade, a alegria, o entusiasmo, dentre outras formas de fruição. De acordo com Costa (2004), a peculiaridade da nova educação dos sentidos é a de sistematizar e regular os prazeres sensoriais e colocá-los no ápice dos ideais de felicidade. Dessa forma, satisfazer-se com a sua própria imagem significa trazer o corpo para o lugar antes ocupado pelos ideais, sentimentos, ações. O corpo físico desloca os ideais e se estabelece em um primeiro plano da vida cultural.

Sendo assim, ocorre a virada somática na cultura e, de acordo com o autor, a noção de moral do espetáculo é ultrapassada por um prazer que, ao se situar mais distante da incoseqüência, revela-se mais próximo do prazer sentimental, sem no entanto guardar as características intimistas do sentimento burguês. A cultura somática, nessa perspectiva, seria menos um aspecto da dominação da moral do espetáculo e mais uma forma de resistir à obrigação do prazer extático imposto pelos agentes midiáticos. Seria um estilo de vida que mesmo tendo como referente o bem-estar do corpo, traz a reboque uma preocupação com o cuidar de si, uma ética de existência voltada para um viver com mais qualidade. “Quanto mais a personalidade somática se impõe como norma do ideal do eu, mais revelamos a nossa alma ao outro, sem chances de ocultação.” (ibid., p. 199)

De tudo isso, entendemos que o indivíduo de hoje vive na era da coexistência dos contrários e de uma forma pacífica. Parece que assistimos, nos dias atuais, a uma retradução ou redescrição das coisas, e uma delas seria o cuidado de si referido por Costa (2004). Antes colado ao referente da alma, dos sentimentos, das paixões e da moral, hoje o cuidar de si está voltado para a saúde, beleza, juvenildade, etc. A boa forma se afirma como uma virtude suprema, e corremos o risco, contudo, de não visualizar outras formas de expectativas de felicidade. Como também, pode-se incluir no risco, o tempo destinado aos rituais de beleza e saúde na vida cotidiana, que trazem desconforto e *stress* na dimensão das relações com os parceiros de afeto.

Paralelamente, Lipovetsky (1987) contribui para esse debate contemporâneo, ao ressaltar o desprezo que o indivíduo de hoje manifesta em relação aos objetos, as mercadorias oferecidas pelo consumo de massa. A sua tese a respeito do papel histórico da moda na cultura conduz à reflexão sobre a institucionalização do efêmero na trajetória da autonomia individual. Para o autor, o “desprendimento sem dor dos objetos” ocorre pelo fato desses estarem descolados do valor de estatuto social ou signo de classe a eles conferidos anteriormente. Hoje, o objeto é valorizado pelo prazer que se possa retirar dele, por sua “funcionalidade perfeitamente mutável”, pela qualidade de sonho e sensação que ele produz.

Essa efemeridade é endossada pela multiplicidade de escolhas proporcionada pela moda, que faz do indivíduo um ente aberto e móvel e sempre pronto a se informar, acolher o novo e buscar suas preferências individuais nos objetos. Se o indivíduo não é mais, ou somente, movido pela lógica social da diferença e distinção em relação ao outro, o que estaria em jogo seria o seu direcionamento para a autonomia plena, o novo, o sonho e o universo das sensações. Enfim, reduz-se a importância do outro nesse processo e o que passa a contar é o prazer e tudo o que se deve fazer em nome dele, ou seja, a administração do tempo e do entorno no qual ele, prazer, se situa.

O autor, ao relativizar a força dos códigos de diferenciação social pelo meio indireto do objeto mercadológico, reitera o poder do reino do prazer para si mesmo. “Compreende-se por que, numa sociedade de indivíduos destinados à autonomia privada, o atrativo do novo é tão vivo: ele é sentido como instrumento de liberação pessoal, como experiência a ser tentada e vivida, pequena aventura do eu.” (Lipovetsky, 1987, p. 183) Segundo essa perspectiva, depreendemos que exista um elo entre o gosto pela novidade e o individualismo contemporâneo, um individualismo narcísico ou, nas palavras do autor, um *neonarcisismo*.

Dessa maneira, a euforia da moda e o império de seus instrumentos seria o “abre-alas” para a trajetória secular da conquista de autonomia individual. Configura uma era que proporciona a extravagância e a excelência das coisas, uma satisfação privada que dispensa o olhar do outro. No entanto, conforme Lipovetsky, se esse domínio da sedução permite mais liberdade individual,

engendra mais dificuldade de viver. Ou seja, em um reino de estimulações exacerbadas há mais inquietude de viver.

Ao lado disso, impõe-se a reflexão sobre a forma como esses paradigmas de consumo e transitoriedade infiltram-se na cultura em geral e afetam o indivíduo em relação a eles próprios e aos outros. A lógica desses modismos talvez possa ser nomeada como totalitária, uma vez que, praticamente, pode ocorrer uma impossibilidade de se escapar dela em nossa vida social. Nesse sentido, a compreensão dessa lógica permite a observação de que ela seja um mecanismo social com uma espantosa capacidade de transformar aquilo com o qual estabelece contato.

Voltando-nos para a esfera das relações, podemos pensar que o universo interacional entre pais e filhos adultos – alavancado pela horizontalização das relações e inflado pelos imperativos da saúde, da juventude e pelo contexto da efemeridade – experimente um descompasso nesse domínio relacional. Ao mesmo tempo que se pode compartilhar pensamentos íntimos e secretos, se aventurar juntos, azarar e zoar juntos, a cotidianidade da convivência faz lembrar as antigas posições, ou seja, as dimensões minimamente hierárquicas. Tensões e conflitos são possíveis em face dessa indefinição. As diferentes dimensões de pertencimento se confundem, ou seja, “ser filho de” ou “ser parceiro de”. A questão é saber como hierarquizar os momentos da relação e saber avaliar o seu peso. Diante disso, acreditamos que a família possa apresentar dificuldades em definir um posicionamento diante do tecido social e também, em se preparar para a consolidação da separação entre seus membros.

### 3

## **A dinâmica interativa entre pais e filhos adultos coabitantes**

Este capítulo visa articular bases conceituais, com o objetivo de compreender uma dinâmica familiar específica, a relação entre pais e filhos adultos coabitantes. Entendemos que essa dinâmica seja um lugar no qual os indivíduos vivem um interjogo, calcado em suas experiências, em suas próprias histórias de sucessos e fracassos e em suas buscas constantes de um espaço maior de autonomia relacional. A dimensão relacional entre pais e filhos adultos será, aqui, privilegiada e tecida a partir de múltiplos olhares, sobretudo daqueles oriundos do campo teórico das terapias familiares.

O campo teórico formado por diferentes vertentes do domínio das terapias familiares nos fornecerá uma ampla rede conceitual. Nesta esfera, pretendemos realizar um rastreamento, uma escavação, um garimpo de idéias e conceitos que se desdobrarão em outros, provenientes de outras dimensões do conhecimento, compondo, assim, um espaço suficiente de reflexão e discussão de nosso complexo tema.

Pretendemos expor esses conceitos, contextualizando-os em nossa área de interesse, para não perder de vista o cenário histórico, sociocultural e o pensamento da atualidade. Sem o entrecruzamento dessas dimensões, acreditamos não poder dispor de um conjunto circunstancial para realizar o debate entre as idéias e os novos conceitos que irão surgir à medida que avançamos em nossa meta. Essa dinâmica será apreendida em seu aspecto psicológico e sob a perspectiva da interação. Concentrar-nos-emos, como já dito, na interação entre pais e filhos adultos e em todo o contexto de sua emergência.

Articulando essas diferentes visões a respeito da dinâmica familiar, acreditamos poder organizar as bases conceituais selecionadas e, simultaneamente, refletir sobre o nosso tema. Sendo assim, criaremos, sobretudo, um contexto de reflexão e compreensão sobre essa dinâmica, enfatizando como ela é construída na vida doméstica em família. Em outras palavras, nos concentraremos em estabelecer um percurso teórico que nos permita jogar luz

sobre esse universo relacional, tanto no que concerne ao conhecimento de sua estrutura e os aspectos psicológicos que a norteiam, quanto no que diz respeito ao processo de transformação das subjetividades, desencadeado na situação interativa.

Consideramos relevante iniciar essa abordagem com a formação do casal conjugal, que nos termos de Puget e Berenstein (1993), se apresenta como uma estrutura vincular entre duas pessoas, que estabelecem o compromisso de fazer parte dela, em toda a sua amplitude, cumprindo ou não os seus acordos. Os autores apontam que a primeira dificuldade em viver essa estrutura, denominada convencionalmente casal conjugal, vem a ser o desprendimento dos vínculos parentais de cada um dos membros. Isso quer dizer que a constituição do casal implica a resolução ou não da separação destes vínculos familiares originais e o enfrentamento da dor dessa descontinuidade.

Lévi-Strauss (1983) nos fala do paradoxo constituído pelo fato de que é preciso uma família morrer para que outra possa nascer:

A sociedade não permite às famílias restritas que durem senão por um determinado espaço de tempo, mais curto ou mais longo segundo os casos, mas com a condição imperativa de que seus membros, quer dizer, os indivíduos que as compõem, sejam, sem tréguas, deslocados, emprestados, apropriados, cedidos ou devolvidos, por forma a que com os bocados das famílias desmanteladas, outras possam ser construídas antes de, por seu turno, caírem em pedaços. (Lévi-Strauss, 1983, p. 97)

A relação da família com a sociedade é dinâmica, tensa e contornada por oposições que variam de acordo com “as épocas e os lugares”. O sistema social impõe aos indivíduos que dele fazem parte e aos grupos familiares a eles vinculados por nascimento, “contínuas contradanças”.

O viés antropológico do autor pode ser matizado pela vertente psicanalítica com casais, que nos mostra a constituição de um casal conjugal como uma estrutura inédita. “É o resultado das transformações dos modelos parentais de cada um na nova unidade representável no próprio casal”, ressaltam Puget e Berenstein. (1993, p. 4) A conjugalidade, para esses autores, é apresentada da seguinte forma:

O casal é uma estrutura vincular entre duas pessoas, isto é, uma relação intersubjetiva estável entre um ego e outro ego, onde tem cabimento o mundo intra-subjetivo de cada um, e onde o vínculo, por sua vez, ocupa uma área diferenciada da estrutura objetal. A estrutura vincular complexa de casal, embora concebida geralmente como fechada, contém uma zona dotada de capacidade virtual de abertura para o sociocultural, para dar lugar ao desdobramento do vínculo com os filhos, passando a ser uma estrutura familiar. (Puget e Berestein, 1993, p. 18)

Nesta visão de estrutura vincular confluem dois modelos teóricos, um advindo das ciências sociais e outro da psicanálise, ou, mais especificamente, do conceito de aparelho psíquico. Podem ser distinguidas, então, em tal estrutura, duas representações: uma do contexto macrossocial e outra orientada pelo desejo e pelo complexo de Édipo. Iremos destacar a representação sociocultural, enquadrada pelos autores na estrutura conjugal em quatro especificações, que eles denominam de parâmetros definitórios. Estes parâmetros são provenientes do mundo social<sup>3</sup> que normatizam o campo do permitido, assim como o do proibido. São eles: a cotidianidade, o projeto vital compartilhado, as relações sexuais e a tendência monogâmica.

A cotidianidade, para o espaço vincular, é um organizador dos ritmos de encontros e desencontros. Define um espaço-tempo, intercâmbios diários, e propõe aos egos lugares vinculares e mentais, de uma certa forma fixos, como, por exemplo, os lugares estáveis em que se sentam à mesa, em que ocupam a cama, o armário, entre outros. Dessa forma, a cotidianidade se constitui como um aspecto organizador da relação, ao propor uma estabilidade aos egos, criando lugares estáveis no dia-a-dia da esfera relacional.

O projeto vital compartilhado se situa na dimensão do futuro e se inicia com a aquisição de uma linguagem em comum com significado compartilhado. O modelo paradigmático de projeto futuro do casal passa pela criação de filhos, reais ou simbólicos. O casal requer um enquadramento, uma estabilidade, para sustentar o projeto, renegociá-lo ou partir para um novo. Caso haja a perda do projeto, podem não saber o que foi perdido com ele.

---

<sup>3</sup> Esses parâmetros definitórios possuem um registro no mundo psíquico, provenientes das primeiras experiências do indivíduo em interação com os pais, que podem ser observados nos acordos e pactos inconscientes do casal.

Quanto às relações sexuais, o sistema social as prescreve ou as proíbe, como o caso das relações não-matrimoniais, entendendo esta questão em um contexto tradicional de sociedade. E a tendência à monogamia, segundo os autores, deve ser tomada como classificatória e definitiva de uma marca simbólica, a preferência. Nas sociedades que prescrevem a exogamia, um parceiro pode adquirir a qualidade de único.

Identificamos nos dois primeiros parâmetros definitórios de Puget e Berenstein (1994) – o projeto vital compartilhado e a cotidianidade – uma fértil possibilidade articulatória direcionada ao nosso texto. A estabilidade adquirida no ritmo da cotidianidade, remete a espaços fixos e rígidos na dinâmica familiar, espaços estes complementares e sustentados por acordos e interesses dos membros. O projeto de vida compartilhado pode funcionar como um relato dominante e gerar uma incapacidade de negociar um novo momento do ciclo vital familiar.

Paralelamente, uma outra questão apresenta-se como bastante profícua nesses momentos iniciais de nosso debate: a parentalidade. Para Lévi-Strauss (1983), na sociedade contemporânea, a família é caracterizada pelo casamento monogâmico, pela residência independente do casal, pelas relações afetivas entre pais e filhos. Todavia, existem sociedades, culturalmente mais rudimentares, nas quais as mesmas características são encontradas. Este é o caso dos Nambikwara, do Brasil central, em cuja estrutura social o autor observou e identificou os pares casados, estreitamente unidos por laços sentimentais, por uma cooperação econômica e por um interesse comum que prestavam aos seus filhos. Estas características poderiam levar-nos a um julgamento errôneo acerca da universalidade desta formação, nos diz Lévi-Strauss.

A família conjugal não é a expressão de uma necessidade universal nem está inscrita no âmago da natureza humana: ela representa uma solução intermediária, um certo estado de equilíbrio entre fórmulas que se opõem a ela e que outras sociedades preferiram. (Lévi-Strauss, 1983, p. 83)

Entendemos a função da parentalidade, na família, como uma forma de relacionamento interno instituída por investimento afetivos. Esta economia define diferentes desenhos familiares, que a configuram de maneiras distintas. Evidentemente, a noção de parentalidade comporta a díade pais e filhos e a



dinâmica interativa envolvida, em todos os níveis. Esta parentalidade, no entanto, parece não se colocar disponível ao desinvestimento, em alguns casos. Certamente, a experiência do ninho vazio é fator de grande carga emocional para a família e manter os papéis familiares preservados se mostra como possibilidade de evitar a dor da separação.

Podemos pensar que a família da qual falamos constitui um território privilegiado no qual coexistem “acordos” e “interesses” que garantem a convivência. O alto investimento afetivo feito pelos pais no exercício de suas funções de pais provoca, como ação recíproca, a atitude dos filhos de corresponder a esse investimento mantendo as funções de filhos. A noção de complementariedade de funções é determinante para o estabelecimento dessa premissa, uma vez que é através da vivência dessas dimensões interativas que compreendemos a dinâmica dos investimentos afetivos a que nos reportamos.

Entretanto, nem sempre foi assim, Delumeau e Roche (2000) informam que foi na “época das luzes” que se intensificou a afetividade no lar. E essa afetividade deve muito à transformação da imagem do pai, que da figura de potência divinal passa a estar a serviço da transmissão patrimonial e cultural, a qual permite aos filhos o ingresso na sociedade. O amor aos filhos se torna um sentimento legitimado e público. A noção de paternidade seria, então, construída pelo amor e proteção, tanto física quanto moral. Portanto, foi preciso o nascimento de um novo pai para que os sentimentos afetivos se tornassem uma norma familiar, aceita e reivindicada. As mães já ocupavam o lugar de portadoras “naturais” de afeto aos filhos, embora acolhamos a idéia de que esses sentimentos sejam socialmente construídos.

De toda maneira, as transformações no reduto familiar se efetivaram nos limites da casa e centradas na vida doméstica, como, também, fundadas no casamento por escolha e no amor aos filhos. A casa separou-se da comunidade e as crianças tornaram-se um dos organizadores dos sentimentos familiares. As relações humanas se privatizaram e se processaram no sentido de conferir à família uma responsabilidade maior no que tange o universo infantil. A família passou a concentrar um pouco de tudo, o cuidado com as crianças, o amor entre os cônjuges, o afeto entre todos, a preparação dos filhos para a vida e o trabalho,

entre outras atribuições. Enfim, na intimidade da casa, é que deveriam ser cumpridas estas expectativas.

Posteriormente, um movimento contrário passou a nortear a sociedade, já desta feita industrializada: a invasão da dimensão familiar pelo mundo público. Foi através da regulação das relações familiares por especialistas da esfera pública, que esta invasão se concretizou. De acordo com Lasch (1977) a cisão entre estas duas dimensões – a pública e a privada, uma característica da sociedade moderna – provocou um impasse na família. Fragilizada pelo controle social e não encontrando no mundo público uma “compensação”, observa-se, segundo o autor, a desintegração lenta e irrestrita da família. Por outro lado – e o que nos interessa nesta discussão – todo um peso é dado à relação pais e filhos nesta passagem da sociedade pré-industrial para a industrial.

Entre a responsabilidade total pela educação dos filhos e o controle exercido pelo mundo dos especialistas, os pais, diante das exigências externas, perderam uma função ou tiveram-na relativizada. O aspecto protetor da função, segundo Lasch, foi profundamente abalado pela saída da mãe de casa para trabalhar, pela crise do casamento, pelas condições do mundo do trabalho. A rede social que deveria dar o suporte protetor é, então, descrita como contraditória.

Após essa apresentação ao capítulo, ressaltamos que os conceitos a serem organizados em seqüência, foram selecionados segundo nossa familiaridade com os mesmos na prática clínica. Igualmente, foram escolhidos levando-se em consideração a sua potencial capacidade articulatória, em prol da constituição de um território fértil de reflexões, acerca da relação entre pais e filhos adultos coabitantes.

### 3.1

#### **O Ciclo vital familiar, um percurso de ressignificações**

De acordo com Nichols & Schwartz (1998), o conceito de ciclo de vida familiar tem suas bases na sociologia, especificamente, na escala da socióloga Evelyn Duvall, desenvolvida nos anos de 1940. Esta escala consistia de diferentes estágios normativos – 8 no total – referentes à familiar nuclear e presentes no processo de desenvolvimento da família. Para cada um destes estágios são

prescritas tarefas a serem realizadas. No caso do estágio 6, são consideradas a liberação dos filhos, jovens adultos, através de rituais apropriados e a assistência aos mesmos neste processo. Já no estágio 7, é incentivada a reconstrução do laço matrimonial do casal parental e a ampliação deste sistema, através de uma maior rede de relacionamentos, incluindo as gerações mais velhas e mais novas.

Carter e McGoldrick (1989), terapeutas familiares, vão mais além e adicionam aos estágios de desenvolvimento familiar, o ponto de vista multigeracional, que coloca em evidência as situações de divórcio e recasamento, bem como questões sobre gênero e etnia, doença crônica e morte e lembram aos terapeutas a importância da história dos eventos familiares. Para as autoras, a perspectiva do ciclo vital familiar envolve a consideração de três aspectos. O primeiro se refere aos estágios predizíveis da família tradicional de classe média americana, no apagar das luzes do século XX e as específicas dificuldades que elas encontram na transição de um momento para o outro. O segundo diz respeito às mudanças referentes aos padrões deste ciclo, no que concerne à ordem da “normalidade”. O terceiro carrega uma perspectiva clínica, ou seja, vê a terapia como uma possibilidade de reconduzir as famílias ao seu ciclo vital natural.

Os estágios do ciclo de vida familiar para as autoras são seis e envolvem um processo emocional de transição e mudanças de segunda ordem no *status* familiar, necessárias para se prosseguir desenvolvimentalmente.

Estágios:

- 1 – Saindo de casa: jovens solteiros
- 2 – A união de famílias no casamento: o novo casal
- 3 – Famílias com filhos pequenos
- 4 – Famílias com filhos adolescentes
- 5 - Lançando os filhos e seguindo em frente
- 6 – Famílias no estágio tardio da vida

No estágio 1, o processo emocional de transição vem a ser aceitar a responsabilidade emocional e financeira pelo eu. No que tange às mudanças na família são delimitadas as seguintes características: diferenciação do eu em relação à família de origem; desenvolvimento de relacionamentos íntimos com adultos iguais; estabelecimento do eu com relação ao trabalho e independência financeira.

No estágio 5, o processo emocional consiste em aceitar várias saídas e entradas no sistema familiar. As mudanças familiares envolvem: renegociar o sistema conjugal como díade; o desenvolvimento de relacionamentos de adulto para adulto entre pais e filhos; realinhamento dos relacionamentos para incluir parentes por afinidade e netos; lidar com incapacidade e morte dos pais (avós).

Os dois estágios descritos acima, como pode ser observado, são proposições marcantes em relação ao foco desta tese. No primeiro, o jovem adulto, segundo as autoras, teria a tarefa de se separar de sua família de origem sem no entanto romper esta relação e sem buscar um refúgio substituto. Nessa perspectiva desenvolvimentista, seria conotada de forma positiva a sua capacidade de escolha dos bens emocionais que fariam parte de sua herança familiar de origem e o abandono do que deveria ser deixado para trás. Assim, estaria adquirindo uma identidade própria e podendo assumir as rédeas de sua vida, responsabilizando-se emocional e financeiramente pelos seus atos. Porém, para que esta transição possa ocorrer, é preciso que haja, na dinâmica familiar, uma mudança em direção a uma forma menos hierárquica de se relacionar, por se tratar de um universo de adultos. Assim, as autoras colocam em relevo uma dinâmica interativa propícia, ou seja, o reconhecimento do novo *status* dos filhos adultos e uma reformulação da hierarquia, para a família prosseguir em seu ritmo de desenvolvimento.

Já no estágio considerado como o meio da vida, o 5, lançar os filhos e seguir em frente requer uma reestruturação do relacionamento conjugal, uma vez que não são mais necessárias as responsabilidades parentais. Considerado desta forma, este seria um momento familiar de força e recurso para o prosseguimento do ciclo vital. Contudo, sob a perspectiva da clínica, se este casal não consegue renegociar o novo status, esta fase pode se tornar depressiva e sem significado, um ninho vazio. Sendo assim, o casal teria dificuldade de se descolar da função parental para reorganizar suas vidas de casal, assim como de reelaborar a relação com os filhos adultos, como já dito acima. A presença dos filhos, normalmente, traz vitalidade e movimento ao espaço familiar: na ausência deles, e sobretudo quando há uma estagnação no sistema conjugal, pode ocorrer uma certa disfuncionalidade.

Cervený (1997) traz esta discussão para a realidade brasileira, ampliando os horizontes do conceito de ciclo vital através das particularidades da nossa cultura. Em sua pesquisa, focada na classe média paulista, aponta para as contradições vividas no espaço familiar deste estrato social. O contraste estabelecido entre a modernidade e o modelo patriarcal, ainda presente na estrutura familiar, se torna visível na abordagem de critérios socioculturais, históricos, étnicos, entre outros, colaborando para uma visão mais particular e menos generalista do conceito de ciclo vital familiar. Assim, a autora propõe quatro etapas, não rigidamente demarcadas, que abarcariam a família em seu processo de desenvolvimento: a fase de aquisição, a fase adolescente, a fase madura e a fase última.

A fase madura, de acordo com Carbone e Coelho (1997) agrega um nível maior de experiências de transição que as outras. A família apresenta características como: a saída do primeiro filho de casa; a possível inclusão da terceira geração ou somente os cuidados e a preocupação com a mesma e o significado e função de casamento.

As autoras chamam a atenção para aspectos da dinâmica intergeracional vivida entre os membros, que colocam em pauta a perpetuação de lealdades de afeto e sangue e transmissão de legados culturais. Esses aspectos incrementam a convivência da família com possibilidades de conflitos e ambigüidades diversas, transformando a fase em um momento delicado e difícil do desenvolvimento.

Berthoud (2003) se refere a um ciclo de parentalidade, abordando a relação entre pais e filhos como uma constante resignificação da interação entre estes. Ao pesquisar grupos parentais de classe sociocultural média e de diversas faixas etárias estabelece um *ciclo de parentalidade* caracterizado por estágios e fases, que se transformam através de uma resignificação desta parentalidade. O quinto estágio deste ciclo corresponde ao momento de vida em que o filho é um adulto e é nomeado como *o filho-outro*.

Este quinto estágio se caracteriza por uma relação de iguais vivida em família, uma relação de equilíbrio e troca.

A função parental passa a ser exercida de uma maneira transformada, pois agora as antigas tarefas – cuidador, educador, orientador e apoio – passam a ser esporadicamente exercidas, e deflagradas muito mais por sinais do filho do que pelo desejo dos pais. (Berthoud, 2003, p. 142)

Assim, é construída uma relação de iguais com o filho-outro, baseada em parceria e amizade. Esta mudança na estrutura da relação envolve a percepção de outros sistemas que interagem no relacionamento: as modificações ocorridas nos filhos, nos pais e no contexto social favorecem esta transformação. Assim, a ressignificação desta relação é considerada como de segunda ordem sistêmica, concebida segundo a ótica de que um necessita do outro para construir significados quando se trata de buscar sentido para uma experiência. A parentalidade vista sob uma perspectiva de primeira ordem envolve apenas os comportamentos dos pais, que têm como objetivo direcionar ou alterar o comportamento dos filhos em um movimento linearmente vivido, de acordo com a autora.

A saída do primeiro filho e a ressignificação do casamento são as características deste momento da família que mais nos interessam e entendemos que é a articulação das mesmas que torna esta ocasião uma experiência marcante no processo desenvolvimental. De acordo com a nossa cultura de classe média, os filhos, ao saírem de casa, deverão construir seu espaço no mundo social de forma independente dos pais, e estes ressignificarão sua função parental, agora em uma situação menos protetora e de maior distanciamento. No entanto, diante do fenômeno do prolongamento da convivência familiar, deparamos com a construção de um espaço geográfico independente dentro do próprio território da família. Os filhos adultos, em seus quartos, que seriam espaços inventados para garantir sua autonomia, alteram o significado cultural da distância física. Os pais, assim, deverão ressignificar sua função parental sem distanciamento e, provavelmente, irão resvalar em questões como controle e proteção na prática cotidiana.

Esta situação também coloca em questão a renegociação do casamento do casal parental. Os pais, ainda envolvidos com suas funções iniciais de pais, poderiam protelar o foco sobre o casamento, nesta fase de vida ainda atravessada

por fatores socioeconômicos como a aposentadoria, as dificuldades em relação à nova ordem da economia e suas perdas.

Destacamos ainda uma outra característica de extrema relevância para o entendimento desta fase, o fato de pais e filhos poderem se reconhecer como pares, isto é, como adultos e iguais. Dentre as tarefas básicas desta etapa, se encontra o preparo dos filhos para sair de casa com senso de independência e possibilidade de constituir família. Para tanto, os filhos deverão alcançar o *status* de adulto e a capacidade de gerir sua própria vida, sendo, então, reconhecidos pelos pais como tal. No caso da família que prolonga a convivência, pais e filhos se relacionam sob esta perspectiva de igualdade, contudo a vivenciam de forma ambígua, uma vez que existe um descompasso entre o tratamento e o controle exercido de forma invisível, uma hierarquia velada.

Sob o ponto de vista evolutivo, a fase do ninho vazio está sendo adiada e, em consequência, a fase anterior está sendo alargada, por conta do prolongamento da convivência. No entanto, como nos apontam Wagner e Silveira (2006), o fenômeno do *ninho cheio* se constitui como realidade nos dias atuais. Este seria uma nova forma de organização familiar, que surge em resposta às condições contextuais contemporâneas. Reveste-se de uma idéia de variação da etapa do ninho vazio e como tal, segundo as autoras, deveria ser acrescida às tradicionais fases do ciclo vital familiar. Portanto, as autoras propõem uma nova fase “que tenha como tarefa a emancipação física e emocional do adulto jovem em relação à família.” (p. 452)

A perspectiva desenvolvimentista de ciclo vital familiar, a nosso ver, estabelece normas generalistas para a família e, dessa forma, introduz “ruídos” na apreensão desse momento familiar que descrevemos. Há uma dessincronização de etapas neste tipo de família, se tomarmos como referência o modelo tradicional familiar, que cumpre as tarefas de cada estágio. Sendo assim, podemos pensar que a dimensão do coletivo que institucionaliza os patamares de passagem de uma etapa a outra ceda seu lugar para uma outra dimensão.

Essa dimensão, de acordo com Ramos (2006), é a do próprio indivíduo, que constrói um sentido referente ao momento vivido por ele, sentido esse forjado na interação através de micromudanças no território familiar. Com isso, o que passaria a valer seria aquilo que é fabricado no cotidiano familiar, discutido,

inventado, reapropriado, enfim, um saber comum da família, que definiria o momento em que vivem. Os aspectos da autonomia e dependência ganhariam um novo sentido, pois seriam constante ou diariamente avaliadas e reavaliadas, tanto em um contexto de ganhos quanto de perdas. Esse ir e vir dinâmico, dos aspectos em questão, se instala na complexidade dos contextos de vida contemporâneos, que inviabilizam uma versão “evolutiva” do ciclo vital familiar.

### 3.2

#### **A diferenciação: quando a independência e a autonomia se apresentam**

Sob o nosso ponto de vista, conhecer os diferentes graus de diferenciação ou o limiar de fusão manifestos na dinâmica interativa das famílias compostas por pais e filhos adultos pode ser de grande utilidade. Essa afirmação tem como base a compreensão do nível de proximidade emocional ou o distanciamento, suficiente ou não, no processo de desenvolvimento da dinâmica em questão. A *escala de diferenciação do self*, uma proposta de Murray Bowen, proporciona uma visão clara da luta constante entre o indivíduo e seu desejo de autonomia e a família, um domínio que demanda uma noção de coletivo.

Bowen representou uma das grandes influências na primeira década do movimento de terapia familiar. Fez parte de um grupo pioneiro que partindo da clínica e da pesquisa construiu um arcabouço teórico de peso para o tratamento de famílias. O autor pensa a família como uma variedade de sistemas e subsistemas, nos quais existe uma flexibilidade de funcionamento, de forma que um subsistema pode atuar em excesso para compensar o mau funcionamento de outro. É um mecanismo recíproco e flexível. No entanto, o sistema pode vir a perder essa característica de flexibilidade, quando um membro diante de um aumento de tensão, ansiedade ou mesmo pânico, tem sua função limitada ou paralisada, constituindo, então, uma disfunção no espaço familiar.

Segundo Nichols e Schwartz (1998), um dos conceitos fundamentais da teoria de Bowen é a noção de *undifferentiated family ego mass*. Trata-se de uma identidade emocional, aglutinada e referente a um sistema de relações entre os membros da família nuclear, na qual predomina a indiferenciação, a fusão do ego



e uma escassa diferenciação do *self*. Segundo esses autores, foi o interesse pela relação simbiótica entre mãe e filho que levou o autor a formular o conceito. Esse seria uma massa central, fonte de um determinado grau de compromisso básico emocional, que marca determinadas respostas emocionais. Bowen caracteriza este sistema de relação, em sua fase aguda, como *folie à deux*. A proximidade emocional é de tal ordem que os membros da família percebem sentimentos, pensamentos, fantasia e sonhos de forma recíproca, seria um estado clínico de grande fusão de ego.

A partir destas noções, Bowen (1988) formulou a escala de diferenciação do self. Em um extremo da escala se encontra a intensidade máxima da massa indiferenciada do ego familiar. No outro, predomina a diferenciação do *self*. O autor pontua que esta conceituação não requer um critério de normalidade e a medida que serve de base é a equivalente a uma maturidade emocional completa, que seria o nível 100 da escala, sendo que o 0 seria o da não-diferenciação. Essa escala seria uma invenção teórica, um constructo norteador, limitando-se, portanto, a uma importância teórica.

O nível mais baixo da escala, de 0 a 25 abarca as pessoas com um alto grau de fusão de ego e baixa diferenciação do *self*. Elas vivem em um mundo de sentimentos e são pouco capazes de diferenciar o sistema afetivo do intelectual. Mantêm ao longo de suas vidas um alto grau de dependência da massa de ego familiar, em consequência, buscam outros vínculos de dependência que lhes permitam funcionar de forma satisfatória. Bowen coloca o esquizofrênico grave no nível 10 da escala e seus pais, no nível 20.

Entre 25 e 50 se situam aqueles que apresentam uma fusão de ego menos intensa e um *self* ainda pouco definido. Segundo o autor, o *self* destas pessoas tem uma característica embrionária e muito fusionada com os sentimentos. Em decorrência disto, seu mundo intelectual tem pouca força, transformando-as em pessoas com pequena capacidade de dispor de opiniões e convicções próprias. Assim, elas seriam mais afeitas a uma adaptação maior às ideologias dominantes, podendo se valer da ciência, de valores culturais, religião, leis e regras, dentre outros, para sustentar seu sistema emocional. Há uma maior probabilidade de diferenciação nas famílias que se situam entre os níveis 35-50, de acordo com Bowen.

Os níveis que variam de 50 a 75 da escala concentram os que possuem um maior grau de diferenciação e um nível muito mais baixo de fusão de ego. Estas pessoas empregam mais energia em ações com metas específicas do que em seu mundo emocional. No entanto, caso funcionem sob pressão, podem tomar decisões emocionais para não desagradar seus pares, não mantendo suas próprias convicções.

No que concerne aos últimos níveis da escala, de 75 a 100, Bowen considera como exemplares destes graus aqueles que se situam na faixa de 85-95, uma vez que nunca teve oportunidade de lidar, em sua clínica, com pessoas no nível 100. O autor se refere a estas pessoas, as de nível 85-95, como possuindo a maior parte das características de uma pessoa diferenciada. Elas, desde a infância, conseguiram a diferenciação de seus pais no processo de desenvolvimento.

Graças a sua capacidade de manter para si o seu funcionamento emocional, são livres para o envolvimento em qualquer sistema de relação, inclusive as intensas, sem a necessidade de dominar ou prejudicar o seu funcionamento. Neste tipo de relação, o outro não se sente usado. (Bowen, 1988, p. 107)

Em suma, são capazes de manter o *self* bem definido em uma relação emocional. Na perspectiva de diferenciação do *self*, Bowen (1988) afirma que o indivíduo leva este *self*, programado em sua família de origem, para os seus relacionamentos íntimos. Se a questão da fusão na família foi bem resolvida, ele poderá desenvolver intimidade em seus relacionamentos de uma forma mais livre da projeção da família de origem. O autor chama a atenção para os rompimentos de relações que os filhos adultos impetram aos pais, pois, considera-os como reativos e reveladores de um grau de dependência do sistema nuclear da família. Essa forma de agir estaria vinculada emocionalmente ao programa familiar. Assim, os filhos levariam para suas relações amorosas, os mecanismos do processo de projeção familiar, dificultando, então, o compartilhamento de seu *self* com o parceiro. (p. 97)

A teoria de Bowen assume a existência de duas linhas de força que se contrabalançam, uma com tendência ao coletivo (*togetherness*) e outra à individualidade (*individuality*). Idealmente, essas forças deveriam estar em um nível de estabilidade. Contudo, quando não o estão e se voltam para o *togetherness*, há a fusão ou indiferenciação. Essa tensão resulta do processo de

experiência simbiótica vivida na relação mãe-bebê e da capacidade de diferenciação dessa massa indiferenciada de ego familiar.

O conceito de diferenciação, para Bowen (1988), se refere a um processo no qual a “individualidade e o *togetherness* são utilizados pelo indivíduo em um sistema relacional.” (p. 95) A maior parte das pessoas almeja alcançar uma maior individualidade, no entanto, “resiste em abandonar o *togetherness* requerido para essa aquisição.” (*ibid*, p. 107) Dessa forma, as famílias, na prática cotidiana, vivenciam essa tensão entre forças opostas no universo de suas interações. Da fusão à diferenciação, de acordo com a pauta do momento. O autor reforça essa noção ao comentar que o resultado do contrabalanceamento entre essas forças vitais é que “ninguém consegue completar a separação emocional da família de origem.” (1988, p. 95) Sendo assim, mesmo as famílias com altos níveis de diferenciação de *self* estariam sujeitas a momentos de vivência de fusão e indiferenciação.

A experiência nesse embate de forças no domínio da dinâmica familiar pode supor uma alternância de estados de fusão e diferenciação emocional, de acordo com as circunstâncias. Uma mesma família poderia reagir de uma ou de outra forma: em face de uma questão particular, o determinante seria o quanto o tema abordado estaria vinculado às reminiscências emocionais do *togetherness*. “Existe uma linha instintiva de base, o *togetherness*, que impulsiona a criança ou a família a permanecer conectada emocionalmente e a operar reativamente entre si.” (1988, p. 95) Por outro lado, quando os membros da família são capazes de distinguir um processo emocional de um processo intelectual, podem reagir de forma a diferenciar o sentir e o pensar, na dinâmica interativa.

O nível de estabilidade, coesão e cooperação em um grupo é influenciado pelo interjogo (*interplay*) entre individualidade e *togetherness*. A capacidade dos grupos de estarem próximos e cooperativos está ligada tanto à habilidade dos componentes em seguir suas próprias diretrizes, quanto ao grau de direcionamento das próprias orientações comuns. Esse jogo, em um plano de relacionamentos emocionais significativos e em condições satisfatórias, se dá em um estado de equilíbrio.

Relacionamentos em condições de equilíbrio existem devido ao fato de que cada indivíduo investe uma quantidade de energia em uma relação, ao mesmo tempo em que direciona, igualmente, a mesma quantidade de energia, na vida separada de seu relacionamento. Se não for assim, o relacionamento não se desenvolve. (Bowen, 1988, p. 65)

Dessa forma, percebemos que esse jogo supõe uma dinâmica calcada em contínuos ajustes, a fim de se garantir um equilíbrio na relação.

Essa dinâmica está atrelada, de acordo com Bowen, aos níveis de diferenciação do *self*. Ao lado da escala, o autor ainda distingue dois níveis de diferenciação, o básico (*basic*) e o funcional (*functional*). O nível básico é amplamente determinado pelo grau de separação emocional que uma pessoa adquire em relação a sua família de origem, configurando um percurso multigeracional, pois a cadeia é alimentada pelo que se transmite desse processo de uma geração a outra. Esse nível funciona de uma forma independente do processo relacional. Já o nível de diferenciação funcional é dependente do processo relacional, influenciado pelo nível de ansiedade crônica da pessoa e associado aos seus relacionamentos mais próximos e significativos.

Dessa forma, pessoas situadas em um determinado nível básico na escala de diferenciação podem ter níveis funcionais mais altos ou mais baixos, dependendo das interações com os outros significativos. Por exemplo, o nível funcional de uma pessoa com um baixo grau de nível básico pode aumentar ou cair várias vezes em um espaço de poucas horas. Outro exemplo, o nível funcional de um casal pode crescer ou diminuir com o nascimento de um filho. No entanto, pessoas com um nível básico alto podem se adaptar com mais facilidade às mudanças, sem que seus níveis funcionais se alterem significativamente.

Segundo Bowen (1988), isso ocorre em função do nível baixo de stress no domínio das relações e a capacidade de neutralidade emocional da pessoa. Essa capacidade, própria de pessoas com nível alto de diferenciação, consiste na habilidade em tomar contato com um problema, em conseguir manter uma postura de calma e entendimento da situação, diferenciando os componentes emocionais e agindo em direção à solução da dificuldade. Seria uma capacidade importante e operacionalizada pelo autor em situações de terapia familiar.

O nível de diferenciação cai quando a ansiedade crônica aumenta no universo das relações.

A forma de se pensar isso é que quanto menos a pessoa se diferenciou da família (separação emocional) mais ansiedade ela porta ao estar só e ter que assumir suas responsabilidades. Algumas pessoas lidam com isso não deixando a casa paterna, outros saem e fingem que cresceram. O grau de fingimento é percebido pela ansiedade associada às responsabilidades de adulto. (Bowen, 1988, p. 117)

Entendemos que quanto mais ansioso se encontra o indivíduo, mais a pressão rumo ao *togetherness* aumenta: isto é há uma necessidade maior de contato e proximidade emocional. Por outro lado, Bowen adverte que quanto mais o indivíduo responde com base na ansiedade, menos tolerante ele se torna diante do outro, como também se apresenta mais irritado com as diferenças.

Lyman Wynne, assim como Bowen, formulou seus conceitos e concebeu sua prática clínica a partir de famílias com um membro esquizofrênico. Também, da mesma maneira que Bowen, Wynne era psiquiatra e partia de conceitos psicanalíticos. Ainda, participaram como colegas no National Institute of Mental Health, NIMH, ao longo da década de 1950. Wynne, contudo, no início de sua carreira, teve um contato mais estreito com Talcott Parsons, em Harvard, do quem incorporou a noção de família como um sistema estrutural, em algumas de suas formulações. E essas seriam: a personalidade do indivíduo vista como um subsistema do sistema familiar, que por sua vez faz parte de um sistema mais amplo, que vem a ser a sociedade.

Os pontos interessantes de seus aportes teóricos e, também, os aspectos que o colocam alinhado às suposições de Bowen seriam a *pseudomutualidade* e a *pseudo hostilidade* (1958; 1961). A *pseudomutualidade* distorce a comunicação e reduz a percepção da realidade e o pensamento racional, no que tange aos relacionamentos. Ela seria uma “fachada” para o *togetherness*, mascara os conflitos e bloqueia a intimidade. Essas famílias têm um medo exacerbado da separação e se aglutinam de tal modo que não há lugar para os interesses pessoais. A *pseudomutualidade*, de acordo com Wynne, impede a emergência de afetos mais profundos e sentimentos sexuais, bem como, os conflitos.

A *pseudohostilidade* é um diferente disfarce de um conluio similar, com o intuito de não deixar aparecer os alinhamentos e as rupturas<sup>4</sup> na interação. Essas coalizões nas relações familiares se mantêm encobertas por suas características

---

<sup>4</sup> Alignments and splits, no texto original.

ameaçadoras da relação e, como a *pseudomutualidade*, impedem a apresentação da intimidade e da hostilidade profunda.

Wynne também acrescenta o conceito de *rubber fence*, que seria uma barreira invisível, destinada a afastar os possíveis envolvimento provenientes do mundo situado fora dos limites da família. Essa barreira se caracteriza por uma certa abertura em relação aos envolvimento sociais básicos e obrigatórios na vida da família, tais como a escola ou o trabalho: todavia, se fecha quando há uma proximidade ameaçadora. A rígida estrutura dessas famílias seria mantida através desta fronteira, em um contexto no qual o *togetherness* é a realidade e as relações exteriores ao universo da família são desencorajadas.

Voltando a Bowen, uma outra grande contribuição conceitual para o campo da terapia familiar foi a percepção de que, diante de um conflito não passível de resolução, existe a tendência de se buscar uma terceira pessoa. Assim, a triangulação passa a ser a menor unidade estável do relacionamento. Triangular na dinâmica familiar pode significar uma tentativa de restabelecer o equilíbrio. O autor parte da suposição de que a relação entre duas pessoas abarca um ciclo de proximidade e distância, e é justamente quando a distância predomina que a triangulação ocorre. Bowen alerta que nem sempre a triangulação é danosa para a relação; ela o é somente quando se torna crônica e inviabiliza o relacionamento.

Dessa forma, entendemos que a diferenciação, nos termos de Bowen, seria atingida quando o relacionamento é mantido sem fusão emocional e sem triangulação. Adicionamos que na dinâmica interativa familiar, o caminho em direção à diferenciação é um devir, é um trabalho inacabado, a ser completado, se pensado sob uma perspectiva de continuidade de existência. Nesse processo, as recaídas para o *togetherness* constituem o interjogo relacional: separar-se ou ficar junto, eis a questão. Acreditamos que pais e filhos adultos busquem uma dimensão de proximidade e afastamento apropriada na esfera relacional, na vida do dia-a-dia da família, para que suas conquistas pessoais nesse terreno possam ser garantidas.

### 3.3

#### **Flexibilizando a hierarquia e as regras de convivência**

Para examinarmos uma das questões propostas nesta tese – a existência de uma hierarquia velada na família de adultos e a possibilidade de as regras familiares serem constantemente negociadas pela família e algumas serem rompidas pelos filhos – optamos por introduzir nesse item os principais conceitos do corpo teórico da terapia estrutural de famílias proposta por Salvador Minuchin (1974,1981). Esse autor tem como afiliação teórica, conforme Nichols & Schwartz (1998), o modelo organicista de Bertalanffy e o modelo estrutural funcionalista de Radcliffe-Brown, Malinovsky, Lévi-Strauss e Parsons. Acrescentamos a essa afiliação, a teoria de construção social da realidade (Berger e Luckmann, 1966) que irá influenciar Minuchin no início da década de 1980.

Objetivando uma maior clareza na abordagem da perspectiva estrutural proposta por Minuchin, iniciaremos este item com algumas considerações sobre a família nuclear, papéis e funções, conceitos propostos por Talcott Parsons. Esse autor, no domínio sociológico, estabeleceu um conjunto de construções teóricas de relevante importância e influência, em um sentido mais largo, no campo de estudos da terapia familiar e, especificamente, na obra de Minuchin. No entanto, estamos atentos ao fato de ser a sociedade norte-americana a sua referência principal, como também levamos em conta a crítica de Lasch (1974) à sua teoria. Esse último a considera como aliada, se não propulsora, dos revisionistas sociais<sup>5</sup>, “ávidos em esfolar sem piedade a família” (p. 193). Ainda assim, consideramos os conceitos já mencionados e formulados por Parsons, como relevantes por servirem de base às reflexões e sustentações de grande parte dos teóricos da terapia familiar.

Parsons (1964) assevera que o isolamento da família nuclear em relação a outras unidades de parentesco e a perda de algumas de suas funções pela invasão de especialistas do mundo médico, psicológico, entre outros, possibilitou uma maior especialização de suas funções, a criação dos filhos e o conforto emocional. Dito de outro modo, “aliviada” das funções educativas, econômicas e sociais que

---

<sup>5</sup> Lasch (1974) cita Kenneth Keniston, Philip Slater, Arlene & Jerome Skolnick como representantes desse revisionismo social da família.

a condição moderna retirou do seu espaço, a família foca seus objetivos na função de abrigo para os sentimentos de seus membros.

Enquanto o principal conteúdo da estrutura da personalidade é derivado do sistema social e cultural através da socialização, a personalidade se torna um sistema independente através das suas relações com seu próprio organismo e através da “uniqueness” da sua própria experiência de vida. Ela não vem a ser um mero epifenômeno da estrutura da sociedade. No entanto, não há somente interdependência entre o indivíduo e a sociedade mas interpenetração. (Parsons, 1964, p.82)

Uma das funções da família é possibilitar a expansão de personalidades capazes de enfrentar os rigores do mundo contemporâneo. A noção de “produção” de personalidades é conotada positivamente pelo autor, que a vê de forma a favorecer o desenvolvimento da autonomia individual. A família “treina” a capacidade de desempenhar papéis que garantiriam a habilidade de inserção no mundo social.

Indivíduo e sociedade são mais do que interdependentes, eles se interpenetram. Do ponto de vista sociológico, essa área de interpenetração é construída pelos papéis, ao longo de todo o processo de socialização. A estrutura social é um sistema de expectativas padronizadas do comportamento de indivíduos que ocupam um *status* específico no sistema social. Esse sistema de expectativas padronizadas é o próprio sistema de papéis. Os papéis são interdependentes, o indivíduo exerce diversos papéis que determinam sua participação numa coletividade. A coletividade, por sua vez, é composta por uma cultura normativa que define valores, objetivos, normas, direções, ordens de papéis que serão desempenhados nas situações específicas do indivíduo.

Há várias definições para o conceito de “papéis” na literatura sociológica. Contudo, considero como mais adequado às minhas proposições a concepção de que um papel é um sistema organizado de participação de um indivíduo no sistema social, entendendo organização do sistema social como coletividade. Os papéis constituem o foco básico da articulação e da interpenetração entre personalidades e sistemas sociais. (Parsons, 1964, p.261)

Do ponto de vista psicológico, os papéis teriam duas funções, segundo o autor. A primeira função seria a de estruturar a realidade de ação do indivíduo para que ele pudesse tomar atitudes adequadas ao interagir com outros indivíduos,



definir os padrões de atitudes e sinalizar as conseqüências do contato com o outro. A segunda função seria a de estruturar os padrões morais introjetados no processo de socialização, os quais seriam os conteúdos do superego.

Segundo Parsons (1964), a estrutura da família nuclear se diferencia em quatro papéis – mãe, pai, irmão e irmã –, não existindo nenhum sistema social conhecido em que esses papéis não se encontrem discriminados uns dos outros. A eficiência dessa família depende do desempenho das funções desses papéis e da posse dessas características.

O critério mínimo de família nuclear vem a ser, sugiro, que, primeiro, exista uma relação sólida entre uma mãe e uma criança que perdure por um certo número de anos e transcenda os cuidados básicos fisiológicos. Em segundo, em sua maternagem, a mulher deve ter um relacionamento especial com um homem, que vem a ser, sociologicamente, o pai da criança. Essa relação é o foco de legitimação da criança e seu *status* referencial no sistema social mais amplo. (Parsons, 1964, p.59)

Ao definir a família nuclear, Parsons considera relevantes as suas seguintes características: ser um grupo pequeno com uma média de sete membros; diferenciar-se estruturalmente em torno dos eixos de poder ou hierarquia e de uma distinção de papéis instrumentais e expressivos; e representar essa distinção sob a forma de liderança, que deverá ser marcada por uma forte coalizão. O grupo familiar ainda apresenta outras características marcantes, como a de ser um grupo de auto-destruição – ou seja, quando os filhos atingem a maioria tendem a formar uma nova família, deixando de ser membros da original; e a de que essa nova família deve se estruturar sob um signo de alto nível de envolvimento afetivo.

Essas duas características, de autodestruição e de alto envolvimento afetivo compõem um fator de grande relevância na estruturação social mais ampla. Na medida em que as famílias são sistemas que interagem com outros sistemas, há a necessidade de que os papéis exercidos tanto dentro quanto fora dela mobilizem seus membros a formarem alianças para a sua sobrevivência. Da mesma forma, é preciso que desempenhem a função de motivar a aquisição de laços não-familiares, para que seja possível a sua perpetuação, isto é, a formação de novas famílias nucleares. Esse jogo de papéis é facilitado, segundo o autor, por uma necessidade de gratificação erótica que permeia as relações familiares.

O erotismo também é apontado por Parsons (1964) como fio condutor das relações familiares. O componente motivacional erótico se constrói na criança a partir da relação de prazer que se estabelece entre a mãe, o pai e a criança, uma relação de reciprocidade erótica.

(...) o objeto erótico primeiro da criança de ambos os sexos é a mãe; quando esse vínculo deixa de ser útil para o desenvolvimento da personalidade, ele tende a ser reprimido como um todo. Não só o objeto original é negado, mas todos os membros da família nuclear original tornam-se tabus. (Parsons, 1964, p.124)

A esse respeito, Parsons acrescenta que o tabu do incesto constitui um foco fundamental na regulação do fator erótico, pois a sua interdição permitindo que o processo de autodestruição da família nuclear seja possível. Com a interdição da motivação erótica no âmbito familiar ocorre o deslocamento de interesses da criança para o grupo de amigos. Como esse grupo não é calcado na hierarquia de liderança, característica da esfera familiar, ele inaugura uma fase de maior autonomia, de exercício de papéis não-familiares e de pertencimento a um grupo de “iguais”. Mais tarde, a adolescência reintroduz o erótico, só que voltado para um outro que é “igual”, constituindo uma atração simétrica. O autor faz algumas considerações sobre soluções inadequadas nesse processo do componente erótico, como assumir papéis de dependência em relação ao outro, ou assumir um papel parental na relação.

Como podemos observar na trajetória das idéias de Parsons, a construção dos componentes não-eróticos da personalidade em interação familiar permite o desempenho de papéis não-familiares, fundamentais para que um sistema social possa funcionar. Toda essa interessante argumentação funcional do processo de construção de papéis familiares e não-familiares nos permite visualizar a estrutura e organização da família e sua posição numa estrutura mais ampla, o sistema social. Os papéis são interdependentes, e o indivíduo os exerce a partir das prescrições do sistema social e cultural ao qual pertence. Estabelece-se assim uma relação complementar na qual um indivíduo necessita do outro. Essa relação é norteadada por uma lógica que podemos sintetizar, nas palavras de Parsons, como uma lógica de obtenção constante de objetivos e desejos ou uma tendência à “otimização de gratificações”.

Em *Famílias, funcionamento & tratamento* (1974) Minuchin afirma que a família se estrutura de forma hierarquizada e que em cada um dos diferentes subsistemas que a compõem, existem manifestações de poder e exercício de hierarquia. A perspectiva estrutural define, por exemplo, a função parental ou o subsistema parental como uma competência específica, uma *direção executiva*, articulada a um papel que exige a responsabilidade de quem o exerce. Contudo, para um melhor entendimento da noção de hierarquia na obra do autor, faz-se necessário examinar, mesmo que de forma breve, os quatro conceitos básicos da abordagem estrutural de famílias, ou seja, a estrutura, as regras, os subsistemas e as fronteiras.

A estrutura da família é constituída por interações familiares que se inserem em uma moldura pré-organizada. “A estrutura familiar é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem.” (Minuchin, 1974, p.57) As interações repetidas estabelecem padrões interacionais que regulam o comportamento dos membros da família, “uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais.” (p. 57) Estes padrões são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro é de uma ordem mais genérica e envolve as leis universais que instituem a organização familiar. O segundo é mais particular e diz respeito às expectativas mútuas de membros específicos da família. Estas expectativas se fundam nos contratos originais da família, porém podem ser esquecidas ou não explicitadas e estão constantemente sendo negociadas.

Estes sistemas de repressão constituem as regras, que são configurações transacionais que exercem uma regulação sobre os comportamentos dos membros da família.

A origem dessas expectativas está mergulhada em anos de negociações explícitas e implícitas entre os membros da família, frequentemente em torno de pequenos eventos cotidianos. Frequentemente, a natureza dos contratos originais foi esquecida e eles podem jamais ter sido alguma vez explícitos. Mas os padrões permanecem – como se fossem um piloto automático – como uma questão de acomodação mútua e de eficácia funcional. (Minuchin, 1974, p. 57)

A respeito das regras familiares, Colapinto (1991) afirma que elas se estabelecem a partir da mutualidade desenvolvida na interação entre dois

membros da família. O ajuste de interesses, ou seja, a complementaridade vem a ser o terreno dentro do qual elas se desenvolvem. Dito de outra forma, quando um membro da família expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, criando assim uma regulação na interação.

Cada membro da família pertence a um diferente subsistema, a que correspondem diferentes níveis de poder e competência. Os subsistemas podem ser formados por sexo, geração, interesse e função. Dessa forma, o indivíduo é um subsistema dentro da família e as díades conjugal, parental e fraternal constituem outro subsistema. Nestes subsistemas, o membro da família ingressa em diferentes relações complementares, dentro das quais experimenta diversas formas de poder e hierarquia.

As fronteiras de um subsistema são as regras que definem quem participa e como, são as regras que delimitam as trocas, são os limites que permitem aos membros desempenhar suas funções sem interferência indevida. As famílias podem se situar em dois pólos quanto à natureza de suas fronteiras, que são um modo transacional e não se referem a uma qualidade disfuncional da família. Em um pólo, as fronteiras são difusas ou emaranhadas e compõem um sistema voltado para si mesmo, com limites individuais pouco respeitados. No outro, as fronteiras são rígidas e distanciadas e se caracterizam pela pouca capacidade de interdependência e apoio entre os membros. Nestes dois sistemas relacionais, podem surgir dificuldades quando são evocados mecanismos adaptativos.

Cada família deverá responder de acordo com suas características: a emaranhada reagirá com rapidez e intensidade excessiva; a distanciada tenderá a não responder. O autor ressalta que emaranhamento e desligamento se referem a um estilo transacional ou à preferência por um tipo de interação, e não a uma característica de funcionalidade ou disfuncionalidade. Contudo, Minuchin afirma que para um mais apropriado funcionamento familiar, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas, bem definidas, para que os membros possam efetivar suas interações sem interferência indevida.

A composição de subsistemas, organizada em torno das funções familiares, não é especialmente tão significativa quanto à nitidez das fronteiras do subsistema. (...) o desenvolvimento de habilidades interpessoais, conseguidas nestes subsistemas

está baseado na liberdade do subsistema das interferências de outros subsistemas. (Minuchin, 1974, p. 59)

Sendo assim, a inclusão de outros membros em um subsistema pode funcionar, desde que haja nitidez nas regras de convivência.

Sublinhamos os pontos de contato entre Bowen e seu conceito de diferenciação do *self*, o *togetherness* e individualidade, e Minuchin, com o de famílias emaranhadas e desligadas. Ambos se referem ao nível de fusão e diferenciação emocional na dinâmica familiar. Bowen, ao construir uma escala de diferenciação de *self*, pontua a verticalidade no percurso de aquisição da individualidade. Um processo iniciado com a relação mãe-bebê e que culmina com a autonomia do indivíduo adulto. Percebe-se a influência das perspectivas desenvolvimentistas e das noções da psicanálise. Minuchin caminha ao lado da antropologia e da sociologia.

Minuchin representa horizontalmente esses níveis, colocando nos pólos, respectivamente, o emaranhamento ou superenvolvimento e o desligamento ou desapego, sendo que no centro dessa representação linear estariam as famílias com graus de nitidez de fronteiras suficientes para exercerem suas funções. Nos pólos se situam as famílias disfuncionais e, no centro, encontram-se os limites da normalidade, observando-se, assim, o processo entre a individuação e a mutualidade na família. Além disso, o autor pontua que os membros da família desenvolvem, ao longo de sua convivência, um senso da “distância apropriada” que devem manter um do outro. Isso constitui um jogo dinâmico de avanço e retrocesso, a fim de se manter uma distância psicológica suficientemente correta: nem muito próximos, nem muito distantes.

Em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981), Minuchin aprofunda suas concepções teóricas e reflexões acerca das técnicas terapêuticas. Talvez possamos dizer que essa obra evidencia a transição para o novo paradigma sistêmico, ou, ao menos, indica o grau de influência que essas novas proposições assumirão em sua obra. Tomemos como exemplo a introdução da noção de *holon*, o todo-parte e como essa idéia se desdobra na contestação de uma realidade pré-existente. “Parte e todo contêm um ao outro num processo contínuo, atual e corrente de

comunicação e interrelação.” (p. 23) Essa noção não substitui, mas prevalece sobre a noção de subsistemas.

A respeito do *holon* indivíduo e o *holon* família, Minuchin diz que as pessoas funcionam com uma parte de suas possibilidades, entre inúmeras outras. Essas possibilidades de ação variam de acordo com o contexto no qual se realizam. Assim, um jovem filho superenvolvido com a mãe pode agir de forma carente para obter seus cuidados, ao mesmo tempo que com um irmão ou seu grupo de pares, possa agir de forma competitiva e decidida. Contextos diferentes requerem partes de si diferentes.

Dessa forma, não existe uma realidade, uma história ou uma verdade, existe uma multiplicidade de emergências no domínio da dinâmica familiar. “As famílias funcionais são sistemas complexos constituídos por um grande número de partes que interatuam de uma maneira complicada.” (p. 142) Os padrões de interação dentro do *holon* familiar são fortes, significativos e interrelacionados em uma ordem hierárquica, constituindo transações mais fortes do que as que ligam outros *holons* entre si. A terapia familiar proposta por Minuchin desafia a estrutura do *holon*, *holon* esse que funciona dentro de seus limites e pertinência e não funciona em *holons* diferentes e com novas regras. Assim, a terapia se propõe a desconstruir uma estrutura ou a buscar sua flexibilidade, para que outros repertórios possam emergir na convivência.

Em *A Cura da Família* (1993), Minuchin questiona o uso da palavra “estrutura” em sua obra. Justifica a necessidade e a utilidade do termo, a partir da sua formação médica, que focaliza as estruturas físicas e as funções biológicas dos organismos. Tenta encontrar essa concepção no domínio familiar, ressalvado, porém, que a entende como uma indicação de limitação funcional. Ressalta que o significado de estrutura remete a um estado fixo, embora entenda a família como uma entidade flexível. “Hoje, penso que uma metáfora fisiológica, tal como manter a temperatura corporal, teria sido melhor, porque indicaria flexibilidade perante a mudança”. (p. 42)

Embora afirme não ter abandonado o conceito de estrutura e de desenvolvimento familiar, Minuchin passa a se concentrar na verdade narrativa da família, em detrimento da sua verdade histórica. Com isso quer dizer que a família cria uma história específica, que dá sentido à sua vida. Essa história é uma

realidade compartilhada entre os membros, de forma que quando se escuta uma história, compreende-se as coalizões e os padrões de tal família. Os fatos apresentados quando a história é contada são parcialmente construções e parcialmente acontecimentos históricos. E assim, o autor se afastou do ensino de técnicas e se concentrou em um pensar sobre a família e suas interações.

A forma de compreender a função do terapeuta também passou por transformações. Já em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981), Minuchin constrói a noção de terapeuta espontâneo. O terapeuta ainda é visto como observador, como aquele que ocupa uma posição de saber, e no entanto:

(...) ser um terapeuta espontâneo... significa utilizar a coparticipação para tornar-se um agente de mudança, que trabalha dentro das regras do sistema familiar, com modalidades de intervenção. (...) Suas ações, ainda que reguladas pelas metas da terapia são o produto de seu vínculo com a família cliente. (Minuchin, 1981, p. 12-13)

Essa posição, ainda que estabelecida sob uma perspectiva hierárquica, se desprende da responsabilidade total da posição anterior, uma vez que “o terapeuta pode trabalhar tranqüilo sabendo que não precisa estar correto.” (p. 13) De todo o modo, Minuchin fez de seu campo teórico um lugar poroso, flexível, deixando a prática clínica indicar os percursos. Essa capacidade de transformação é fundamental para quem lida com sistemas diversos e plurais como a família.

“Mesmo uma sociedade democrática não se faz sem liderança”, afirma Minuchin. (1981) Dentro da proposta de se conhecer a hierarquia e as regras familiares, no contexto de adultos, ressaltamos a assertiva do autor de que somente a família ideal é frequentemente definida como democrática. O autor questiona que a família seja uma sociedade de iguais. Sob seu ponto de vista, o uso diferenciado de autoridade é necessário para o subsistema parental. “O apoio à responsabilidade e obrigação dos pais de determinar regras familiares assegura o direito e a obrigação dos filhos de crescer e de desenvolver autonomia.” (p. 28) No entanto, o autor descreve – e não o faz de uma forma especificamente referida à disfuncionalidade – famílias com um filho parental. Os pais concedem este poder a um filho, que deverá ter desenvolvido responsabilidade, competência e

autonomia para exercê-lo. O contexto deste consentimento poderá ser natural em famílias grandes, ou nas que um dos pais, ou ambos, trabalham.

Concordamos com Minuchin, quando este se refere à hierarquia e poder parental nas famílias cujos filhos ainda não atingiram a idade adulta. A diferenciação de funções com a aceitação de *expertise* e autoridade de um membro pode ser necessária e útil. Féres-Carneiro (1996) chama a atenção para a ineficácia do funcionamento da família em que os pais assumem uma posição autocrática ou uma posição inadequadamente igualitária, deixando o grupo familiar sem liderança. No sistema familiar, pode-se esperar que o subsistema parental assumira certa autoridade e liderança e que esta possa ser compartilhada com os filhos de forma diferenciada e democrática. Para tanto, as regras familiares devem ser explícitas, coerentes, flexíveis e democráticas, pois, segundo a autora, tais regras facilitam o desenvolvimento dos membros da família.

Dessa forma, entendemos que o contexto atual esmaeceu e flexibilizou as fronteiras, os subsistemas, as regras, a estrutura da família. A família é hoje um território complexo no qual coexistem diversas formas e possibilidades de interação – a pluralidade qualifica esse momento em que vivemos. No entanto, e apesar da considerável flexibilização dos papéis de gênero e das metamorfoses impostas pelo sistema social, sobretudo em relação à relevante proximidade entre pais e filhos, não acreditamos que exista uma nova família. Padrões tradicionais de comportamento permanecem no espaço familiar, como podemos constatar no conjunto de pesquisas reunidas em *Família e Casal, efeitos da contemporaneidade*<sup>6</sup> organização de Féres-Carneiro (2005). Esta convivência entre a tradição e o contexto de mudanças da atualidade propicia a multiplicidade de arranjos familiares e nos fornece os elementos para a compreensão da família da qual nos ocupamos neste estudo, a família que não deseja se separar.

Existe um paradoxo em nossa sociedade, nos termos de DaMatta (1978), um descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico. Dessa forma, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizada. Esta coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de

---

<sup>6</sup> Pesquisas apresentadas no X Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.



acordo com o contexto em que atuam. “O igualitarismo individualista quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade.” (p. 184)

No que concerne à questão específica da hierarquia e regras, entendemos que diante da complexidade do terreno familiar, precisamos ultrapassar a visão de linearidade e previsibilidade nas interações entre os membros da família. Como nos apontou Minuchin em *Técnicas de Terapia Familiar* (1981) e em *A Cura da Família* (1993), o campo teórico da terapia familiar deve ser um lugar poroso, flexível, deixando a prática clínica indicar os seus percursos. Essa capacidade de reformulação e mudança na família e a utilização dos múltiplos *selves* de acordo com os interesses do contexto interacional, a nosso ver, se apóia na colaboração e troca interdisciplinar entre Minuchin Berger & Luckman. Essa colaboração entre teorias proporcionou um arejamento na proposta estrutural.

Acreditamos que a idéia da construção social da realidade tangenciasse a forma de pensar de Minuchin. Dessa maneira, a questão da hierarquia e das regras de convivência, flexíveis para dar conta das necessidades de mudança nessa dinâmica familiar, ganha novos contornos. As regras familiares e a hierarquia não são categorias *a priori*, mas sim construídas, sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família em suas vidas cotidianas. E nesse processo de construção colaboram a cultura, a singularidade, o gênero, os imperativos sociais e outros, que se constituem em uma rede de múltiplos atravessamentos.

### 3.4

#### **Múltiplas realidades, as realidades construídas na vida do dia-a-dia**

A transição entre os paradigmas de primeira e segunda ordem comporta a afirmação da não-existência de uma realidade fora do indivíduo. Watzlawick (1999) nos diz que se a solução de um problema residir fora do repertório interno da família, as mudanças de primeira ordem sistêmica não permitem que se encontre a solução. Na visão do autor, a mudança de primeira ordem é a mudança de um sistema que passa de um estado a outro. A mudança opera no interior deste sistema, dentro de seu repertório ou capacidade de resolver suas questões. Por

outro lado, a mudança de segunda ordem envolve a necessidade de mudar a estrutura do sistema, esse sistema requer um aporte do exterior.

Maturana (1999) oferece um interessante e apropriado exemplo de mudança de segunda ordem, ao expor o seu conceito de autopoiese nos sistemas sociais. Trata-se de uma partida de futebol ocorrida em 1823, em Rugby, que se desenrolava normalmente segundo as regras desse esporte, quando um jogador tomou a bola com as mãos e correu para colocá-la na trave de gol do espaço do adversário. Nesse momento, os outros jogadores o perseguiram e um combate por sua posse se iniciou. A interação entre esses jogadores provocou uma mudança, produzindo uma forma diferente de jogar, que, por sua vez, tornou possível o *rugby*. Com esse exemplo, entendemos que o sistema, a partir de interações recorrentes, cria uma rede de ações coordenadas que engendra um novo comportamento social. Nas palavras de Maturana:

No decorrer dessa transformação, um sistema particular de ações coordenadas, constituinte do futebol, sofreu uma mudança repentina, quando o novo comportamento de um jogador – por um conjunto de ações coordenadas que provocaram um novo comportamento nos outros jogadores – possibilitou uma configuração de ações coordenadas inéditas que se tornou o *rugby*. (p. 147)

Entendendo a família como um sistema social, essa compreensão de mudança, fora das regras habituais desse grupo, faz do terapeuta, do acaso ou de um agente qualquer, um instrumento de mudança na família. À medida que um membro muda, os outros também o fazem. Isso significa, em um contexto de terapia familiar, que cada mudança na família passa necessariamente por uma mudança individual dos membros. Essa ação se efetua através de um processo de interações entre o terapeuta com um ou com a maior parte dos membros da família, de modo que a intenção de instigar a mudança através de ações coordenadas encontre um eco.

Tudo se passa através da linguagem e a noção de que sujeito e objeto constituem-se um ao outro tem como base a ótica da linguagem como construtora da realidade. A introdução ou importação de teorias da comunicação na terapia familiar nos habilita a iniciar essa discussão sobre a construção da realidade, remetendo-nos às contribuições dos primeiros teóricos a utilizá-las como pressupostos básicos. Watzlawick (1967), por exemplo, destaca a comunicação

como um processo de interação e sublinha a importância da linguagem analógica e da digital na interação humana. O indivíduo combina essas duas linguagens como emissor ou receptor. O autor assevera que a interação é uma série de mensagens trocadas entre pessoas, entendendo mensagem como um complexo fluido e multifacetado de diversos tipos de comportamento, sejam eles verbais, tonais, posturais ou contextuais.

Os seres humanos se comunicam digital e analogicamente. A linguagem digital é uma sintaxe lógica sumamente complexa e poderosa mas carente de adequação semântica no campo das relações, ao passo que a linguagem analógica possui a semântica mas não tem uma sintaxe adequada para a definição não-ambígua da natureza das relações. (Watzlawick, 1967, p. 61)

Assim, o indivíduo implica-se em um compromisso ao se comunicar. A troca de mensagens entre os comunicantes está, intimamente, articulada à natureza da relação, isto é, a simetria e, ou, a complementaridade. Dessa maneira, segundo Watzlawick, a interação pode ser compreendida de duas formas. A primeira, a interação simétrica, expõe a tendência, entre os parceiros, a refletirem o comportamento um do outro, com também há a característica da igualdade e a minimização da diferença. A segunda, a interação complementar, baseia na maximização da diferença, ou seja, os comportamentos dessemelhantes, porém ajustados, provocam-se mutuamente. O parceiro comporta-se de forma a pressupor o comportamento do outro ao fornecer razões para tal, por isso, as definições deste tipo de interação se encaixam.

A distinção entre comunicação digital e analógica nos parece relevante não só no campo terapêutico, como também, fora desses limites. As declarações contraditórias, as incoerências, as mudanças bruscas de assunto, as tangencializações, as frases incompletas, o estilo obscuro, as interpretações literais de metáforas remetem às conversações que acontecem nos diferentes redutos da vida cotidiana.

A tradução do material analógico para o digital e vice-versa é fonte de desacordos. Watzlawick afirma que a digitalização do material analógico será sempre sujeita à controvérsia, pois esse último presta-se a interpretações digitais diferentes e determinadas vezes incompatíveis. Ao digitalizar, o indivíduo procede de acordo com sua concepção da natureza da relação, que pode não

coincidir com a do outro. Ressaltamos que a comunicação analógica ou não-verbal tem como ponto central, segundo o autor, o aspecto de acentuar e definir a natureza da relação.

Nesse ponto, permitimo-nos uma breve referência ao grupo de Gregory Bateson que, conforme Nichols & Schwartz (1998), é considerado o fundador da terapia familiar. Watzlawick é afiliado teoricamente a Bateson. A afirmação do primeiro – a saber, de que “toda comunicação tem um aspecto de conteúdo e um aspecto de comunicação de forma que o segundo classifica o primeiro e é, portanto, uma metacomunicação” (Watzlawick, 1967, p. 50) – tem como base o conceito de metacomunicação proposto pelo segundo. Bateson, um antropólogo com histórico de trabalho de campo em Bali e Nova Guiné com Margareth Mead, interessou-se, também, pelas idéias oriundas da cibernética e as articulou ao seu saber antropológico. O grupo de Bateson introduziu – além do aspecto da comunicação acima citado através do olhar de Watzlawick – a noção dos efeitos do paradoxo na interação humana, o que o levou a formular o conceito de *duplo vínculo*.<sup>7</sup> Os seguidores de Bateson, dentre eles Watzlawick (1967), redefiniram alguns desses conceitos.

Conforme este último, “o paradoxo não só pode invadir a interação e afetar o nosso comportamento e a nossa sanidade mental, mas também, desafia a nossa crença na coerência e, portanto, na solidez fundamental do nosso universo.” (Watzlawick, 1967, p. 168) O autor enfatiza as conseqüências comportamentais, isto é, pragmáticas do paradoxo. Os paradoxos pragmáticos, dentro do vocabulário do autor, se constituem de injunções paradoxais. As injunções paradoxais ou duplas vinculações têm como característica fundamental ocorrerem em um universo de forte relação complementar. Nessa relação o que é transmitido deve ser obedecido, como também deve ser desobedecido para que seja obedecido. A posição do indivíduo que ocupa um lugar de inferioridade na relação é paralisante, pois ele é incapaz de sair dessa posição por não conseguir fazer um comentário sobre a injunção, ou seja, metacomunicar, o que seria desobedecer. Esse comportamento paradoxal gera, também, um duplo vínculo para quem o iniciou – a teia fica, então, estabelecida.

---

<sup>7</sup> Bateson, G.; Jackson, D. ; Weakland, J. 1956 Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Sciences*. 1: 251-264.

O nível de patogenicidade da dupla vinculação consiste na sua continuidade e no fato de poder transformar-se em uma expectativa habitual, tornando-se um padrão de comunicação que se perpetua a si mesmo. Lembramos que essa concepção teve como origem a prática com famílias de esquizofrênicos.

Os duplos vínculos seriam então verdadeiros paradoxos e não injunções contraditórias ou contradições. O uso do termo injunções contraditórias seria mais apropriado para os contextos não-patológicos. As contradições impostas pela vida cotidiana e o viver contemporâneo são habituais: a grande diferença reside no fato de que uma escolha lógica ou uma solução para sair de sua esfera é totalmente possível, ao contrário da injunção paradoxal, na qual ocorre a falência da própria escolha.

Consideramos importante a idéia de rede comunicacional e a noção de “jogo” que ela comporta na experiência vivida na dinâmica familiar. Todos jogam de forma a criar uma rede na qual todos compartilham as regras estabelecidas. No domínio da terapia familiar, Cecchin (1994) ressalta que essa visão, conhecida como a metáfora do jogo e desenvolvida ao longo da década de 1970 e 1980 no Centro de Terapia Familiar de Milão, conduzia a uma compreensão da família como “quase mecanicista”. O jogo apontado pelo autor aproxima-se da idéia de uma batalha, de um jogo estratégico, em que alguém vai ganhar.

Os questionamentos a respeito desta posição levaram Cecchin e sua equipe a entender que esse jogo não se restringia somente à família, pois também incluía o terapeuta e, além disso, “emergia da relação entre o terapeuta e a família”. A partir daí, a idéia de co-construção eclode no contexto terapêutico proposto pelo autor e seus colaboradores, de maneira que a metáfora comunicacional diversificasse e passa a ser considerada como um espaço social, articulado com narrativas e práticas não só dominantes como alternativas.

Paralela ao campo das terapias familiares, a visão da sociologia, sobre o uso da linguagem na construção do mundo, se enriquece a partir da perspectiva de Berger e Luckman (1966). A linguagem da vida cotidiana e seu poder contínuo de prover as necessárias objetificações, no intuito de ordenar e fornecer sentido para a experiência do dia-a-dia, constitui-se como foco de análise para esses autores. A realidade do dia-a-dia é tomada como objeto de estudo, ou, mais precisamente, o conhecimento que guia a vida cotidiana torna-se o ponto principal de uma análise

sociológica, conforme os autores propõem. A realidade mais “real” para o indivíduo é a do dia-a-dia, ela se impõe à consciência de forma imperativa, apresentando-se “de uma maneira impactante, urgente e intensa”. (p. 35) Essa realidade não é a que os filósofos elegem como status de reflexão, assim como não diz respeito ao indivíduo comum: “o homem na rua não se importa, normalmente, com o que é real para ele, a não ser que ele seja surpreendido por um problema”. (p. 14) Ela interessa aos estudiosos dos processos sociais e de seus efeitos no indivíduo.

A realidade da vida comum do dia-a-dia é vivida em termos de diferentes graus de proximidade e distância, ambos espacial e temporalmente organizados. No entanto, os autores asseveram que o aspecto temporal tem mais relevância em suas abordagens. Com isso, querem dizer que o indivíduo está mais pragmaticamente interessado no que é possível apreender no “aqui e agora”, embora essa realidade, também, compreenda fenômenos que não estão presentes nesse aqui e agora. “Toda a minha existência no mundo é continuamente ordenada pelo tempo e englobada por ele”. (p. 41) Dessa forma, o relógio, a agenda, o calendário são recursos de avaliação a respeito da maneira como o indivíduo ordena sua realidade, como também, fonte de avaliação da intersubjetividade que, outrossim, possui uma dimensão temporal.

A linguagem na situação interativa da vida cotidiana possui uma inerente qualidade de reciprocidade, conforme Berger e Luckman (1966). “A produção de signos vocais pode ser sincronizada com a produção de intenções na conversação.” (p. 52) Se concordarmos com esses autores, podemos admitir que as qualidades objetivas e subjetivas se justapõem na interação, criando e recriando realidades. Assim, quando falamos de nós mesmos, ou nas palavras dos autores, “quando nos ouvimos falar de nós mesmos”, o nosso mundo subjetivo torna-se mais compreensível nesse processo de objetificação e passa a ser mais real para nós. De modo que, “a linguagem torna a minha subjetividade mais “real” não somente na conversação, mas também para mim mesmo.” (p. 53) Ao falar de si próprio, o indivíduo cria uma narrativa sobre si, em uma “reflexão espontânea, não deliberada”, ao mesmo tempo que a compartilha com o outro, na interação.

A linguagem transcende o “aqui e agora” na vida cotidiana. Por exemplo, objetos e pessoas espacial, temporal e socialmente ausentes podem se tornar

presentes. Um vasto acúmulo de experiências e significados podem ser objetivados nesse “aqui e agora”, em que as ausências são lembradas e reconstruídas. Através das objetivações lingüísticas o indivíduo pode “falar consigo mesmo”. A linguagem pode transcender, ainda, a realidade da vida de todo o dia, ao dispor da capacidade de transpor a esfera de um sonho, para integrá-lo na ordem da linguagem habitual. “Eu posso interpretar um sonho integrando-o linguisticamente na ordem da linguagem da vida cotidiana.” (p. 55) Em um nível simbólico, como pudemos observar, a linguagem pode construir representações com forte presença no mundo cotidiano. A religião, a filosofia, a arte, a ciência seriam, historicamente, os sistemas simbólicos mais importantes dessa dimensão.

Consideramos muito úteis para as nossas articulações conceituais sobre a dinâmica familiar, as proposições de Berger e Luckmann (1966) acerca do processo de internalização da realidade. Antes de tudo, faz-se importante ressaltar que adotamos como pressuposição a idéia de que a forma como a sociedade legitima e valida suas instituições é análoga ao processo em que a família valida e legitima sua estrutura. Esta noção se apóia, também, no texto de Minuchin (1981) sobre a concepção de mundo da família, no qual esse autor incorpora tal suposição teórica de Berger e Luckmann. Posto isso, podemos iniciar a discussão, afirmando que o indivíduo se torna um membro da sociedade através de um percurso que engloba tanto a realidade objetiva quanto a subjetiva. Um processo dialético, em que “estar na sociedade é participar dessa dialética.” (Berger e Luckman, 1966, p. 149) Contudo, os autores pontuam que a socialização nunca é total ou acaba em determinado momento, ela é um processo pelo qual a realidade vai sendo reconstruída na prática da vida.

A internalização da realidade é um processo de participação social que se inicia pela aquisição de um mundo básico, a socialização primária. Os outros significativos – ou seja, a família ou representantes da mesma – mediam a entrada do filho no mundo social, eles filtram ou selecionam aspectos desse mundo e o transmitem para o seu bebê.<sup>8</sup> A socialização primária não acontece sem um forte

---

<sup>8</sup> No entanto, alertamos para o fato de que essa internalização não é uma via de mão única, entendemos que existe todo um processo de subjetivação constituído a partir da relação com a mãe e seu ambiente.

vínculo da criança com seus outros significativos, a criança internaliza o mundo dos pais como sendo “o mundo”. É algo da ordem do inevitável, e contudo esse *status* começa a ser questionado e a declinar quando na vigência da internalização secundária, a relação com os outros significativos e com os outros um pouco menos significativos, passa a ser possível.

A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado e tudo que o acompanha é estabelecido na consciência do indivíduo. Nesse ponto, ele já pertence à sociedade, possui um *self* e um mundo internalizado. A socialização secundária é a internalização das instituições ou dos submundos. Estes últimos entendidos como realidades parciais, contrastadas com o mundo-base adquirido na socialização primária. Nesse tipo de socialização, a relação com outros significativos não é requerida: “é necessário amar a mãe, mas não o professor”. (p. 161)

O fato do processo de socialização secundária não pressupor um alto grau de identificação e seu conteúdo não possuir a qualidade da inevitabilidade pode ser pragmaticamente útil, pois, permite apreender seqüências que são racionais e emocionalmente controláveis. Também, o conteúdo desse tipo de internalização tem uma frágil e duvidosa realidade subjetiva, se comparado à internalização da socialização primária. (Berger e Luckmann, 1966, p. 164)

Assim, entendemos que possa ser mais fácil colocar de lado a realidade da internalização secundária, em função de suas características de parcialidade, de envolver conhecimentos específicos de áreas institucionais específicas como também de papéis específicos. O indivíduo pode utilizar partes de si próprio na interação, de acordo com a necessidade do contexto em que se encontra. Essa compreensão, baseada na capacidade do indivíduo mudar seu comportamento em função do tipo de interação que ocorre no subsistema é bastante explorada por Minuchin (1981) em sua prática clínica. Esse seria mais um ponto em comum entre a terapia estrutural e a teoria da construção social da realidade de Berger e Luckmann.

Minuchin afirma que os indivíduos funcionam com uma parte de suas possibilidades, dentre inúmeras outras. Essas possibilidades de ação variam conforme o contexto no qual se realizam. Dentro do vocabulário de Berger e Luckmann, citamos o exemplo destacado por eles da capacidade múltipla do *self*:



a criança que, quer queira quer não, vive em um mundo definido pelos pais, mas que pode, de bom grado, deixar a matemática para trás, tão logo saia da sala de aula.

A internalização da realidade requer uma manutenção constante ao longo da vida cotidiana. Essa manutenção se sustenta na rotina da vida de todos os dias e é mantida na consciência pelo processo social. Ela é reafirmada constantemente na interação com o outro, sobretudo com o outro significativo.

A forma mais importante de manutenção da realidade é a conversação, é através dela que a realidade é mantida, modificada e reconstruída.

É importante realçar que a manutenção da realidade na conversação é implícita, não explícita. A maioria das conversações não definem a natureza do mundo. Se isso é entendido, podemos observar que grande parte, senão toda, da conversação do dia-a-dia mantém a realidade. Realmente, o seu peso é adquirido pelo acúmulo e consistência da conversa casual, uma conversação que pode ser considerada como casual, precisamente, porque se refere à rotina de um mundo dado como certo. (Berger e Luckmann, 1966, p. 172)

Assim, a realidade é confirmada no dia-a-dia, sendo, através da linguagem, atualizada na interação. A possibilidade de modificação e reconstrução ocorre pela ruptura, pela quebra, pela discontinuidade dessa rotina banal. E a realidade subjetiva que geralmente não está em questão, pode ser alcançada.

Disso tudo, entendemos que a internalização do mundo social se dá como uma “incorporação sem digestão” e pode ser expressa, neste estado bruto, sob a forma da linguagem casual ou das frases banais. Kaufmann (2007) realça que de início podemos não compreender as frases banais, elas passam despercebidas em meio às conversações. Mas se, como pesquisadores, nos interessarmos por elas, a fim de compreendermos uma determinada concepção de mundo, deveremos rastreá-las em seus aspectos recorrentes e contraditórios nos discursos dos indivíduos.

### 3.5

#### **As histórias contadas, expressões de concepções de mundo, de si e da relação**

Vimos acima que a transição entre os paradigmas de primeira e segunda ordem comporta a afirmação da não-existência de uma realidade fora do indivíduo. Acrescentamos, ao iniciar esse item, que a passagem para a pós-modernidade envolve o conhecimento como uma prática discursiva polifônica, que emerge da qualidade relacional e da linguagem compartilhada. Isso quer dizer que a construção do discurso ocorre na interação e através da linguagem.

A dinâmica familiar, nesta investigação, será, também, compreendida sob esta perspectiva. Adotaremos a lógica da transformação, sem desprezar o conhecimento produzido sob a lógica da manutenção, proposta na primeira ordem sistêmica. A “virada” da pós-modernidade vincula-se, definitivamente, ao nosso texto como um conhecimento que, longe de ser disjuntivo, agrega e nos coloca em uma posição mais “humilde” em relação ao nosso saber e mais reflexiva em relação às famílias investigadas. Assim, questionaremos o lugar do observador como exterior ao sistema e incluiremos as emergências de perspectivas multidimensionais e complexas; a pluralidade e o entendimento de uma construção social da realidade, bem como o recurso do novo e do criativo nas histórias contadas.

Schnitman (1996; 2006) sublinha que a noção de complexidade, como princípio epistemológico do novo paradigma, permite transcender as visões unidimensionais e hegemônicas na esfera familiar. Considerando que a realidade como construída, não podemos encontrar um lugar específico para observá-la. A autora propõe, então, que o observador ou terapeuta de famílias preste particular atenção às flutuações e variações ocorridas no contexto familiar, com o objetivo de utilizá-las como potencialidades para gerar novas alternativas ou para recuperar e reciclar o já existente. Uma dimensão estética emerge a partir do incentivo de busca da criatividade, apoiada na capacidade de encontrar ou recuperar ações e sínteses de significados, de visões e versões inéditas.

As possibilidades de encontrar e recuperar significados nos levam a buscar em Gergen (1998) e sua perspectiva construcionista social os subsídios para

efetuar o transporte do pensamento pós-moderno, ou de uma epistemologia construtivista, para uma prática construcionista. Esse autor pontua que uma terapia obriga-se a permitir que as construções narrativas dos participantes sejam fluidas o suficiente, para a emergência da construção e reconstrução de significados, através do diálogo. O construcionismo seria uma consciência compartilhada. A sua emergência começa quando ocorre o desafio do conceito de conhecimento como uma representação mental e a abordagem de um conhecimento construído fora do sujeito. O autor, na defesa de sua visão de construcionismo social, se refere a uma metateoria:

O desafio do construcionismo social é o de transcender o dualismo tradicional sujeito-objeto e todos os seus problemas concomitantes e desenvolver um novo sistema de análise baseado em uma teoria alternativa, não-empírica. (...) se houvesse um diálogo entre psicólogos e colegas de mesma mentalidade em sociologia, antropologia, história, filosofia e literatura poderíamos antecipar o desenvolvimento de novos rumos teóricos, de uma metateoria para uma nova concepção de ciência e de uma renovação dos recursos intelectuais. (Gergen, 1993, p.15; 20)

Abrimos aqui um espaço para situarmos o construtivismo, de uma forma breve, enquanto perspectiva teórica norteadora da prática terapêutica familiar. Conforme Nichols & Schwartz (1998), o pensamento construtivista que influenciou radicalmente o campo das terapias familiares tem como principais mentores: Maturana e Varela e suas afirmações de que os sistemas vivos são unidades neurais autocontidas que não dependem de seus ambientes; o ponto de vista de Foerster baseado na constatação de que os observadores influenciam os sistemas por eles interpretados; a proposição de Glasserfeld de que não podemos conhecer o mundo “real”, pois dele só temos nossas imagens internas. Essas seriam as idéias mais importantes a orientar a esfera das terapias familiares

Dessa maneira, o construtivismo, ao propor a não-existência *a priori* da realidade e asseverar que a mesma era uma construção do observador, indicou aos terapeutas ou investigadores o caminho da não consideração de que o que viam na família era algo que “existia” na família. Deveriam, então, entender o que viam como uma produção de suas visões particulares do que seria um indivíduo, uma família e seus problemas: o que percebiam era o resultado de suas interações com essa família.

Na visão de McNamee (2001) o construcionismo social se apresenta sob um conjunto de práticas em uma perspectiva relacional, na qual é focalizada a construção do significado compartilhado. Tudo aquilo que é significativo emerge das relações, das comunidades e das práticas locais. No plano das formas relacionais, a autora distingue uma inteligibilidade relacional que propõe que “tudo que adquire sentido é dotado de significado para os atores sociais, emerge e se torna inteligível nas relações”. (p.114) A inteligibilidade relacional envolve a compreensão de que o importante e significativo tem como origem as relações e, assim, nossa atenção se desloca do que acontece dentro da pessoa para se concentrar no que acontece entre elas.

Em decorrência do fato de estarmos sempre relacionados, a autora sugere como recurso ampliador das capacidades relacionais o outorgar espaço às “vozes internas” na prática psicoterápica. O que significa, assim o entendemos, que internalizamos o outro através de interações, que vão se modificando e se reconstruindo em cada novo encontro interativo, ao longo de nossas vidas. Essas múltiplas vozes podem permitir “notáveis explorações de multiplicidade” na esfera investigativa, aventurar-se no percurso dessas vozes internas pode conceder a possibilidade de reconhecer e legitimar as inteligibilidades disponíveis para o enfrentamento de situações problemáticas.

Elkaïm (1995) também sublinha a importância das vozes internas e propõe que o terapeuta escute as suas próprias vozes, a partir da narrativa do paciente. Este seria um importante recurso de reflexão, uma vez que, ao escutar o paciente, ele se escuta. O autor afirma que, para interromper um padrão repetitivo, no contexto terapêutico, é preciso se abster de emitir o que é esperado e buscar alternativas inteligíveis em seu repertório interno. Essa forma de agir sustenta o que McNamee denomina de responsabilidade relacional, que consiste “em criar um cenário particular que favoreça tais ações” (p. 120)

O *self*, para McNamee (2001), não é a fonte originária de todo o pensamento e ação, pois “não se pode criar significado, nem eleger racionalmente entre várias opções que competem entre si, sem absorver, antes, as inteligibilidades de uma comunidade” (p. 115). Em suma, as ações de um indivíduo nunca são independentes. Gergen, em *O self saturado* (1991), afirma que os indivíduos internalizam as conversações que se passam ao seu redor como

esponjas; como indivíduos, somos facilmente atingidos por comunicações que nos bombardeiam no dia-a-dia. Embora não concordemos com essa visão do *self* esponja, no que concerne à noção de que não seríamos afetados pelas primeiras experiências da infância, concordamos com a visão de que o *self* é construído socialmente, nas conversações.

Adicionamos que a internalização primária, com seu enraizamento profundo, tem uma importância fundamental na construção do diálogo do dia-a-dia. Todavia, estamos de acordo com Gergen, quando este diz que a noção que temos do nosso próprio *self* é possível através da narrativa interna ou do diálogo consigo mesmo, nesse ato percebe-se a construção narrativa, internalizada a partir das conversações interpessoais. Aqui, incluímos a diferença existente nesse processo, quando ele ocorre com os outros significativos ou com os outros nem tão significativos. Essa noção de *self* é fundamental para a ótica narrativa – lembremos a visão do autor pela qual o construcionismo é definido como uma consciência compartilhada. Gergen liga, definitivamente, o *self* às práticas discursivas.

Goolishian e Anderson (1994) propõem que não formulemos a pergunta “o que é o ‘*self*’”, porque assim não nos implicaríamos em uma discussão positivista a respeito de uma realidade em si, característica do pensamento moderno. Argumentam, então, que a noção de *self* como “narrador” nos habilitaria a compreender o papel da linguagem e da narração, entendendo que a produção de significado se dá através da ação da linguagem. O *self* seria uma expressão de um ser através da linguagem e da narração. Ao narrarmos histórias uns aos outros, formamos “uma rede de narrativas que é produto de intercâmbio e práticas sociais, do diálogo e da conversação.” (p. 195) Portanto, somos co-autores das nossas narrativas. Dessa forma, o significado está sempre em processo, surge da reconstrução e da redescrção.

Para Shotter (1996), o *self* se manifesta no contato entre o nós e os outros. O autor destaca que nossa vida interior não é exatamente privada, lógica e ordenada. Ao contrário, caso pudéssemos falar do *self* como entidade, ele melhor se encaixaria em uma dimensão de incompletude, de construção e de emergência criativa.

De acordo com a argumentação de Travassos-Rodriguez (2007), o *self* deixa de ser uma descrição de um mundo mental interno e passa a ser concebido dentro de uma visão socialmente contextualizada a partir das interações e práticas sociais vigentes. De modo que as narrativas seriam organizadoras de nossas concepções de mundo e de nós mesmos, sendo que o seu foco não estaria na mente, como tradicionalmente concebido, mas nos significados gerados nas conversações. Nessa perspectiva, o indivíduo só adquire uma voz interior, um sentido identitário, se inserido no mundo da linguagem. A escrita seria uma prática cultural e historicamente contingente do uso efetivo de uma língua.

Desse modo, entendemos que a conversação gera significado e o modo como os indivíduos interpretam suas experiências tem o poder de influenciar suas vidas. Os indivíduos interpretam suas experiências sob a forma de histórias coerentes que lhes facilitam a tarefa de dar sentido aos acontecimentos que ocorrem em suas vidas. Gergen (1997) privilegia a dimensão relacional e o seu domínio de abordagem, o campo das narrativas. Para melhor compreendermos a estrutura da narrativa, lançaremos mão da afirmação desse autor de que essa estrutura tem como base as convenções sociais. Para alcançar sentido, a narrativa deve se alinhar às formas convencionais antecedentes e não à verdade dos fatos que ordenam o relato: portanto, o aspecto da coerência é privilegiado em relação aos eventos históricos, na visão do autor.

O autor distingue três aspectos da narrativa, no que tange à sua inteligibilidade, em nossa cultura: a narrativa estável, a progressiva e a regressiva. A narrativa estável é um formato pelo qual os eventos se referem à história do protagonista de uma maneira equilibrada, em relação ao alcance das metas estabelecidas: ou seja, há pouca alteração no desenrolar dos acontecimentos. Não há altos ou baixos na narração. Já a narrativa progressiva, envolve, ao contrário da anterior, uma tendência à evolução dos acontecimentos: eles crescem continuamente, tornam-se mais intensos, marcantes, no sentido de inclinação narrativa positiva. Por último, a narrativa regressiva é um formato de narração decrescente, no sentido do negativo e da falha. Segundo o autor, esses formatos podem se combinar e constituir narrativas mais complexas, como por exemplo a comédia romântica, que pode abarcar uma inclinação regressiva e posteriormente, uma progressiva.

Assim, entendemos que as narrativas se desenvolvem em contextos de diferentes exercícios de dramaticidade, alternam-se os heróis e os vilões, bem como os fracassos e os sucessos ou, ainda, as previsibilidades do dia-a-dia. Terapeutas e pesquisadores podem reconhecer que as histórias contadas pelos pacientes ou investigados afetam suas percepções e a interpretação dessas percepções. A concepção de um *self* maleável ou plástico, constantemente exposto às narrativas provenientes do contexto em que se vive, leva o terapeuta ou o investigador a refletir sobre esse contexto, cujos discursos oficiais podem excluir ou marginalizar alguns grupos sociais.

O processo conversacional é adotado por Shotter (2003) como foco de investigação construcionista e, ao se concentrar no momento interativo, estabelece descrições detalhadas da dinâmica envolvida nessas transações. Por exemplo, sua descrição do discurso corporificado corresponde a uma ampliação da concepção de linguagem na interação face a face. Nesse tipo de discurso, a linguagem se dá, também, pelo corpo, por gestos e expressões que por sua vez estão também vinculados a outros significados sociais. Assim, “as respostas das pessoas umas às outras são vividas, sentidas, no interior da conversação e podem ressentir significados passados.” (p. 446) Dessa forma, trata-se de um discurso espontâneo e não convencional, que amplia a descrição do entendimento na conversação. Esse uso corporificado da linguagem ocorre em função da característica de vivermos em um constante movimento de espontaneidade e reciprocidade em relação ao outro e ao mundo.

Encontramos, ainda, em Shotter (2003), a descrição de ação conjunta que estaria intimamente vinculada à intencionalidade no diálogo. Quando dizemos algo, podemos acreditar que conseguimos expressar nossa intenção: contudo, se pensarmos como o autor, essa intenção vai depender do contexto em questão, pois o que antecipamos depende da troca interativa, do momento interativo. Portanto, nossas conversações podem produzir resultados imprevisíveis e não-intencionais e, assim, o significado pode ser produzido a partir da incerteza.

Acreditamos que o contexto social, cultural e histórico tem importância fundamental na emergência de qualquer significado. White (1990) afirma que a externalização do problema é um instrumento terapêutico que visa instigar o paciente a coisificar ou personificar o problema que o oprime. Para o investigador,

esse processo é, também, uma ferramenta de escuta bastante útil, uma vez que proporciona uma apreensão aprofundada de concepções de mundo e de si dos participantes, por meio de suas narrações. White apresenta o processo de externalização do problema como uma possibilidade de reconstituição de si próprio, do outro e das relações. A partir de sua prática clínica, o autor sistematiza formas de abordagem ou de incentivo à fala dos pacientes, que os incitam a relatar o problema e a recontá-lo sob novas perspectivas. Os pacientes levam ao terapeuta uma descrição saturada do problema: esse seria o “discurso dominante da vida familiar”. (p. 54) A externalização do problema ajuda os indivíduos a se separarem desses discursos dominantes, que moldam suas vidas. Ao relatarem, entram em contato com “aspectos ignorados, porém cruciais” (p. 55), que se encontravam imperceptíveis em função da pregnância do relato dominante.

Esses aspectos, então ignorados, são denominados por White como acontecimentos extraordinários que passam a compor um relato extraordinário, ou seja, uma história ressuscitada que organiza esses novos elementos e redescreve o relato inicial. Para tanto, o autor se ampara em perguntas encadeadas, que convidam ao rastreamento da questão.

Então, se pode introduzir perguntas que levam as pessoas a um aprofundamento na aplicação destas histórias alternativas. Essas perguntas levam a investigar algumas das “possibilidades extraordinárias” e novas, que acompanham o relato extraordinário e as redescrições extraordinárias das pessoas e das suas relações. (White, 1990, p. 56)

White fala de perguntas de influência relativa, que seriam colocadas logo na primeira entrevista e que teriam como objetivo “separar a pessoa do problema”. Esta conduta também se mostra frutífera fora do contexto terapêutico. No âmbito da investigação exploratória de campo com famílias, essa abordagem pode gerar uma descrição saturada pelo problema, na vida familiar. Seria um relato mais extenso do problema em si, ou da questão em si, que o oferecido habitualmente. Vejamos como esse autor propõe as perguntas iniciais. Em um primeiro momento, estimula as pessoas a compor um mapa da influência do problema sobre suas vidas e relações. Após o quê, compele-as a descrever suas próprias influências sobre a “vida” do problema. Dessa forma, promove a conscientização dos efeitos



que o problema tem sobre suas vidas e relações e a exposição de contradições em relação ao relato dominante.

Conforme Epston (1998), contar uma história significa oferecer uma estrutura para a experiência vivida: “nossas vidas são modeladas ou constituídas pelo próprio processo da interpretação, dentro do contexto das histórias nas quais entramos e nas quais somos incluídos pelos outros.” (p. 120) Interpretamos as interpretações dos outros, confiando em nossa experiência e em nossa imaginação: assim, imprimimos sentido às nossas vidas, tanto para os outros, quanto para nós mesmos. Isso constitui um processo de interpretação baseado na organização e na estruturação das experiências, as quais necessitam serem ordenadas, por meio da padronização de experiências já conhecidas. Em outras palavras, a “história é uma unidade de sentido que oferece uma estrutura para a experiência vivida (...) e vivemos nossas vidas através dessas histórias”. (Epston, 1998, p. 119)

No entanto, como argumenta o autor, não basta sermos autores do nosso texto: precisamos colocá-lo em cena, atuá-lo, para que seja possível o efeito transformador. É na atuação que se pode reescrever experiências e relacionamentos, em uma continuidade de existência que supera a encenação anterior: um processo de reautoria do próprio relato. Epston esclarece que as histórias, de início, são dadas, determinadas, pré-figuradas por narrativas já existentes, nas quais certos eventos não são considerados por carecerem de sentido. Entretanto, em função da ambigüidade e incerteza que encontramos nos relatos cada vez que os contamos, somos instados a preencher essas lacunas através de nossa experiência e imaginação. Isso constitui o que o autor designa como processo de originação, ou seja, tornar original o que antes era uma cópia.

Essa reautoria poderia ter algo em comum com a literatura de auto-ajuda? Epston argumenta que a diferença entre esse processo e a auto-análise da psicologia “popular” consiste na condição imperativa de um processo dialógico, ou seja, a encenação diante de um outro significativo ou legitimado, na qual a “nova” história irá alcançar sua autenticidade reconhecida. Portanto, o significado emerge da conversação e a mudança necessita de legitimação.

De acordo com Guanaes (2006) a perspectiva da mudança em um contexto construcionista envolve os “processos discursivos e relacionais locais em que a

construção dinâmica de sentidos de mundo, de problema e de si se dá.” (p.68) Ela seria, assim, uma condição imanente ao diálogo. Dialogar é estar aberto à influência do outro, apresentando e mudando descrições de mundo e de si. Portanto, a mudança, sob esse olhar, só é possível na prática discursiva e “só pode ser avaliada a partir dos discursos construídos sobre ela no contexto de relacionamentos e não, como propõem algumas terapias modernas, como aquisição estável, individual e interna.” (p. 68)

Uma outra questão se impõe para o prosseguimento de nossas articulações de bases conceituais no campo da terapia familiar: a formulação de “perguntas circulares” que propiciam a expressão de narrativas dos participantes. Os autores citados neste item, no domínio das terapias narrativas, parecem unânimes em apontar que as “perguntas que geram perguntas” são fundamentais para a produção da história contada. Cecchin (1994), ao falar da curiosidade do terapeuta de famílias, expõe, a partir de Maturana e Varela, que o que se percebe em um sistema é um encaixe de seus membros entre si e qualquer tentativa de explicá-lo, por via causal, resulta em uma história construída por um observador. A curiosidade do terapeuta a respeito desse encaixe pode gerar uma nova forma de ação e interpretação e uma multiplicidade de outras histórias.

O autor nos fala de um terapeuta “artífice da conversação”: “o terapeuta tenta desbloquear as restrições lógicas que mantêm o estado estanco do sistema; seguidamente este objetivo é alcançado com perguntas circulares sobre o futuro ou condicionais.” (p. 220) Goolishian e Anderson (1994) afirmam que a tarefa do terapeuta é encontrar a pergunta para a qual o recontar imediato da experiência e da narração apresente uma resposta. As perguntas não dependem de uma metodologia e sim da interação. “A narração codesenvolvida propõe ao terapeuta, incessantemente, qual será a próxima pergunta.” (p. 197) Sendo assim, cada história contada na conversação requer novas e diferentes perguntas. A formulação dessas perguntas permite o alcance das subjetividades narradas.

De acordo com Goolishian e Anderson (op. cit.) essas perguntas são emitidas a partir de uma posição de não-saber do terapeuta, em função da premissa de que não se pode saber o que não foi dito no diálogo. A respeito dessa posição de não-saber, consideramo-la uma afirmação controversa, uma vez que não compartilhamos da idéia de que sejamos uma tela em branco.

Retornando à discussão inicial deste item, acerca da pós-modernidade no campo da terapia familiar, sublinhamos os esclarecimentos de ElKaïm (1994) a respeito da quebra de paradigma teórico nesse domínio. De acordo com o autor, a proposta de entender os sistemas, inclusive o familiar, como abertos e distantes do equilíbrio – ou seja, a proposta sistêmica de segunda ordem – concede à prática clínica de famílias uma evolução, no sentido de que ao agregar a noção de tempo e história o sistema pode escolher seu funcionamento. Esta abordagem sugere que a ligação entre o passado e o contexto presente dá lugar a uma transformação, a um novo estado, qualitativamente diferente do anterior, possibilitando que o sistema se modifique em sua totalidade.

A partir de sua prática clínica, ElKaïm (1995) recoloca em seus termos, o dito salto qualitativo no âmbito do sistema, ao afirmar que a família, abordada como distante do equilíbrio, ganha “pouco a pouco flexibilidade”. Para o autor, o estudo da função acrescido do estudo do sentido – uma dupla perspectiva sistêmica – é capaz de levar em conta a riqueza da realidade do campo familiar.

O conceito de agrupamento resolve esta parcialidade, segundo o autor:

Essa incapacidade da abordagem sistêmica em se aperceber, entre outras, da emoção estética ou das mudanças bruscas de estados afetivos me levou a passar de uma leitura que enfatizava os sistemas a uma visão que privilegiava os agrupamentos. A riqueza do conceito, a meu ver, decorre de sua capacidade de refletir a inesgotável riqueza da realidade. Na verdade, permite que se relacionem os elementos genéticos, biológicos ou sistêmicos aos elementos de uma ordem totalmente diversa: elementos de comunicação de massa ou sociais, homogêneos, sérios e esperados ou surpreendentes pelo aspecto derisório que demonstram etc. (Elkaïm, 1995, p. 325)

Dessa forma, o autor afirma que a experiência não é só uma questão de sentido e de função: ela ultrapassa essas dimensões, na medida em que o conceito de agrupamento propõe uma justaposição ou integração de elementos inusitados que permitem uma nova percepção da realidade.

Ao olharmos as famílias de adultos, vemo-nos diante da complexidade do nosso objeto. As regras familiares e a hierarquia, por exemplo, não são categorias *a priori*, são construídas, sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família. E nesse processo de construção colaboram a cultura, a singularidade, o gênero, os imperativos sociais e outros, que se constituem em uma rede de múltiplos atravessamentos. Pretendemos, neste estudo, evocar

construções inusitadas, a fim de obtermos uma percepção inédita da realidade vivida no espaço familiar a ser investigado. Aspiramos compreender como pais e filhos adultos negociam ou rompem suas regras e como, em um campo horizontal de poder, poderiam recuperar uma hierarquia desautorizada.

Para tanto, as histórias que nos serão contadas, pelos participantes da investigação, passarão pelo crivo da desconstrução dos relatos dominantes. As ambigüidades e as incertezas serão rastreadas, para encontrarmos o desapercibido nesses discursos e, assim, obtermos possibilidades de expressões reformuladas dos significados atribuídos a essas experiências relacionais. Dessa maneira, essa relação entre pais e filhos adultos, experimentada na convivência cotidiana, será revisitada através de uma ação conjunta entre investigador e os participantes, com a finalidade de localizar os padrões interativos, que estruturam e organizam esse universo relacional. A dinâmica interacional será, então, observada, através desses relatos, e os participantes serão incentivados a refletir acerca do momento em que vivem na relação. Isso quer dizer que serão instados a refletir sobre como constroem e reconstroem, na vida do dia-a-dia, a convivência e quais mecanismos utilizam para garantir a preservação de seus espaços pessoais e dos espaços comuns na relação.

Após essas considerações, concordamos com Schnitman (1994) quando diz que no campo da psicologia e em particular, na psicoterapia, perdemos a ilusão de que podemos contar com uma narrativa ou um discurso capaz de fornecer uma diretriz para as formas de vida contemporânea. Para analisar as relações humanas de uma forma mais enriquecida, precisamos de mais ferramentas, de múltiplos focos e de um posicionamento criativo.

Enfatizamos que os conceitos expostos e organizados neste capítulo foram aqueles com os quais temos mais familiaridade e que utilizamos em nossa prática clínica com famílias. Desse modo, eles se articulam, mais intimamente, em função de um objetivo específico que vem a ser construir um domínio teórico norteador, para o empreendimento de uma análise de pesquisa de campo com família de adultos. Assim, dispomos de uma quase-teoria, aberta e passível de transformação ao entrar em contato com os textos produzidos, a partir das histórias contadas pelos participantes. De uma potencial teoria poderá se fundamentar uma teoria construída, especificamente, para analisar a relação pais e filhos adultos

coabitantes, em um contexto de vida cotidiana familiar. Entendemos que, no confronto com as histórias relatadas, esses conceitos, compreendidos como “fios soltos”, se transformem e nos orientem em nossa navegação, a fim de construir um corpo teórico de análise.

## 4

### **O cotidiano: a edição e a reedição de contextos na dinâmica relacional**

A nossa intenção não é tratar a prática familiar como vivida em um ambiente fechado, ao contrário, planejamos compreendê-la em suas justaposições com o mundo social. Neste capítulo, pretendemos explorar o cotidiano das famílias em seu espaço doméstico, acreditando que desta forma, ampliemos as possibilidades de discussão acerca da dinâmica relacional entre pais e filhos adultos e os mecanismos estabelecidos pela família, para a manutenção de um equilíbrio em seus limites.

Iniciamos esse percurso, citando Gilberto Freyre (1933; 1936), que ao longo de sua obra esclarece-nos da importância de se investigar a vida cotidiana das famílias, atribuindo a ela o valor de matéria-prima fundamental para a compreensão do domínio relacional do indivíduo e suas intersecções nas relações sociais. Assim, a informação de quem paga uma conta, de como é negociada uma ida ao supermercado, de como são as refeições em família e as programações para o fim de semana podem fornecer recursos valiosos para a análise de nossa questão.

Nesta investigação, pretendemos expor a importância das pequenas atitudes e das minimanifestações expressas no jogo interacional e vividas no cotidiano da família. Entendemos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras pronunciados na relação. E ainda que o poder destes instantes da ordem do minúsculo reforça o valor da investigação da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar e, especificamente, da relação entre pais e filhos adultos.

Com o entendimento dessas pequenas transformações e o processo de negociação envolvido na constituição, viabilizaremos a possibilidade de uma reflexão efetiva sobre os sentimentos vividos pelos membros dessas famílias. Esses sentimentos se relacionam de forma íntima com a convivência do dia-a-dia e também com a idéia que subjaz, a ela, a separação. Reiteramos que o destaque dado ao convívio íntimo entre os sentimentos e a prática relacional entre pais e

filhos ancora-se no elo estabelecido por Giddens (1984). Este elo se institui a partir de uma formulação indicativa de que a análise das rotinas, inscritas na vida cotidiana, contém vários elementos psicológicos, que jogam luz sobre as interações. O autor estabelece um elo entre o que se passa em um contexto de interação e as experiências primárias vividas pelo ser humano.

Dessa forma, a rede de afetos envolvida nesse momento da família – quando a separação e a reorganização do espaço familiar fazem parte do imaginário de cada um dos membros – pode se revelar e constituir um importante pilar para o prosseguimento de nossa discussão. Ao lado dessa perspectiva de exploração da prática cotidiana, pretendemos abordar a dinâmica familiar, amparados pela noção da existência de um jogo constante entre as investidas de conquista de espaços pessoais e a preservação ou a recriação dos espaços coletivos no seio da família.

Visando um aprofundamento do nosso objeto de estudo, enveredaremos, no primeiro item deste capítulo, pelos caminhos da história da família brasileira, com o objetivo de buscar alguns fundamentos relativos às práticas relacionais. Essa via em muito se deve ao entendimento de que, nas interações, aspectos da herança cultural recebida de nossos ascendentes estejam presentes na prática familiar. A modernização, apesar de trazer a novidade e a possibilidade de mudança, não apaga, totalmente, o passado.

#### 4.1

#### **Uma perspectiva histórica, considerações sobre a prática familiar brasileira**

Algumas das práticas cotidianas do Brasil colonial podem nos oferecer a possibilidade de esboçar as subjetividades daquele tempo e, sobretudo, fazer tentativas de desenhar as relações familiares de então. Em um primeiro momento, podemos citar como exemplo, a afetividade de um pai que transparece nos inventários que protegem seus filhos e filhas ilegítimos, as suas filhas solteiras; e também a preocupação com a ocupação dos seus filhos menores. Estas interpretações têm como base o estudo de Nizza da Silva (1998) sobre doações e

testamentos no início do século XIX.<sup>9</sup> Essas práticas nos levam a pensar sobre tais subjetividades que, mesmo em dramáticas condições de vida social, nos deixaram as marcas de seus imaginários, fantasias, emoções e desejos, no que tange à família, como legado e fonte para o entendimento de alguns fenômenos do presente.

DaMatta (1985) assevera que a sociedade brasileira apresenta uma peculiaridade que é a de ter desenvolvido, ao longo dos séculos, formas de hierarquizar e manter essa hierarquia no mundo social. Atitudes como o já tão citado “jeitinho” brasileiro são exemplares da ojeriza à impessoalidade, contida no tratamento igualitário referido às relações sociais de hoje. Assim, podemos concordar com o autor a respeito de sua afirmação de que o modelo patriarcal permanece enraizado na cultura brasileira até os dias atuais. O exercício da história deste ideal nos leva a pensar que tal tipo de mentalidade e o modelo hierárquico possam estar presentes, ao menos de forma invisível, nas famílias de hoje.

O mesmo autor defende essa noção mostrando como atitude exemplar o modo como nos dias atuais nomeamos, tal qual nossos antepassados, a medida elétrica das lâmpadas de “vela” e a potência dos motores dos carros, ultramodernos, de “cavalos”. Se, em nossos discursos, nos referimos dessa forma “antiga” ao mundo dos objetos, poderia ser possível dizer que, as sombras de velhas posições hierárquicas, remanescentes do universo patriarcal, continuam afetando as relações no contexto familiar. Seguindo esse raciocínio, o processo de modernização, apesar de colocar em evidência o novo e proporcionar possibilidades de mudança, não elimina, totalmente, o arcaico e a herança recebida de nossos ascendentes. Conforme essas considerações, julgamos oportuno incluir essa breve revisão bibliográfica acerca da história da família brasileira.

A díade pais e filhos, assim como a díade marido e mulher, nos tempos coloniais era pautada por uma relação assimétrica de deveres e obrigações. Campos (2003, p. 438) formula que a vida familiar, ao se apresentar ao homem como uma atividade da ordem do poder sobre os outros, aí incluído o fato de que é o pai quem pune, provocava uma atitude complementar de distância emocional e

---

<sup>9</sup> ANRJ, Desembargo do Paço, Caixa 136, pac. 4, doc. 48.



de formalismo, que parece ter sido intrínseca à institucionalização da autoridade paterna.

A relação entre pai e filho, vista por Freyre (1936) espelhava um abismo na sociedade patriarcal. Até os seis ou sete anos o menino era considerado um anjo, “andando nu pela casa.” (p.178) Após esta idade, transformava-se na encarnação do demônio, idade teologicamente imunda, de acordo com a visão dos clérigos. O menino era, então, essencialmente tolerado pelo pai e a uma distância de subordinado e inferior. Segundo o autor citado, a educação jesuítica exercia sobre o menino a mesma dominação do pai no reduto da família patriarcal, ou seja, visava produzir “adultos passivos e subservientes através da quebra da individualidade da criança.” (p. 181)

A *iaiazinha*, descrita pelo autor em *Sobrados e Mucambos* (Freyre, 1936) é um exemplo da severidade disciplinar no âmbito doméstico. Obrigada ao bom comportamento, era privada da liberdade de brincar e de ar livre. Desde os treze anos era habituada ao vestuário de moça, constituído do arrocho do espartilho e de trajas inadequados ao calor dos trópicos.

(...) menina aos onze anos, já iáiázinha era, desde idade ainda mais verde, obrigada a bom comportamento tão rigoroso que lhe tirava, ainda mais que o menino, toda a liberdade de brincar, de pular, de saltar, de viver no fundo do sítio, de correr no quintal e ao ar livre. (Freyre, 1936, p.234)

Confinada à casa, enfraquecida por uma dieta que visava evitar a robustez, em razão da vida excessivamente sedentária que levava, esta era a mocinha casadoira dos tempos descritos pelo autor.

Na São Paulo colonial, de acordo com Campos (2003), uma das especificidades desta sociedade era a de que os maridos, em face das dificuldades econômicas, podiam passar longas temporadas afastados da casa, muitas vezes longos anos, nos sertões, povoados, fazendas, em conquistas de terras. Com isso, ocorria um “matriarcado ocasional” (p.440), no qual a ausência do marido transformava a mulher em depositária da autoridade da família. No entanto, o símbolo da autoridade continuava sendo o homem, mesmo estando ausente, pois a autoridade era um atributo masculino. À mulher cabia o papel de mediadora das relações entre o pai e os filhos.

Os sentimentos filiais em relação à mãe eram de confiança e atração; em relação ao pai eram de respeito misturado com agressividade, conforme descrevem os testemunhos da época.

O filho-famílias, isto é, o filho que vivia com seus pais, investia-se de uma identidade diminuída, ensombrecida pelo vulto paterno. Leis e costumes velavam pela obediência filial, manifestada por um respeito ritualizado. O tratamento distanciado, de senhor e senhora, mantinha-se até o final da vida. O pedido humilde de bênção aos pais, conferia a estes um *status* sagrado, como sacerdotes do grupo doméstico. A negação da bênção e a ameaça de maldição funcionavam como instrumentos controladores de poder dos pais sobre os filhos. (Campos, 2003, p. 446)<sup>10</sup>

Em casa, a despeito da idade que pudessem ter, a hierarquia paterna transformava os filhos em humildes servos, sujeitos aos constrangimentos das leis internas à família. Ao filho não-submisso, como atestam os arquivos, só restava a fuga.

A educação no Brasil colonial era privilégio de poucos e exclusiva do sexo masculino, como ressalta Nizza da Silva (1998). Até a metade do século XVIII, a educação se concentrou nos colégios jesuítas, sendo que o objetivo da Companhia era o da catequese dos meninos índios e o da formação para a carreira eclesiástica. Após a sua expulsão do Brasil, foram substituídos pelos mestres régios, que ensinavam gramática latina, filosofia e retórica aos estudantes de famílias privilegiadas. Ao lado deste ensino, de aulas régias, começaram a surgir os primeiros colégios pagos e privados. Das primeiras letras até uma possível matrícula na Universidade de Coimbra, o caminho de investimento intelectual do menino dependia da capacidade do pai em arcar com as grandes despesas.

O caderno de assentos do coronel Francisco Xavier da Costa Aguiar<sup>11</sup>, negociante em Santos (SP) no final do século XVIII, revela as despesas com o seu segundo filho, então em formação universitária em Coimbra, no período entre 1804 e 1810. O negociante anotou todos os gastos, desde a viagem de navio, incluindo livros, roupas, mesadas, até o transporte de volta para o Rio de Janeiro,

---

<sup>10</sup> Conclusões de Campos, a partir da leitura do processo de divórcio entre partes de João Simões da Silva e Ignácia Correa de Castro. Curitiba, 1749. 15-10-163. Arquivo da cúria Metropolitana de São Paulo.

<sup>11</sup> Nizza da Silva, 1998, p. 226. Documento transcrito por A. J. R. Russel-Woods em Educação universitária no império português. Relato de um caso luso-brasileiro do século XVII, *Studia: Lisboa* 36: 7-38, 1973.

a compra do cargo de juiz de fora e provedor dos defuntos e ausentes no Pará. O total da despesa correspondia aos gastos de manutenção anual de toda a sua casa na vila de Santos.

A política da Coroa era o casamento para as meninas de etnia branca, em razão do seu reduzido número. Assim, não era incentivada a criação de conventos em terras brasileiras. Para os pais que não conseguiam um casamento para as filhas, de acordo com a condição social da família, a solução priorizada era assegurar a sobrevivência delas entre as paredes de conventos ou das casas de reclusão. Estas, então, foram criadas para, ao lado dos poucos conventos, acolherem as meninas e moças que não se destinavam ao casamento.

A reclusão das filhas em conventos era símbolo de prestígio social. Em fins do século XVIII eram várias as petições de pais para fazerem entrar as filhas em conventos.

Em 1777, Paulo de Argolo pedia num só requerimento a reclusão de 4 das 10 filhas que tivera; em 1780, o ensaiador da prata António José Fróes e a viúva do coronel José Rodrigues Pinheiro requeriam a aceitação das suas filhas na vida conventual. Mas nem todas podiam ser atendidas dado o escasso número de vagas”. (Nizza da Silva, 1993, p. 64)

Para tanto, era preciso um elevado dote, sendo que o dote religioso equivalia a um dote de casamento; assim, era restrito às famílias de elite e um símbolo da nobreza.

De início, as casas de reclusão não tinham a preocupação com a instrução das moças. Todavia, em fins do ano de 1798, o bispo de Olinda (PE) Azeredo Coutinho desenvolveu um plano de estudos, adequado aos papéis e funções das mulheres, a ser realizado nas casas de recolhimento (Freyre, 1936; Nizza da Silva, 1998). A educação feminina se basearia no aprender a ler, escrever, contar, bordar e costurar, habilidades suficientes para desempenhar suas funções. “As mulheres têm uma casa que governar, marido que fazer feliz e filhos que educar na virtude, na casa paterna desenvolvem a ociosidade que as leva a uma pernicioso sensibilidade para divertimentos e curiosidade pela vida alheia.” (Nizza da Silva, 1998, p. 235)

Quanto aos meninos, quando uma família destinava um filho a “tomar o estado eclesiástico” (Nizza da Silva, 1998, p. 69), poderia fazê-lo já aos 7 anos de

idade, e este poderia ser aceito desde que a família tivesse limpeza de sangue, de vida e de costumes e que pudesse arcar com um dote. A ocupação dos filhos, a garantia de seu futuro, era uma das preocupações dos pais. Ter um filho padre, juiz ou militar fazia parte dos projetos da família colonial brasileira. Ser professor era uma opção que se apresentava apenas quando não havia outra possibilidade, por trata-se de atividade pouco rendosa. Os filhos de pequenos lavradores raramente poderiam ter acesso a uma educação deste tipo, pois em geral viviam em locais mais isolados e desde pequenos eram destinados à agricultura, como os pais.

O menino que passava rapidamente de anjo para demônio, de acordo com Freyre (1936), se transformava em rapaz, também rapidamente, já querendo cultivar as barbas e os bigodes, como os mais velhos. O prestígio do homem adulto era inegável nesse sistema, e o culto ao senhor patriarcal era requerido de todos. Dessa forma, percebemos a intenção da educação dos meninos: domar o demônio que existia dentro deles, atropelando a infância.

(...) os jesuítas valorizavam o menino inteligente (...) mas essa valorização artificial era conseguida, sacrificando-se na criança sua meninice, abafando-se sua espontaneidade, secando antes do tempo sua ternura de criança (...) os jesuítas em parte falharam na sua brava oposição ao sistema patriarcal das casas-grandes: aos excessos de absorção do filho pelo pai, do indivíduo pela família. (Freyre, 1936, p.185)

Freyre, assim, sublinha a força do modelo patriarcal, um modelo que asfixiava as tentativas de oposição ao poder total do pai.

No entanto, com a presença da corte portuguesa no Rio de Janeiro, mudanças expressivas ocorreram no cenário da educação. Segundo Costa (1979), a visão higienista, na educação das crianças procurava corrigir os hábitos coloniais do ócio. A recreação deveria ser formativa; para tanto, exercícios físicos eram prescritos. Às meninas, recomendavam o canto, a declamação e o piano. Aos meninos, salto, corrida, natação e esgrima. No entanto, a dança era aconselhada a ambos os sexos, em razão de sua qualidade de criar atitudes respeitosas. Um outro aspecto da educação, moldada pela visão médica de então, era a masturbação. Concebida como uma grande fonte de risco para a saúde da criança, era prevenida, combatida e sujeita a constante vigilância por parte da instituição escolar.

Mudanças no cenário da educação feminina foram introduzidas logo após a instalação da corte no Rio de Janeiro. Anúncios de colégios particulares na *Gazeta do Rio de Janeiro* (n. 52, 1819) atestam essa realidade. De acordo com eles, havia preços diferenciados em função do número de atividades disponíveis para as moças.

Como pudemos observar, existia uma história “ideal” e um conjunto de convenções, regras e leis que se constituíam com base em um discurso oficial da época colonial. Entretanto, pelo que pode ser percebido, este discurso não era extensivo na prática, a todo o conjunto social. Especificidades regionais garantiam diferenças nas organizações familiares e nos papéis desempenhados por seus membros. Essas constatações foram suficientes, por exemplo, para o questionamento do padrão patriarcal generalizante e para a visão da mulher como submissa e dócil (Samara, 1986). Com isso, percebemos as diversificações tanto nos modelos familiares quanto no exercício dos papéis e funções dos indivíduos no universo da família colonial brasileira. Outra referência exemplar da prática familiar da elite de então era a da colocação das filhas solteiras em casa de recolhimento, devido à preocupação dos pais com seus destinos, diante da falta de opções através do casamento.

Em razão dessas breves apreciações históricas, tivemos a oportunidade de entender, além das práticas familiares, os comportamentos que fugiam aos ideais das convenções sociais. O abandono dos filhos ilegítimos, por exemplo, revelava que o discurso oficial não se fazia como prática social. Da mesma forma, o abandono das esposas em conventos ou casas de reclusão pelos maridos, que eram apoiados extra-oficialmente pelas estruturas de poder de então. Aliada a estes fatores havia a discriminação sexual na criação e educação dos meninos e das meninas.

De acordo com o romance de Mário de Andrade, *Amar, verbo intransitivo* (1927), que relata o relativo fechamento de uma família de São Paulo e o sentimento de mal-estar vivido em relação aos estranhos a ela, percebemos a constituição de uma nova rede de emoções. Essa constatação é exposta por D’Incao (1995), cuja pesquisa apresenta uma importante investigação sobre a construção dos sentimentos modernos na família brasileira, observados com base na literatura do final do século XIX e o início do século XX.

Mário de Andrade, na obra acima citada, realça os novos sentimentos que passaram a habitar o mundo familiar urbano, o mundo burguês. Esses sentimentos referem-se ao estranhamento do indivíduo em relação à comunidade, ao privilégio dado à privacidade e à constituição da família como um grupo nuclear. Paralelamente, o autor sublinha a divisão de papéis em torno da figura da mãe e esposa dedicada, assim como o de um pai autoritário e responsável. D’Incao, com base nessas observações, afirma: “As emoções comuns acabam por serem controladas, civilizadas; quando isso ocorre, a sensibilidade burguesa está instituída.” (1995, p.132)

DaMatta (1985) vai além de uma visão dual da família brasileira ao afirmar que ao lado das duas entidades consideradas fundamentais na sociedade, a casa e a rua, existe uma outra: o outro mundo. Esses três espaços, em relação permanente, “são modalidades de relacionar conjuntos separados e complementares de um mesmo sistema social”. (p. 61) A casa, metáfora da família, é o lugar dos laços de afeto e lealdade; a rua revela o mundo com seus imprevistos e paixões, é um palco de luta, onde todos estão contra todos. Este mundo – a casa e a rua – se relaciona com o outro mundo por meio de preces, milagres e graças, uma ligação complexa e forte. Esse espaço, domínio dos mortos, permite a apreensão de uma realidade social marcada pela esperança e potencialidade. Expressa a idéia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e tenta relativizar ou sintetizar os outros dois.

De acordo com a lógica da casa, a rua é vista como o lugar do cada um por si, percepção que revela uma noção negativa do individualismo, do conflito aberto e da discussão. Em casa, imperam a intimidade, os afetos e o respeito, definidos pelos sexos e as idades. A lógica da autoridade e da hierarquia conforma a família como um espaço moral. No entanto, DaMatta afirma que estes discursos se relativizam em razão da classe social em questão. Por exemplo: as classes mais populares têm tendência a por em relevo a lógica da casa, e as superiores, a da rua.

Ainda segundo DaMatta (1978), o sistema hierárquico é compreendido como o lugar no qual um sujeito tem precedência sobre o outro. O sistema hierárquico brasileiro é fundado nas idéias de respeito, favor, honra e consideração, dentre outras. No Brasil existe uma sociedade com dois ideais, o da igualdade e o da hierarquia, diz DaMatta. Acrescentamos a essa formulação, o

impressionante embate entre os valores tradicionais de uma sociedade e uma nova moral, introduzida pela juventude, pela nova geração. O conflito tem lugar na Rússia dos czares e é brilhantemente descrito por Turguéniev (1862), em *Pais e Filhos*. Em um determinado momento da obra, o autor descreve um diálogo entre Pávriel Píetrovitch, representante da tradição e o jovem Bázarov. Nesse diálogo, a vestimenta de cada um dos personagens serve de instrumento para o autor expressar a luta entre dois ideais contrastantes, o velho e o novo, o sentimento do dever e o questionamento do que seria um princípio ou uma moral.

Voltando a DaMatta (1978), este assevera que o rito autoritário indica uma situação de conflito, e o brasileiro é avesso a crises. O conflito aberto seria um traço do igualitarismo, marcado pelo pressuposto da diferença de opiniões, por isso é evitado, assim como é visto como um sentimento que deve ser reprimido. Não pode ser visto como uma crise no sistema, pois requereria uma modificação no próprio sistema, na teia das relações. Por isso, o conflito é pessoalmente circunscrito e tende a ser resolvido em âmbito pessoal.

Existe, assim, um paradoxo em nossa sociedade, nos termos de DaMatta. Esse paradoxo refere-se ao descompasso entre o mundo das regras e leis e a prática cotidiana, esta calcada no modelo hierárquico. Dessa forma, existem duas atitudes distintas coexistindo no sistema de relações sociais: a atitude igualitária e a hierarquizadora. Essa coexistência parece admitir que as práticas a elas relacionadas se alternem de acordo com o contexto em que atuam. “O igualitarismo individualista quase sempre se choca de modo violento com o esqueleto hierarquizante de nossa sociedade.”(1978, p. 184)

Acrescentamos que outros estudos sobre a família brasileira, como o de Figueira (1986), Salem (1986), Ramos (2006), reiteram a importância das contradições vividas no espaço familiar no que tange a coexistência dos modelos tradicionais e dos igualitários. Essas conclusões significam que a hierarquia tem seu lugar na família contemporânea brasileira. Para ilustrar tal afirmação, recorreremos a um relato de nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004):

O filho adulto tem uma visão diferente de pai e mãe; ele se vê de igual para igual com o pai, em termos de trabalho, conhecimento, isso incomoda a ambos, quando há divergência, o Bruno fica parado, não ganha o espaço que gostaria de ganhar, por uma questão de respeito, talvez. (Beatriz, mãe de Bruno)

## 4.2

### Um espaço entre quase iguais

A esfera das relações interpessoais sofreu grandes alterações no panorama contemporâneo. Com isso, as interações vividas entre os cônjuges e entre pais e filhos se reeditaram. As transformações vividas no domínio familiar têm como mola mestra a ideologia do igualitarismo nas relações. Assim, os relacionamentos vivenciados em família, antes submetidos a uma hierarquia caracterizada pela rigidez, agora se flexibilizam e são normatizados pelos ideais igualitários. As diferenças de sexo e idade se esmaecem e passam a incorporar o diálogo, a troca e a cooperação.

Encontramos em Giddens (1999) o conceito de “relação pura”, que em muito esclarece a forma como os relacionamentos atuais vêm sendo vividos ou desejados. Dessa maneira, o entendemos como fundamental para esta discussão sobre a convivência intergeracional no território familiar contemporâneo. Para o autor, as transformações na vida cotidiana familiar, observadas na atualidade, dizem respeito a uma transição básica em relação à natureza dos laços envolvidos. Estes, nas sociedades pré-modernas baseadas no sistema de parentesco, apresentavam-se como naturalmente outorgados por se constituírem por meio de elos biológicos e pelo casamento. A confiança nos relacionamentos, por exemplo, era aceita implicitamente, o que não ocorre nas relações atuais.

Hoje, as relações não estão mais ancoradas na vida social e econômica, e sim na sua própria capacidade de produzir satisfação de modo recíproco: ela existe por si mesma, e se algo vai mal entre os parceiros, este fato é suficiente para abalar a relação. O que define a relação é que ela é pura por estar atrelada somente ao que pode trazer de satisfatório aos envolvidos – este é o seu critério. Sem as referências externas advindas de outros indivíduos, grupos ou instituições, as relações surgem como uma trajetória relacionada acima de tudo aos projetos individuais. O compromisso é a sua base e substitui o anterior endossamento dos laços externos preexistentes, como é o caso do sistema de parentesco. O compromisso deve ser entendido sob uma perspectiva histórica nova; ele faz parte de uma troca de esforços. Sendo assim, não é “dado”, é construído na relação.



A relação pura tem sua gênese, sobretudo na esfera da sexualidade, do casamento e da amizade, para Giddens (1999). É, contudo, no âmbito da relação pais e filhos, que ela ganha contornos mais específicos. Nesse caso, observamos uma relação assimétrica quando referida a famílias com filhos pequenos ou adolescentes. Há um desequilíbrio de poder, uma relação mais desigual, em razão da demanda de deveres e obrigações esperados dos pais. Existe um contexto de dependência infantil referendado pelo processo de socialização, mas o relacionamento é desenvolvido de uma forma mais suave e mais igualitária, que em momentos tradicionais anteriores. Assim, a transformação das relações na esfera interpessoal se verifica na relação entre pais e filhos, só que de uma forma diferenciada. À medida que os filhos crescem e vão ganhando autonomia, mais o relacionamento vai se aproximando do que Giddens defende como relação pura.

A família cujos membros são todos adultos e convivem cotidianamente constitui um espaço inédito para se pensar a questão proposta pelo autor. Entendemos o caráter generalista do conceito e a diferenciação que ocorre quando a relação se processa no domínio pais e filhos. Muitos elementos entram em jogo quando se trata de tal relacionamento e apontamos o nexó psicológico como co-participante na construção da relação.

Seguindo com Giddens, podemos admitir que o relacionamento entre pais e filhos adultos é normatizado pela relação pura, e só se mantém porque é satisfatório para ambas as partes. No entanto, pressupondo que exista dependência emocional na relação, encontramos uma desigualdade. Ainda uma outra questão seria a hierarquia na família. Essa, por mais que tenha se flexibilizado, existe e deve ser considerada na compreensão da dinâmica familiar: assim, um certo desequilíbrio de poder se configura neste universo. Portanto, a relação contém tensões internas e contradições, porém não é vulnerável. O horizonte da lealdade – não só com o outro, mas com a relação – é uma importante fonte de apoio neste contexto familiar. Nesse caso, não há a exclusão de critérios morais externos, uma vez que a relação pais e filhos é um referencial da cultura tradicional.

Por sua vez, o discurso igualitário se dá mais no âmbito das idéias do que nos termos da prática cotidiana, se pensarmos como Kaufmann (1992). O discurso pode se dar no domínio do ideal; no entanto, os gestos e os atos podem se revelar profundamente desiguais. Um exemplo desta descontinuidade poderia ser

a divisão de tarefas domésticas entre cônjuges, prevista nos moldes igualitários. O autor não nega a potência do ideal igualitário, contudo o relativiza ao evidenciá-lo como um imperativo social, que obriga o indivíduo a se posicionar e se justificar diante de tal ideal. A regra da igualdade perde sua força no cotidiano, nas desigualdades inscritas na concretude das práticas. A idéia de igualdade, todavia funciona de modo operacional; constitui uma forma essencial de estruturação dos papéis domésticos no presente e no futuro da vida em comum.

A diferença entre o ideal e a prática remete à evidência de contradições e impasses vividos na esfera doméstica, quando o tema em questão é a divisão das tarefas da casa, no caso dos cônjuges apontados por Kaufmann. Acrescentamos que essa mesma discontinuidade possa se dar na esfera da convivência entre pais e filhos, na atualidade. Os discursos tradicionais e igualitários convivem na prática cotidiana da família e se expressam como dois registros diferentes e construídos em momentos históricos e socioculturais diferentes. Assim, podem trazer ao espaço familiar situações de mal-estar e impasses na relação entre pais e filhos, ao criar um ambiente de contrastes e ambiguidades na comunicação da família. A idéia é fluida em suas aplicações no domínio familiar de adultos, uma vez que existe a hierarquia parental – esmaecida, porém, presente nas relações.

Voltando a Giddens, este autor nos diz que a autonomia significa “a capacidade de auto-reflexão e autodeterminação dos indivíduos: um movimento em direção a mesma inclui deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ações possíveis.” (1992, p. 202) A autonomia e a autoridade são categorias indispensáveis em uma discussão que tenha o propósito de compreender a dinâmica interna destas famílias. Assim, o autodesenvolvimento deve ser livre e igual, como também deve haver limitação de poder. Este deve ser distribuído como em uma democracia, em seu sentido de esfera pública. Todavia, essa contenção de poder não significa uma negação da autoridade: segundo Giddens, esta só se justifica até o ponto em que reconhece o princípio de autonomia. Segundo a noção de relação pura na esfera de adultos, a autoridade existe como um aspecto de especialização. Em outras palavras, uma pessoa desenvolve habilidades específicas que a outra não possui; não seria exatamente autoridade sobre o outro, e sim uma sabedoria a mais. Em uma relação, como a de pais e filhos, em que a autoridade se faça presente, de modo explícito ou não, a

suposição é a de que haja espaço para a exposição de argumentos em um mesmo nível de igualdade.

Singly (2005) afirma que a independência adquirida com a emancipação deve ser associada à autonomia, à capacidade de dispor de seu próprio mundo. A independência deve servir à edificação de um mundo pessoal, autônomo, no qual o indivíduo cria suas próprias normas. Em um plano ideal, o individualismo é uma forma de vida em sociedade que permite a cada um delinear os reconhecimentos necessários para a produção de sua vida, para o que deseja realizar. No entanto, segundo o autor, o individualismo é um horizonte político, em razão de não ser acessível a todos.

De acordo com Ramos (2006), para um filho adulto que mora com os pais, a questão da definição de si próprio como adulto é menos importante que a noção de autoria de sua própria vida, ou seja, a sua autonomia, sobretudo no terreno das relações intergeracionais. Parece haver uma discrepância entre a definição do que é ser adulto e a concepção de autonomia, no momento atual. A ausência de rituais de passagem promovidos pelo coletivo, observada na sociedade contemporânea, dificulta a visão cíclica do desenvolvimento. As etapas de vida sincronizadas não se coadunam com as mudanças, prolongamentos e adiamentos destes estágios evolutivos, presentes no contexto contemporâneo.

Ramos (2002) propõe uma nova perspectiva, a de que a autonomia desses filhos é construída na relação com os pais e se processa através de micromudanças vividas no espaço familiar, como o lugar de cada um na relação, o estabelecimento de novas regras de convivência, a utilização do espaço físico da casa, entre outras. Estas microtransformações na vida cotidiana são acompanhadas de ações, que permitem a elaboração de um sentido de autonomia e de definição de si:

Enquanto nos ritos o sentido vem do coletivo e é predeterminado, nesse caso o sentido é definido pelo indivíduo e fabricado na interação em que cada um dos pais é um interlocutor singular e em que a dimensão do grupo familiar cede lugar às negociações interindividuais. (Ramos, 2002, p. 46)

Assim, a autonomia é forjada na interação e independe da normatização dos contextos externos. Dessa forma, a relação pais e filhos põe em relevo o que

faz sentido para ambas as partes, as negociações se estabelecem em função das demandas cotidianas e podem conferir ao espaço familiar um ambiente de parceria.

Sendo a autonomia construída na relação, através de pequenos movimentos que levam à mudança e a promovem, faz sentido pensar na importância do espaço físico da casa. A vida em família carrega a dualidade dos territórios coletivos e individuais, oscila entre a vida em comum e os espaços pessoais. Singly (2000) afirma que o temor do indivíduo contemporâneo é perder sua independência ou, ainda mais, perder a si próprio, em situação de coabitação. O autor se reporta ao paradoxo do individualismo, o fato do indivíduo adulto desejar “viver com”, estar junto e estar só, uma vida dupla que acumula ao mesmo tempo essas duas possibilidades. A divisão do espaço físico da casa é então fundamental para os coabitantes.

A função da sala da casa da família, por exemplo, é a de promover os encontros e a proximidade entre os membros da família, em função de sua característica de espaço comum. No entanto, esse campo é um território regulado pela ordem parental, ou seja, o acento é colocado na dimensão dos pais, no que concerne às regras de utilização deste espaço coletivo. É uma peça comum, porém, predominantemente parental; portanto, cabe aos filhos o ajustamento nesse domínio assimétrico. Em geral, esse cômodo da casa é decorado pelos pais e a história dos objetos e móveis passa a fazer parte da memória familiar. O espaço físico deste ambiente é estreitamente vinculado à representação da família.

Por outro lado, a sala pode significar para os filhos uma área de passagem, um lugar desprovido de referências próprias ou marcas pessoais. Um terreno habitado na ausência dos pais ou, então, no caso da presença destes, guardando a característica de utilização por pequenos espaços de tempo. O tempo das conversações, das refeições, do uso de um sofá para a leitura do jornal, assistir a um programa de televisão em conjunto, ouvir música, por exemplo. Dessa forma, a sala se constitui como um espaço comum, ordenado por regras parentais e, assim, utilizado pelos filhos de forma pontual. No entanto, pode ser instituído um espaço de transição entre a sala “dos pais” e o quarto dos filhos, um espaço obtido pela negociação, que pode ser um outro ambiente da casa, como um *hall* de entrada, o quarto de televisão da família, por exemplo. Esses espaços poderiam

abrigar alguns objetos pessoais dos filhos e um pouco da “desordem” associada a eles. Entendemos que se um espaço da casa é defendido como estritamente pessoal, com uma dominância de ordem parental ou filial, esse espaço perde suas características de “ambiente” familiar.

O quarto é o espaço da casa que pode ser representativo de um “pequeno mundo”. A esse respeito, Ramos (2000) ressalta o significado de um quarto com frigobar e cama de casal, para um filho adulto, como sinal de reconhecimento de sua independência e que funciona como um ritual de passagem para a saída da casa dos pais. Esses objetos podem simbolizar uma ruptura com a vida cotidiana familiar; o quarto se torna um espaço mais distanciado do coletivo. No entanto, para que este fato possa se concretizar, talvez seja preciso que os pais percebam, ao mesmo tempo que os filhos, que uma distância apropriada deve ser construída nesta relação.

Um dos rituais de passagem à vida adulta refere-se concretamente ao sair de casa, ou simbolicamente sair, ao assumir uma postura independente em relação aos pais, sustenta Berthoud (2003) Nesse caso, mesmo sendo coabitantes, pais e filhos poderiam viver o impacto deste movimento em rumo à autonomia. Esse momento de vida, em que o filho é adulto e poderia ser nomeado como “o filho-outro”, se caracteriza por uma relação de iguais vivida em família, uma relação de equilíbrio e troca. Assim, é construída uma relação de iguais com o filho-outro, baseada em parceria e amizade. Essa mudança na estrutura da relação envolve a percepção de outros sistemas que interagem no relacionamento, ou seja: as modificações ocorridas nos filhos, nos pais e no contexto social favorecem esta transformação. Assim, a resignificação dessa relação é considerada como de segunda ordem sistêmica, concebida segundo a ótica de que um necessita do outro para construir significados, quando se trata de buscar sentido para uma experiência.

A resignificação da relação entre pais e filhos adultos passa pelo reconhecimento dos espaços pessoais e coletivos, no que concerne aos membros da família. Vem a ser a construção de um novo espaço, o “espaço familiar” no que era antes um espaço parental. A compreensão deste espaço familiar está vinculada ao princípio de uma relação entre iguais. O que resulta da construção deste ambiente familiar é a convivência, o cotidiano da família, entendido como

território da mutualidade, da troca, da possibilidade de compartilhar sentimentos e da cooperação.

A produção do espaço familiar é evidenciada e construída nos espaços comuns da casa da família, ou seja, na sala, na cozinha, na varanda ou no quintal. Essa zona de relações favorece a edificação do espaço familiar. O fato de compartilhar interações em um espaço comum da casa pode permitir a construção de sentimentos de um viver compartilhado. A instituição do espaço familiar é possível a partir da integração das diferentes participações dos membros. Essa convivência é mais do que um tempo passado em comum no exercício de uma atividade; ela é a possibilidade de experimentar os sentimentos de um conviver prazeroso, produzidos pelos laços afetivos estabelecidos nas zonas de interação. Dessa forma, a convivência é forjada na proximidade física e afetiva, e motivada pelo prazer de partilhar interações.

O fato de deixar os espaços individuais para se encontrar no espaço familiar pode ser convencionado, pelos membros da família, por atividades triviais, como tomar um café juntos, para dessa maneira, poder comentar ou trocar impressões sobre outros assuntos. Esse simples momento porta o significado de integrar as participações de cada um e, paralelamente, conotá-las como válidas. Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pela família, como um modo de promover a utilização do espaço familiar.

Por outro lado, algumas atividades habituais – que poderiam ser consideradas como obrigatórias e não prazerosas pelos membros da família – poderiam carregar uma “dupla mensagem”, no que concerne a uma virtual participação no contexto do espaço familiar. Elas podem também conter a possibilidade de se transformarem em um momento de mutualidade e do sentimento de estar junto. Ocasões exemplares seriam as refeições da família ou os comentários sobre a administração da casa, envolvendo a economia dos bens comuns, o pagamento das contas, entre outros. Estes momentos podem portar as duas dimensões, obrigação e prazer, dependendo da singularidade de cada família. Contudo, todo esse espaço-ambiente familiar só vai ser possível se a relação entre pais e filhos for flexível o suficiente para comportar uma ressignificação relacional. Isso quer dizer que é preciso que ocorram os reajustes necessários na

relação, para que os espaços pessoais de cada um dos membros sejam respeitados e o ambiente familiar possa ser constituído.

O prolongamento da proximidade afetiva, sob o ponto de vista relacional, inscreve as relações entre pais e filhos adultos em uma dinâmica de individualização e não de dependência dos filhos, de acordo com Maunaye (2001). A prova disso é que as regras e normas que regem a dinâmica familiar podem ser quebradas e negociadas pelos filhos, o que demonstra o reconhecimento das aquisições de autonomia pessoal dos últimos. Estudos sobre a decoabitação ou a vida fora da casa dos pais (Maunaye, 2001 ; Heath, 2003) mostram que as negociações continuam nas relações entre pais e filhos e ainda se tornam mais harmoniosas em razão de uma mudança relacional. Após a saída dos filhos, as relações dão continuidade às ações de orientação e suporte relacional entre pais e filhos.

Ao esperar a saída dos filhos da casa, a vida familiar se organiza de forma a deixar espaço para a expressão de autonomia dos filhos. Os pais entendem que este acolhimento atenua os efeitos dos obstáculos produzidos pelas dificuldades do mundo do trabalho, sendo assim, uma estratégia diante de uma inserção profissional em um prazo maior. Além disso, a coabitação prolongada pode ser também considerada como uma estratégia em função da economia e do acúmulo de recursos que permitem aos filhos ter acesso mais facilmente à independência.

### 4.3

#### **O reverso da moeda: a saída dos filhos da casa parental**

Para Singly (1996), a prova socialmente estabelecida do sucesso da construção identitária, é a saída da casa dos pais. O ato da saída, em geral, é uma iniciativa do jovem. É esperado que comunicar este fato faça parte do processo de aquisição de autonomia. Essa comunicação é parte de um processo, iniciado na esfera relacional, no qual o incentivo dos pais impulsiona as atitudes do filho, no sentido de tomar a decisão.

No caso da coabitação prolongada, duas questões se colocam aos pais, explica Maunaye (2001): quando intervir na decisão da saída e como intervir. Algumas mães, de acordo com a pesquisa da autora, realizada na França em 1997,

dizem “que dão a entender” aos filhos sobre as vantagens de construir uma vida “solo”. O sub-entendido poderia ter um valor de injunção, de mandato, em tais circunstâncias; sendo assim, os filhos entenderiam essa comunicação? De acordo com Maunaye, as intenções escondidas nas comunicações não explícitas ajudam o filho a tomar a decisão. Ele pode perceber a mensagem, caso ela se desdobre em atos, como a compra de um objeto para a futura casa ou a abordagem de um assunto ligado às vantagens da vida independente, fora do reduto familiar. No entanto, se pensarmos como Singly (1996), a eficácia do ato de sair de casa, tanto para os pais como os filhos, está intimamente vinculada ao fato de a comunicação partir dos filhos. Estes ressaltariam, com essa decisão, a necessidade do alargamento de seus domínios pessoais, conquistada por uma relação suficiente com os pais e com a vida social, em termos de aquisição e construção de autonomia.

Assim, orientar ou dar a entender sobre a saída – por parte dos pais – pode ser visto como um ato de desvalorização da capacidade de emancipação do jovem. Poderia construir uma imagem negativa do filho, aos seus próprios olhos e aos dos outros. E ainda poderia constituir uma injunção contraditória: tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam desorientação. Portanto, diante de um contexto ambíguo em ação nos limites da família, ressaltamos a importância do interjogo vivido na dinâmica familiar, referente à saída dos filhos.

A enunciação do momento da partida se apresenta como difícil para todos os membros. As mães podem se sentir com poucas possibilidades de manejo da situação, diante das razões acima descritas. Os filhos precisam comunicar a saída em seus próprios termos, sendo cuidadosos com o conteúdo de seus discursos, de forma que este não repercuta no futuro da relação com os pais. O jogo relacional é representado em um contexto de dissimulações, objetivando não ferir as sensibilidades de cada um dos envolvidos. Assim, a enunciação pode vir acompanhada de explicações atenuantes – seriam precauções, com o intuito de evitar problemas diante de um tema tão sensível para todos.

Diante da situação de decoabitação exposta acima, acreditamos que ela possa ser um evento importante, mas não o bastante para a conquista de uma autonomia básica. Dependendo do tipo de saída, que pode ser motivada por



múltiplas razões, entre as quais os estudos, trabalho, vida a dois ou outras, entendemos que a independência pessoal possa não estar a ela atrelada. Por exemplo: o filho que parte para uma vida conjugal pode despertar na mãe uma atitude mais cautelosa em relação à continuidade de orientação e suporte na relação pais-filho. Em contra partida, o filho que vai morar sozinho pode autorizar maior proximidade com os pais, dificultando, assim, a representação de si, como separado da família de origem. Assim, a saída de casa, em si, pode não provocar uma transformação identitária no jovem, em relação ao ambiente familiar.

Existem diferenças observáveis no processo em direção a autonomia entre os jovens franceses e os espanhóis, no ponto de vista de Gaviria (2001), e evidenciado em sua pesquisa com jovens de 25 a 29 anos. Os jovens franceses se inscrevem em uma lógica de experimentação de modos de vida e os espanhóis, em uma lógica de estabilidade. Isso quer dizer que os jovens franceses, ao saírem da casa dos pais, se deixam levar por um percurso incerto, podendo viver em concubinato, sós, em um ir-e-vir mais solto. Os espanhóis, ao contrário, saem da casa dos pais quando se percebem em situação de estabilidade, podendo dar continuidade ao conforto vivido na casa paterna, em razão disso, buscam um emprego estável e uma moradia confortável.

Na França, tornar-se adulto significa se desvencilhar do estatuto de filho para poder desenvolver cada vez mais sua identidade pessoal. Os franceses alcançam mais cedo do que outros, o estatuto de “companheiro de”; assim deixam de lado sua identidade filial. Para compreender essa transformação, segundo Gaviria, é preciso dirigir o olhar à separação dos territórios íntimos entre pais e filhos no espaço familiar, ou seja, as zonas comuns da casa e o quarto do jovem. Ao fazer de seu quarto um pequeno mundo, no qual se refugia para conquistar um território pessoal e ganhar mais autonomia na relação com os pais, delimita a proximidade física e afetiva, com o apoio dos pais.

Os jovens espanhóis experimentam sociabilidades que se sobrepõem, de forma que têm a tendência de integrar em si mesmos, os estatutos de “companheiro de”, “amigo de”, “filho de”. A vida cotidiana da família se entrecruza constantemente, e não são estabelecidos limites rígidos nos espaços da casa. Assim, na França, deixar a casa dos pais tem uma importância simbólica para a conquista de autonomia. Para os espanhóis, o casamento representa essa

conquista. De acordo com Gaviria, 70% dos jovens na Espanha saem da casa dos pais para se casar.

Em relação ao momento de ser considerado como adulto, na França ele é compreendido em uma lógica de autonomia. Os pais fazem o possível para que este processo seja educativamente realizável. Na Espanha, os pais defendem a idéia de que para se tornar adulto bem-sucedido é preciso um forte sentimento de pertencimento familiar. Os bons pais são aqueles que oferecem um bom ambiente familiar, no qual os filhos podem encontrar seu equilíbrio até que tenham condições financeiras para deixar a casa paterna.

Segundo Gaviria (2001), os jovens espanhóis dizem se sentir bem no espaço familiar e que não se sentem atraídos por um modo de vida solitário, por isso é comum deixarem a casa dos pais no ato do casamento. Dizem ainda que não compreendem porque os franceses julgam mal, ou consideram anormal, o jovem que trabalha e tem um bom salário morar com os pais, se não for casado.

De acordo com um estudo sobre as transformações das relações entre jovens e seus pais na Itália, realizado por Santoro e Rebughini (2003), a família italiana é caracterizada pelo excesso de proteção exercido pelas famílias. O prolongamento da convivência familiar é um hábito nacional. Normalmente, a decoabitação se dá por volta dos 30 anos, com os jovens já independentes financeiramente. Tal situação não é vista com maus olhos pela sociedade italiana, pois a saída de casa está associada ao casamento, a mudanças profissionais, assim como, ao estatuto de adulto. “O retardo na decisão de sair da casa dos pais e se tornar independente da família é o resultado de um conjunto de orientações culturais e sociais compartilhadas e que se manifestam e legitimam no interior da família.” (Santoro e Rebughini, 2003, p. 120)

A saída não é vista como uma exigência, nem como uma etapa inevitável de emancipação. A família é um espaço protetor por excelência, no qual se pode viver o conforto afetivo e o relaxamento do stress cotidiano. Assim, o viver em família, para os jovens, é uma escolha “estratégica e instrumental”. As autoras pontuam a dificuldade do jovem em se imaginar só. A solidão é considerada como uma condição a ser evitada e eliminada do horizonte existencial. Nessa perspectiva, sair de casa se justifica somente no caso de uma transformação no *status* do filho, como o casamento ou o trabalho.

Diante da evidência de um possível fechamento da família e da exacerbação de seu lado protetor, as autoras recorrem ao conceito de “familiarismo”, como um recurso de compreensão para um estereótipo típico italiano. Esse conceito poderia ser definido como o fechamento do indivíduo em seu espaço familiar privado, caracterizando-se pela falta de interesse por tudo que seja do mundo social, que não seja uma referência à própria família. As autoras relacionam essa noção ao comportamento instrumental<sup>12</sup> do jovem adulto coabitante, ou seja, a sua falta de interesse em criticar a ordem pública ou apelar a ela, em favor de uma política voltada ao jovem que quer se emancipar. A centralização na família se daria em face da ausência de um Estado presente na vida dos indivíduos. No entanto, as autoras esmaecem as tintas com as quais desenham o conceito de familiarismo e o estereótipo da família italiana, ao afirmarem que nesta as relações tem como base o igualitarismo e se constituem como uma importante rede de apoio e proteção para os seus membros.

Heath (2003) realizou um estudo na Inglaterra com jovens adultos solteiros – situados em uma faixa etária média de 25,5 anos – que saíram da casa parental para viverem em moradias compartilhadas. A saída, de acordo com a pesquisa, configurou-se por motivos socialmente legítimos, ou seja, estudos e trabalho. Em um primeiro momento, a autora pontua a ausência de alguns importantes elementos de análise em pesquisas com essa faixa etária, como o registro de que após a saída da casa parental, a família pode continuar mantendo laços afetivos, materiais e econômicos por um determinado tempo, ou mesmo ao longo da vida.

De acordo com Heath, existe entre esses jovens a percepção da vida familiar como ontologicamente associada à idéia de lar, apoio e referência básica. Esses jovens continuam mantendo um forte sentimento de vinculação familiar. O tema é visto pela autora, como uma idealização de memórias da infância, muito ligadas ao espaço físico da casa. Alguns desses jovens relataram o desconforto vivido quando os pais, após sua saída, mudaram de residência; algumas lembranças de infância se desmaterializaram. De qualquer forma, a casa parental se afirma como um lugar estável, que fornece um pertencimento imutável.

---

<sup>12</sup>Segundo as autoras, o comportamento instrumental, nesse contexto, é um comportamento caracterizado pelo interesse na economia de gastos quando se mora com os pais.

Uma outra importante conclusão dessa pesquisa refere-se à mudança na relação entre pais e filhos após a separação. Estes últimos testemunham a tomada de consciência dessa realidade. Os jovens, em seus depoimentos, relatam que em seus retornos à casa parental, se sentem como visitantes. Esse sentimento teria a ver com a mutação gradual do relacionamento com os pais, que é declarada como não deliberadamente prevista. Heath sublinha que em alguns relatos percebeu como a forma de vinculação à casa parental está implicada na noção de permanência do ninho familiar. Alguns jovens declaram que seus quartos são deixados intactos pelos pais, prontos a recebê-los a qualquer momento. Dessa forma, entendemos que a dimensão de proximidade e afastamento relacional é apresentada como um objeto a ser negociado.

Embora esses jovens tenham uma moradia considerada como transitória, a maior parte deles a percebe como “sua casa”, revelando que a saída da casa dos pais constitui uma grande aquisição de autonomia. Em consequência, os entrevistados, em sua maioria, declaram, também, não considerar mais a casa dos pais como “sua casa”. Acreditamos que essa noção tenha se desenvolvido a partir de uma nova forma de se relacionar com os pais, conquistada em razão de um contexto de delimitação de espaços pessoais, validados e legitimados por ambas as gerações.

Uma outra pesquisa sobre o tema, realizada por Mitchell (1998), refere-se à tendência recente de retorno à casa parental de jovens adultos no Canadá. A autora, apoiando-se no campo teórico de ciclo vital familiar, investigou o nível de satisfação parental em relação à volta dos filhos. Esse grau de satisfação parental envolveu a busca de esclarecimentos relativa à qualidade da relação entre pais e filhos jovens adultos, no que concerne aos fatores sociodemográficos e socioeconômicos, que estão intimamente ligados a essa relação, de acordo com Mitchell.

A pesquisa de Mitchell (1998) envolveu 420 famílias que foram entrevistadas separadamente, por telefone. Cada entrevista telefônica teve a duração média de 30-45 minutos por membro da família. A discussão dos resultados se inicia com a afirmação de que os maiores benefícios produzidos pela relação, na visão dos pais, vêm a ser a companhia, a amizade, a ajuda instrumental na casa e ter a família recomposta em sua forma original. E o grau de satisfação

está fortemente vinculado à reciprocidade, a uma menor relação de dependência e a uma maior autonomia dos filhos. Na perspectiva dos pais, essa geração *boomerang* não é necessariamente acomodada e chegada ao conforto da casa dos pais, e as relações intergeracionais não são tensas, conflituosas ou insatisfatórias. A autora propõe, como um campo fértil de continuidade de pesquisa, a investigação do nível de encorajamento disponibilizado pelos pais, a fim de que seus filhos possam sair de casa e seguir suas vidas fora do espaço familiar e sobre quais seriam os efeitos dessas negociações sobre a vida dos membros da família.

Carbone A. e Coelho M. R. (1997) ampliam essa discussão, investindo em uma particularização rumo ao universo da família brasileira, especificamente a realidade da família paulista. As autoras analisam a família de adultos sob a perspectiva de ciclo vital, denominando esse momento de “fase madura”. Dessa maneira, delimitam algumas questões de notória relevância do ponto de vista de nossa cultura. Como exemplo, destacamos que entre essas famílias predomina o padrão da saída do filho da casa dos pais para casar, estudar ou trabalhar.

Essas autoras chamam a atenção para aspectos da dinâmica intergeracional vivida entre os membros, que põem em pauta a perpetuação de lealdades de afeto e sangue e transmissão de legados culturais. Esses aspectos incrementam a convivência da família com possibilidades de conflitos e ambiguidades diversas, transformando a fase madura em um momento delicado e difícil do desenvolvimento.

Outro aspecto sublinhado nesse estudo refere-se ao fato de 57% dos casais parentais alegarem que a principal característica do casamento, nessa fase madura, seja o companheirismo. Segundo as autoras, essa percepção em muito tem a ver com a liberação das responsabilidades e cuidados com os filhos. Nesse ponto, concordamos com essa interpretação. Se levarmos em conta a premissa de que nas famílias brasileiras de classe média, raramente, os filhos são incluídos na divisão de tarefas comuns, a suposição de que o casal possa usufruir um tempo maior para sua relação faz bastante sentido.

A maior parte dos entrevistados de Silveira e Wagner (2006), jovens adultos entre 27 e 35 anos e morando com os pais na cidade de Porto Alegre (RS), ressaltou que não fazia uma boa avaliação do casamento dos pais. As autoras sublinharam, com base nessa evidência, que esses jovens teriam uma concepção

diferente de casamento de seus pais. Assim, ressaltaram que, apesar de esses jovens terem o casamento como meta, como tarefa evolutiva a ser cumprida, essa instituição não se constitui como o principal projeto de suas vidas.

No domínio da dinâmica familiar, as autoras pontuam um hiperinvestimento na relação entre pais e filhos nesta fase de vida, e, conseqüentemente, um desinvestimento nos outros subsistemas, como, por exemplo, entre o casal conjugal e na relação entre os irmãos. Entenda-se que o excesso, de um lado, e a falta, de outro, possam criar um terreno propício ao favorecimento da dependência e sejam um dos fatores dificultadores do processo de emancipação.

De acordo com nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004), o tema da saída da casa dos pais pode resvalar em um impasse, pois diz respeito a um objeto de conversação constantemente visitado pela ambigüidade. Esse ambiente de contraste desvela a dificuldade dos pais e dos filhos em colocar em palavras o assunto da separação na família. Fábio, 30 anos, engenheiro e solteiro diz:

Não vejo sentido em sair de casa simplesmente pra ter o meu espaço, não tenho essa motivação. (...) Eles iriam sentir muito no início, eu acho, eles nunca comentam o que vão fazer mais adiante. (...) Nunca se fala diretamente sobre isso, deve ser pra evitar falar sobre isso né?

Vejamos o relato de Fernando, 58 anos, engenheiro, casado e pai de Fábio:

Eu sei que um dia ele vai sair, a gente tem que esperar o dia chegar pra ver o que vai acontecer, mas vai demorar, as coisas estão bem estáveis por aqui, instabilidade só lá fora, por enquanto tudo está normal.

Na argumentação de Fábio percebe-se a “invisibilidade” do tema sair de casa que permeia as relações de sua família; ao não se falar no assunto, escamoteia-se essa realidade e posterga-se o sofrimento atrelado a ela. Esse sofrimento, do nosso ponto de vista, refere-se à perda de função dos papéis parentais, que vem a ser evidenciada na fala de Fernando “por enquanto tudo está normal”, ou seja, o seu lugar de pai ainda está garantido.

A visão de Dora, 27 anos, economista, solteira e morando com os pais, é a de que quando um filho sai de casa quem perde são os pais, eles são a parte fragilizada da relação familiar nesse momento. “Quando eu sair vai ser uma grande mudança pra eles, eles vão sentir, porque eles vão estar perdendo a filha, pra mim não, vai ser tudo novo, vai compensar”. Sem dúvida, a perda do papel parental parece ter mais peso na dinâmica familiar; contudo, chamamos a atenção para o fato de que a perda do papel de filho se apresenta como invisível nessa estrutura, sendo portanto mais difícil de ser verbalizada. Dora, por exemplo, assim como outros dos nossos entrevistados, não pretende deixar o seu papel de filha que mora com os pais “nem tão cedo”. “Eu não pretendo sair nem tão cedo, por enquanto está bom assim”.

O depoimento de Ana, 48 anos, casada e mãe de Alexandre, 27 anos, *designer* e solteiro, em nosso olhar sublinha a questão da ambiguidade implicada no tema da separação entre pais e filhos.

Chega uma hora que a gente tem que ser muito clara com eles, explicar que os atritos que rolam, é porque já está na hora de virar adulto mesmo, cuidar da própria vida. (...) aí a gente fica martelando na cabeça deles que tem que ter casa direita pra morar, um trabalho estável aí eles retrocedem.

Eis o relato de Alexandre:

Tem uma cobrança da sociedade pra se sair de casa, está em novela, tirinhas de *cartoon*, às vezes eu acho que eu é que sou o errado, fico meio confuso. (...) Eu acho que os meus pais gostam de eu estar em casa, se eu tivesse que sair agora, a minha vida ia ser mais difícil, sem contar com a solidão.

O discurso de Ana torna evidentes os sentimentos ambivalentes que habitam o território familiar. Assim como autoriza a autonomia do filho, ela o desautoriza ao “martelar na cabeça dele” as dificuldades que vai encontrar. É como se ela dissesse, simultaneamente, “seja autônomo” e “não saia de perto de mim” – o que vem a ser uma forma, mesmo que altamente desorientadora, de se manterem os papéis familiares preservados. A confusão de Alexandre em muito se

deve ao contexto de ambiguidades e invisibilidades que cerca a saída da casa dos pais.

Assim, nos apoiando nesses relatos, podemos concordar com Kaufmann (1996), quando este afirma que o princípio da autonomia pode invalidar a noção de transmissão, pois pode constituir um paradoxo, e ser paralisante. “Não se pode impor orientações aos filhos e pedir que sejam autores de sua própria vida.” (p. 39) Esse ato seria uma injunção paradoxal. Para este autor (1992), a injunção é uma construção social, histórica, familiar e pessoal, que produz a evidência da ação. Ela é o resultado de uma história social complexa, concretizada na transmissão dos bens culturais do indivíduo. A injunção perfeita seria forjada fora do pensamento, na forma de um automatismo adquirido e expresso na interação. Dessa forma, ela é silenciosa e invisível, guia os passos sem que esteja ao alcance imediato da consciência.

A injunção está fortemente presente nas práticas relacionais e é mantida pelos hábitos cotidianos. Podemos ter, como exemplo, o dever de agir dos pais e o “é preciso obedecer” dos filhos; em qualquer um dos casos são imposições que se insinuam como uma evidência, não são questionáveis. Se, por acaso, a injunção for posta em questão e romper sua invisibilidade, pode ocorrer uma luta interior que resvala na relação. Nesse caso pode haver o desgaste relacional e/ou um primeiro passo para a ressignificação desses atos, ou seja, uma reflexão sobre o que é necessário para um ajuste na relação.

Na prática, é possível dizer que a saída da casa dos pais autoriza o distanciamento da família de origem. De um lado, ela implica a aquisição de uma liberdade maior de movimentos, e de outro, a apropriação dos encargos da vida doméstica cotidiana. Assim, ela designa um afastamento em relação ao grupo familiar e um direcionamento a um outro contexto de regras. Esse afastamento pode não significar ruptura ou corte; a independência pode se dar no estilo de vida, permitido o abrigo de uma proximidade afetiva e encontros frequentes.



#### 4.4

#### **O espaço negociado, um ambiente familiar**

Encontramos no dicionário Houaiss as seguintes definições para o termo negociação: transação, entendimento sobre tema polêmico ou controverso, conversação diplomática entre duas ou mais nações, visando a tratado ou convenção. Verificando que essas designações conferem um espaço mais amplo ao termo, sugerimos abordá-la em sua relação com o contexto em que se inscreve e nas condições em que ocorre. Trazendo o termo negociação para o campo familiar, estabelecemos que os membros da família, por meio de suas interações, constroem uma forma de se relacionar no âmbito doméstico. Esse formato de relacionamento é constituído por uma rede de regras de convivência, que podem ser flexíveis e abertas à mudança, em razão das necessidades pessoais ou coletivas dos membros da família. Assim, negociar significa estabelecer transações, no intuito de romper ou reeditar algumas regras familiares que possam estar em desacordo com um dos membros da família ou com o grupo familiar como um todo. Portanto, o lugar da negociação é a própria relação; esta é o terreno no qual ocorrem as transações, que têm como objetivo ganhar espaço na esfera interacional.

Consideramos oportuno incluir as idéias de Strauss (1992) sobre a negociação, vista na perspectiva das ciências sociais e considerada como um processo. Esse autor se propõe a formular uma teoria da negociação que se baseia, sobretudo, na distinção entre o contexto da negociação e o contexto estrutural a ela associado, entendendo este último como um conjunto de propriedades do sistema, no qual se estabelece a negociação. O contexto estrutural é mais amplo e mais abrangente que o contexto da negociação e se relaciona, com esse último, de forma recíproca. Assim, a mudança de um repercute no outro e o altera. O resultado da negociação pode afetar o contexto em questão e contribuir para a mudança, assim como para as futuras negociações.

Strauss afirma que uma ordem social ou organizacional é uma ordem negociada. Ao utilizar o termo ordem social, ele se refere, em um senso mais amplo, aos grupos, organizações, nações, sociedades, por exemplo, que produzem condições estruturais nas quais as negociações de um tipo particular possam

ocorrer. Ao se referir a negociações específicas, diz que elas estão subordinadas a condições específicas, como: quem negocia com quem, quando e a propósito de quê. Assim, a negociação obedece a um esquema e não se dá ao acaso. A negociação é concebida como uma relação complexa entre um processo de negociação cotidiano e um processo de avaliação periódico; este último estabelece os limites da negociação e alguns de seus direcionamentos. Os resultados da negociação, de acordos, regras e contratos, por exemplo, têm limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

Entre as dimensões do acordo e da negociação existe uma diferença crucial, segundo Strauss (1992). Pode-se ter um acordo sem que haja negociação, como também pode-se chegar a um acordo deixando espaço para a negociação, caso o acordo se rompa. A negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas; na falta desta tensão, não se negociará.

Na esfera da negociação estão envolvidas as interações específicas, os indivíduos que vão negociar, as estratégias e as táticas. Não se pode deixar de lado as consequências da negociação e seus processos secundários. Estes últimos, por exemplo, se referem aos ganhos, às vantagens obtidas, aos pagamentos de dívidas e estabelecimentos de acordos. O contexto da negociação é de grande importância para a sua compreensão. Strauss (1992) identifica algumas características desse contexto. 1) os negociadores e quem eles representam; 2) o ritmo da negociação, o seu tempo, repetições e sequências; 3) o equilíbrio de poder entre as partes envolvidas; 4) A natureza dos desafios (enjeux) respectivos na negociação; 5) a visibilidade das transações; 6) a complexidade do que é negociado; 7) a legitimidade da questão a ser negociada; 8) as opções que podem ser colocadas em ação para evitar ou rejeitar a negociação. Em relação a essa última característica, o autor pontua que quando as partes envolvidas percebem tentativas de manipulação, persuasão ou apelo a autoridades, as opções podem impedir a efetivação ou afetar o curso da negociação.

Como pudemos perceber, o conhecimento do contexto da negociação permite a revelação de uma análise microscópica das interações ocorridas em seu processo. A opção por dar relevância à negociação em si mesma se deve ao peso que ela exerce na dinâmica familiar. O território da negociação familiar é a esfera relacional, a dinâmica interativa da família. Nas famílias cujos filhos são adultos,

é esperado que a negociação faça parte do contexto familiar, de forma que as necessidades de cada membro da família possam ser constantemente revistas, facilitando o percurso para o consenso. Para que isso possa ocorrer, é necessário que a família disponha de uma capacidade suficiente de flexibilidade, no que concerne ao universo de suas regras de convivência.

“*Uma relação de forças*”, desta forma, Ramos (2002) se refere às estratégias utilizadas pelos membros da família, que objetivam romper ou esgarçar as regras instituídas. Para tanto, nessa esfera de relação de forças, eles vão negociar formas de convivência suficientes para garantir a manutenção de seus espaços pessoais. De um lado, os pais vão procurar conservar as características do espaço comum familiar, e, de outro, os filhos vão buscar margens de manobra para a conquista de mais espaço em relação à ordem inicial. É importante insistir que a negociação deve ser cuidadosa, a fim de não colocar em risco o equilíbrio da relação – de forma que, à medida que os filhos forcem ou vão longe demais em suas demandas, os pais podem fazê-los recuar por meio de estratégias que visam o apelo à ordem e à reafirmação do espaço da casa como parental. No entanto, pode-se chegar a um meio-termo que redefina o contexto original. Isso não impede que os filhos continuem insistindo em suas formas de esgarçar esse contexto, por meio de pequenos atos que se infiltram no *corpus* parental. Eles “jogam com as regras”, de acordo com Ramos (2002).

Chamamos a atenção para um fato: os termos das negociações nem sempre ocorrem em um contexto de diálogo explícito, nos quais os membros apresentam os seus termos de forma clara e com um objetivo delimitado. Baseando-nos em nossa pesquisa anterior (Henriques, 2004), sublinhamos que uma família pode chegar a um consenso sobre uma determinada questão sem que haja uma negociação clara. Vejamos o exemplo da família A, referente à não-permissão, para os filhos, de trazer namoradas ou namorados para o sexo em casa. Essa família é composta pela díade parental e por dois filhos adultos: Ana, psicóloga, 36 anos, solteira; e André, analista de sistemas, 34 anos e solteiro, todos coabitantes.

Uma das regras de convivência dessa família, estabelecida pelos pais – portanto, uma regra parental – no momento em que os filhos, já universitários, começaram a ter relacionamentos afetivos mais duradouros, interditava a prática

do sexo no domicílio familiar. Os (As) namorados (as) poderiam dormir na residência, desde que em quartos separados. No entanto, André, aos 30 anos, levou a namorada para passar a noite com ele em seu quarto, sem que o assunto tivesse sido discutido com os pais. Após o fato, o pai não quis comentá-lo e a mãe propôs uma conversa, afim de que André explicasse o ocorrido. A semana decorreu e o diálogo foi “evitado” pela família. No fim-de-semana seguinte, André levou a namorada, outra vez, para passar a noite com ele. A resposta dos pais a esse fato foi um “belo” café da manhã para o novo casal, servido na mesa da sala de jantar da família. Os pais disseram que a regra foi “quebrada no tranco” por André e que isso os fez refletir sobre a necessidade de rever a proibição.

Nesse caso, podemos perceber que a negociação ocorreu de uma forma não explícita e que o estabelecimento de um acordo foi possível, em razão dos comportamentos dos membros da família. Estes mobilizaram ações que colocaram à prova uma regra rígida e não revista pela família, ao longo da sua própria história. Assim, a negociação passa também pela comunicação não-verbal. Esta comunicação permite muitas vezes dizer o que não pode ser dito, ou seja, a palavra explícita é crítica, expõe a evidência e as confrontações. Portanto, algumas vezes, podem ser escolhidas formas mais amenas e implícitas de lidar com as insatisfações, que seriam as comunicações sem palavras, as quais permitem resguardar os espaços pessoais, optando pelo terreno da ambiguidade e guardando para si seus desprazeres.

Destacamos que a pragmática das relações interpessoais familiares comporta não só as palavras, suas configurações e significados, mas também seus concomitantes não-verbais e a linguagem corporal. Ainda chamamos a atenção para o fato de que as omissões, o silêncio e as não-representações no contexto interacional familiar podem constituir uma estratégia de evitação de conflitos, com o propósito de preservar a relação entre os membros da família.

A expressão verbal é uma poderosa forma de administração das insatisfações no domínio interacional. No entanto, ela pode se apresentar como fonte de dificuldades, em razão da sua capacidade de se engajar explicitamente em uma espécie de “prestação de contas”, em um caminho cujos efeitos podem ser fatigantes e custosos. Dessa forma, é comum que os integrantes das famílias escolham os percursos mais silenciosos nas suas transações, muitas vezes

omitindo ou até mesmo mentindo para evitar os conflitos abertos. No que tange ao universo dos filhos adultos, concordamos com Ramos (2002), quando diz que a estratégia da omissão, do silêncio e da mentira visa regular a autonomia destes e o resguardo de seus espaços pessoais na relação com os pais. E acrescentamos que a mesma tática pode ser utilizada pelos pais, que por meias palavras, mímicas corporais e outras formas de comunicação podem expressar seus sentimentos e inquietações.

Contudo, as negociações no terreno familiar podem ser instigadas por um conflito explícito. Os membros podem dizer claramente seus desapontamentos diante de regras rompidas, espaços invadidos, criticar e reivindicar transformações que possam culminar em acordos ou compromissos também explícitos. Essa seria a forma mais adequada de negociação em um contexto familiar suficientemente igualitário. Lembremo-nos de que à medida os filhos crescem e vão ganhando autonomia, mais o relacionamento vai se aproximando do que Giddens (1992) defende como relação pura. O que define essa relação é que ela é pura por estar atrelada somente ao que pode trazer de satisfatório aos envolvidos – este é o seu critério. O compromisso é a sua base e deve ser entendido na perspectiva de que faz parte de uma troca de esforços; sendo assim, não é “dado”, é construído na relação.

Para Simmel (1912), em *O conflito*, o compromisso é uma das maiores invenções da humanidade e faz parte das estratégias que utilizamos em nossa vida cotidiana. Segundo esse autor, o conflito acaba em um compromisso, que não é nem uma vitória nem uma derrota, e sim, uma conquista, um processo de negociação. Toda a troca de opiniões geradas pelo conflito porta a noção de que os valores e os interesses em pauta têm uma característica puramente objetiva e concretizável no compromisso.

O conflito é uma dimensão positiva para Simmel. O erro de sua incompreensão como instância positiva vem a ser a dualidade como forma de pensamento. De acordo com esse autor, o mundo precisa de certas doses de forças repulsivas e atrativas, para aceder a uma forma definida. Portanto, amor e ódio, harmonia e dissonância, associação e competição, simpatia e antipatia não são simplesmente duplas de contrários; são categorias interativas que compõem o

corpo social. Assim, são importantes e positivas para a sociedade, há reciprocidade entre os opostos; o conflito seria uma forma de unificação.

Em si mesmo, o conflito já é a resolução da tensão entre os contrários; o fato de que ele visa a paz é só uma expressão dentre outras, particularmente evidente, do fato que ele é uma síntese de elementos, um *pró o outro* e um *contra o outro*, que é preciso classificar sob uma só concepção. Este conceito é definido pela oposição comum a estas duas formas de relação, contra a simples indiferença mútua desses elementos... (Simmel, 1912, p.20)

Este jogo de pró e de contra existente no conflito se torna uma estratégia, um objeto tático, assim como põe em evidência o duplo movimento de ofensiva e defensiva que possa haver na relação. Se um lado tomar a ofensiva e outro se colocar na defensiva e se o conflito durar um certo tempo, os dois lados podem adotar sucessivamente ou alternadamente as duas atitudes – o que, segundo Simmel (1912) é positivo e contribui para a regulação das relações. Tomando como exemplo um embate entre adversários, a solução tanto pode consistir na vitória de um, na resignação ou no cansaço do outro, ou ainda na busca de um consenso entre os participantes, ou seja, o compromisso.

Assim, o conflito não é um “acidente” na vida cotidiana; ele é integrante dela, não tem um papel unilateral, mas sim polivalente. Simmel nos esclarece a respeito do hábito em se qualificar o conflito como algo que deva ser excluído das relações ou evitado na medida do possível. Pelo contrário, ele põe em evidência a positividade do conflito como forma de socialização e põe um acento na sua capacidade de contribuir para a integração.

Entendemos que o conflito e o compromisso são formas de negociação e estão presentes nas interações cotidianas da família. Dessa forma, quando acontece o conflito no domínio familiar, pais e filhos põem em prática algumas estratégias, com o propósito de ganhar espaço em seus territórios pessoais, no que concerne ao objeto de disputa. O acordo ou compromisso resultante desta negociação, provavelmente, dirá respeito à reedições de regras familiares, rígidas, que serão revistas e assim, transformadas ou não, dependendo da disponibilidade da família para a mudança, no momento.

Por outro lado, insistimos na noção de conflito defendida por Simmel (1912) e buscamos articulá-la ao contexto relacional familiar delimitado nesta

tese. Na esfera de interações familiares, sentimentos como a irritação ou as trocas jocosas e risíveis são fartamente vividas e podem mascarar uma circunstância conflituosa. Esses dois sentimentos constituem os pólos do conflito, se entrelaçam, constituindo a unidade, proclamada por Simmel. Essa forma de comunicação evidencia uma particularidade de linguagem na prática familiar, uma linguagem paradoxalmente atrelada ao domínio conflituoso. De modo que a irritação pode levar ao riso, o que seria uma forma de esmaecer o conflito ou neutralizá-lo. É bastante comum encontrarmos relatos de episódios de irritação que são recontados de forma cômica; é criado um outro contexto de realidade para este evento, uma realidade mais suave e menos tensa.

Essas pequenas tensões podem esconder um conflito maior subjacente. Seriam pequenas incursões pelo domínio das emoções que visam abrandar, ironizar, como também manter o conflito na ordem do dia, ou seja, fora da zona do esquecimento. Essas minimanifestações de humor têm a função, igualmente, de manter na memória dos membros da família em interação algo que os inquieta secretamente. Tais atitudes podem se repetir no cotidiano, de forma a relembrar o desconforto que o outro provoca. Situações exemplares são as reclamações das mães em relação à arrumação dos quartos dos filhos; são expressões que liberam um pouco da carga inicial do conflito, ou seja, a não-observação de uma regra de convivência da parte dos últimos.

Quando os pais de André<sup>13</sup> recontam o episódio da regra familiar quebrada no tranco, o fazem de uma forma jocosa, formulam uma história recheada de elementos irônicos e cômicos. Apesar de relativizarem o fato, consideram importante enfatizar o sentimento de desconforto inicial; este seria um modo de manter ao alcance da memória, a origem do conflito. Nesse relato observamos as influências mútuas e complementares de sentimentos em oposição - a narração irônica e cômica e a irritação - e intimamente vinculados.

Assim, a negociação revela um processo que abarca duas realidades, a dos pais e a dos filhos. Talvez possamos dizer que esse processo constitui uma desconstrução de uma realidade comum, de um estatuto familiar. Desta desconstrução surge a construção de uma nova realidade, que ganha terreno nas conquistas pessoais dos filhos e na redefinição dos papéis de pais. Estes, ao

---

<sup>13</sup> Referência da família A, citada na página 21.

recuarem com relação a seus posicionamentos, validam os ganhos e as competências dos filhos. E estes, mais autônomos e competentes, contribuem para a reatualização dos estatutos familiares.

Enfatizamos, dessa maneira, a importância do minúsculo no jogo interacional vivido no cotidiano e afirmamos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras expressos na relação. A força dos momentos da ordem do infinitesimal reitera e reforça a grandeza da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar. Nesse ponto, Giddens (1984) acrescenta mais um pilar a essa discussão. Trata-se de uma formulação indicativa de que a análise das rotinas, inscritas na vida cotidiana, contém vários elementos psicológicos, que jogam luz sobre as interações.

A vida social comum, aquela de todos os dias, põe em cena a segurança ontológica, baseada na autonomia do controle corporal e nos limites das rotinas e dos encontros previsíveis. A característica rotineira dos caminhos tomados pelos indivíduos (agentes)<sup>14</sup>, que se deslocam no tempo reversível da vida cotidiana, não sobrevém destes: é produzida pelos modos de controle reflexivo de ação, que os indivíduos exercem em situação de co-presença. (Giddens, 1984, p. 113)

No decorrer de suas atividades cotidianas, os indivíduos se encontram em determinados contextos de interação, nos quais estão fisicamente em co-presença. Isto quer dizer que, quando os indivíduos se encontram em um conjunto de condições de co-presença, eles têm o sentimento de estarem “perto o suficiente para serem percebidos no que fazem, incluindo as suas próprias experiências do outro, como também, perto o suficiente para serem percebidos como portando o sentimento de serem percebidos.” (p. 117) Ou seja, os posicionamentos de cada um diante do outro, incluindo suas expressões faciais ou gestos – as propriedades sensoriais dos corpos transmitidas diretamente de um para o outro –, variam de acordo com as circunstâncias, com o espaço e o tempo. Portanto, o modo como os indivíduos vivem cotidianamente é construído na interação, de acordo com o autor, e é inerente à continuidade da vida social. E se considerarmos assim, podemos compreender as subjetividades na rotina de todos os dias.

---

<sup>14</sup> O autor utiliza os termos agente e ator alternadamente, mas ambos os termos, segundo ele, são suficientes para expressar a compreensão de que eles são capazes de compreender que “sabem o que fazem e porque o fazem” em suas condutas. (p. 33)



Esse autor estabelece um elo entre o que se passa em um contexto de interação e as experiências primárias vividas pelo ser humano. Para tanto, recorre a Erikson (1963), cuja obra, inscrita na Psicanálise, integra contribuições das ciências sociais. Giddens (1984) sublinha a relevância do conceito de Erikson de etapas de desenvolvimento da personalidade para a constituição desse elo, assim como destaca a relação mãe e bebê. A respeito dessa relação, ele ressalta que a noção de que a mãe, já em seus primeiros cuidados com o seu bebê, o inscreve em um mundo social, caracterizado por normas que o acompanharão nas relações sociais posteriores. Esta afirmação é fundamental para o entendimento da correlação proposta por Giddens. Assim, a angústia da ausência da mãe, neutralizada pelas gratificações da co-presença, prepara o terreno para os futuros engajamentos e desengajamentos das interações.

Para melhor compreendermos essa correlação indicada por Giddens (1984), seguiremos algumas pistas conceituais presentes na obra de Erikson (1963). Esse autor apresenta uma escala representada em fases de desenvolvimento da personalidade, fases essas estreitamente ligadas ao crescimento físico e social da criança. Cada fase formaliza uma progressão no tempo e uma gradual diferenciação de partes componentes da “vitalidade mental”. Erikson afirma:

Pode-se dizer que a personalidade se desenvolve de acordo com uma escala predeterminada na prontidão do organismo humano para ser impelido na direção de um círculo cada vez mais amplo de indivíduos e instituições significantes, ao mesmo tempo que está cômico da existência desse círculo e pronto para a interação com ele. (Erikson, 1963, p. 92)

Nós nos concentraremos nas três primeiras fases, em razão de serem as mesmas destacadas por Giddens (1984), para fundamentar o elo entre o psicológico e o social. Cada uma das fases propostas por Erikson inclui polaridades que podem ser distintas, de forma sucessiva, ao longo da transformação do corpo como instrumento de ação no mundo. A primeira é a confiança e a desconfiança de base. A confiança, assegurada pela mãe, permite ao bebê não perceber a ausência da mãe como um abandono. Assim, essa dinâmica psicológica vem acompanhada do primeiro triunfo social dessa relação, pois de acordo com Giddens, o consentimento do afastamento da mãe se torna uma certeza interna

para o bebê, ao mesmo tempo que se afirma como uma previsibilidade em relação ao mundo externo.

A segunda fase proposta por Erikson indica uma polaridade referente à autonomia: a vergonha e a dúvida. “Retêr e “deixar sair” são os correlatos comportamentais dessa polaridade, que seriam expressões tradutoras do controle dos dejetos corporais, como também de movimentos corporais como o dos braços e mãos do bebê. As tensões vividas nessa etapa podem colocar em evidência um aspecto da angústia referente à aparência corporal. Ficar envergonhado ou sentir-se humilhado podem ser indicadores da existência de sentimentos de vergonha ou dúvida de si. Esses sentimentos, segundo Giddens (1984) estão presentes nas interações e podem estar associados a um outro sentimento, o constrangimento, sendo que todos estariam intimamente ligados aos engajamentos dos encontros.

A terceira fase, descrita por Erikson, coincide com a aquisição da linguagem e se expressa em uma polaridade que estabelece a oposição entre a iniciativa e a culpabilidade. Vem a ser uma fase de iniciativa, por colocar em cena a transição edipiana e a capacidade de controle interno, necessária para que a criança se aventure fora dos limites da família. No entanto, esses controles internos são obtidos por meio do recalque, o que para certos indivíduos pode significar uma angústia engendrada pela culpa. No ponto de vista de Giddens (1984), o desenvolvimento da capacidade de agir de forma autônoma está estreitamente ligado ao reconhecimento do outro como indivíduo, e a resolução dessa fase supõe a exploração do corpo como um mediador da ação.

Esse elo – entre a psicodinâmica e os mecanismos sociais da interação, indicado por Giddens – põe em evidência o inconsciente como uma entidade presente nas interações e nos conjuntos de condições de co-presença. “Os componentes da motivação da personalidade infantil e adulta derivam de uma tendência geral a evitar a angústia e a preservar a auto-estima contra os transbordamentos da vergonha e da culpabilidade.”(1984, p.106). De acordo com este autor, esses sentimentos, sujeitos à trama do registro inconsciente, subjazem, em termos de desenvolvimento, a aquisição da competência lingüística – competência esta, necessária à “consciência discursiva” (Giddens, 1984, p. 34), que pressupõe que o indivíduo possa comunicar de forma coerente suas atividades, assim como, definir suas razões.

Assim, o autor liga a psicodinâmica aos caracteres rotineiros da vida social. A rotinização seria essencial aos mecanismos psicológicos, que asseguram a manutenção dos sentimentos de confiança, a segurança ontológica nas atividades cotidianas. Sendo que, a rotina é capaz de conter as fontes de tensões inconscientes, que podem estar presentes na “quase totalidade de nossos momentos de vigília.” (p. 34)

#### 4.5

#### **Construindo uma distância suficiente na relação**

A resignificação da relação entre pais e filhos adultos desempenha um papel fundamental no reconhecimento e na validação dos espaços pessoais e coletivos, no ambiente familiar. Ela permite a construção de um novo espaço: o ambiente familiar no que era antes um espaço parental, um lugar vinculado ao princípio de uma relação entre iguais. Esse ambiente familiar é a própria convivência, o cotidiano da família, o território da mutualidade, da possibilidade de compartilhar sentimentos e da cooperação. Assim, a família de adultos constitui seu *habitat*, forjado em um conjunto de regras que estruturam a convivência. Essas regras, como vimos, foram negociadas explicita ou implicitamente pelos membros da família, visando garantir a autonomia de seus membros em seus espaços pessoais e coletivos. Assim, o espaço geográfico da casa equivale ao espaço afetivo; este último encontra sua representação nos limites físicos do primeiro. A utilização pelos membros da família destes espaços manifesta o nível de proximidade ou de afastamento relacional, que também expressa uma conquista ou um fracasso de seus intentos de negociação.

Instituir uma boa distância se afigura como o eldorado da relação pais e filhos. Para isso eles não medem esforços, silenciam diante dos assuntos não negociáveis, agem com paciência na busca de soluções para os impasses, utilizam as cansativas pequenas argumentações que aliviam as tensões, ou ainda, em casos extremos, usam o grito para manifestar suas irritações. Nesta última ocorrência, costumam se mobilizar para a negociação, através de palavras ou de gestos.

Dessa forma, o movimento é constante e sem fim, posto que o indivíduo é um ser em acabamento, em devir. A dinâmica familiar possui esse constante

movimento interno, um jogo de ir-e-vir, responsável pelo estímulo e pela evolução de algo da ordem da continuidade de ser, como nos diz Winnicott, ao longo de sua obra.

Esse ambiente familiar torna-se propício para o estabelecimento das fronteiras individuais, adequadas para a convivência relacional. Para cada conversação ou gesto existe uma distância funcional, suficientemente boa para a continuidade das relações. Nem muito perto, nem muito longe, algumas vezes perigosamente muito perto ou arriscadamente muito longe, as famílias descobrem essas possibilidades na prática, nos detalhes do cotidiano, de maneira que, o simples planejamento das refeições do fim de semana pode ser exemplar da distância funcional. Quem participa das decisões do que vai ser feito, quem faz a lista de compras, quem compra, quem faz a comida, quem está presente, quanto tempo dura a refeição, o tema das conversações à mesa, estas e ainda outras indagações podem ser formuladas e consideradas como pistas para a investigação do tema.

Acreditamos que para constituir um ambiente familiar, com o sentido especial de um momento de convivialidade, seja preciso que os espaços pessoais dos membros da família concedam um campo ao sentimento compartilhado, ao coletivo. É essencial que haja porosidade nesses espaços individuais para que o ambiente possa emergir, revelando suas características singulares de abrigar o prazer de todos estarem juntos e da mutualidade. Dito de outra forma, a fluidez dos espaços pessoais dos membros da família concede a prevalência do ambiente familiar. Esses momentos podem ser simples atividades cotidianas.

A hora do “cafezinho” pode ser convencionada pelos membros da família como o momento de deixar os espaços pessoais para se encontrar no ambiente familiar, com o objetivo de fazer comentários ou trocar impressões sobre outros assuntos. Nessa atividade doméstica cabe o significado de integração das participações individuais, que passam para o registro coletivo, ou espaço potencial, de acordo com o vocabulário de Winnicott (1971). Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pela família, como um modo de promover o encontro nessa área de integração.

Na situação de ambiente familiar, é possível que a proximidade alcance um nível suficiente para o compartilhamento e que os membros da família façam

circular a intimidade, forjada na confiança e na validação dos comportamentos. O jogo de afastamento e proximidade vai ser vivido intensamente; ora se está em uma dimensão e ora na outra. A fim de efetivar esta interação, é preciso saber dosar os níveis de proximidade e de afastamento, para que a conversação possa fluir. Tudo vai depender do assunto em pauta e de qual membro o aborda, para quem o dirige e em que contexto relacional se apóia, ou seja, pai/filho(a); mãe/pai; irmão/irmão(a); mãe/filho(a). As coalizões são importantes neste jogo, pois realçam a posição do membro da família no momento da conversação.

O afastamento proporciona o resguardo dos espaços pessoais. Em uma conversação pode se manifestar através do silêncio, da argumentação pela preferência em não se posicionar ou até mesmo da retirada física do campo de ação, dentre outras formas de expressão. Na família com filhos adultos é observado, com bastante frequência, o recolhimento destes em seus espaços privados, seus quartos. Os momentos coletivos seriam especiais, reduzidos a poucos períodos de duração. Esse fato pode nos indicar o quanto é importante para esses jovens a privacidade, o resguardo do olhar parental, o exercício da liberdade e da autonomia de gestos e palavras.

A questão que se pode colocar vem a ser: o quanto de afastamento os membros da família suportam em sua convivência, sem que ocorra desgaste relacional? E ainda pode se desdobrar na seguinte indagação: o afastamento e o desgaste relacional são suficientes para que a questão da separação possa se impor como um fato, ou ao menos como objeto de reflexão?

Para compreender a dimensão destes opostos, proximidade e afastamento e a complementaridade existente entre eles, retornamos a Simmel (1912). Esse autor chama a atenção para as duplas de contrários, que menos que oposição, reivindicam o estatuto unitário, de reciprocidade. “A relação, ela tem por assim dizer, em um primeiro momento, certa temperatura, que não é produzida somente pela compensação entre um pouco mais de calor ou um pouco mais de frio” (p. 30). Não existe indiferença entre estas dimensões, elas se interpenetram formando um acordo entre as partes, um acordo simétrico, no qual a qualquer momento pode se insinuar a alternância. Essas dimensões, na relação, “são a tal ponto misturadas que não se pode distingui-las em suas energias específicas” (p. 32). Portanto, o antagonismo e a decomposição podem ser utilizados para nos ajudar a

descrever ou a classificar. Contudo, devemos compreender que tais qualidades não são só distintas e justapostas, mas miscíveis.

À unidade proximidade/afastamento, adicionamos uma outra, profundamente imbricada a anterior, a dimensão do pertencimento e autonomia. A questão de pertencer a um grupo familiar e se tornar independente dele, autônomo, no sentido dado a este conceito por Singly constitui um paradoxo: unir para se separar.

Livre! A palavra mágica das sociedades modernas é pronunciada. Palavra que abriga um problema, pois vivemos em uma sociedade composta de indivíduos, cujo sonho é, tanto, ser livre, em seus movimentos, em seus corpos, em seus amores, quanto não se encerrar em papéis, lugares e esperas. (...) como os laços podem ser compatíveis com a liberdade das pessoas ... ( Singly, 2003, p. 11-12)

É preciso que a família saiba promover o seu encontro no ambiente familiar, para que os membros possam se situar em um terreno menos ambíguo. O entendimento de que é possível se afastar e ao mesmo tempo pertencer ao grupo familiar de origem é uma questão que se coloca na esfera da resignificação da relação entre pais e filhos e possibilita a separação de fato, a saída dos filhos da casa dos pais. A busca de um acordo é a tentativa de estabelecer uma distância suficiente entre pais e filhos; o ajuste dessa distância deve prever a coesão da família, ao mesmo tempo que imprime os interesses de cada um.

Essa área de negociações pode ser compreendida como um processo de desconstrução de uma realidade comum. A realidade desconstruída é a realidade instituída em momentos anteriores da família, uma realidade construída pelos pais, que se esforçaram ao longo dos tempos em mantê-la. A “nova” realidade é baseada no consenso, é uma conquista na interação, na qual a visão dos filhos provoca uma transformação nos pais. Transformação, que ao legitimar o novo *status* do filho, ganha as características de uma nova realidade.

A noção de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. A redefinição desses lugares foi forjada na interação entre estas duas partes, mediante negociações que alargaram seus espaços pessoais, ao mesmo tempo que os validaram. Ambos alcançaram estas condições juntos; a mudança de um gerou a transformação do outro. A distância apropriada, uma invenção da família, pode assegurar a manutenção deste espaço com potencial transformador, ou seja, o

ambiente familiar. No entanto, como nada é definitivo, é preciso que ocorram negociações constantes, a fim de equilibrar a interação, que está sempre em movimento.

Um outro aspecto da convivência diz respeito aos constrangimentos impostos pelo campo social. O viver em família é fortemente afetado pelo processo de individualização da sociedade contemporânea. Em um sentido mais largo, a dosagem do estar só e do estar junto constitui uma grande fonte de angústia para o indivíduo, por se mostrar estreitamente atrelada aos cânones daquele processo. Singly (2005) afirma que o individualismo é aprovado por cada um de nós a título pessoal e recusado no nível coletivo. Entendemos a contradição que vigora na atualidade da seguinte forma: o indivíduo defende o individualismo para si próprio, ao mesmo tempo em que critica os seus efeitos no universo social. Ele pode até desejar o pertencimento, o laço; porém, em contrapartida, não pretende reduzir a sua cota de liberdade. Esta seria a clivagem demonstrada por Singly, o drama da contemporaneidade – ou segunda modernidade de acordo com o vocabulário de Giddens (1999) – reside na seguinte injunção paradoxal: “para ser membro da sociedade, seja um indivíduo individualizado” (Singly, 2003, p. 240).

Dessa forma, esse indivíduo pode escolher pertencer a esse mundo coletivo de um modo mais tênue, ou mesmo escolher ter vários pertencimentos ao invés de um único, mais forte. De outro ângulo, o indivíduo pode se habilitar, por meio da escolha, na arte de colocar a distância, diferentes dimensões de pertencimento. Em outras palavras, ele escolhe o que deseja ter mais perto de si ou mais afastado, conforme o grau de constrangimento da dimensão em questão. Singly (2007) esclarece essa noção através do exemplo da bolsa ou mochila (sac), que, metaforicamente, contém diversas dimensões identitárias, construídas ao longo da vida. A vida se constituiria em um jogo de colocar e tirar dimensões desses espaços, de acordo com as prioridades do momento. O conteúdo dos mesmos não é o que importa e, sim, o poder de escolher o que entra e o que sai. Esse processo representaria a idéia do individualismo nos dias de hoje, segundo Singly.

No universo familiar, sobretudo, o fato de o indivíduo poder se autorizar a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto pode

configurar-se como extremamente ambíguo. No entanto, essas duas opções podem funcionar em um jogo de ir-e-vir, no qual o membro da família pode definir, escolher ou hierarquizar o que lhe é mais conveniente. Se for mais apropriado ser “filho de”, ou “pais de” em um contexto, em outro, pode ser mais eficaz ser “companheiro de”, “parceiro de”. De toda forma, existe uma tensão constante. Poder estabelecer qual é a dimensão desejável, para um determinado contexto, parece ser a meta e tal meta é conquistada no convívio, sem dúvida alguma. A vida cotidiana pode traduzir as diferentes formas de engajamento, priorizadas ou “hierarquizadas”, segundo o vocabulário de Singly (2007), pela dimensão interacional. Assim, a possibilidade de objetivar a vida cotidiana se afirma como um recurso valioso de apreensão das intersubjetividades.



## 5

### Estudo de campo

#### 5.1

##### Metodologia

Nesse item, apresentaremos considerações sobre alguns instrumentos de investigação de ordem qualitativa. A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre esse tipo de metodologia, alguns instrumentos de pesquisa foram previamente estipulados e identificados como adequados aos objetivos desta tese. Tais instrumentos e seus potenciais articulatórios com este texto serão abaixo explorados, em seus aportes de recursos teóricos.

Em função das características de nosso objeto de estudo, a convivência entre pais e filhos adultos na esfera cotidiana, julgamos que seria fundamental encontrar pistas e subsídios que nos habilitassem a melhor compreender essa convivência em seu *locus* de ação, o ambiente doméstico. Acreditando que essas pistas, por suas características simples, concretas e banais, facilitariam o acesso a uma fala mais profunda dos pais e dos filhos a respeito de suas interações no espaço familiar, bem como, sobre os ajustes cotidianos mobilizados em prol de uma convivência mais confortável para todos, nos empenhamos em uma busca interdisciplinar de instrumentos metodológicos.

Assim, a idéia de ampliar nosso campo de instrumentos de pesquisa baseou-se na demanda de uma abordagem mais eficaz, tanto no que concerne à formulação dos roteiros de entrevistas e todo o planejamento teórico e prático subjacente a elas, quanto na condução da análise do material obtido nas mesmas. Esse procedimento estabeleceria o *status* de uma coerência teórica em nosso trabalho, desde as pressuposições iniciais, até os momentos finais da investigação. Para tanto, encontramos na Sociologia Compreensiva métodos de entrevista e de análise de dados que corresponderiam às expectativas deste estudo.

De acordo com Kauffmann (2007), a entrevista compreensiva consiste em um cruzamento de influências diversas se constituindo como um instrumento específico e com uma forte consistência interna. Ela deriva de diversas técnicas de

pesquisas qualitativas e empíricas e, principalmente, tem como raízes as técnicas etnológicas de trabalho de campo com informantes. Sendo que difere da última, por se concentrar mais especificamente na palavra, que é recolhida diretamente do contexto em questão. A metodologia de pesquisa da Sociologia Compreensiva tem como interesse maior a linguagem ordinária do indivíduo, suas frases banais e as palavras mais simples.

O indivíduo é moldado pela sociedade de sua época e traz em si, estruturado de uma forma particular, todo o sistema social de seu tempo, segundo Kauffmann (2007). Esse indivíduo incorpora fragmentos de idéias, imagens, modelos, expressões, entre outros, “sem os digerir e os expressa em estado bruto, tal qual os assimila.” (p.95) Assim, a linguagem do dia-a-dia pode esclarecer a respeito do trabalho do social no indivíduo, ou seja, informa a maneira como ele incorporou as normas sociais.

Consideramos, dessa forma, que a expressão do banal na linguagem do dia-a-dia pode desnudar esse indivíduo e trazer em estado bruto a noção das convenções sociais que o marcaram. Ao lado disso, acreditamos que, ao mesmo tempo, essas palavras usuais podem ser reveladoras de sua potência criativa, de sua capacidade de subjetivação, de criar-se e recriar-se, em seu devir permanente.

Lembramos que Giddens (1992) institui um elo entre o psicológico e o social, ao afirmar que a mãe, já em seus primeiros momentos com o bebê, transmite-lhe sua cultura. A partir desse elo, estabelecemos uma conexão entre esse autor e a perspectiva winnicottiana, pois essa última, ao concentrar-se na dimensão do psicológico, nos fornece a base da constituição da subjetividade. Esse bebê, então, sob a ótica de Winnicott, incorpora a mãe e todo o ambiente que o cerca, em sua fase de não-integração, e, se as circunstâncias são favoráveis, posteriormente torna-se capaz de iniciar o processo de integração e constituir-se como sujeito.

Nessa medida, o objetivo do pesquisador é fazer o entrevistado falar o máximo possível e o mais profundamente possível. O informante sucumbe à armadilha de suas próprias palavras, pois, ao falar sobre algo, fala de si. Ao engajar-se em um assunto, coloca em certa ordem as suas palavras, criando, dessa forma, uma nova realidade e sendo assim, a sua narrativa ganha novas proporções. Kauffmann (2007) assevera que é mais fácil falar de si pela via do concreto e das

atividades cotidianas, pois são vias que, através da linguagem ordinária e habitual, permitem ao entrevistado uma narrativa mais livre, menos abstrata e generalista e, ao pesquisador, uma possibilidade maior de aprofundamento.

Para iniciar o percurso da metodologia compreensiva, de acordo com esse autor, é preciso definir uma *questão de partida* para a entrevista. Essa definição, ancorada em reflexões sobre o tema e por um vasto conhecimento do campo a ser investigado, permite deflagrar todo o processo de construção do objeto a ser analisado, desde os primeiros instantes da pesquisa. O roteiro de entrevista deve ser flexível e simples, de forma a incentivar a fala em torno do tema. Questões precisas e concretas devem ser propostas, objetivando evitar respostas generalistas e abstratas da parte do informante, que poderiam dificultar o aprofundamento da narração.

A perspectiva compreensiva, conforme Kauffmann, estabelece que o campo, o *terrain*, vai nos fornecer o corpo e o volume da teoria. Os princípios do percurso da metodologia compreensiva “não são mais que a formalização de um *savoir-faire* pessoal oriundo do campo.” (p. 11) O campo não é visto como uma instância de verificação de uma problemática pré-estabelecida, mas o ponto de partida da própria problematização. Sendo assim, tais bases conceituais propõem o inverso de outras metodologias. Este autor afirma que em uma entrevista compreensiva, o entrevistador deve engajar-se, ter uma conduta mais ativa e partir do princípio de que a empatia permite a entrada no mundo do entrevistado.

Considerando a obra de Bardin (1977) como um clássico da análise de conteúdo em pesquisas em ciências humanas, concordamos com Kauffmann quando este diz que o processo da metodologia compreensiva inverte a ordem da planificação de pesquisa. Essa inversão se dá em razão deste instrumento se propor a construir o objeto e o corpo teórico da pesquisa no momento da análise do material recolhido nas entrevistas, ou seja, no momento final. Os momentos iniciais da elaboração da pesquisa seriam flexíveis e concebidos espontaneamente, calcados em um grande conhecimento, da parte do pesquisador e do campo a ser estudado.

Bardin afirma que a organização da análise qualitativa se baseia, primeiramente, em uma pré-análise. Na pré-análise, segundo esta autora, é estabelecido um plano de análise preciso e com três missões diferentes. A

primeira consiste na escolha de documentos ou em uma leitura flutuante sobre o tema, que seria um aprofundamento paulatino de informações, uma imersão em impressões iniciais, que progrediriam em função das hipóteses emergentes. Em um segundo momento ocorre a formulação de hipóteses e objetivos e em um terceiro, a elaboração dos indicadores sobre os quais se apoiará a interpretação final.

Observamos que as proposições de Bardin são amplas e abertas a adaptações, em função dos objetivos das pesquisas.

De fato, as hipóteses não são sempre estabelecidas na pré-análise. Não é obrigatório ter um corpo de hipóteses como guia para proceder a análise. Algumas análises se fazem ‘às cegas’, sem idéias pré-concebidas. (Bardin, 1977, p. 97)

A partir desta afirmação, entendemos que Bardin e Kauffmann possam ter alguns pontos de vista em comum.

Blanchet e Gotman (2007) sugerem que a elaboração de um roteiro de entrevistas é o primeiro passo da transformação das hipóteses de pesquisa em indicadores concretos. O plano de entrevista seria, então, a interface do trabalho de conceitualização da pesquisa com o campo. Os autores indicam que a execução de uma entrevista exploratória é importante nesse processo, pois a questão de partida colocada ao entrevistado permitirá precisar os operadores e os indicadores mais adequados para a elaboração do roteiro. E ainda sublinham que esse tipo de entrevista, pouco estruturada, visa desempenhar um primeiro confronto de sentidos entre o entrevistador e o entrevistado, uma familiarização com o vocabulário e os códigos verbais. Essa etapa de experimentação de entrevista contém dois elementos: uma instrução inicial e a pré-figuração de eixos temáticos.

Esse tipo de entrevista supõe a constituição de uma instrução inicial definidora do tema a ser colocado ao entrevistado, a *consigne initiale*.

A ‘*consigne initiale*’ inaugura toda a entrevista da pesquisa, ela deve ser clara, não-contraditória com o contrato inicial e mais precisa do que este último, quanto ao objeto de demanda. Essa instrução inaugural dá ao entrevistado o contexto temático e a lógica da entrevista. (Blanchet e Gotman, 2007, p. 78)

Após esse procedimento, são estabelecidas as séries de temas a serem explorados ao longo da entrevista, ou seja, os eixos temáticos. Esses eixos desdobram-se em operadores e em indicadores, e esses últimos seriam os fatos concretos, as pistas a serem utilizadas.

No domínio da análise do material das entrevistas, Blanchet e Gotman (2007) ponderam que a entrevista não fala por si mesma e, portanto, é preciso efetuar uma operação essencial denominada análise de discurso, entendendo essa análise como “uma produção de um locutor em toda a situação de interlocução.” (p. 89) Os autores fazem a distinção entre a análise de discurso e a análise de conteúdo: esta última seria um sub-conjunto da primeira. Sendo assim, sublinhamos a definição dos autores que melhor se encaixa nos propósitos de nossa pesquisa:

A análise de discurso concerne à análise de todos os componentes da linguagem e recobre essencialmente, dois tipos de abordagens: de uma parte as análises lingüísticas que estudam e comparam as estruturas formais da linguagem; e de outra parte, as análises de conteúdo que estudam e comparam o sentido dos discursos, com o objetivo de estabelecer os sistemas de representações veiculados por estes discursos. (Blanchet e Gotman, 2007, p. 89)

De acordo com esses autores, a análise de conteúdo é a mais utilizada em pesquisas nos campos da Sociologia e da Psicologia Social. Seguindo uma hierarquia formal, o primeiro passo da análise de conteúdo é o procedimento de análise de entrevista por entrevista. Cada entrevista é confrontada com a lógica referencial descrita pelas hipóteses de partida. Nesse ponto, fragmentos do discurso, portadores de significado, são delimitados como unidades de decupagem que os representam. Este modo de decupagem varia de entrevista para entrevista. Em seqüência, os temas são identificados e é construída uma grade de análise temática. Essa grade de análise, como o roteiro de entrevista, deve ser hierarquizada em temas principais e em temas secundários, que serão os instrumentos de produção dos resultados.

Análise de conteúdo é um termo que Kauffmann (2007) prefere evitar em seu aporte metodológico, substituindo-o pela noção de construção do objeto. Essa abordagem, de acordo com o autor, exige um *savoir-faire* do pesquisador e uma boa capacidade analítica e reflexiva, de acordo com o autor, pois ela se baseia em

um ir e vir entre fatos e hipóteses, sendo que essas últimas se reformulam continuamente, até que o objeto possa aparecer como construído.

Ao invés da utilização de grades temáticas para a análise do material, o autor propõe várias escutas das fitas gravadas, antes de transformá-las em texto. A respeito disso, Kauffmann afirma: “a escuta oral é bem mais viva, permite um acesso mais direto à emoção e um mergulho mais profundo na história de vida (...) “É assim que são amalgamadas as categorias conceituais da pesquisa...” (p.7-8) A proposta é a de que o objeto vai sendo construído aos poucos nesse ir e vir entre hipóteses e dados.

Para organizar o material, o autor propõe a execução de fichas, para cada entrevista uma ficha, na qual ele privilegia uma ou algumas frases recolhidas na fase de escuta. Cada uma dessas fichas é dividida em duas partes: além das frases que chamaram sua atenção e que ele sugere que se situem na parte superior, Kauffmann tece comentários e interpretações na parte inferior, separada por um traço. Na organização dessas fichas, observamos um mecanismo de inversão teórica: o autor inverte a ordem clássica, em um primeiro plano encontra-se o material, a frase, depois, a hipótese reformulada. Dessa forma, a hierarquia de procedimentos é rompida, para que a história contada possa ser continuamente reformulada e religada aos fatos.

Assim como Kauffmann (2007), Blanchet e Gotman (2007), Ramos desenvolve pesquisas baseadas na perspectiva compreensiva. Destacamos, pela afinidade com o nosso tema, a sua pesquisa (Ramos, 2002) sobre a coabitação intergeracional, vivida entre pais e filhos adultos. Para construir seu objeto de investigação, a autora baseou-se na análise de 50 entrevistas, por ela denominadas de semi-diretivas<sup>15</sup>. Desenvolveu sua pesquisa no universo de estudantes com idades entre 19 e 27 anos, residentes na casa dos pais, de onde nunca haviam saído para viver em outro local. Esses entrevistados viviam em Paris ou na área metropolitana de Paris, e pertenciam a uma classe social relativamente homogênea. Ramos estabeleceu como questão de partida para a referida pesquisa, a indagação sobre a maneira como o jovem adulto constrói a sua casa na casa dos pais e como se define nessa relação entre a dependência e o desejo de autonomia.

---

<sup>15</sup> Kauffmann (2007) também denomina dessa forma as suas entrevistas, ao contrário de Blanchet e Gotman (2007), que as designam como pouco estruturadas. Portanto, dentro do campo de orientação compreensiva, encontramos variações.

Ramos, da mesma forma que Kauffmann, relata que suas hipóteses nasceram com a escuta e a leitura das entrevistas e o corpo da pesquisa transformou-se em objeto teórico, ao término do processo de análise. E, também como o segundo reitera que essa abordagem supõe um *savoir-faire* do pesquisador, calcado em uma prática de trabalho que leva em conta o constante vai-e-vem entre fatos e hipóteses. Este movimento contínuo propicia a reformulação das hipóteses de partida e a construção final do objeto.

Refletindo sobre as visões metodológicas expostas nestas apreciações, acreditamos poder edificar pontes suficientes para a construção de nosso objeto de investigação, progressivamente, até o fim desta jornada.

## 5.2

### Sujeitos

Para atingir nossos objetivos, estabelecemos como sujeitos da pesquisa famílias dos estratos sociais médio e médio alto, residentes no Rio de Janeiro, cujos membros a serem entrevistados, pais e filhos adultos, sejam coabitantes. Como critério de características individuais dos participantes, optamos por definir *a priori* somente o perfil dos filhos adultos. Eles deveriam ser solteiros, graduados em nível universitário, estar trabalhando e ter idade superior a 26 anos. Nossos sujeitos são 8 famílias, compostas por 7 mães, 1 pai, 4 filhos e 4 filhas.

Nossos entrevistados compõem uma amostra não-probabilística de conveniência, o que faz com que os dados colhidos não possam ser generalizados para a totalidade da população, sobre a qual incide o tema da pesquisa. Acrescentamos que, em virtude do tamanho e da natureza da amostra, a pesquisa pretende ser exploratória, e os dados colhidos serão representativos de um pequeno segmento de nosso objeto de estudo.

As famílias foram selecionadas a partir do perfil dos filhos, como já dito, e através de indicações geradas pelos próprios entrevistados, *snowball sampling*.

### 5.3

#### Coleta de dados

Como instrumento de pesquisa, adotaremos o conceito de entrevista semi-diretiva, elaborada de acordo com as proposições de Kauffmann (2007) e Ramos (2002), isto é, com a participação ativa do pesquisador, de forma livre e descontraída, de modo a permitir que a empatia abra as portas do mundo dos entrevistados. Quanto à afinidade com o campo de estudos, apregoada por esses autores, reiteramos que a presente investigação iniciou-se no ano de 1998, prosseguindo até os dias atuais de forma ininterrupta. Ao lado disso, a nossa experiência na clínica com família de adultos permite-nos olhar para essa relação com “familiaridade”.

Quanto ao plano de entrevista, seguiremos as orientações de Blanchet e Gotman (2007), que afirmam ser o mesmo, a interface do trabalho de conceitualização da pesquisa com o campo. Dessa forma, para elaborar um roteiro adequado aos objetivos da pesquisa, executamos as entrevistas exploratórias. A questão de partida<sup>16</sup> colocada aos entrevistados tornou mais precisos os operadores e os indicadores para a elaboração do roteiro final. Esse tipo de entrevista visou desempenhar um primeiro confronto de sentidos entre o entrevistador e os entrevistados, proporcionando uma familiarização com seu vocabulário e seus códigos verbais.

Sendo assim, realizamos seis entrevistas exploratórias, com duas famílias franco-brasileiras, escolhidas de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, pais e filhos adultos coabitantes. As entrevistas foram realizadas na cidade de Paris. Em um primeiro momento foi entrevistada, separadamente, a mãe e, após, o filho. Em uma segunda etapa, foi construído um novo roteiro de entrevistas, baseado nos temas repetitivos e ou contraditórios das duas anteriores e apresentado à mãe e ao filho em conjunto.

O objetivo da realização dessa segunda etapa foi o de introduzir os temas através dos indicadores e estimular a fala interativa entre mãe e filho. Esses temas foram obtidos através da análise da cada um dos discursos dos entrevistados, assim como foram eles comparados entre si, em um procedimento intertextual. Com a posse desses temas de análise, construímos um novo roteiro e, em

---

<sup>16</sup> Anexo 1



consequência, cada uma das famílias entrevistadas se deparou com um roteiro diferenciado e original, calcado em sua própria narrativa.

Dessa forma, utilizando o procedimento de uma entrevista interativa, acreditamos poder melhor compreender essas narrações, observando as singularidades, as possíveis afirmações ou contradições que poderão se repetir em outros contextos familiares e, sobretudo, abordar e estimular os sentimentos advindos das repercussões da fala de um ao outro. Essa justaposição de falas, possível em função da situação interativa, nos abrirá um caminho reflexivo mais coerente com o nosso objetivo de investigar a relação entre pais e filhos adultos coabitantes, uma interação que é vivida no ambiente doméstico familiar.

A execução das entrevistas exploratórias nos apontou a eficácia de alguns indicadores e a insuficiência de outros. Nesse ponto, entendemos que a singularidade de cada família possa determinar que um mesmo indicador seja útil para uma e impróprio para outra. Isso não impede que todos os indicadores possam ser mencionados, o seu aprofundamento e rastreamento é que vai depender da repercussão obtida e da intuição do entrevistador.

Ainda constatamos que diante de uma pergunta mais aberta ou mais abstrata, a tendência é a de obtermos uma resposta mais concisa e generalista. Ao passo que, quando um indicador concreto é colocado, as respostas tendem a ser mais objetivas, detalhadas, suscetíveis ao aprofundamento desejado e a liberarem expressões de sentimentos concomitantes.

Também, observamos que as entrevistas com as mães, sempre as primeiras, foram menos ricas em material e aprofundamento dos indicadores que a dos filhos, que as sucediam. Entendemos que na entrevista com os jovens adultos já dispúnhamos de alguma familiaridade com os códigos da família, como também já conhecíamos a potencialidade de alguns temas a serem explorados. Após algumas reflexões sobre a ordem das entrevistas, concluímos que a segunda, sempre, portaria uma virtualidade de aprofundamento maior em relação à anterior. A troca na seqüência não significaria uma mudança dessa realidade e, no entanto, inferimos que a alternância dessas etapas poderia melhor calibrar a nossa atuação como entrevistador.

A partir dessa experiência exploratória, os indicadores da pesquisa da tese foram definidos da seguinte forma: 1) A lista de compras; 2) Refeições durante a

semana; 3) Refeições no fim de semana; 4) O pagamento das contas da casa; 5) Presença dos namorados/as na casa; 6) O quarto do filho(a) e a sala da casa. Estes são os elementos concretos que, como sustenta a orientação compreensiva, possibilitarão a compreensão de como o indivíduo dá sentido às suas ações, às suas relações e a forma como vivem essas relações. Acrescentamos a esse rol de possibilidades a manifestação de sentimentos vividos na interação, que no nosso entender se integram, se amalgamam, a essas ações cotidianas. Dessa forma, será possível expor as diversas versões para um mesmo fato ou atitude, algumas delas contraditórias entre si e, entretanto, todas dotadas de verdades parciais.

A pesquisa abarcou um universo de oito famílias, em entrevistas gravadas com a permissão dos entrevistados, perfazendo um total de 24 entrevistas e cerca de 32 horas de gravação. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais, previamente escolhidos pelos entrevistados, que variaram desde a residência das famílias, ou a seus espaços de trabalho, até locais como restaurantes e cafés – estes últimos, selecionados pelos nossos falantes em razão de suas rotinas de trabalho. Os depoimentos foram colhidos em três momentos diferenciados para cada uma das famílias. Foi realizado um encontro com um representante do casal parental, ou seja, entrevistamos ou o pai ou a mãe; depois ouvimos o filho ou a filha – não necessariamente nessa ordem – e, finalmente, ocorreu a entrevista interativa entre o pai ou a mãe e o filho ou a filha.

Todo o material em áudio dos entrevistados foi submetido a uma escuta atenta e transcrito na íntegra pela entrevistadora, lido e relido diversas vezes. A análise dos dados das entrevistas dividiu-se em dois momentos. No primeiro, foram analisados os textos provenientes das entrevistas individuais, identificados os fragmentos de discursos portadores de significado e, em seqüência, foram constituídos os temas iniciais. Após esse procedimento, foi construído o roteiro da entrevista interativa.

O segundo momento da análise de dados diz respeito ao exame do texto interativo, no qual foram demarcados os fragmentos de discursos significativos que deram origem aos temas de análise. Em seguida, procedemos ao cruzamento desses temas entre todos os textos interativos e, a partir dessa ação, chegamos aos temas principais de análise, que se desdobraram em subtemas. Esse conjunto de

temas passou pelo processo progressivo de vai-e-vem entre si, reformulando-se e norteando-nos na busca da construção de nosso objeto de investigação.

#### 5.4

#### Apresentação das famílias<sup>17</sup>

Famílias	Pai	Mãe	Filho(a)
A		<b>Alice</b> 55 anos, divorciada, administradora, dona de casa	<b>Amanda</b> 29 anos, jornalista
B		<b>Berenice</b> 59 anos, divorciada, economista	<b>Breno</b> 30 anos, advogado, funcionário público
C	Carlos 58 anos, economista	<b>Cláudia</b> 59 anos, psicóloga, dona de casa	<b>Caio</b> 29 anos, médico
D	Denis 54 anos, engenheiro	<b>Doris</b> 51 anos, analista de sistemas	<b>Diana</b> 26 anos, engenheira
E	Elton 60 anos, administrador	<b>Eva</b> 60 anos, professora aposentada	<b>Elisa</b> 32 anos, psicóloga
F	Frederico 58 anos, engenheiro	<b>Flávia</b> 56 anos, professora, dona de casa	<b>Filipe</b> 30 anos, comunicação, produção cultural
G	<b>Gilberto</b> 59 anos, engenheiro	Gilda 61 anos, engenheira	<b>Gabriela</b> 31 anos, publicitária, professora de inglês
H		<b>Helena</b> 59 anos, divorciada, médica, aposentada	<b>Henrique</b> 30 anos, Advogado, funcionário público

Diante da decisão de entrevistarmos somente um representante do casal parental, defrontamo-nos com o fato da presença esmagadora de mães em nosso conjunto de entrevistados, o que reforça a visão do lugar ocupado por elas na estrutura familiar brasileira de estrato social médio e médio alto. Parece notório que elas estejam sempre à frente e disponíveis para tratar de assuntos referentes a seus filhos. Somente um pai explicitou a intenção de participar da pesquisa. Dessa

<sup>17</sup> Os nomes em negrito referem-se aos membros da família entrevistados

forma, nossa investigação contou com sete mães, um pai, quatro filhos e quatro filhas, todos coabitantes.

A família A é composta por Alice, mãe, 55 anos, administradora de formação e dona de casa há 11 anos. Divorciada há 27 anos do primeiro casamento com o pai de Amanda e recasada há 14 anos com Antônio, 58 anos, médico, divorciado. Amanda, 29 anos, filha única de Alice, é solteira, jornalista, trabalha em uma grande empresa nacional e namora há 3 anos André, 30 anos, solteiro, advogado, que mora com a mãe.

A família B é constituída por Berenice, mãe, 59 anos, economista aposentada, trabalha como assistente financeiro de uma confecção de roupas femininas. Divorciada há 12 anos, Berenice é mãe de três filhos com o ex-marido: as duas filhas mais velhas já saíram de casa e moram com seus companheiros. Breno reside com Berenice, tem 30 anos, é solteiro, advogado e funcionário público federal e namora Bianca há 1 ano.

A família C conta com Cláudia, 59 anos, psicóloga de formação (nunca exerceu a profissão) casada com Carlos há 34 anos. Este é economista, tem 58 anos e trabalha em uma empresa multinacional. O casal tem três filhos, Carlos Jr. e Cristiano, gêmeos, os quais moram sozinhos desde que retornaram ao país, após um período de estudos de pós-graduação no exterior, além de Caio, o filho mais novo, que tem 29 anos, é médico residente e mora com os pais.

A família D é formada por Denis, Doris, Diana e Daniel. Denis é engenheiro civil, trabalha em sua própria empresa, tem 54 anos e é casado com Doris há 28 anos. Doris, 51 anos, é analista de sistemas e trabalha em uma empresa estatal. Daniel é o filho mais novo do casal, solteiro, tem 23 anos e mora no exterior, onde termina sua graduação universitária; ele visita a família duas vezes por ano, durante as férias escolares. Diana tem 26 anos, é solteira, engenheira, trabalha como consultora do mercado financeiro em um banco de investimentos e, atualmente, está sem namorado. Morou sozinha durante seis meses no exterior, período de uma pós-graduação, e reside com os pais no momento.

Na família E, todos os membros são coabitantes. Elton, pai, 60 anos, administrador de formação e funcionário público estadual. Eva, mãe, 60 anos, professora de literatura aposentada, dá aulas de português duas vezes por semana

em um curso de línguas. Elisa, a filha mais velha do casal, tem 32 anos, é psicóloga, trabalha em consultório clínico próprio e dá aulas de psicopedagogia em uma faculdade da rede de ensino privada. Eduardo tem 28 anos, é museólogo, faz uma nova graduação em Ciências Contábeis e é estagiário de uma pequena empresa.

A família F é constituída por Frederico, pai, 58 anos, engenheiro, trabalha em uma empresa estatal e é casado com Flávia há 34 anos. Flávia, 56 anos, professora de português de formação, trabalhou como tradutora e, atualmente, é dona de casa. O casal tem dois filhos: Fabrício, 31 anos, advogado, mora com a namorada há 1 ano e Filipe, 30 anos, graduado em Comunicação Social, trabalha como produtor cultural, mora com os pais e, no momento, não tem namorada.

Na família G, Gilberto, Gilda e Gabriela residem juntos e Giovana saiu de casa recentemente para casar. Gilberto, pai, 59 anos, engenheiro civil e Gilda, mãe, 61 anos, engenheira civil são casados há 36 anos e trabalham juntos em uma empresa própria. Gabriela, a filha mais velha, solteira, 31 anos, é formada em publicidade e, atualmente, dá aulas de inglês em um curso de línguas, além de estudar para um concurso público que deverá ocorrer no final de 2008. Gabriela saiu de casa há 3 anos para morar sozinha: entretanto, foi demitida do emprego e voltou para a casa dos pais a fim de reformular sua vida profissional. Giovana, a outra filha, é casada, tem 29 anos e é arquiteta.

Finalmente, apresentamos a família H, composta por Helena, Heloísa e Henrique. Helena, a mãe, tem 59 anos, é médica, aposentada recentemente e divorciada há 21 anos do pai de seus filhos. Heloísa, a filha mais velha, é solteira, tem 31 anos, graduou-se em Comunicação Social, não trabalha no momento e estuda para um concurso público. Henrique, 30 anos, advogado, é funcionário público estadual e não tem namorada.

À guisa de conclusão desse subitem, teceremos comentários breves e mais gerais acerca das famílias entrevistadas. Dentre as oito famílias entrevistadas, somente a D e a H contam com uma empregada doméstica, que executa todos os serviços da casa ao longo de todos os dias da semana. As outras recorrem aos serviços de diaristas, que trabalham em suas casas duas vezes por semana, em média.

A única família intacta, com o formato original, é a família E. A família A é a única na qual houve recasamento. Nas famílias B e H houve divórcio dos pais e, no entanto, as mães não recasaram. As famílias que mantêm o subsistema dos filhos intacto são a A, a E e a H, as outras já viveram a saída de outros filhos.

As famílias D e G têm a experiência da saída temporária dos filhos, a D para estudos no exterior e com possibilidade de retorno: a G, diferentemente, foi uma saída negociada entre pais e filha: esta já era independente financeiramente e objetivava conquistas pessoais.

A única representante dos filhos em situação de dependência financeira relativa dos pais é Gabriela. Esta refere-se ao trabalho como professora de inglês em meio período como apenas uma forma de não precisar de fato da ajuda financeira deles. No entanto, precisa do suporte dos pais para a compra de alguns livros importados, necessários à sua preparação para as provas do concurso público e para os deslocamentos a Brasília, também em função das provas.

Todos os pais trabalham, nenhum optou pela aposentadoria até o momento. Por outro lado, dentre as mães aposentadas, somente Berenice trabalha regularmente com emprego fixo. Eva, professora aposentada, dá aulas eventualmente e não conta com uma fonte de renda regular proveniente desse trabalho. Já Helena, de acordo com seu relato, vive a depressão da aposentadoria recente, declara estar dividida diante da possibilidade de conseguir um emprego alternativo ou adaptar-se às perdas financeiras da aposentadoria. Alice e Cláudia são donas de casa assumidas e parecem gostar de serem chamadas de coronel pela família. Já Flávia aponta que gostaria de se aposentar das funções ligadas às tarefas de casa, embora encontre dificuldades, tanto pela falta de apoio do marido e do filho, quanto pelas atitudes contraditórias que fazem parte de seu discurso.

No universo dos filhos, a questão do trabalho atual que realizam se mostra bastante variável. No caso de Amanda e Henrique, estes o vêem como objeto de frustração, no caso da primeira, e de acomodação, no do segundo. Ambos trabalham em condições de estabilidade e, no entanto, não se sentem satisfeitos com o que produzem. Para Breno, Caio, Elisa e Filipe, suas carreiras e trabalhos fluem de forma satisfatória, e encaram a “batalha” por dias melhores. Diana lida com a instabilidade do mercado financeiro, tem receio de assumir compromissos que envolvam despesas a longo prazo, apesar de ter um ótimo salário, de acordo

com sua narração. Gabriela dedica-se com muito empenho aos preparativos de uma nova carreira e reclama da tensão e da competição dos ambientes ligados ao concurso: ao lado disso, ressalta a expectativa dos pais em relação ao seu futuro profissional como fonte de estresse.

## 5.5

### **Análise das entrevistas**

Dos discursos dos entrevistados emergiram os seguintes temas para análise e discussão: ajustes cotidianos na convivência, o jogo interativo, duas lógicas em ação e o sentido de ser família.

#### 5.5.1

### **Ajustes cotidianos na convivência**

Nas famílias por nós entrevistadas, observamos que as regras parentais são, de uma forma mais ampla, reformuladas constantemente em razão das demandas de cada uma das gerações. São reatualizações necessárias para o prosseguimento da vida em família. Os pais, de início, instituem as ordens relativas ao espaço físico de convivência, assim como o fazem em relação ao tempo, ou seja, o ritmo de vida dos membros da família, o controle sobre as saídas dos filhos, etc. Cada família dispõe de suas próprias estratégias de manutenção dessas ordens: em geral, o apelo a essas disposições é desempenhado pelos pais, podendo, no entanto, ser também evocado por avós, empregados, filhos com funções parentais e ainda outros. Esses apelos à ordem podem variar de simples lembranças anunciadas oralmente, bilhetes, e-mails, ou podem adquirir um *status* de cobrança, ou, ainda, repreensões com forte tendência ao atrito e ao conflito.<sup>18</sup>

As normas domésticas aparecem como regras parentais, mas são, sobretudo, instituídas pelas mães. Sendo assim, a ordem de organização da vida cotidiana que impera na casa é a ordem materna. As normas iniciais são tomadas

---

<sup>18</sup> O uso dos termos atrito e conflito, nesse momento do texto, baseia-se nas visões dos mesmos pelos nossos entrevistados. Atrito é percebido como uma divergência natural na relação, quando há discordância; conflito é entendido como uma ausência de consenso mais séria, um desentendimento.

como referência imperativa na convivência e incluem em sua noção, a idéia do oposto, ou seja, a desordem. A partir da desordem são fixadas as normas de utilização dos espaços comuns e pessoais da casa, baseadas na noção de ordem da mãe. Essas ordens iniciais da mãe, quando são endossadas pelo pai, se mostram como regras com forte capacidade de serem obedecidas e cumpridas pelos filhos.

Acrescentamos que, no caso do prolongamento da convivência familiar, deparamos com uma coabitação baseada em contatos mais reduzidos entre pais e filhos. Em nossa pesquisa, todos os filhos entrevistados trabalham a saber: saem de manhã e retornam à noite. Portanto o tempo é uma dimensão importante nesta análise.

Esse primeiro tema desdobrou-se nos seguintes subtemas: as regras que são cumpridas; rupturas e elasticidade das regras; acordos, negociações e reformulações.

### **. As regras que são cumpridas**

“Aqui tem uma espécie de lei, a gente avisa um para o outro quando sai e dá uma idéia da hora em que vai voltar, todos fazemos isso ... Outra coisa é se for fazer alguma coisa na cozinha tem que lavar o que usou e não deixar nada sujo na pia para lavar depois.” (Flávia)

“Por exemplo, ninguém deixa prato sujo na mesa, não precisa lavar porque tem a máquina, mas tem que deixar dentro da pia, e as toalhas de banho todos estendem na área de serviço.” (Cláudia)

O apelo à ordem é, portanto, uma constante afirmação do poder dos pais sobre os espaços da casa. Ele funciona como uma tentativa de conservar os lugares coletivos, de validá-los como um direito de todos, mas, também, como uma reafirmação da ordem parental sobre esses espaços.

“Ela é organizada, eu também sou assim, então é tranquilo, eu procuro me lembrar sempre das coisas, por exemplo, tomo o meu café, leio o jornal e deixo ele direitinho do jeito que ela gosta.” (Breno)

O jeito de dobrar o jornal é apontado por Breno como uma exigência da mãe, embora não tenha a lembrança de ter ouvido essa imposição da parte dela. Berenice, da mesma maneira, não identifica essa origem e inclusive tece um



comentário a esse respeito, de que “tem coisas que não precisam ser faladas, o importante é que a gente se lembra do outro.” Existe uma paisagem relacional plena de silêncios, pausas e noções claras do que deve ser feito. São as regras da interação (Kauffmann, 1992), que se estruturam nas trocas e se reforçam na rotina.

“Eu vejo na casa dos meus amigos coisas como: cheguei e não tinha nada para comer, porque alguém comeu... aqui existe um respeito a isso, há um respeito natural quanto a isso, a gente pergunta sempre se pode comer, se falta alguém para comer.” (Elisa)

Para Elisa, essa ordem se tornou “natural”: ela a sublinha como o direito de todos à igualdade de tratamento na convivência. É uma regra inquestionável, um imperativo familiar, que funciona entre os irmãos mesmo na ausência dos pais. Eva, sua mãe, aponta: “Não sei dizer como começou isso, é difícil dizer.” Também, para a dupla Flávia e Filipe aparece uma não consciência em relação à regra básica de avisar um ao outro que vão sair e dar uma idéia da hora que vão voltar. Diante da indagação de como combinaram isso, disseram: “Foi sempre assim”.

Acreditamos que a dificuldade em responder a uma pergunta referente à origem desse comportamento se deva ao trabalho da rotinização nas interações entre esses membros da família. As palavras e os comportamentos parecem constituir um terreno relacional, inscrito na repetição do dia-a-dia. Esse fato, segundo Berger e Luckmann (1966), se deve à internalização primária da realidade.

Essa internalização requer uma manutenção constante ao longo da vida cotidiana. Manutenção que se sustenta na rotina da vida de todos os dias e é mantida na consciência pelas narrativas, dentro e fora do ambiente familiar. Ela é reafirmada constantemente na interação com o outro, sobretudo com o outro significativo, ou seja, os pais. E a forma mais importante de manutenção da realidade é a conversação: por meio dela a realidade é mantida, modificada e reconstruída.

Na presença dos pais, Filipe cumpre a norma de lavar a louça. Entretanto, quando os pais viajam, ele cria suas próprias regras, junta a louça do dia na pia e lava no dia seguinte. “Vou juntando tudo e depois lavo”. Diana raramente faz uma

refeição em casa, argumentando que nesses momentos os pais aproveitam para falar de assuntos desagradáveis, de cobranças e, portanto, ela os evita. “Quando meus pais viajam, eu peço comida no restaurante e durmo na sala até de madrugada.” Dessa forma, extrapola os limites de seu espaço físico na casa, o quarto, e se apossa do espaço comum, que na presença dos pais é regulado de acordo com a ordem dos mesmos.

O afastamento dos pais permite o exercício de um ganho maior de espaço de manobra, sem ameaçar o equilíbrio da relação. Nesse sentido, concordamos com Ramos (2002), quando esta afirma que o filho adulto sempre está tentando ampliar seu círculo de ação e ganhar progressivamente mais independência e autonomia na relação, mesmo que essas ações sejam estratégias fora do âmbito relacional de fato. Entendemos que essa experimentação de burlar as regras dos pais seja um passo inicial para a reformulação das mesmas, para a negociação de novos acordos.

Por outro lado, Breno, mesmo na ausência da mãe, relata que cumpre todo o ritual de arrumação do seu quarto: “incorporei sair e deixar tudo direitinho, faço a minha cama e não deixo roupa jogada, gosto assim...” Essa atitude revela o peso desse imperativo familiar, embora possamos perceber que este seja menos rigoroso do que o seria na presença da mãe: “Se for fim de semana, deixo meio bagunçado quando saio para a praia, mas arrumo quando volto.”

Algumas regras parecem ter uma existência virtual. Vejamos a conversação de Elisa e Eva:

“Nunca houve uma cobrança real para se lavar a louça, foi realmente um hábito que não se criou... Você reclama que eu não faço nada, daí eu fui fazer o pudim diet, aí a frase foi: mas não lavou a louça... numa brincadeira eu disse que nunca fiz nada, não é só porque eu não gosto de fazer, mas porque não vem um reforço disso.” (Elisa)

“É verdade, a gente só comenta que não foi feito, mas nunca houve uma cobrança mesmo...” (Eva)

“Nunca exigiram da gente fazer as coisas de cozinha ....”(Elisa)

“Eu também não era exigida da minha mãe.” (Eva)

“Meu pai meio que assumiu essa função de lavar a louça da casa.” (Elisa)

“Ele se incomoda com a louça acumulada, eu não...” (Eva)

As regras de convivência do cotidiano são “*light*” para essa dupla de mãe e filha. As cobranças não são vistas como reais e efetivas, apenas insinuadas, como comentários, e não há um apelo claro à ordem. No entanto, essa falta de clareza não nos parece uma ausência de ordem e, sim, uma dificuldade real da relação. Percebemos isso quando Elisa declara que não faz coisas na cozinha por sentir a falta de um retorno, de um incentivo da parte da mãe. O reforço positivo e o encorajamento para prosseguir parecem constituir o terreno dos possíveis acordos a serem confirmados na relação, sob o ponto de vista de Elisa.

A mutualidade, a troca recíproca é esperada para um fluir interativo, sobretudo, no universo de adultos. No entanto, estamos atentos à questão singular que se mostra nessa relação, o desejo de parceria e de compartilhamento de Eva em relação à filha, que esbarra na rejeição desta última no que concerne aos serviços e à organização de suas vidas domésticas. Acreditamos que certas situações forjadas na infância e ancoradas nos hábitos impetrem aos filhos adultos uma situação de pouco investimento nas tarefas domésticas.

“A única cobrança mesmo efetiva que já houve, mas que também se perdeu, foi a de arrumar a cama... foi a única coisa que foi um esforço dela ...” (Elisa)

“Mas eu desisti, não adianta...” (Eva)

Há somente a repetição e não são esboçadas tentativas de negociação de novas posições. A relação pode se tornar uma presa de sua própria incapacidade de lidar com a rigidez dos padrões interacionais. Esse desengajamento é vivido em um ambiente de ambigüidade, de falta de clareza, no qual os envolvidos se sentem desmotivados para a busca de soluções.

Por outro lado, Elisa renomeia o controle da mãe em relação às suas saídas noturnas como um cuidado. Dessa forma, acolhe a preocupação da mãe e esmaece o tom reprovador de suas palavras quando chega à casa de manhã, após sair com amigos ou com o namorado: “Não sinto como cobrança é mais um cuidado mesmo.” O que depreendemos disso é a existência de um jogo de forças, em prol de tentativas de convivência mais calcadas na parceria, em um nivelamento de posições no qual a cobrança de fato parece ser inaceitável.

Acreditamos que tenha ocorrido a desconstrução da ordem original e um novo sentido tenha surgido a partir dessa redefinição. Eva reitera: “São coisas que

eu faço sempre, que é isso de cuidar, eles ligam para mim também quando eu demoro, eles se preocupam, é só para acalmar, não é controle.” Esse novo sentido comporta uma forma de mascarar o controle, inaceitável ou rejeitável nesse momento do ciclo vital. Reforçando isso, Minuchin (1974) nos fala de padrões interacionais que permanecem no *continuum* familiar de forma rígida, “como se fossem um piloto automático, como uma questão de acomodação mútua e de eficácia funcional”. (p. 57) Dessa maneira, não há uma flexibilidade na interação, necessária para a reformulação discutida.

Percebemos a dificuldade presente na voz de Flávia, quando apresenta a Filipe seus argumentos relativos aos gastos excessivos de energia da casa.

“Acho que tem a dificuldade natural, é de adulto para adulto, é bem mais difícil colocar as coisas ... ou a pessoa compreende ou não compreende, não tem como provocar uma situação forçada, a pessoa tem que ter essa consciência, se não tem, tem que esperar a hora que vai ter... vai viver se atritando? Qualquer discussão mais impositiva pode virar uma coisa mais séria...” (Flávia)

É bem possível que essa dificuldade em instituir uma ordem desejada também tenha a ver com o que Giddens (1999) diz das relações norteadas pelo igualitarismo. Essa ideologia não tolera a desigualdade de poder na relação.

Hoje, as relações não estão mais ancoradas na vida social e econômica, e sim, na sua própria capacidade de produzir satisfação de modo recíproco; ela existe por si mesma, e se algo vai mal entre os parceiros, este fato é suficiente para abalar a relação. (Giddens, 1999, p. 87)

Além disso, a premissa de que os membros da família desenvolvem, ao longo de sua convivência, um senso de “distância apropriada”, que devem manter um do outro, nos auxilia na compreensão desse relato. Percebe-se a indefinição de lugares na relação, o que dificulta a instauração de um jogo dinâmico de avanço e retrocesso, que representa um terreno fértil no que tange à manutenção de uma distância psicológica suficientemente correta, ou seja, nem muito próximos, nem muito distantes.

Por outro lado, Diana declara, de início, que em sua casa não existem regras. Entretanto, em outros momentos da narração interativa, encontramos indícios que nos levam a novas versões para essa afirmação. Por exemplo, Diana afirma que as regras da casa dependem do humor da mãe. Dessa forma, cobrar ou

não o cumprimento de determinada situação é decisão da última. Doris argumenta que a filha utiliza a casa como um hotel de luxo, sai de manhã cedo e volta na hora de dormir. Essa visão é relativizada por Diana, que diz preferir se ausentar a ter que ouvir as reclamações da mãe. Doris contra-argumenta, ressaltando que essas reclamações dizem respeito à falta de participação da filha no contexto da família. “Eu dou muito valor a sentar, comer junto, conversar e a vida dela não permite isso.” Essa é uma ordem colocada em questão pela mãe, um apelo de troca, que diz respeito à relação das duas.

Colapinto (1991) afirma que as regras familiares se estabelecem a partir da mutualidade desenvolvida na interação entre dois membros da família. O ajuste de interesses, ou seja, a complementaridade vem a ser o terreno dentro do qual elas se desenvolvem: dito de outra forma, quando um membro da família expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, criando assim, uma regulação na interação. Dessa forma, o comportamento de Diana, calcado na evitação de contato com a mãe, realça a relação de forças entre as duas e a impede de perceber o apelo da mãe. As regras da casa, nessa medida, seriam fluidas, em função do comprometimento da mutualidade, da incapacidade de um equilíbrio de trocas na dimensão relacional.

Uma regra que é uma “lei”, envolvendo Alice e Amanda, é a lavagem das peças de roupas íntimas. Alice revela que o momento no qual instituiu e direcionou tal comportamento à Amanda, o início da adolescência, está presente de forma bastante clara em sua lembrança. Desde então há o respeito a essa ordem, quebrada somente por Alice quando Amanda, por distração, esquece a peça no local de lavagem. Alice lava e diz que o faz sem o sentimento de peso do ter que suprir a falha da filha. Aliás, Alice faz quase tudo para Amanda: “Ela é o ‘coronel’ da casa, cuida de tudo, faz tudo, é responsável por tudo, eu e o Álvaro (padrasto), a gente demora, pensa, ela não, resolve logo.” Dessa maneira, a lei de Alice é rompida por ela mesma.

Assim, as regras parentais gerem a coabitação e conduzem a vida doméstica da família. Essas regras podem ser explícitas, mais ou menos explícitas ou não-explícitas. O conhecimento das mesmas e de suas variações é uma conquista da relação, ao longo da sua história. Os nossos entrevistados em muitos momentos relatam: “eu sei que tenho que fazer” ou “ele ou ela sabe o que tem que

fazer”, o que aponta para o respeito a uma ordem que não é enunciada explicitamente, ou o é mais ou menos explicitamente, em razão de seu conhecimento prévio.

Quando Flávia vai para a cozinha preparar o almoço em um fim de semana, espera que Filipe, considerado pela família um ótimo cozinheiro, se apresente para ajudá-la.

“Acho que não preciso dizer com todas as letras, ele deveria saber, se tocar: eu falo, mas eu tenho dúvida se falo ou se penso.” (Flávia)

“Ela fala?” (Pesquisadora)

“Para dentro (risos). Eu fico esperando, porque não sei o que fazer.” (Filipe)

Esse contexto de indefinição pode ser paralisante. Watzlawick (1967) destaca a comunicação como um processo de interação e sublinha a importância das linguagens analógica e digital no contexto interacional. A tradução do material analógico para o digital e vice-versa pode ser sempre fonte de desacordos. Ao digitalizar, o indivíduo procede de acordo com a sua concepção da natureza da relação, o que pode não coincidir com a do outro. A comunicação analógica ou não-verbal tem como ponto central, segundo o autor, o aspecto de acentuar e definir a natureza da relação. Nesse sentido, a conversação de Flávia e Filipe aponta para um campo de injunções contraditórias que acentuam o terreno de ambigüidades, do “não saber o que fazer” e o “não saber se falou ou pensou”.

Nessa medida, as incoerências, as mudanças bruscas de assunto, as tangencializações, as frases incompletas, o estilo obscuro, as interpretações literais de metáforas remetem às conversações que se passam nos diferentes redutos da vida doméstica. As injunções contraditórias são habituais na vida cotidiana e no viver contemporâneo. A grande diferença entre ela e a injunção paradoxal reside no fato de que uma escolha lógica ou uma solução para sair de sua esfera é totalmente possível, ao contrário da última, na qual ocorre a falência da própria escolha.

As regras familiares se constituem a partir da dinâmica desenvolvida na interação. O ajuste de interesses vem a ser o fundo no qual elas se desenvolvem. Assim, no momento em que um desses membros expressa um aspecto de si

próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, instituindo um equilíbrio na esfera interativa. Como nos diz Minuchin (1974), a estrutura familiar é um conjunto invisível de exigências funcionais, ou seja, um universo de regras que organiza as maneiras pelas quais os membros da família interagem. As regras dizem respeito às expectativas mútuas de membros específicos da família. Estas expectativas se fundam nos contratos originais da família, porém podem ser esquecidas ou não explicitadas, ou, ainda, podem estar constantemente sendo negociadas.

### **. Rupturas e elasticidade das regras**

As ordens ou os apelos à ordem são imposições dos pais ou como vimos acima, das mães. Tomam a forma de um dever a ser cumprido que se impõe de forma simples e, às vezes, indubitável. Para Kauffmann (1992), essa atitude é uma injunção, uma evidência que leva à ação e que é socialmente construída. “A injunção perfeita é sedimentada fora do pensamento, nos automatismos adquiridos, ela é o resultado de uma história social complexa e concretizada na herança dos gestos do indivíduo.” (p. 18) No entanto, é justamente a consciência desse sentimento de um dever a cumprir que, paradoxalmente, inicia seu enfraquecimento. Em outras palavras, a injunção é silenciosa e invisível e a sua visibilidade a torna suscetível ao questionamento. Quando essa tomada de consciência é possível, as tarefas domésticas se apresentam como desagradáveis ou objeto de rejeição. O esforço para levar adiante a execução de tais tarefas parece se apoiar na interação, no grau que essas referências incitam ao dever de agir.

As normas consideradas injustas pelos filhos são explicitadas nos seguintes depoimentos:

“Argumento com eles como é injusto reclamar que chego tarde durante a semana, eu acordo na hora e vou trabalhar.” (Caio)

“Quando eu tiver a minha casa vai ser limpeza zero no fim de semana, nada do exagero da minha mãe, só vou relaxar no fim de semana.” (Breno)

“Não faz sentido eu dizer tudo que eu vou fazer para eles.” (Gabriela)

Assim, a consciência de que o espaço da casa é parental parece ser suficiente para a aceitação das regras, como forma de evitar desequilíbrios na relação. Entretanto, essa aceitação não condena ao silêncio, não impede o direito de expressar o incômodo diante de certas imposições dos pais. A possibilidade de viver uma relação mais simétrica parece habitar os imaginários desses filhos, pois ela representa a condição de um ganho maior de autonomia. Segundo Ramos (2002), quando os filhos adultos afirmam um direito igual àquele de seus pais, as regras parentais passam a apresentar um peso menor.

“O pai dele e eu, também, insistimos nos horários da semana, por uma questão de lembrá-lo que ele tem que se comprometer com o trabalho, com as obrigações, isso é de lei, ir trabalhar cansado pode atrapalhar.” (Cláudia)

“Quero saber para onde vai, com quem vai e a que horas volta, isso é errado? Só porque é adulta não tem mais que dar satisfações?” (Gil)

Caio e Gabriela não acatam essas ordens dos pais: o lado injusto das mesmas parece ser suficiente para a contestação. Essa atitude não encontra uma barreira sólida no contexto parental, embora não tenha sido mencionada nenhuma tentativa de ajuste desses interesses divergentes. A situação provoca incômodo na relação e permanece de forma rígida, sem perspectivas de acordo. Em suma, uma luta começa a ser travada quando a ordem se submete a uma análise crítica.

Por outro lado, Berenice não permite o confronto: “Eu gosto da casa limpa e organizada todos os dias e isso inclui o fim de semana, por que não?” O peso desse imperativo impele Breno à aceitação do mesmo e, assim, à decisão de manter a relação em equilíbrio: “A casa é dela, eu respeito isso.” Dessa maneira, o espaço de Berenice é preservado e o seu poder é confirmado, a despeito do sentimento de falta de equidade, proveniente de Breno. Apesar de questionar a legitimidade da ordem da mãe, percebendo-lhe a rigidez, ele se submete e se cala para evitar a possibilidade de conflito. A resistência à submissão, no entanto, acentua o sentimento de desgaste e de fragilização da relação.

Outras regras parentais são constantemente rompidas pelos filhos na convivência. Aquelas referentes à arrumação dos quartos, por exemplo, estão constantemente sujeitas aos jeitinhos.



“Eu sei que tenho que dar um jeito no meu quarto, mas acaba que eu não faço isso, faço muita bagunça, mas ela arruma para mim.” (Amanda)

“Aguentar a bagunça depende da minha fase. Quando está demais eu falo, se não arrumo ...Ela acorda muito cedo e sai, não me custa ajudar com isso.” (Alice)

A ordem inicial parece ter sido desconstruída por ambas, e talvez possamos dizer que a crítica e as novas necessidades da relação forneceram o material para um fazer reconstrutivo. No caso, Amanda se apóia na relação com a mãe para escapular de sua obrigação. Alice, por sua vez, coloca um acento mais igualitário na relação, embora o seu lado “coronel” possa aparecer, eventualmente, para cobrar a obrigação da filha.

“De vez em quando ele não arruma a cama... ele tenta enrolar se puder, joga a colcha por cima de qualquer jeito, joga as almofadas.” (Cláudia)

“Dia de semana eu acordo quase de madrugada, então... mas no final de semana eu faço.” (Caio)

“Primeiro lê jornal, toma banho, e a arrumação vai ficando para trás.” (Cláudia)

Acreditamos que esse jeitinho ou a “enrolação”, na definição de Cláudia, tenha a ver com uma atitude de experimentação na rotina, de ir além dos limites impostos pela mãe, ousar transgredir de uma forma leve e, assim, esticar o espaço em direção a um ponto maior de amplitude.

“E as roupas passadas quem guarda? É a mamãe... As blusas ficam dando sopa na sala uns 3 dia ...” (Eva)

“Em algum momento eu vou chegar e vou encontrar as roupas no meu quarto, eu fico na esperança que ela guarde no armário, mas nem sempre ela faz isso.” (Elisa)

Elisa sabe o que a mãe vai fazer, é só uma questão de saber esperar. Eva não sustenta a sua própria ordem, provavelmente por tê-la submetido a uma crítica prévia, nos termos de Kauffmann (1992), ou seja, o enfraquecimento da injunção diante da consciência. Com isso, Elisa aumenta a sua área de atuação.

“Avisar quando vai sair não é cumprido, a semana passada mesmo ele fez isso.” (Cláudia)

“Às vezes saio sem avisar e ela não reclama, às vezes extrapola.” (Caio)

“Não reclamo quando tenho uma idéia de onde você foi, conheço seus horários.”  
(Cláudia)

O controle de Cláudia sobre as saídas de Caio é visível, este destaca que se incomoda com isso e sua forma de protestar diante dessa atitude da mãe é não se submeter. Entretanto, Caio conhece seu território relacional e sabe que o não cumprimento da ordem não lhe traz consequências mais graves na relação e, portanto, a transgressão não significa ameaça.

“Eu arrumo a minha cama todos os dias.” (Felipe)

“Você arruma a cama, certo, mas deixa roupa suja no chão.” (Flávia)

Nesse caso, na visão de Flávia, Filipe cumpre pela metade a sua obrigação. Entendemos que acatar a ordem completa significa uma perda da possibilidade de ir mais além, de experimentar um ganho a mais, nessa relação de forças com a mãe.

Assim, percebemos, por um lado, a possibilidade, na relação, de se burlar e, por outro, a capacidade desta relação oferecer um espaço de rompimento de forma velada, atitudes complementares que proporcionam o espaço de troca. Filhos e pais constroem e são construídos por uma rede de normas, relativas aos pequenos momentos do cotidiano, calcada em tentativas e acomodações, que permitem o fluir relacional. De acordo com Minuchin (1993), o grau de flexibilidade das atitudes dos membros da família nos mostra a capacidade de mudança e, em consequência, a possibilidade de reconstrução de alguns padrões rígidos de interação. Os esgarçamentos, as rupturas e, também, a elasticidade das regras apontam para uma realidade em movimento, cada dia minimamente diferente.

Os discursos de nossos entrevistados nos levam a refletir sobre essa extraordinária capacidade de inventar, que habita o território da família de adultos.

“Não acho que tenha que dizer para onde eu vou e com quem eu vou.” (Gabriela)

“Não concordo, por isso saio e chego tarde quando tenho essa oportunidade.”  
(Caio)

Ambos quebram as normas dos pais, têm uma atitude de enfrentamento e, ao nosso olhar, o fazem com o consentimento velado dos pais. A partir da análise dos discursos desses últimos, percebemos que muitas atitudes atreladas à manutenção das regras podem ser percebidas como manifestações de características defensivas da função parental, assim como da responsabilização do espaço da casa. Em suma, a defesa de uma posição de poder e do uso diferenciado da autoridade representaria um “último suspiro” no universo relacional. No entanto, o aspecto poroso da relação alivia essa rigidez e constitui o terreno apropriado para as rupturas demandadas pelos filhos.

As embromações de Caio e Felipe revelam a elasticidade das regras e explicitam a experimentação dos filhos. No intuito de ganhar mais terreno, eles testam diferentes investidas e argumentações para esticar seus espaços pessoais. Os comentários das respectivas mães deixam claras as intenções dos filhos:

“Você arruma a cama, certo, mas deixa roupa suja no chão.” (Flávia)

“Ele tenta enrolar se puder, joga a colcha por cima de qualquer jeito, joga as almofadas...” (Cláudia)

Elisa, por seu turno, também utiliza os mesmos recursos: “Em algum momento eu vou chegar e vou encontrar as roupas no meu quarto, eu fico na esperança que ela guarde no armário, mas nem sempre ela faz isso.”

É como se fosse um jogo com as regras: são estratégias de apropriação do espaço e de afirmação de autonomia em relação a casa, e essas estratégias se dão em um campo de relação de forças, no qual cada geração defende suas áreas de ação. Para mudar esse quadro, constituído de lugares mais ou menos fixos, os filhos desenvolvem subterfúgios para atingir suas metas de independência na relação.

Também podemos observar o esgarçamento das regras em conjunto, pelas duas gerações, nas vozes de Amanda e Alice e de Elisa e Eva.

“Faço muita bagunça, mas ela arruma para mim.” (Amanda)

“Agora eu interiorizei: antes isso me tirava do sério, eu vou lá e arrumo.” (Alice)

“Quando eu tiro uma roupa do armário, eu tenho que passar, porque fica muito cheio e amassa, eu pego e vou passar, mas antes eu dou uma cantadinha: quem vai passar a roupa da filhinha? As vezes eu começo e ela termina.” (Elisa)

“Faço isso mesmo, tenho medo que ela queime a tábua.” (Eva)

O campo de avanços e recuos na dinâmica relacional constitui o jogar com as regras. Cada um vai até determinado ponto, observa, reconhece a área e atua, em prol de ganhar espaço em relação à ordem inicial. O passo de um indica a direção do passo do outro e, com isso, novas regras poderão vir a ser estabelecidas.

### **. Acordos, negociações e reformulações**

As ordens iniciais, para Strauss (1992), estão sujeitas regularmente a negociações ou fricções. O autor afirma que uma ordem social ou organizacional é uma ordem negociada. Ao utilizar o termo ordem social, Strauss se refere, em um sentido mais amplo, aos grupos (organizações, nações, sociedades, entre outros) que produzem condições estruturais nas quais as negociações de um tipo particular possam ocorrer. A negociação é concebida como uma relação complexa entre um processo de negociação cotidiano e um processo de avaliação periódico: este último estabelece os limites da negociação e alguns de seus direcionamentos. Os resultados da negociação (acordos, regras, contratos) têm limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

O território de negociações da família é o contexto relacional. Em tal terreno acomodam-se: a defesa dos pais em garantir seus espaços de poder e controle e o desejo dos filhos de alcançar mais autonomia, visando uma perspectiva mais igualitária. Minuchin (1993) acrescenta que a capacidade de reformulação e mudança na família se dá a partir da possibilidade de utilização dos múltiplos *selves* de cada um, de acordo com os interesses do contexto interacional. Dessa forma, a reformulação de ordens é possível, através do empenho de cada um na dinâmica relacional, em um suceder de passos, calcados nos sentimentos e interesses dos membros em interação.

O baú no qual Elisa guarda as suas bolsas se apresenta como objeto de negociação no espaço de convivência com a mãe.

“Qual foi o trato de arrumação do baú de bolsas? Só comprar bolsa nova se eliminar uma antes.” (Eva)

“Ela sugeriu, eu concordei, mas é difícil, ela quer eliminar coisas e eu sou apegada, fora o tempo que leva para fazer isso: mas já tirei uma e vou dar para a filha da diarista.” (Elisa)

O processo de negociação de novas regras de convivência é pautado por avanços e recuos. Um acordo pode existir sem que haja negociação, como, também, pode-se chegar a um acordo que permita o espaço para uma nova negociação, diante da possibilidade de ruptura do acordo.

No diálogo acima, observamos o processo de arrumação do baú de bolsas. Estabeleceu-se um consenso sobre a quantidade de bolsas dentro do mesmo e a necessidade de se retirar uma, no que uma nova é comprada. O sentimento de apego revelado por Elisa sublinha sua dificuldade em levar adiante o processo. Contudo, diante da consciência do consenso construído com a mãe, realiza um esforço e doa uma das suas bolsas. Pode ser que a arrumação do baú envolva outras eliminações de bolsas, isso vai depender do seguimento do processo entre as duas.

Um processo de negociação pode ser compreendido como o estabelecimento de novas regras de convivência, a partir de um conflito entre as partes. A negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas. Na falta desta tensão, não há negociação. No caso de ela acontecer, o compromisso, resultante do processo, tem a função de consolidar a relação. Nesse sentido, o conflito pode ser visto como uma forma de negociação. Nesse ponto, recorremos a Simmel<sup>19</sup> (1912), que ressalta a condição de um conflito acabar em um compromisso, que não é nem uma vitória, nem uma derrota e sim uma conquista, um processo de negociação. “Toda a troca de opiniões, gerada pelo conflito, porta a noção de que os valores e os interesses em pauta têm uma característica puramente objetiva e concretizável no compromisso.” (p. 144)

A negociação entre Doris e Diana, referente ao pagamento de uma das linhas telefônicas da casa, se apresenta sob a forma de um consenso inicial

---

<sup>19</sup> O termo conflito, nesse momento do texto, é compreendido como um sinal de oposição e dissenso, nos termos de Simmel (1912)

originado a partir das palavras da mãe, assim como a do relato anterior, ou seja, entre Eva e Elisa.

“As contas de telefone agora vão ser discriminadas e ela vai pagar uma das linhas. Antes estava muito desorganizado, mas agora vamos tentar mudar. Ela precisa ter essa conscientização, falar horas no telefone não dá.” (Doris)

“Está certo, vou pagar o que eu falar, mas eu acho justo que essa linha fique no meu quarto.” (Diana)

A construção desse consenso tem como origem o conflito resultante, das discussões a respeito das contas altas de telefone. “A minha filha é espaçosa, ela precisa ser contida”, diz Doris. Assim, a decisão da discriminação e do pagamento das contas de telefone foi uma determinação parental, com o suporte do pai. A aceitação do consenso inicial, da parte de Diana, seria, simplesmente, a instituição de uma nova regra parental, se Diana não inaugurasse os primeiros passos de uma negociação. Negociação que intenta atender, também, aos seus interesses. Presumimos que um acordo sem negociação dificilmente terá vida longa, pois não abarca um histórico de conversações, necessário para a construção progressiva da reformulação. Já o chegar a um acordo deixando espaço para uma negociação posterior, significa que houve negociação.

Nesse sentido, o processo se inicia com uma meta explícita de Diana, de ter o telefone em seu quarto, e essa disposição coloca os negociadores em equilíbrio de forças. E, ainda, a constituição dessa possibilidade de acordo valida sua posição na relação e legitima suas aspirações de um espaço pessoal, também discriminado. Se os pais acolherem essa modificação do consenso inicial, isto pode significar que eles reconheceram sua nova posição na relação. Se não, será um acordo unilateral, sem parceria, e, assim, parecerá um castigo.

O diálogo entre Berenice e Breno explicita que os resultados da negociação, acordos, regras, contratos, entre outros, portam limites temporais, ou seja, deverão ser revistos, reavaliados e renovados.

“A gente combina tudo de novo quando ele traz uma namorada nova, é só para lembrar.” (Berenice)

“Isso, a gente faz o combinado.” (Breno)

O acordo entre os dois, no que concerne à presença da namorada na casa, é reatualizado quando uma nova candidata se apresenta. Berenice “lembra” ao filho o antigo acordo e, provavelmente, não espera modificações. Todavia, apesar de dizer que faz o combinado, encontramos no discurso de Breno uma referência a uma possível modificação do estatuto acordado.

“Às quartas-feiras a Bianca [namorada nova] dá plantão de manhã cedo aqui perto de casa, ela acabou que dormiu aqui, porque ia ficar tarde para ir e voltar no dia seguinte.” (Breno)

O acordo entre mãe e filho abriga a noção de que a namorada só pode dormir na casa nos finais de semana: esta foi uma deliberação de Berenice com a aceitação de Breno. Entretanto, o consenso inicial pode estar perto de ser reformulado, por conta do sinal positivo de Berenice, diante da argumentação do filho pela ruptura do acordo naquela noite. Essa atitude entre mãe e filho de rever um acordo abre uma brecha para a legitimação dos interesses do filho, no âmbito da relação.

Também Filipe esgarça a rede de regras da casa. No que concerne ao acordo de arrumação de seu quarto, conseguiu, por meio de pequenas rupturas cotidianas, iniciar um processo de negociação com a mãe, no qual benefícios pessoais seus vêm sendo aceitos e constituindo um novo acordo de arrumação. “Arrumo o meu quarto e ponho a roupa suja para lavar no dia da diarista. Nesse dia fico em casa e oriento ela.”

Nesse caso, foi Filipe quem iniciou o processo de negociação e coube à mãe aceitar os termos dele: “Achei razoável”, completou Flávia. Segundo Ramos (2002) o filho adulto pode brincar com as regras da casa, até o ponto de torná-las mais leves e prontas para um novo acordo.

A camisa manchada de Henrique nos serve de exemplo sobre a forma pela qual os acordos familiares – e, especificamente, os referentes à relação entre mãe e filho – são revistos e reformulados, em função do ciclo vital familiar.

“Eu mostrei a mancha para ela e ela falou, “Vai ver que foi você mesmo que fez isso”, eu argumentei que não e ela falou, “Então manda lavar na lavanderia”, eu disse, “É, essa é a coisa mais fácil para você, em vez de disciplinar a empregada”. (Henrique)

“A solução tem que ser dele, tem que vir dele, ele que tem que mandar lavar as roupas fora.” (Helena)

O consenso em torno da criação de um espaço relacional igualitário e de uma relação menos assimétrica foi decisão da dupla. Contudo, Henrique recorre ao antigo lugar de filho para fazer valer seu direito de ter uma mãe responsável pelas atividades domésticas da casa, ou seja, por disciplinar e controlar a empregada. Essa atitude de Henrique é oposta às novas combinações da relação, propostas e acordadas em conjunto pelos dois. Diante disso, Helena o recoloca no lugar de filho parceiro e, assim, defende seu próprio lugar de mãe, descompromissada da vigilância do cotidiano da casa. Nesse sentido, reitera e reforça o acordo inicial, apesar dos protestos do filho.

Alice e Amanda realizaram um acordo que explicitava a responsabilidade da última por alguns itens das compras de supermercado. Esse consenso baseou-se nas freqüentes divergências entre as duas, a respeito das marcas dos produtos de preferência de Amanda. Combinaram então que Amanda assumiria o compromisso de comprar pessoalmente os itens em questão e Alice não mais o faria.

“Sou péssima de organização financeira, não tenho o nível de organização da minha mãe. Comia todos os dias na rua, inclusive no fim de semana, almoço e jantar, faço cursos caros de línguas e fotografia, acabo chegando ao fim do mês sem dinheiro. A gente conversou, eu falei dos meus gastos e ela resolveu me ajudar, sugeriu mudanças. Agora janto em casa e não compro as coisas que eu comprava no supermercado.” (Amanda)

A negociação e a construção de um acordo entre as duas não impediu que houvesse espaço para uma nova negociação, caso o acordo não funcionasse. Dessa maneira, chegaram a um novo acordo, através da conversa, que exime Amanda do compromisso anterior e reporta a Alice a responsabilidade da compra dos produtos de preferência de Amanda. “Eu acho que devo ajudá-la nesse momento”, diz Alice.

Gabriela saiu da casa dos pais para morar sozinha, quando conseguiu seu primeiro trabalho estável. A saída foi negociada com os pais, que a apoiaram e validaram seu desejo de mais independência e autonomia. Entretanto Gabriela foi demitida. Fez outras tentativas de inserção em sua área, até decidir que seria



melhor mudar de campo de atuação e fazer um concurso público. Para tanto, recorreu aos pais e, em conjunto, negociaram o seu retorno ao domínio parental.

“No início foi muito difícil, tive que negociar tudo com a minha irmã, a gente teve que dividir o mesmo quarto... Com os meus pais foi mais tranquilo, eles me apoiaram muito na minha decisão.” (Gabriela)

“A volta dela foi muito boa para nós, eu gosto de poder ajudar a minha filha e ela é supercompanheira.” (Gil)

Dessa forma, a família precisou renegociar os lugares de cada um, tanto no espaço da casa quanto no das relações. De acordo com Minuchin (1981), quando um membro da família deixa a casa, há uma reestruturação no espaço familiar. O organismo familiar demanda, então, transformações em sua configuração prévia, em função da prevalência de um conjunto de procedimentos entre os membros, fundado em regras acordadas a partir de tal configuração. Por outro lado, o retorno de Gabriela mobilizou, entre os membros de sua família, uma necessidade de retransformação e a revisão dos acordos posteriores à sua saída de casa. “Tive que discutir com a minha irmã, desde a luz do meu abajur aceso para ler, até o volume da televisão do quarto...”

Em relação aos pais, as conversas que mantiveram ao longo do processo de retorno a casa foram suficientes para que as negociações dos detalhes do cotidiano se tornassem minimamente resolvíveis. Por meio de comunicações rápidas pelo telefone, por exemplo, Gabriela e os pais tomam decisões a respeito do cotidiano da convivência. “Quando ela chega cedo, prepara o jantar, nos avisa e trazemos um complemento.” (Gil) Dessa maneira, conseguem soluções dinâmicas, calcadas em posições mais igualitárias e condizentes com as novas posturas acordadas.

Flávia não consegue negociar com Filipe a divisão das contas de energia da casa.

“Às vezes eu mostro para ele a conta de luz, é um absurdo de alta, mas ele não se manifesta ... o meu marido não sustenta isso, não acha que haja necessidade no momento ... há acomodação, o evitar atrito com coisas materiais, nem precisamos de fato disso, seria mais pelo lado educativo.” (Flávia)

A noção de construção de um acordo, nesse relato, permite-nos observar a demanda por um engajamento mais amplo na idéia de um projeto familiar. Uma relação que tende ao igualitarismo requer a participação do filho no seio do coletivo familiar, através do empenho pessoal e acolhimento de uma proposta, que diz respeito aos interesses de todos. A indiferença de Filipe, aliada à não participação do marido, parece afetar a idéia de Flávia a respeito de um sentido de ambiente familiar baseado na cumplicidade e na troca.

Esse consenso seria fundamental para a construção de um sentido de estar em família, atrelado a um significado mais profundo da concepção do viver junto, que possa habitar o imaginário dos membros da família nesse ponto do ciclo vital familiar. O sentimento de acomodação, revelado por essa mãe, pode ser conectado a certa paralisia, compatível com os terrenos ambíguos nos quais as contradições são abundantes. Dimensões como os sentimentos de pertencimento e de lealdade ao grupo familiar parecem, também, estar implicadas nesse depoimento. Levar a diante um processo de negociação passa, igualmente, por esses sentimentos.

As negociações ocorrem também na comunicação não-verbal e na crítica indireta. Podemos partir do princípio de que algumas vezes os indivíduos preferem funcionar de forma implícita, por meio de uma comunicação silenciosa, que permita resguardar suas insatisfações. Amanda, quando chega do trabalho, vai à cozinha, prepara seu lanche e, normalmente, come ali mesmo, conversa um pouco com a mãe e em seguida vai para o seu quarto. “Às vezes percebo que ela está cansada, abatida, daí lavo a louça para ela.” Nesse caso, Alice, a mãe, não verbaliza seu pedido de ajuda: no entanto, sua expressão é um sinal enviado para Amanda.

Caio verbaliza suas intenções de mudança, através da ironia: “Falo com ela: Ih a geladeira está fraca de suco da fruta tal, da marca tal...” Cláudia diz que responde no mesmo tom: “Ih é... Está na hora de você fazer um passeio no supermercado.” Assim, a dupla se comunica de forma a evitar um conflito direto, a mensagem é transmitida e as decisões são tomadas. De acordo com Cláudia, nas manhãs de sábado ou domingo, nas quais o filho não trabalha, ela e o marido o convidam para tomar um café da manhã em um conhecido supermercado da zona sul da cidade. Após essa refeição em conjunto, fazem as compras, os três, para o abastecimento da geladeira, ao longo da semana que se inicia.

O processo de negociação pode ser entendido como uma tentativa de reequilibrar os equilíbrios instáveis da relação. Em prol de evitar uma ameaça ao equilíbrio relacional, busca-se o acordo que é uma forma de estabelecer uma distância suficiente entre esses indivíduos.

### 5.5.2

#### O Jogo interativo

Diante das regras familiares e das dimensões hierárquicas envolvidas em seu contexto, visualizamos a complexidade do terreno familiar e a necessidade de ultrapassar a visão de linearidade e previsibilidade nas interações entre os membros da família. Para tanto, nos valem da noção que privilegia a capacidade de reformulação e mudança na família e a utilização dos múltiplos *selves* de cada indivíduo, de acordo com os interesses e possibilidades do contexto interacional (Berger e Luckman, 1966; Minuchin, 1993).

Adicionamos a esses fundamentos, as contribuições de Schnitman (1994) e Goolishian e Anderson (1994), defensores da noção de que a produção de significado se dá através da ação da linguagem, na esfera da narrativa. Uma rede de narrativas consiste em um produto de intercâmbio e práticas sociais, de diálogo e de conversações, sendo assim, somos co-autores das nossas narrativas e o significado está sempre em processo, surgindo da reconstrução e da redescritção.

As regras familiares e a hierarquia não sendo categorias *a priori* e, sim, construções sustentadas, questionadas e negociadas nas relações entre os membros da família em suas vidas cotidianas nos dão a base para as reflexões necessárias. Nessa medida, a realidade é construída no dia a dia, é atualizada na interação, através da comunicação e da linguagem. A possibilidade de modificação e reconstrução ocorre pela ruptura, pela quebra, pela discontinuidade dessa rotina banal e, dessa forma, a realidade subjetiva pode ser alcançada.

Na verdade, observamos a existência de um jogo interativo na dimensão relacional. O esforço de “equilibrar os equilíbrios instáveis” da relação parece provocar uma dinâmica, calcada em um ir e vir das esferas relacionais. Essa movimentação tem como objetivo assegurar os interesses que se apresentam, em determinados contextos da interação.

A partir desse tema, o jogo interativo, distinguimos os seguintes subtemas: a experiência de separação na família; o quarto na casa dos pais, as portas abertas ou fechadas; as dimensões de poder e controle: distribuições e disfarces; diferentes formas de comunicações na rotina; tateando em busca da distância apropriada na relação.

### **. A experiência de separação na família**

Sabemos que a saída de um filho de casa deixa marcas no terreno familiar e contribui para a reformulação dos lugares de cada um nas relações. As famílias B, C, D, F e G viveram essa realidade e a família H se prepara para a saída da filha mais velha, no final do ano de 2008. Correlacionamos esse marco na família com algumas situações apontadas pelos nossos entrevistados, tais como o peso de desinvestimento da mãe na vida cotidiana da casa após a saída de um dos filhos; o distanciamento na relação no momento atual e a retomada de um novo projeto de vida no contexto parental. Essas situações se mostram de tal forma implicadas umas nas outras, que decidimos discuti-las em conjunto.

Essas situações aparecem nos relatos de Berenice, Doris e Diana, Flávia e Filipe e Helena. Começaremos nossa análise pela narrativa de Berenice: ela afirma que a saída da filha mais nova, que foi morar com o namorado, foi tranqüila para ela e lhe possibilitou a vivência de um sentimento maior de liberdade e mais coragem para pensar o seu futuro. “Minha vida foi uma ralação, agora estou me sentindo no ponto para realizar algumas coisas diferentes, quero cuidar mais de mim.” Berenice deu um prazo de dois anos ao filho Breno para este sair de casa e viver a própria vida, independente dela. “O prazo que eu dei não tem dia certo, mês certo, não é assim... É mais para ele se programar, se planejar e cuidar da própria vida.” Por outro lado, Breno considerou a proposta da mãe injusta: “Não conheço nenhum caso como esse meu.... Eu entendo os argumentos dela, mas no fundo fico muito incomodado.”

Para Singly (1996), a eficácia do ato de sair de casa, tanto para os pais como para os filhos, está intimamente vinculada ao fato da comunicação partir dos filhos. Estes ressaltariam, através da decisão, a necessidade do alargamento de seus domínios pessoais, conquistada por uma relação suficiente com os pais e com

a vida social, em termos de aquisição e construção de autonomia. Quando ocorre o contrário, essa situação pode ser vista como um ato de desvalorização da capacidade de emancipação do jovem, podendo construir uma imagem negativa do filho aos seus próprios olhos e aos dos outros. E ainda poderia constituir uma injunção contraditória (Kauffmann, 1996, p. 36), tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam em desorientação.

Diana se refere a um sentimento parecido com o de Breno, quando percebe na fala da mãe, os elementos que a levam a concluir que ela atrapalha a vida dos pais: “Eu devo atrapalhar a vida deles, às vezes eu tenho essa impressão: é desagradável, me sinto meio mal com isso.” E Doris relata: “Os nossos atritos atrapalham a minha relação com o marido... Vejo como o meu filho se vira bem sozinho, ela também poderia...” Embora não tenha falado em prazo para sair de casa, como Berenice, Doris sugeriu à filha que fosse morar sozinha e até mesmo, ofereceu-lhe um complemento financeiro, para que esta se sentisse mais segura. Contudo, Diana argumenta que prefere esperar mais um pouco: “O meu relacionamento afetivo foi para o espaço, não estou em um bom momento.”

Nesse sentido, a saída de um dos filhos abre uma nova perspectiva no que tange à elaboração de projetos pessoais ou daqueles que envolvem a família como um todo. Flávia reitera que tenta se “aposentar” das atividades de dona de casa: “Eu tento, mas... se eu não fizer, ninguém faz: o jeito é se abstrair...” Filipe contra argumenta: “Ela deixa rolar, meio que desistiu.” Percebemos a tentativa de Flávia de interromper ou diminuir seus afazeres domésticos, ou até de direcionar essa energia para fora do eixo familiar. Por sua vez, seu filho se ressentia desse “abandono” e se refere à diferença, no ambiente familiar, quando o irmão mais velho participa de uma refeição na casa. “Não só a comida é mais caprichada, como a gente conversa mais, fica mais animado,” diz Filipe.

Observamos que o maior envolvimento da mãe na presença do irmão chama a atenção de Filipe para o distanciamento relacional que ronda a sua experiência com a mesma. Em seqüência, Flávia afirma: “Você fica no seu quarto e nem sabe o que se passa.” Dessa maneira, entendemos a turbulência silenciosa que ocorre na família, quando esta vivencia tal evento. Diana, por exemplo, admite que em sua casa a cozinha só fica “abarrotada de coisas deliciosas” quando o irmão vem visitar a família nas férias. Por outro lado, Doris ressalta que o filho

gosta de fazer refeições com a família, ao contrário da filha, e por isso a cozinha da casa fica melhor abastecida nessas ocasiões.

Helena, vivendo uma aposentadoria do trabalho recente e a realidade da saída de casa da filha mais velha, admite que chegou a hora de cuidar de si própria. Para tanto, tenta engajar Henrique em seu projeto, o que se mostra difícil, em virtude da recusa do mesmo, percebida em suas constantes reclamações quanto à falta de ordem da casa. Essa atitude de Henrique instiga uma maior participação da mãe na vida doméstica da família, o que não representa o desejo atual da mesma: “Agora eu quero mais tranquilidade emocional.”

Assim, o distanciamento relacional poderia ser visto como o resultado de projetos de investimentos emocionais de outras ordens, fora do campo das relações em questão, no que concerne ao universo parental. Contudo, entendemos esse processo de desinvestimento como abrigando as duas gerações e atuando de forma complementar: de modo que o desinvestimento de um contribui para o investimento do outro em outros setores e relacionamentos. Assim, há a alternância de desinvestimentos, ora dos filhos, ora dos pais. Essa alternância pode permitir a existência de um ambiente mais arejado na família e facilitar as entradas e saídas de seus membros, isto é, garantir a continuidade do ciclo vital familiar (Carter e MCGoldrick, 1989). De todo o modo, a experiência de separação abala a família, introduz sentimentos novos ou diferentes e promove a percepção de sentidos diferenciados no *continuum* familiar.

#### **. O quarto na casa dos pais, as portas abertas ou fechadas**

A cultura dos estratos sociais médios brasileiros preconiza que os filhos, ao saírem de casa, deverão construir seu espaço no mundo social de forma independente dos pais. Estes últimos, por seu turno, irão ressignificar, segundo Berthoud (2003), suas funções parentais de uma forma menos protetora e com um maior distanciamento. Entretanto, face ao prolongamento da convivência familiar, deparamos com a idéia da construção de um espaço geográfico independente dentro do próprio território da família. Os filhos adultos, em seus quartos, que seriam espaços inventados para garantir sua autonomia, alteram o significado cultural da distância física, fato que nos leva a refletir sobre as dimensões de

proximidade e autonomia na relação. Os pais, assim, deverão ressignificar suas funções parentais sem o distanciamento e, dessa forma, poderão resvalar em mecanismos de controle e proteção na prática cotidiana com os filhos. E estes terão que lidar com esses dispositivos.

Ramos (2002) afirma que a construção do si (soi) se realiza, em parte, na apropriação do quarto, “na edificação de um mundo material que supõe a mobilização de certas facetas de si.” (p. 121) No âmbito da casa, os espaços parentais são dominantes e incluem um conjunto de normas que define as fronteiras entre as duas gerações, a conservação de certas distâncias, enfim, o lugar de cada um nessa dinâmica intergeracional. Dentro dessa perspectiva, o quarto adquire uma noção de lugar no qual se configura a posse e a manutenção dos espaços pessoais do filho, na casa dos pais.

Por outro lado, os pais são soberanos na normatização dos lugares da casa. Inclusive em relação ao quarto dos filhos, os pais fixam ordens para esse espaço, segundo seus próprios critérios. Nesse sentido, os quartos de Amanda, Caio, Henrique, Breno, Diana e Elisa podem ser vistos como uma extensão do espaço parental. Como passam o dia todo fora, no trabalho, as mães ou as diaristas entram e saem, mexem, remexem, empilham sobre a cama ou guardam nos armários as roupas limpas e trocam objetos de lugar, ao fazerem a limpeza.

O quarto de Amanda está sempre aberto, mesmo à noite, quando ela está em casa. “Quando eu quero ficar sozinha, vou para o meu quarto, leio ou fico no computador, mas não tenho essa de fechar a porta, só quando vou dormir.” Alice entra, conversa, “mostro para ela onde coloquei uma determinada coisa...” Nos fins de semana, Amanda raramente fica em casa, indo para a do namorado. Todavia, quando recebe o mesmo, mantém a porta do quarto fechada.

Ao sair para o trabalho, Caio frequentemente deixa a porta do quarto aberta. Logo que ele sai, Cláudia entra para apagar a luz do abajur e se irrita com a cama feita de qualquer jeito, segundo ela: “Joga a colcha e finge que arrumou a cama”. Caio, quando está em casa, prefere ficar no quarto: “Tenho o péssimo hábito de comer vendo televisão, então como no meu quarto”. “A porta do quarto dele só fica fechada quando ele está dormindo, ou no fim de semana, quando a namorada está. Se eu quiser falar, bato e ele abre, falamos, eu nem entro”, conclui Cláudia.

“A bagunça do quarto dela é ostensiva, todo mundo pode ver, a porta fica sempre aberta, entro para dar um jeito”, declara Eva. Elisa, de modo muito infrequente, fecha a porta de seu quarto: “Quando vou me vestir, eu fecho, mas durmo de porta aberta.”

A empregada da casa entra, diariamente, no quarto de Henrique para fazer a cama, deixar as roupas passadas e levar as sujas. Durante a noite, ele mantém a porta fechada. Assim, quando Helena precisa lhe falar, deve bater na porta e ouvir um sinal positivo para entrar. Caso contrário, aguarda que Henrique abra e conversam. “O meu quarto é o meu mundinho, tenho tudo lá, meu computador, minha televisão, telefone... Minha mãe usa meu computador às vezes, sem problemas.” Helena diz: “Normalmente uso o computador à tarde, quando ele está no trabalho: à noite, respeito a privacidade dele.” Henrique não leva a namorada para dormir com ele em seu quarto: “Levo ela, fazemos um lanchinho e saímos.”

Breno fecha a porta do quarto ao sair, mas é suposto que a diarista ou a mãe lá entrarão para a limpeza. Berenice esclarece: “Observo todas as posições, dos porta-retratos, dos livros, ensino a diarista como fazer, para que fique tudo do jeito que ele gosta e deixou, a única coisa que eu faço é ajeitar as almofadas da cama como eu gosto e ele sempre reclama disso. (risos)” “Eu sei se foi ela ou a diarista que entrou no meu quarto pela posição das almofadas”, relata Breno. Mesmo respeitando a ordem dos objetos pessoais de Breno, Berenice dá um “toque pessoal”, deixa a sua marca, através da arrumação das almofadas da cama do filho.

Na sexta-feira à noite, a namorada vai para a residência dos dois e dorme no quarto com Breno. Normalmente, ficam com a porta fechada, mas, segundo Berenice “entram e saem o tempo todo, circulam, vão à cozinha preparar um lanche...”

As coisas de Diana não cabem em seu quarto e, portanto, se apossou do armário do quarto do irmão, que mora no exterior, e do quarto de empregada. “Meu quarto não é grande e tenho coisa demais, preciso de mais espaço.” Nesse caso, alguns espaços da casa foram reformulados para acomodar as suas exigências e seus passos em direção ao questionamento e ao rompimento dos limites parentais. Doris percebe essa situação como difícil: “Ela não tem mais



limites nem no espaço: eu e meu marido estamos com dificuldades em relação a isso.”

Quando está em casa, Diana se fecha no quarto, de forma que a mãe não sabe se ela vê televisão ou fica no computador. “Ouço muito o telefone celular tocando e ela falando”, diz Doris. “Minha mãe respeita quando eu estou no quarto. Se ela quer falar comigo, escreve um bilhete e pendura no espelho do banheiro.” (Diana) A filha demarca rigidamente as fronteiras entre ela mesma e a mãe e amplia seus horizontes físicos no espaço da casa. Como os pais viajam quase todos os fins de semana, Diana se “espalha pela casa”: “Peço comida de restaurante, durmo na sala...”

Filipe não deixa a mãe entrar em seu quarto quando ele está presente: “Ele me barra na porta com o corpo e pergunta o que eu quero.” No entanto, ao sair para trabalhar, deixa a porta aberta. “Deixo a porta do quarto aberta: pode entrar à vontade, só não gosto que entrem quando estou trabalhando em casa.”

O quarto de Gabriela é ignorado pelos pais: “Não entramos, só se ela pedir”, diz Gil, “ela sai e fecha a porta, só a faxineira entra”. Gabriela relata que às vezes esquece a janela aberta e pede para o pai ou mãe entrarem e fecharem. “Se ela arruma a cama ou se não arruma, é problema dela” ressalta Gil. “Eu passo a maior parte do dia fora, às vezes almoço em casa, mas não é certo... à noite fico na sala com meus pais, vemos televisão, conversamos, depois vou dormir”, relata Gabriela.

Em função dessas narrações, percebemos que somente Filipe e Gabriela mantêm um controle sobre o espaço de seus quartos e assumem a sua organização, independente dos pais. Filipe faz questão de separar o seu espaço do resto da casa e luta, diariamente, pela privacidade, pela não intrusão da mãe: ou seja, estabelece as fronteiras individuais e impede a mãe de controlá-lo em sua presença. Por outro lado, Gabriela, em virtude de já ter conquistado, ampliado e validado seu espaço pessoal na relação, conta com o respeito dos pais às decisões comuns. Ao mesmo tempo, beneficia-se de outros espaços da casa, como a sala e a cozinha, como extensões de seu espaço pessoal: isso quer dizer que esses espaços, antes parentais, agora são coletivos.

Nos outros relatos, entendemos que, de portas abertas ou fechadas, os quartos dos filhos, com algumas pequenas variações, podem ser vistos como

extensões do domínio parental e não são conotados, pelos filhos, como um território pessoal a ser preservado do controle dos pais. Sendo assim, os quartos podem ser entendidos como territórios flexíveis dentro do espaço familiar. Essa constatação surpreende, pois, de acordo com a bibliografia estudada (Ramos, 2002; Berthoud, 2003), seria esperada uma defesa mais intensa desse espaço pessoal, a fim de evitar o controle parental. Diante disso, argumentamos que o processo de autonomia, no universo desses filhos, pode se encontrar em um nível tal de conquista e legitimação, que as variações invasivas que identificamos, por parte dos pais, sejam percebidas como “ajuda”, “contribuição à falta de tempo”, nos limites da interação. Nessa medida, entendemos que a “presença” do jovem em seu quarto seja o norteador da noção de privacidade, como observado nas famílias B, C, D, G e H.

Acrescentamos que a defesa desse espaço, também, pode ser conotada como mais intensa no plano do imaginário do que no do concreto. Dessa forma, a percepção do termo privacidade, vivida no espaço físico do quarto, pode ter se tornado elástica e integrada às noções de trocas mútuas, simetria e mutualidade: em outras palavras, vem sendo reformulada na cotidianidade.

### **. As dimensões de poder e controle: distribuições e disfarces**

A família ideal é frequentemente definida como democrática. No entanto, Minuchin (1974) questiona que a família seja uma sociedade de iguais. O autor sublinha que “mesmo uma sociedade democrática não se faz sem liderança.” (p. 63) Sob seu ponto de vista, o uso diferenciado de autoridade é necessário para o subsistema parental. Essa afirmação do autor diz respeito à família, em um sentido mais largo. E, contudo, no que concerne ao prolongamento da convivência familiar, observamos que, ainda que a liderança ou o poder na família de adultos exista, ele é todavia relativizado e distribuído pelo constante processo de negociação nas instâncias relacionais. Esse processo, apontado no item anterior, visa à simetria de posições entre as duas gerações, ou seja, ao uso de uma liderança discutida.

Mesmo que relativizado, o uso do poder, sob a forma do privilégio à palavra parental, existe e resiste nos limites da família de adultos. Embora só o

tenhamos reconhecido de uma forma explícita na família B, identificamos seus mecanismos nas outras, igualmente. A seguinte frase, retirada do discurso de Berenice, representa a sua versão explícita: “A casa é minha, eu que coordeno.” Encontramos, também, no relato de Flávia, a mesma referência, mesmo que de um modo menos enfático: “A casa é nossa [dela e do marido]: é nossa responsabilidade o pagamento das contas.”

Por outro lado, é possível ter a noção do poder que a posição parental pode conferir e, todavia, falhar no controle. Esse é o caso de Doris, que não consegue “controlar” a filha e, assim, utiliza a figura do marido e pai de Diana para agir em seu lugar. Dessa forma, tenta exercer o poder por meio de um mecanismo de controle alternativo, ou seja, constrói uma relação triangular para validar a sua liderança. “Minha mãe manda o meu pai me ligar para saber onde eu estou”, diz Diana.

Observamos uma redistribuição de poder entre as duas gerações, de forma ora discutida, ora silenciosa. Um controle percebido como companheirismo: é assim que Alice e Amanda se referem às conversas sobre o relacionamento afetivo e as questões do trabalho da última. Amanda sublinha a competência da mãe, sua experiência de vida e, sobretudo, sua cumplicidade, uma conquista da relação. Dessa forma, Amanda permite que Alice pergunte e dê sugestões nesses dois setores de sua vida pessoal. “Eu entendo o que ela passa, já passei por isso, isso de você querer estar satisfeito com o que faz, ninguém está satisfeito *cem por cento*, eu ajudo a ver as coisa como elas são”, comenta Alice.

“Cuidado e proteção”, dessa forma, Elisa define o controle da mãe que, assim, escapa da conotação de um “vigiar” e possibilita uma visão mais igualitária dos lugares na relação. Elisa, quando chega à casa de manhã, após sair com amigos ou com o namorado, renomeia o interesse da mãe, que insiste em saber onde e com quem estava: “Não sinto como controle é mais um cuidado mesmo.”

Nesse universo de poder, é possível que ocorra uma inversão de papéis. Elisa, através da sua competência, legitimada pela mãe e pelo pai, limita a mãe em alguns momentos da relação e sugere mudanças de atitude: “Eu tenho uma postura mais ríspida, acho que tem a ver com a coisa de colocar limites, dar um toque, quando está demais.” Contudo, o poder simbólico continua nas mãos dos pais: “Eu cobro coisas, ela não faz, mas, mesmo assim, eu cobro”, diz Eva. Assim, o

suposto lugar de exercício de poder, o domínio parental, é ocupado por um filho, dependendo do contexto interacional.

Se tomarmos como exemplo o controle dos pais na arrumação dos quartos dos filhos, poderíamos inferir que, pelo lado dos últimos, se trata de uma submissão proveitosa diante desse mecanismo utilizado pelos pais. Uma situação na qual pode haver um ganho secundário, ou seja, tempo para outras atividades que pode indicar um mecanismo de resistência ao poder. Esse contexto, sob a perspectiva da complementaridade, pode revelar que pais e filhos se encontram em uma situação pouco flexível, e pouco sujeita à reciclagem (Schnitman,1994). O jogo pode ser criativo se os participantes, ao observarem as flutuações ao redor, conseguem utilizá-las para obter novas possibilidades ou para recuperar e reciclar o que já existe.

De toda a forma, percebemos que ocorrem, nesse campo relacional, verdadeiras minilutas pelo poder, nas quais se sobressaem aqueles que demonstram suas competências e as têm como legítimas e válidas. Nesse sentido, podemos dizer que o poder é distribuído, redistribuído e disfarçado nas diferentes instâncias competentes da relação. A hierarquia do poder, vivida em momentos em que pais e filhos se mantinham em um nível de diferentes lugares de decisões, abre espaço, esmaece os tons e incorpora a flexibilidade. Acreditamos que tudo isso configure uma estratégia de lidar com a possibilidade de conflito e os riscos que este traz a reboque, pois se de um lado encontramos a possibilidade de uso do poder, atributo dos pais, de outro, contudo, identificamos a disposição do uso de mecanismos de revide, no caso dos filhos. Essa seria uma conotação da troca simétrica da relação.

A máxima popular, de outros tempos da nossa cultura, “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”, pertence aos legados da história e serve de referência para compreendermos alguns deslizes no universo da família. O poder e o controle, na família brasileira, foram temas amplamente discutidos por Freyre (1933). Este, compreendendo a família nos limites da visão patriarcal, coloca uma ênfase maior em sua esfera institucional, em detrimento do sistema relacional dos seus membros.

Em um estudo posterior, DaMatta (1978) defende que o sistema hierárquico seja compreendido como o lugar no qual um sujeito tem precedência

sobre o outro. Esse autor nos fala de uma prática hierárquica não descolada da sociedade e da família brasileira de hoje, assim como de uma herança do sistema patriarcal que transforma a esfera relacional em um território de contradições que “assombra a nossa existência”. A democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. É possível a existência de uma hierarquia de poder disfarçado, isto é, o “companheirismo e o cuidado” podem mascarar a manutenção do exercício do controle. Por outro lado, a distribuição e a redistribuição do poder esmaecem os tons hierárquicos e autorizam a vivência de uma liderança discutida.

### **. Diferentes formas de comunicações na rotina**

Entendemos que muitas vezes a palavra envolvida na negociação possa ter certo custo e, por esse motivo, os indivíduos em interação podem tender a usá-la com moderação. Assim, podemos identificar outras maneiras de dizer algo ao outro, de comunicar uma intenção. Observamos nas conversações de nossos entrevistados o uso constante, ao longo de suas narrativas, de pequenas frases que, apesar de curtas e breves, dizem muito. Estas são verdadeiras frases de efeito, quase imperativas, são frases cotidianas, veladamente ameaçadoras, que precisam ser remarcadas e não podem deixar de ser ditas.

“A palavra representa um papel importante, apesar do peso do silêncio no campo das relações e para compreendê-la é preciso selecionar suas expressões sutis.” (Kauffmann, 1992, p. 145) De acordo com essa afirmação, entendemos que o essencial em uma conversação pode não acontecer nas discussões “oficiais”, mas se insinuar na banalidade, ou seja, nas conversas corriqueiras ou triviais e na comunicação não-verbal.

Acreditamos na possibilidade da pequena frase emergir a partir do conflito ou da contradição. Ela teria uma função liberalizante para quem a pronuncia e de apelo a quem ela é dirigida, apelo no sentido de “lembrar” que a situação na qual ela nasceu está, ainda, presente. Assim, ela se inscreve em um contexto ambíguo e pode se desdobrar em várias mensagens. Dessa maneira, frases como “cuide-se”, “leva o casaco”, “não lavou a louça”, normalmente proferidas pelas mães na interação, são carregadas de sentido, apesar da aparência banal.

Gabriela relata que, invariavelmente, quando sai de casa, a mãe Gilda lhe fala: “cuide-se”. Ao ouvir essa frase, Gabriela denomina o que sente como estranho, que essa recomendação tem um tom deslocado e não a compreende. “Ela fala um ‘cuide-se’ com uma gravidade, que eu fico nervosa”, ressalta a mesma. Apesar de não podermos cotejar essa afirmação com a versão de Gilda, pois o representante do casal parental nessa família foi o pai, nos aventuramos a refletir sobre a mesma. É provável que exista a possibilidade de que essa pequena frase carregue uma complexa rede de mensagens, calcada, como já dito, em um fundo de conflito.

Assim, a intensa repercussão da frase em Gabriela reforça a noção de que a mesma revele mais do que o simplesmente dito. Os termos destinados aos sentimentos por ela percebidos, tais como “estranho” e “nervosa”, permitem a visão do contexto ambíguo envolvido na afirmação da mãe.

Caio se refere à “forma irritante da mãe” de dizer “leva o casaco”, quando ele sai de casa, como algo que “meio que me incomoda.” Isso quer dizer que não incomoda muito, mas incomoda mesmo assim. Caio comenta que não responde a essa fala da mãe, que se acostumou, “é sempre assim”: contudo, quando pensa sobre ela, não compreende a sua função.

Talvez, nesse caso, a frase esteja atrelada, somente, à sua função de liberar, “de soltar a palavra”, como ressalta Kauffmann (1992, p. 153). Sendo assim, Cláudia não conseguiria manter o silêncio diante das saídas do filho da residência, e a frase possibilitaria um esvaziamento temporário da angústia. Seria suficiente que o filho entendesse, mesmo que vagamente, a sua mensagem.

Da mesma forma, Eva não consegue deixar de dizer “não lavou a louça” para Elisa, mesmo sabendo que ela nunca o faz. Como Cláudia, ela não consegue deixar de dizer, e o efeito desejado poderia ser o de remarcar uma obrigação da filha, não realizada. Por seu turno, Elisa comenta: “Eu nunca faço nada na cozinha, quando eu faço, não vem um reforço disso, é um ‘mas não lavou a louça’”.

Eva argumenta: “É mesmo, falo isso, mas ela não lava mesmo...” Tal situação desperta nas duas a mesma circunstância de uma injunção contraditória: ambas parecem se enredar nessa variedade de mensagens e não vislumbram uma

possibilidade de saída. Nesse caso, entendemos que a mensagem da frase é lembrar o conflito.

O uso da ironia na interação é, também, uma modalidade de comunicação do tipo indireta, não explícita, que pode ter a função de proteger a relação da possibilidade de conflito. Ela permite um falar sem risco de atrito e libera a mensagem de incômodos e desconfortos na relação. Uma conversa entre Cláudia e Caio na cozinha da residência expõe esse contexto.

“Essa geladeira está fraca de suco de tal fruta e de tal marca.” (Caio)

“É, ela está magra, mas você pode fazer um passeiozinho no supermercado para ela ficar mais gordinha.” (Cláudia)

A utilização da ironia e da brincadeira disfarça a seriedade da circunstância. Mascara a intenção de controle e regulação. Nesse diálogo, estão expressas a crítica indireta e irônica e a resposta na mesma medida. Cláudia percebe a ironia, contudo, é capaz de esboçar um raciocínio a respeito e responde de forma condizente. Ambos utilizam essa forma de comunicação para atenuar um conflito que poderia surgir da cobrança e do controle.

Também Eva e Elisa valem-se desse tipo de comunicação. Elisa quando retira uma peça de roupa de seu armário abarrotado, comenta com a mãe:

“Quem vai passar a roupa da filhinha?” (Elisa)

“Eu acabo passando, ela pode queimar a tábua de passar...” (Eva)

A dupla revela a brincadeira como, de certa forma, institucionalizada na relação. Trata-se de um padrão de interação nesse contexto estrutural. Nesse sentido, ambas, ao utilizarem tal recurso, se tornam capazes de contar de uma forma divertida algo que poderia ter sido o motivo de um atrito. Trata-se de uma representação que atenua o confronto e, todavia é incapaz de mantê-lo fora da ordem do dia.

O diálogo entre Flávia e Filipe, igualmente, revela a alternativa da comunicação indireta e sob a forma irônica, entendendo essa modalidade como uma afirmação por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender.

“Eu digo para ela, a pilha de camisetas está maior que o Everest!” (Filipe)

“Eu entendo que alguém tem que passar, mas quem?” (Flávia)

Flávia demonstra que compreendeu a mensagem, porém remarca seu desacordo. Entretanto, isso não a impede de, posteriormente, passar, ela mesma, algumas camisetas do filho: “Acaba que eu passo umas duas ou três, até o dia que a diarista vem para passar.” Assim, os objetivos da comunicação por via irônica são alcançados e torna evidente o poder desse tipo de linguagem em momentos precisos da interação. Esses dois formatos de comunicação revelam o peso das palavras e as diferentes possibilidades de lidar com o conflito. A pequena frase de efeito o atualiza e a ironia o mascara.

### **. Tateando em busca da distância apropriada na relação**

O indivíduo pode se habilitar, através da escolha, na arte de colocar à distância diferentes dimensões de pertencimento. Em outras palavras, ele escolhe o que deseja ter mais perto ou mais afastado de si, conforme o grau de constrangimento da dimensão em questão. Singly (2007) esclarece essa noção por meio do exemplo da mochila que, metaforicamente, contém diversas dimensões identitárias, construídas ao longo da vida. A vida se constituiria em um jogo de colocar e tirar dimensões da mesma, de acordo com as prioridades do momento. O conteúdo da mochila não é o que importa e sim o poder de escolher o que entra e o que sai.

Entretanto, no âmbito familiar, o fato de o indivíduo poder se autorizar a sonhar com uma vida que congregue, ao mesmo tempo, estar só e estar junto, pode configurar-se como extremamente ambíguo. Por outro lado, estas duas opções podem funcionar em um jogo de vai-e-vem, no qual esses indivíduos definem, escolhem ou hierarquizam o que lhe é mais conveniente. Se for mais apropriado ser *filho de* ou *pais de* em um momento, em outro pode ser mais eficaz ser *companheiro de* ou *parceiro de*. Essa dinâmica representa a possibilidade de reinvenção das relações entre esses pais e filhos, forjada em passos mais voltados à simetria e conquistada nas microexperiências da vida cotidiana. As negociações que irão alargar os espaços pessoais dos filhos – e, da mesma forma, viabilizam



um gradual desinvestimento das funções parentais – transformam o ambiente relacional.

O contexto relacional ora apresentado pode, alegoricamente, ser explicitado através da idéia dos movimentos das marés: a maré montante e a maré vazante. Na esfera dessas interações, diferentes dimensões podem ser hierarquizadas, priorizadas, de acordo com as necessidades do momento. Pode-se ir e vir, mais próximo ou mais distante, sem que tal movimento possa, necessariamente, trazer mal-estar. Trata-se de experimentar na prática, avaliar o que funciona e o que não funciona naquele momento na relação.

Caio tenta escapar do controle da mãe, que quer saber aonde ele vai e a que horas vai voltar, saindo sem avisá-la. Assim, possibilita que apareça uma mãe poderosa para cobrar dele essa “falta de consideração”. Por outro lado, essa mãe controladora e poderosa muda de posição quando Caio, incomodado com a intrusão da mesma em seu quarto, devolve as almofadas que ela colocou em sua cama, dizendo: “Não quero almofadas, põe na sua cama.” Cláudia aceita as almofadas de volta e tenta repassá-las para o outro filho, que mora sozinho.

Caio, também, muda de posicionamento quando a mãe aventura-se a aconselhá-lo sobre o seu trabalho: essa “invasão” de seu espaço pessoal o impele a enquadrá-la em seu posto de mãe de filho adulto.

“Ela não gosta do meu emprego, mas ela não pode dizer nada, não é o fato de ela não gostar que vai fazer eu mudar alguma coisa.” (Caio)

“Está certo, mas é só preocupação, interesse, nada mais que isso.” (Cláudia)

Entre Helena e Henrique ocorre um intenso movimento de mudanças de posições, que se alternam em função das provocações do último. Helena é favorável a um ambiente familiar aberto, igualitário e evita a tomada de decisões unilaterais, defendendo a co-participação. Henrique, todavia, provoca o surgimento de uma mãe tradicional e disciplinadora.

“Eu quero que ela me lembre as coisas que eu devo fazer, estou desconcentrado nos estudos, preciso do reforço dela.” (Henrique)

“Ele que tem que saber isso, é a vida dele...” (Helena)

Observamos nesse diálogo que Henrique não se conforma com essa posição da mãe e apela para uma situação de atrito doméstico (por exemplo, as roupas mal passadas pela empregada) para instigá-la a exercer o seu papel tradicional. Dessa maneira, consegue que a mãe se aborreça com ele, embora a mesma se refira em outro momento da entrevista, à evitação de situações que possam deflagrar o conflito.

Nesse ponto, lembramos de DaMatta (1978), que, em um sentido mais amplo, afirma que o rito autoritário indica uma situação de conflito e que o brasileiro é avesso a crises. O conflito aberto seria um traço do igualitarismo, marcado pelo pressuposto da diferença de opiniões, e por isso é evitado, assim como é visto como um sentimento que deve ser reprimido. Não pode ser visto como uma crise no sistema, pois requereria uma modificação no próprio sistema, na teia das relações. Por isso, o conflito é pessoalmente circunscrito e tende a ser resolvido a nível pessoal. Entendemos que essa herança cultural pode estar presente nas relações e coexiste com as premissas igualitárias. Ressaltamos que, nas famílias entrevistadas, encontramos uma forte tendência à evitação de situações sujeitas ao conflito e, todavia, apesar disso, o conflito insinua-se.

Batemos boca, às vezes, por causa de bobagens dele.” (Helena)

“É, às vezes dou uma de reizinho, de mimadinho, mas ela fala, manda, então, lavar a roupa fora.” (Henrique)

Assim, Helena o recoloca no lugar de filho adulto e ele reconhece a situação. Notamos que o vai-e-vem das posturas dos dois se conforma com um verdadeiro ensaio geral das distâncias apropriadas na relação. À medida que contam a situação, ao longo das entrevistas, percebem os contornos do relato e se vêm às voltas com possíveis interpretações para a narrativa: “viro filhinho” e “não quero mais isso para mim”, dizem, respectivamente, Henrique e Helena.

O conflito pode ser o desencadeador de uma negociação, como também, da alternância de posições na relação. Simmel (1912) defende a idéia de conflito como uma forma de unificação e aponta para a reciprocidade entre os opostos. Portanto, amor e ódio, harmonia e dissonância, associação e competição, simpatia e antipatia não são simplesmente antípodas, são categorias interativas e, portanto, importantes e positivas para o indivíduo.

Diante de uma situação conflitante, Elisa se transforma em mãe de sua mãe.

“Quando ela fica irritada, eu me irrito também, ela fala muito, eu falo: pára de falar, ela fala mais alto.” (Elisa)

“Ela é intolerante e ríspida, eu me aborreço muito com isso, mas é do momento, eu cedo.” (Eva)

“É a forma dela de ser, não tem muito jeito, a gente pontua e tal, eu peço o apoio do meu pai.... ah, com um “Né pai?” Ele não entra na coisa, mas sinto que concorda.” (Elisa)

Elisa tenta enquadrar a mãe e utiliza o pai como o vértice de um triângulo, contando com o seu apoio, não declarado verbalmente. Eva se cala diante da filha. Observamos que essa atitude tem a ver com o reconhecimento da competência de Elisa na relação. Essa competência, legitimada na convivência, transforma o olhar da mãe sobre a filha.

A respeito da formação triangular na dinâmica familiar, Bowen (1988) ressalta que, diante de um conflito não passível de resolução, existe a tendência de se buscar uma terceira pessoa. Assim, a triangulação passa a ser a menor unidade estável do relacionamento. Triangular na dinâmica familiar pode significar uma tentativa de reestabelecer o equilíbrio. O autor parte da suposição de que a relação entre duas pessoas abarca um ciclo de proximidade e distância, e é justamente quando a distância predomina que a triangulação ocorre.

Vejamos outra situação em que ocorre uma alternância de dimensões pessoais, iniciada pelo conflito e transformada pelo reconhecimento da competência.

“Brigamos quando eu já sei o que ela está falando, me irrita, ela fica repetindo uma coisa que eu falei primeiro que ela, que eu coloquei antes, que eu questioneei antes dela.” (Henrique)

“Ele tem razão, mas aí, eu paro.” (Helena)

Todos os relatos desse subtema expõem fronteiras suficientemente nítidas entre os membros, para proporcionarem a proteção necessária de cada espaço pessoal na relação. Por isso, esses indivíduos são capazes de alternarem suas posições, de acordo com as necessidades do momento, sem a ameaça de perda de

autonomia. Ao contrário, nos relato de Alice e Amanda encontramos o oposto, ou seja, fronteiras difusas, características dos emaranhamentos familiares.

Duas questões se distinguem, nesse caso, em função da proximidade e da distância, na relação de ambas. Quando estão no espaço da casa, lembramos que o quarto de Amanda é uma extensão da casa e não um território privado, Amanda e Alice se encontram em um nível de proximidade que as impede de experimentar o jogo de ir-e-vir relacional. A escrivadinha antiga de Alice que pode ser entendida como metáfora do poder da mãe, “passeou” por vários espaços da casa, até se enraizar no quarto de Amanda, apesar de seus protestos.

“Se eu quisesse dar um jeito na minha bagunça, arrumar melhor, eu até poderia sugerir de tirar ela de lá, encontrar outro lugar para ela.” (Amanda)

“O quarto dela é grande.” (Alice)

“Ela gosta de coisa entulhada, eu não, eu gosto de espaço, mas isso foi ficando esquecido no dia-a-dia, vai ficando.” (Amanda)

Amanda precisa fazer um “esforço” para se distanciar da mãe e assegurar sua autonomia. Por outro lado, Alice não demonstra facilitar esse empreendimento da filha e parece não identificar as competências da mesma. Assim, a incapacidade em abrandar o grau de proximidade torna-se real e dificulta o distanciamento suficiente e necessário para um nível maior de autonomia e à possibilidade de validação de habilidades na relação. O jogo relacional não pode acontecer desse modo.

Por outro lado, diante da conversação mantida entre Berenice e Breno, apontamos para uma comunicação baseada em padrões de interações rígidos e um sentido frouxo de pertencimento. Com isso, percebemos o distanciamento e a pouca capacidade de funcionarem de um modo interdependente. Iguais parecem ser as atitudes de Doris e Diana em sua convivência: ambas demonstram manter autênticas barreiras entre si, as quais dificultam as trocas e a possibilidade de atuarem na base da cumplicidade e do apoio. Observamos, nos dois exemplos, que as relações travadas entre esses membros encontram-se bastante afetadas por conflitos, ora explícitos, ora silenciosos, e calcados em transações invisíveis.

Segundo Bowen (1988), se os membros da família são capazes de distinguir um processo emocional de um processo intelectual, poderiam reagir de

forma a diferenciar o sentir e o pensar na dinâmica interativa. Poderiam, assim, alternar a vivência da autonomia e do pertencimento de acordo com a pauta do momento. A maior parte das pessoas almeja alcançar uma maior individualidade, no entanto “resiste em abandonar o *togetherness* requerido para essa aquisição”. (p. 107)

O que nos parece é que, nessas condições ocorre um verdadeiro paradoxo na relação. A dinâmica interativa, afetada pela situação de conflito, perde a capacidade de refletir e negociar as diferenças. Assim, esses indivíduos estão tão próximos que não percebem formas alternativas para, nesse contexto, se diferenciarem um do outro. Na presença do conflito, ocorre uma intensa proximidade, apesar da rigidez e do distanciamento.

Ainda tendo as famílias B e D como pontos de reflexão, destacamos pistas retiradas de seus discursos, que demonstram as lutas, os ajustes e as estratégias, no âmbito da relação, em prol da diminuição do distanciamento e do aumento do pertencimento. Na família B, tanto Berenice quanto Breno utilizam um mesmo cartão de crédito, sendo que Berenice é a titular e Breno, seu dependente. As faturas para o pagamento vêm discriminadas individualmente, porém são dirigidas à Berenice. Esta, quando chega a fatura, destaca a parte de Breno e a coloca no quarto do mesmo. No dia do pagamento, Berenice lembra o filho de deixar um cheque e ela o deposita em sua conta bancária. No dia seguinte, Breno pergunta à mãe se ela depositou e se tudo correu bem. Com isso, percebemos a sequência de movimentos que aproxima a dupla, incrementando-lhes a comunicação por meio do uso do cartão.

“Eu não preciso desse cartão dela, tenho outros, mas é como um terceiro braço, se ela precisa de alguma coisa, me pede, eu compro e a gente acerta depois, o mesmo ela faz por mim, quando é aniversário dos meus sobrinhos, ou qualquer outra coisa, peço a ela para comprar o presente e pago depois.” (Breno)

“É, acho isso bom, eu telefono ou ele me telefona da rua, combinamos, depois acertamos.” (Berenice)

Na família D, identificamos, na intensa discussão sobre o lugar onde ficará o ponto da Net<sup>20</sup> na residência, uma forma de manter os membros ligados e se comunicando.

---

<sup>20</sup> Canal de televisão via cabo.

“O ponto da Net na casa tem que ser discutido, não pode ficar no quarto dela, acho que deva ficar na sala e beneficiar a todos.” (Doris)

“Essa discussão não existe, porque não põe dois pontos?” (Diana)

“Nós quase nunca assistimos televisão...” (Doris)

O consenso sobre o local do ponto da Net, embora possa explicitar o sentido de um controle parental, também revela a estratégia de manter a comunicação entre os membros na ordem do dia. Essas tentativas de conversas e possíveis combinações, em torno do assunto, vêm se arrastando há alguns meses, de acordo com Doris. Enquanto não resolvem tal situação, asseguram minimamente a comunicação entre si.

De toda a maneira, as referências às famílias A, B e D nos apontam a dificuldade em alternar posições e a vivência dos jogos relacionais de ir e vir, que permitem a descoberta de novas possibilidades na relação. Por outro lado, ao nos ocuparmos do diálogo entre Gabriela e Gil, identificamos a experiência plena da dimensão do companheirismo e da cumplicidade na relação. A lista de compras é feita em conjunto, igualmente os almoços de fins de semana, assim como as saídas para degustação de vinhos, que mobilizam os três.

Todavia, explicitamos o seguinte diálogo:

“Às vezes não sei o que dá nele, por exemplo, outro dia, eu estava na sala vendo televisão e coloquei os pés na mesa de centro, ele teve um ataque.” (Gabriela)

(risos) “É um deslize, eu sei que não tem nada demais isso...” (Gil)

“Eu fiquei danada, briguei que nem adolescente e fui para o quarto.” (Gabriela)

Pais e filhos transitam de uma dimensão à outra, permitindo-se o interjogo. Os deslizes e as recuperações são possíveis, em virtude de ocorrerem em uma circunstância dinâmica que suporta essas situações. Tal condição é alcançada por meio de negociações e manifesta-se em um contexto de confiança e favorável à espontaneidade.

A alternância no campo das dimensões relacionais – em função da escolha do que seria mais adequado para o momento ou nos termos de Singly (2007), a hierarquização identitária – desdobra-se em uma mobilidade contínua. Trata-se de

uma sucessão de avanços e recuos, que se constituem como estratégias de convivência. Dessa maneira, observamos que as famílias C, E, H e G, em suas dinâmicas interativas, evoluem no sentido de alternar as dimensões relacionais. As famílias A, B e D não apresentam essa alternância, dentro dos limites observáveis nessa pesquisa, em virtude da rigidez das fronteiras que demarcam seus espaços individuais. Esses membros da família não flexibilizam suas atitudes, estando ora muito próximos, ora muito distanciados, o que inviabiliza o jogo interativo.

### 5.5.3

#### **Duas lógicas diferentes em ação**

A prática cotidiana no universo interacional entre pais e filhos adultos é provocante e instiga questionamentos, quando não deflagra confrontos. As diferentes concepções de mundo e de vida, decorrentes das experiências de cada uma dessas gerações<sup>21</sup>, podem ser mobilizadas e tornarem-se suficientes para uma possível eclosão de conflito ou para a emergência de seu oposto, o silêncio, isto é, o não-enfrentamento.

A vivência do cotidiano põe em cheque essas questões, como pudemos identificar nas conversações de nossos entrevistados. Estes deixam transparecer contrastes e ambigüidades, quando o foco de discussão vem a ser a esfera do trabalho e a vida afetiva dos filhos, pois os valores e ideais envolvidos em seus discursos se constituem como duas lógicas contraditórias. Estas esferas remetem os membros em questão a deslocamentos constantes e instáveis, por serem regidas pela incerteza e instabilidade, tensões comuns à sociedade contemporânea.

Assim, esse encontro intergeracional indica uma descontinuidade de valores e comportamentos de uma geração para outra, no que concerne às esferas apontadas. Desse modo, duas lógicas simultâneas e coexistentes se dão a ver, em um lugar onde convivem, no mesmo espaço, adultos em diferentes posições – pais

---

<sup>21</sup>É importante esclarecer que, ao longo desse item, utilizaremos os termos geração ou dimensão geracional, sempre relacionando-os à experiência social. Esta é compreendida como vivida e ligada a uma conjuntura histórica e a determinadas particularidades do estrato social em questão. Dessa maneira, a experiência social marcaria, profundamente, as concepções de mundo e de sociedade dos entrevistados.

e filhos –, e que, quando possível, podem experimentar a alternância dessas posições. No caso das posições serem rígidas, o conflito pode aparecer. Contudo, se houver flexibilidade, sabemos que o caminho em direção ao consenso é uma variação factível.

Esse tema desdobra-se nos seguintes subtemas: o mundo do trabalho sob a ótica da relação; o uso do dinheiro; a dimensão da vida afetiva dos filhos na perspectiva relacional e a saída negociada.

### **. O mundo do trabalho sob a ótica da relação**

A partir dos discursos de nossos entrevistados, percebemos que as diferenças na percepção da esfera do trabalho entre pais e filhos podem produzir um terreno de ambigüidades no espaço relacional. A geração dos pais, no que tange à esfera da vida pública, é notoriamente influenciada pelas noções de compromisso e lealdade, valores vinculados à idéia de durabilidade e de política de longo prazo. São característicos desta geração termos como segurança, visibilidade e amplitude, que denotam o quanto importa para quem pertence ao estrato social médio e médio alto a idéia de uma carreira e da realização através do trabalho.

A geração dos filhos, por outro lado, pode representar o mundo do trabalho em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriedade das experiências sociais, características do momento contemporâneo. A tática que se afigura como mais adequada para lidar com estas questões, como também com o imediatismo e a velocidade da informação, segundo Tapscott (1998), se converte na atitude empreendedora. O modelo de empresa tradicional – no qual existe hierarquia, controle, comando e metas que consistem em subir na estrutura empresarial – pode não se encaixar nas mentalidades destes jovens que buscam liberdade e ausência de hierarquia, ou apresentam atitudes reveladoras de ousadia e inovação, que contrastam com tal estrutura.

Se por um lado os pais vislumbram um futuro para os filhos em termos da construção de uma carreira, por outro os filhos descrevem em um futuro nesse sentido, temerosos da instabilidade e insegurança geradas pelas transformações operadas nesse domínio. Assim, é comum encontrarmos nos discursos dos pais



referências à “acomodação” dos filhos diante de suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho: e, nos discursos dos filhos, identificamos em suas percepções sobre os pais, expressões como “parados no tempo.” (Henriques, 2004)

O diálogo entre Gil e Gabriela nos aponta o nível, as marcas, das repercussões do ambiente cultural sobre os discursos de cada uma das duas gerações.

“Eu comecei a trabalhar com 18 anos em uma estatal, trabalhava como desenhista, depois fiz escola técnica e depois fiz engenharia, eu tive a oportunidade de ver um campo profissional na minha frente.” (Gil)

“Eu acho difícil de se ter uma consciência como essa hoje... O mercado é complicado, às vezes temos que mudar de especialidade, tem que ralar e aceitar estágio sem remuneração, ganhar pouco para depois poder ganhar decentemente, a minha geração precisa muito mais dos pais do que a sua.” (Gabriela)

Ambos relatam suas visões do campo, refletindo sobre as possibilidades reais de cada uma das gerações, em direção à conquista de um lugar no mercado de trabalho. Gabriela aponta as adaptações ou as mudanças de percurso necessárias para um jovem ingressar nesse mundo. Essa reflexão vai ao encontro da afirmação de Sennett (1998), que pontua a morte lenta da carreira tradicional e a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano, segundo o autor, pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso de sua vida, e “trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho”. (p.23)

Prosseguindo em nossa análise, identificamos nas famílias A, C, D, F e H o confronto entre as duas lógicas apontadas e a dificuldade no reconhecimento dessas variações. Os posicionamentos parecem ser rígidos e em consequência percebemos pouca flexibilidade.

O diálogo entre Amanda e Alice reflete essa realidade:

“Sei que tenho um emprego estável, mas no momento o que está pegando é que eu não estou satisfeita com o meu trabalho, queria procurar outro emprego e ganhar melhor, não gosto do que faço, hoje para mim é um suplício agüentar.” (Amanda)

“Eu entendo, mas isso de você querer estar satisfeita com o que faz eu não acredito, ninguém está satisfeito na profissão real, no princípio é bom, mas depois vem a rotina.” (Alice)

“Ela diz que eu estou numa grande empresa, talvez das melhores do país, mas, pode ser que eu consiga trabalhar em uma empresa pequena e ficar bem.” (Amanda)

“Vai ser a mesma coisa.” (Alice)

Amanda demonstra dificuldade em expor a sua idéia de trabalho aliada a uma prática prazerosa: o fato de estar em uma estrutura tradicional, estável e previsível a paralisa. Nessa medida, revela que nesse campo, não contraria as expectativas familiares concernentes à sua prática profissional. Evidencia, igualmente, ter internalizado a ideologia da produtividade, embora possa vislumbrar outros projetos, antagônicos aos propostos pela geração mais velha. A mãe remarca a idéia de trabalho descolado do prazer, endossa a tradição e nesse confronto, observamos que não há lugar para a troca criativa, tampouco para a busca de alternativas para essa imobilidade.

Doris e Diana entram em um debate direto e sujeito a conflito, em função das diferenças de opiniões a respeito da carreira de Diana. Esta trabalha em um banco de investimentos financeiros e a mãe a reprova por não cuidar do desenvolvimento de sua carreira, se preparando para um concurso público, pois o seu trabalho, de acordo com Doris, pertence à categoria dos empregos voadores, sujeitos aos humores do mercado global das finanças. No conceito de Doris, Diana estaria acomodada em um emprego que não valoriza seus investimentos acadêmicos.

“Ela precisa parar e pensar no futuro dela, na carreira dela, ela está super preparada para isso, estudou fora, investiu...” (Doris)

“Eu ganho bem, estou satisfeita e gosto do meu trabalho, sei que é instável, mas tudo bem...” (Diana)

Diana, por seu lado, descarta os projetos da mãe em relação à sua carreira, para ela basta o “aqui e agora”. Para Sennett (1998), as qualidades do compromisso, da lealdade e da confiança, associadas à durabilidade, entram em conflito com as características da nova realidade conectada à flexibilidade e

inerente ao sistema de curto prazo. As novas relações de trabalho operam em bases móveis, episódicas e fragmentadas, criando dessa forma a instabilidade e o descompromisso.

A partir dessas diferenças, ambas se envolvem em constantes atritos, quando o assunto é o trabalho. O terreno é movediço, em virtude da ambigüidade que ronda essas posições, defendidas por cada uma delas. Doris, por exemplo, sugere à filha que faça um concurso público, ao mesmo tempo que a incentiva a sair do país e fazer uma carreira no exterior. Uma dupla mensagem altamente desorientadora.

Para Helena, o filho também está acomodado, visão similar a de Doris, sendo que a diferença entre Diana e Henrique consistiria no fato do último ser funcionário público. De acordo com Helena, o filho deveria focar mais na carreira e se preparar para concursos de um nível salarial maior. Henrique pensa da mesma forma que a mãe e, contudo, se diz “desconcentrado” e despreparado para um concurso de tal nível, ressaltando que a mãe não conhece a realidade dessas provas.

“Eu sou muito dedicado ao meu trabalho, gosto dos desafios, trabalho mais com indivíduos carentes no social e a minha mãe não entende que me sobra pouco tempo para o estudo e que é difícil passar nesses fins de concursos.”  
(Henrique)

“Você já passou em um, porque não vai passar em outro? É só se concentrar, sair menos nos fins de semana...” (Helena)

A pequena frase final desse diálogo expõe a intenção da mensagem e exhibe o conflito entre os dois, no que concerne às diferentes maneiras de perceber o mundo e a vida, em um sentido mais largo. Helena discorda do jeito hedonista de ser do filho: “deveria buscar menos o prazer pessoal, do momento e focar no futuro.” Mãe e filho não escapam da polarização de opiniões. Aos olhos de Henrique, a mãe não valoriza a qualidade e o alcance de seu trabalho, assim como as repercussões do mesmo em sua auto-estima. Em um plano mais abrangente, trata-se de uma visão, pela qual um valor como sucesso econômico se sobrepõe ao retorno no plano pessoal e a realização profissional se encontra discriminada do êxito econômico. De toda forma a polarização de opiniões acerca do trabalho, entre Helena e Henrique, é atravessada pela crítica da primeira à postura do

último, que consiste em privilegiar o momento e buscar o prazer a todo o preço, em detrimento da responsabilidade.

Os pais de Caio e Filipe não compreendem a lógica que rege o campo de trabalho de seus filhos. A fala de Caio ilustra, sob seu ponto de vista, o nível de incompreensão do pai a respeito do que faz profissionalmente.

“Eu argumento com ele como é injusto ele reclamar quando eu chego tarde, eu acordo na hora e vou trabalhar. Eu estou acostumado a trabalhar virado, faço muito plantão, entre os meus colegas, até o meu chefe, existe cumplicidade nesse quesito, a gente apóia um ao outro. Sempre tem um cansado e estressado na equipe. Ele não entende porque não é a realidade dele, ele é economista, trabalha há anos na mesma empresa...” (Caio)

A ótica vertical de relacionamento acolhe a lógica tradicional, que orienta o mundo do trabalho desses pais. Dessa forma, uma perspectiva calcada em relações horizontais e não-hierarquizadas pode ficar distante da realidade dos mesmos. Os passos em direção a uma simetria na relação apresentam-se contidos, assim, as diferenças aparecem soberanas.

Igualmente, Filipe narra a dificuldade da mãe em compreender o seu trabalho. O mesmo é produtor cultural e trabalha por contratos de projetos curtos. Como seu trabalho envolve filmagens, parte dele é realizado em casa, onde edita as imagens no computador. A partir da entrevista entre mãe e filho, cujo assunto, no momento, versava sobre o fato de Filipe, quando está em casa, ficar fechado em seu quarto a maior parte do tempo, identificamos o seguinte material.

“Você poderia sair um pouco do quarto, saber das coisas...” (Flávia)

“Às vezes estou trabalhando... Para falar a verdade eu acho que no fundo, eles pensam que eu estou vendo televisão... Não sei ... Vejo pelos olhares, comentários dias depois, não sei se entendem, mas também, não tem como, eu vou continuar, eu vou fazer assim porque acredito que é melhor para mim. Mas eu acho até que, às vezes, eles entendem, mas sei que é difícil para eles, é meio fora do mundo deles, meu pai sempre trabalhou em estatal e minha mãe quase nunca trabalhou.” (Filipe)

A geração dos pais, de acordo com Ventura (2008) “é dogmática, apostólica, cheia de crenças e de fé.” (p. 27) Como podemos perceber, essas representações foram forjadas em cenários bem diferentes e, como tal, constituem visões distintas de uma mesma realidade, o trabalho de Filipe. Essa situação assenta-se sobre um

fundo de conflito, de diferenças não negociadas. Talvez a dificuldade maior em sair do impasse esteja no fato de essas noções integrarem parte da bagagem cultural de cada uma das gerações. São crenças e as mesmas podem ser inegociáveis, pois associam-se a questões como mérito, esforço, responsabilidade, entre outras. Na qualidade de herdeiros, os filhos esforçam-se em priorizar, descartar, ou até mesmo manter esses imperativos.

### **. O uso do dinheiro**

Opinar sobre os destinos dos salários dos filhos parece constituir uma realidade na dimensão parental, de acordo com as narrações de nossos entrevistados. Essa atitude, todavia, pode desqualificar a competência da geração mais nova, o que nos leva a refletir sobre os mecanismos de poder e de controle dos mais velhos utilizados na interação. Mesmo que tenham as melhores das intenções e adotem uma perspectiva de “ajuda e cuidado”, essa dinâmica pode interferir na autonomia dos filhos.

As famílias B e E não revelam diferenças em relação às escolhas no domínio do trabalho. Berenice, por exemplo, ressalta que Breno, ao incorporar-se nas Forças Armadas como assessor jurídico, deu continuidade à tradição de sua família, já que seu pai e seu avô eram militares. Berenice diz: “Não falo nada a respeito da carreira dele, os rumos que ele quer seguir, ele que sabe.” De toda a forma, dentro do programa da carreira militar, ela não vê motivos de preocupação com a estabilidade financeira do filho.

Eva diz que respeita muito a escolha da filha e aprecia o seu percurso profissional: “Ela é guerreira, trabalha muito, não tenho dúvida que ela vai se dar bem na profissão.” Entretanto, discorda da filha quanto ao uso do dinheiro que a mesma ganha com o seu trabalho. “Ela não guarda, gasta muito, ela podia poupar, pensar mais no dia de amanhã: hoje ela tem tudo aqui, mas no futuro...”

Berenice vai um pouco mais além. Não só discorda da forma como o filho se organiza financeiramente, como também, do ponto de vista de Breno, ela teria sentimentos ambivalentes em relação aos gastos dele. Vejamos o diálogo entre os dois:

“É muito fácil para o filho que trabalha, ficar na casa dos pais e aproveitar o seu dinheiro em seu próprio benefício, trocando de carro, comprando, viajando, comendo em bons restaurantes e os pais bancando todas as despesas da casa.” (Berenice)

“Eu queria que ela mensurasse o que eu dou de gastos aqui, garanto que não é uma quantia ...” (Breno)

“Mas não é isso...” (Berenice)

“Ela não acha correto eu trocar de carro e ela não, é um ciúme da minha mãe comigo.” (Breno)

Berenice aponta a desigualdade na relação, no que tange à destinação dos recursos para o bem comum, isto é, as contas da casa, o abastecimento etc. No caso de Flávia e Filipe, a primeira afirma que desconhece a vida financeira do filho, o quanto ganha e gasta. Percebemos através da sua fala sobre os gastos e as contas da casa, a presença de um sentimento de desigualdade de investimentos nos assuntos de família, uma vez que ela relata que o filho conhece o orçamento da família, o valor das contas e tem uma idéia da renda dos pais.

“Os gastos com luz, telefone, a conversa não surte efeito, o que fazer, cobrar dele? Não temos essa iniciativa, é difícil, no fundo temos a consciência que a casa é nossa, é nossa responsabilidade. Ele deve gastar o dinheiro que ganha com as coisas dele. Ele tem uma idéia, deve ter, do nosso orçamento, a gente comenta, mas ele é muito fechado quanto a isso.” (Flávia)

“É, a casa é deles, eu estou me esforçando para juntar dinheiro para poder sair em boa condição.” (Filipe)

Filipe opta por manter seu lado financeiro longe dos olhos dos pais e esse distanciamento provoca ruptura e desligamento do projeto familiar. O compartilhamento e as trocas ficam comprometidas, daí o sentimento de desigualdade de investimento percebido no discurso de Flávia. Por outro lado, não podemos deixar de remarcar o fato dos pais não colaborarem no engajamento de Filipe na gestão do cotidiano da casa. Ao enfatizarem o tanto de responsabilidade que lhes cabe nessa gestão, uma atitude complementar pode ser esperada pelo lado do filho, isto é, a não-responsabilização.

Nas famílias A, D e H identificamos a visão da incompetência na administração do dinheiro, na perspectiva das mães.

“No setor financeiro eu lido bem, estou segura nisso, tenho um nível de organização e planejamento... Quando ela me ouve, ela tem uma prova de como é bom saber controlar, se a pessoa sabe administrar, facilita muito a vida.” (Alice)

“Sou péssima em finanças, mas estou melhorando, não cheguei ao nível dela, mas eu quero isso, quero ter isso.” (Amanda)

“Tenho a impressão que ela gasta quase todo o salário dela em shoppings, compra muito, não existe mais lugar na casa para as coisas dela ... pelo menos, eu sei que ela investe algum dinheiro no mercado financeiro, mas podia ser menos consumista, guardar um pouco, ela não sabe o dia de amanhã.” (Doris)

“Eu estou aproveitando que eu sou jovem e não tenho muitos compromissos.” (Diana)

“Eu acho que ele encara o salário dele como uma mesada, não encara como salário de um homem da idade dele.” (Helena)

“É a primeira vez que ela fala isso comigo, mas não posso discordar, não guardo dinheiro e não faço planos, esse emprego que tenho para mim é passageiro, devo ir para um melhor, então me divirto, não me imagino casado com esse dinheiro que eu ganho, me imagino solteiro e filho da minha mãe.” (Henrique)

Diante desses diálogos, percebemos que, sob o ponto de vista dos pais, a sua lógica não está em questão, e talvez possamos dizer que ela seja inquestionável aos seus olhares. O grau de intensidade de suas perspectivas a esse respeito pode ser incrementado por padrões interativos rígidos, calcados no poder hierárquico e ainda não negociados, que as suas posições lhes conferem. Ainda podemos refletir sobre a possibilidade dessa rigidez se fundar na defesa dos papéis ativos de pais, isto é, no estatuto antigo da função. Nesse momento de suas vidas pode ser esperado um início de reversão, ou seja, a possibilidade de em um futuro próximo, as palavras dos filhos, além de validadas, alcançarem a preponderância na relação. Nesse sentido, manter um ponto de vista pode significar “agarrar-se” a uma posição de poder, poder de pais, mesmo que atenuado, discutido ou disfarçado.

Dessa forma, observamos que, em relação ao tema do uso do dinheiro, os pais deslizaram entre o sentimento de desigualdade na relação e a versão da incompetência dos filhos. A desigualdade seria compreendida como falta de engajamento dos filhos no projeto familiar, e a outra percepção, conotaria os filhos como incompetentes no destino de seus salários. Agindo dessa maneira, as suas visões tendem a rigidez e a unilateralidade. Sendo assim, acreditamos que

nas trocas próximas da simetria, características dessas relações, existe espaço para a tensão, para a ambivalência e para o conflito, em virtude da presença das diferentes lógicas que orientam as duas gerações.

### **. A dimensão da vida afetiva dos filhos na perspectiva relacional**

Nesse subtema, pretendemos expor o confronto entre as diferentes noções, acerca da vida afetiva da geração mais nova que povoam o imaginário de nossos entrevistados de ambas as gerações. As famílias A, B, E, H e G narram suas idéias sobre tal assunto, revelando as singularidades de suas visões e, ao mesmo tempo, os pontos de contato com as premissas culturais contemporâneas.

Alice, constantemente, opina sobre a vida afetiva de Amanda.

“Eu falo para ela, relacionamento e casamento é que nem trabalho, uma hora você conhece tudo, é a rotina... Eu procuro mostrar para ela como o namorado dela é devagar, acomodado, ela tem que ir trabalhando isso com ele.” (Alice)

“Ela fala em perda de tempo, não usaria essa palavra, mas não sei o que usar, não acho perda de tempo.” (Amanda)

A visão de Alice revela uma perspectiva sólida, controlável, e que faz parte de um conjunto de “verdades” por ela construído ao longo de sua experiência de vida. Essa visão contrasta com a da filha e, contudo, essa não encontra palavras que revelem a oposição ou que relativizem o rígido ponto de vista da mãe. De toda a forma, identificamos o confronto de idéias. Ventura (2008) aponta que a atual geração jovem, a “geração do milênio”, se depara com a descontinuidade em relação à geração dos pais, a “geração maio de 68”. Algo da ordem do sonho da era de Aquário ao pesadelo do aquecimento global. A geração maio de 68 queria tudo a que não tinha direito, a atual tem tudo que precisa e talvez por isso, se revela ambígua e paradoxal.

Nessa medida, a ambiguidade apontada remete a uma idéia de falta de bússola que indique uma opção, entre tantas possíveis. Amanda não se considera perdendo tempo com um namorado “devagar”: sua noção de tempo baseia-se no “aqui e agora”, em um fluir no relacionamento que possibilite o retorno desejado. Giddens (1992) mostra que o “amor confluyente”, significando um vínculo



amoroso próximo e continuado com outra pessoa, é um amor ativo e contingente que entra em choque com o “para sempre” e “único”, máximas da tradição.

Breno retoma o discurso, por ele considerado injusto, de Berenice sobre o prazo para ele sair de casa, a fim de falar da sua dificuldade em morar sozinho e da ansiedade em relação ao sucesso de seus relacionamentos afetivos.

“Quando te dei o prazo, eu não pensei em casamento, pensei que você teria mais de 30 anos e poderia morar sozinho.” (Berenice)

“Eu não quero morar sozinho, quero dividir com namorada, de preferência casado, não sou que nem ela (mãe) que quer morar sozinha. O meu relacionamento com a ex não deu certo, agora estou começando com a Bianca, espero que agora eu acerte, não sei, tomara que sim, é difícil, mas uma hora a gente acerta.” (Breno)

Relacionar-se é uma exposição ao risco e à ansiedade. Talvez a problemática dessa condição seja mesmo a noção de relacionamento, que comporta a perturbação, o vago e o sombrio, revela o prazer e o fechamento nos limites do convívio. Entendemos que se trata de uma idéia em aberto, em busca de redefinição. “O conjunto de experiências as quais denominamos amor, expandiu-se muito” (Bauman, 2003, p.19)

Dentro de um panorama mais amplo, a sociedade consumista alimenta a perpetuação do desejo e dessa forma, detém os avanços do compromisso. O indivíduo se encontra entre “a cruz e a caldeirinha” e pode confundir-se diante do ato de fechar ou abrir as portas para novas possibilidades amorosas.

Eva demonstra sua preocupação diante da troca constante de parceiros de Elisa, e esta se preocupa com o apego da mãe aos seus namorados. A idéia de futuro não está na ordem do dia da última, ao contrário da mãe, que cobra os netos. “Eu quero netos!” diz Eva à Elisa, em um tom sério e impositivo, percebido, também, por meio da expressão de sua face de “cenho franzido” e olhos marejados. Elisa tenta desanuviar o momento, através de uma brincadeira: “Só aceito essas chantagens no Natal!”

“A gente fica mais tempo na casa dos pais, acaba que eles conhecem mais nossos parceiros, se você não tivesse casado cedo aconteceria o mesmo... e tem a coisa de poder ser ficante, adia um pouco fazer os vínculos.” (Elisa)

“Eu entendo, há um tempo eu não entendia, mas agora aceito, mas me preocupo que ela não faça família, desse jeito fica difícil, varia muito.” (Eva)

“Essas preocupações estão distantes para mim, acho que tudo tem um tempo, as coisas podem ir fluindo.” (Elisa)

Elisa pontua todo o contexto na compreensão de sua atitude do momento, a de ser “ficante”. Uma atitude, sob a ótica de alguns autores como Lasch (1974), Chaves (2001) e Bauman (2003), que reflete o descompromisso, uma característica contemporânea. O indivíduo ingere o relacionamento de forma voraz, fica com vários parceiros, numa troca infindável de objetos sem identidades definidas, na esperança de não sentir um vazio, uma falta interna. Em alguns momentos ele se dá conta de que ficar é um paliativo, uma ilusão; em outros se deixa levar pelo prazer imediato da experiência.

A variabilidade de parceiros de Elisa se choca com o projeto de vida familiar desenhado por Eva. Se a filha não lhe der netos será uma falha no desempenho de seu papel de mãe? Essas diferenças colocam em jogo não só o não-enfrentamento direto, ou seja, a “aceitação” como recurso de convivência, como também o aspecto de perda ou fracasso no decurso do ciclo vital familiar.

Henrique se refere à observação da mãe, em relação a cada namorada que leva para conhecê-la, como sempre a mesma: “Ah meu filho, essa é a certa!” Ressalta que após esse comentário, ou se diverte e brinca ou se irrita e faz planos de não apresentar mais nenhuma parceira à mãe. Helena, dentro de sua perspectiva de sentimentos sólidos e duradouros, tenta enquadrar o filho sob a mesma ótica.

Gil e Gabriela travam o seguinte diálogo em seqüência:

“Ela terminou o namoro há um mês e pouco atrás, foi uma pena, eu gostava dele, ele era ótima pessoa, agora vai começar de novo, as saídas até tarde...” (Gil)

“Terminei um namoro que não estava me dando o retorno que eu queria, vou buscar outras coisas, outras pessoas.” (Gabriela)

Atualmente, de acordo com Lipovetsky (2002), existe uma nova forma de relacionamento interpessoal, menos colada aos deveres e mais ligada à realização pessoal. Em suma, o indivíduo de hoje é mais crítico no que tange o universo de seus relacionamentos. Esta atitude mais independente provoca menos

permanência nos relacionamentos e muitas incertezas, no âmbito da relação com os pais.

Assim, ao adotar essa ótica nos relacionamentos afetivos, os filhos promovem a insegurança nos pais. Tal sentimento perturba o fluir dos projetos pessoais dos últimos, sobretudo aqueles referentes à vida conjugal. Os pais, acomodados ao exercício da parentalidade, não dispõem de um distanciamento suficiente para o desinvestimento nesse campo e o conseqüente desvio de olhar para as questões pessoais ou de casal. Nessa medida, há a predominância de indefinição, enquanto os filhos buscam seus parceiros ideais, os pais esperam.

### **. A saída negociada**

Após essa exposição sobre o confronto entre as diferentes noções acerca da vida afetiva dos filhos, apontamos um desdobramento do mesmo, igualmente visível nesses discursos. O ato de sair de casa aparece nos relatos, como um tema associado à fala sobre o namoro. É um tema que se inicia e se esgota, ao longo das entrevistas interativas, sem a intervenção das mães, com exceção da família B.

Trata-se de um tema que emergiu dos discursos individuais dos filhos de forma espontânea, e atrelado, como já dito, à narrativa das experiências afetivas com os parceiros atuais. Entendemos que a não intervenção das mães, em tal assunto, na medida em que ele surgiu nas entrevistas interativas, se deva à dificuldade em abordá-lo. As mesmas manifestam-se de forma livre nas conversações e, às vezes o fazem de um modo intrusivo, em outros momentos, ao longo das entrevistas.

Dentre os cinco filhos que abordaram o tema, Amanda, Elisa e Breno o vincularam ao ato de “morar junto” ou casar, enquanto Henrique e Caio o ligaram a “morar sozinho”.

“O meu atual relacionamento flui normal, mas não tenho grandes expectativas, eu falo isso meio que comparando com minhas amigas, que moram com os pais e têm a minha idade e que têm a expectativa de sair de casa e casar. Isso não é uma coisa que eu queira para ontem, um dia vai acontecer, isso pode ter um tempo, por mais que eu já tenha 32 anos e algumas pessoas pensem que já está mais do que na idade... gente jovem, eles são mais preconceituosos, é curioso isso, porque pressão dos pais não tem... Eu fico tranqüila porque eu acho que as minhas escolhas podem ser tranqüilas, se eu namoro uma pessoa e não dá certo eu não

preciso achar que o mudo acabou, eu tenho tempo de conhecer outra pessoa e dar certo, pode ser uma coisa sonhadora de achar que tudo dá tempo, mas acho que é possível, é um processo normal, eu conhecer alguém e aí então casar, construir família...” (Elisa)

“A gente vive num mundo capitalista, não vou sair de casa pra passar maus pedaços, quero manter o padrão, só saio quando tiver essa certeza, condições para isso com duas fontes de renda vai dar, eu não moraria sozinho, você chega é aquele silêncio, eu gosto de ter alguém, e segundo, tem a questão financeira, hoje pra manter um apartamento, razoavelmente bom, eu sozinho como única fonte de renda, fica difícil. Combinei com a minha mãe 2 anos, tem que correr atrás, comecei a trabalhar com 17 anos em uma casa de festas, comprei meu primeiro carro lá....quero comprar e montar um apartamento junto com a minha namorada nesse bairro que eu moro e casar. Vou sentir falta do condomínio, que tem tudo ... mas vou ganhar em liberdade, vou decorar do meu jeito, não gosto do jeito da minha mãe, nada aqui eu escolhi, é tudo da minha mãe...” (Breno)

“Eu quero morar com o meu namorado, a gente tem uma relação legal, mas ele é muito inseguro, acomodado mesmo, não vejo ele se movimentando para isso, só eu que abordo, ele fica na dele, acho que está distante, vou ficando por aqui, estou bem aqui, a minha relação com ela é boa, a gente se entende bem... Mas é uma coisa que eu sei que eu quero, morar com alguém, ter a minha casa, do meu jeito.” (Amanda)

“Estou ficando com uma menina, mas não temos planos de compromisso ainda. No momento, preciso me focar em um concurso que vai ter daqui a uns meses, vou estudar e daí vou poder morar sozinho, se não tiver alguém, consigo me ver morando sozinho. Aí vem essa sensação de que eu estou atrasado nas coisas.... mas eu me adapto, não dá pra ficar assim revoltado. A tendência é a relação com a minha mãe ficar melhor quando eu sair, a rotina pesa muito, desgasta muito, vai sobrar para as coisas mais agradáveis, minha mãe vai fazer 60 anos, se aposentou, não dá para conversar sobre determinados assuntos. Tem coisas que não vão mais mudar, que você tem que passar ao largo, driblar, a tendência é ter conversas mais leves, acabando a rotina, você pode sair para almoçar junto, conversar....” (Henrique)

“O meu namoro não é um compromisso para um futuro assim... falamos dos nossos planos pessoais, tipo estudar fora, morar sozinho, ela já mora sozinha, eu gostaria de morar sozinho, minha mãe não gosta muito da idéia não, mas o meu pai pensa diferente... ela acha que tem que sair quando casar, é mais debaixo da asa dela mesmo, é mãezona..... meu pai é mais tranqüilo nisso...O meu ponto de vista é o seguinte, tem uma hora que a gente tem que sair de casa mesmo, tem que viver a vida por si. Eu tenho essa idade e morar com os pais é estranho, realmente, quase 30 anos, estava já na hora de sair, não me soa muito bem isso... Mas, não moraria no lugar onde eu moro, não sairia como eu saio, não teria os hábitos que eu tenho, ia sobrar muito pouco, pagar luz, gás, telefone... Eu não almejo ser um cara rico, mas quero ter uma casa boa, viajar nas férias, ter um bom carro. Acho que levo uns 2 anos para sair, nesse tempo minha condição financeira vai melhorar muito... O tempo de formação de um médico é o maior de todas as profissões, é muito longo...Se colocar numa balança de vantagens e desvantagens de morar com eles, hoje em dia tem mais vantagens, muito mais que desvantagens, as desvantagens acabam pesando menos...” (Caio)

Sem dúvida, os filhos se sentiram mais confortáveis, na abordagem da futura saída de casa, na ausência das mães. Diante dessa constatação, consideramos a possibilidade de apresentar as narrativas na forma de relato individual, na contramão de nossa perspectiva relacional. Tal atitude se justifica em virtude de podermos refletir sobre a saída de casa a ser negociada na relação. É possível que esta saída esteja sendo construída, diariamente, sob a forma de minúsculos detalhes da vida cotidiana. Percebemos, entre os entrevistados, expressões como: “dois anos”, “está distante”, “um dia vai acontecer”, “atrasado nas coisas”, para dar conta do sentido da dimensão temporal na construção da saída negociada.

A saída negociada contrasta com a ruptura intempestiva da relação, com o “ser expulso” ou com a saída à revelia dos pais. Portanto, a saída negociada é um acordo, fruto de negociações e renegociações cotidianas, que de certa forma estabiliza a relação. O compasso de espera da saída é vivido de forma singular: todavia, podemos afirmar que se trata de uma convivência fundada em minilutas diárias, travadas para garantir a continuidade, até que a saída possa ser enunciada.

A saída negociada implica a idéia de que ambas as gerações conhecem suas reais possibilidades de romper o acordo. De um lado, os filhos podem a qualquer momento sair, a despeito das perdas financeiras ou emocionais envolvidas nesse ato. Por outro, esse é um processo no qual os pais não podem recorrer, sendo que seus únicos recursos seriam o consentir.

Entendemos que, em um ambiente familiar situado em condições favoráveis à saúde mental de seus membros, a saída negociada é um processo apoiado sobre o incentivo explícito ou não explícito por parte dos pais. De acordo com Maunaye (2001), as intenções escondidas nas comunicações não explícitas ajudam o filho a tomar a decisão. Ele pode perceber a mensagem, caso ela se desdobre em atos, como por exemplo a compra de um objeto para a futura casa ou a abordagem de um assunto ligado às vantagens da vida independente, fora do reduto familiar. Para Singly (1996), no entanto, o ato da saída, em geral, é uma iniciativa do jovem. Esta comunicação é parte de um processo iniciado na esfera relacional, no qual o incentivo dos pais à autonomia impulsiona as atitudes do filho, no sentido de tomar a decisão. Essa seria uma visão de incentivo explícito.

Dessa forma, o ato de orientar ou dar a entender sobre a saída, por parte dos pais, pode ser visto como uma atitude de desvalorização da capacidade de emancipação do filho, como também pode construir uma imagem negativa do mesmo aos seus próprios olhos e aos dos outros. Além disso, poderia constituir uma injunção contraditória, tornar o campo relacional ambíguo, uma vez que as vozes contrastantes implicam em desorientação.

Portanto, a saída negociada se insinua como um possível e futuro fruto de um interjogo dinâmico, vivido no espaço da relação, e situado no microcosmo da cotidianidade. A dimensão temporal assume importante lugar nesse contexto, ela tenta fixar uma ordem no ritmo da vida dos envolvidos e distinguir o tempo individual do tempo familiar. Este último estaria atrelado à noção de projeto familiar, no qual os membros compartilham um programa, não só espacial, como temporal.

#### 5.5.4

#### **O sentido de ser família**

Diante das visões contrastantes de pais e filhos analisadas e discutidas acima e da noção de que ambas as gerações dispõem de recursos próprios de poder e barganha, de que forma poderíamos entender a escolha de permanecerem juntos? Simplesmente aceitaríamos o discurso sobre as perdas financeiras dos filhos ou poderíamos levar em conta que esses membros possam perceber a família como um lugar de pertencimento, no qual a autonomia não aparece como um oposto? Isto é, pode-se pertencer e ser autônomo ao mesmo tempo, sem comprometer o equilíbrio familiar. Nesse ponto, nos reportamos a Minuchin (1974) que nos alerta para o fato de que, no contexto familiar, tanto o pertencimento quanto a autonomia se situam nos pólos de um sistema de diferenciação, e se referem mais a um estilo interativo que a uma diferença qualitativa entre o funcional e o disfuncional. Nesse sentido, e dentro do *continuum* familiar, entendemos que essas posições possam alternar-se de acordo com as necessidades do momento.

Assim, o espaço familiar, além de ser um lugar de apoio privilegiado e de trocas mútuas, também possibilita os conflitos e, em consequência, disponibiliza modos de lidar com os mesmos: os acordos e as negociações. Nesse sentido,

entendemos que esse espaço contrastante seja visto de uma forma muito peculiar. A perspectiva do “familiar”, do estar à vontade e do aconchego sobrepõe-se ao mal-estar.

A ótica do “familiar” se estrutura, para DaMatta (1985), na lógica da casa. A rua é vista como o local do “cada um por si”, percepção que revela uma noção negativa do individualismo, do conflito aberto e da discussão. Em casa, imperam a intimidade, os afetos e o respeito, definido pelos sexos e as idades. A lógica da autoridade e da hierarquia conformam a família como um espaço moral. No entanto, DaMatta relativiza estes discursos, em função da classe social em questão. Assim, as classes mais populares teriam tendência a pôr em relevo a lógica da casa, e as mais privilegiadas, a da rua. Entendemos que os segmentos médios e médios altos das camadas urbanas da sociedade brasileira sejam muito influenciados pela ideologia individualista, o que neutraliza um pouco essa polarização entre as esferas privada e pública.

De todo o modo, nos diz DaMatta (1978), em nossa cultura, antes de ser indivíduo, se é uma pessoa, e, com isso, a família e a casa se transformam em eixos dos relacionamentos pessoais e de ligação com o mundo de fora. Acreditamos que essa ótica possa ainda estar presente no imaginário do brasileiro e funcione como uma espécie de sombra, diante dos norteadores ideológicos contemporâneos, sobretudo o individualismo. Uma visão que auxilia na compreensão dessa perspectiva de convivência entre a tradição e a novidade nos é fornecida por Costa (2004). Esse autor comenta que “a tradição não se perdeu, nós é que lutamos para retirá-la de seus nichos seculares” (p. 16). Entendemos que todo um conjunto de pensamento crítico em relação ao *modus vivendis* contemporâneo aponte para as perdas de referências ocasionadas pelo desmoronamento das instituições tradicionais. Apesar disso, acreditamos que o mundo que nos antecedeu não era o melhor dos mundos, como também não temos motivos para crer que o mundo atual seja melhor. Assim, titubeantes, realizamos nossas escolhas.

Lipovetsky (1997) afirma que continuamos guiando nossas ações, classificando-as e hierarquizando-as, segundo suas potencialidades de gerar o bem e o mal, à moda da tradição. Nessa perspectiva a idéia de herança implica em uma espécie de filtragem, em escolhas e estratégias. Podemos partir do princípio de

que somos passivos diante da herança. De certa forma, somos obrigados a receber algo que é mais antigo, mais poderoso e duradouro do que aquilo que é visto a nossa frente. Todavia, para que possamos reafirmar o que herdamos ou trilhar outros caminhos é preciso agir ativamente e, então, vamos escolher, sacrificar, preferir ou excluir. A perspectiva do familiar, da intimidade, dos afetos e do respeito pode assumir um nível variável de importância nas escolhas pessoais. Essa estrutura pode permitir a um filho adulto e em processo de saída negociada um bom terreno de apoio.

Dessa forma, encontramos no espaço familiar os “nichos da tradição”, bem como as repercussões das mudanças culturais contemporâneas sobre os membros da família. O viver em família é atravessado por esses eixos, que instigam a um constante movimento de ir e vir na dimensão relacional. Paralelamente, o prolongamento da convivência confere a esse espaço um sentido de trocas mútuas, permanentemente negociadas no cotidiano, ou seja, confirmadas e reconfirmadas ao longo do tempo. Esses membros atualizam, em suas conversações, os limites da convivência: a saída negociada ou a possibilidade de ruptura. Sendo assim, as esferas espaciais e temporais são constantemente discutidas no âmbito da relação. A opção por permanecerem juntos, apesar da consciência de poderem se separar, parece ser “finamente” articulada nos detalhes da convivência.

### **. Um ambiente “familiar”**

A perspectiva do “familiar” é forjada na confiança e na certeza de que se pode ser espontâneo sem medo de retaliação. É uma certeza e uma confiança básica que asseguram ao indivíduo o poder de expressar seus sentimentos na situação interativa, em um ambiente de apoio. É importante ressaltar que esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dinâmica entre pais e filhos adultos.

A ótica do “familiar” abarca uma via de mão dupla. Isto é, o contexto de vantagens e desvantagens na convivência é válido para ambas as gerações, de forma que tanto uma quanto outra podem experimentar altos e os baixos da mesma.



“Filho é sempre bom, cada época tem seu encanto...O encanto dessa? Ah, as idéias, os projetos, isso anima a gente, ouvir isso é bom, estimula....Eles estão sempre criando coisas, fazendo, com energia...” (Eva)

“Sair de casa só casando e assim mesmo se eu puder manter esse padrão, se não, se for para viver mal e controlando dinheiro, nem pensar... Assim vou viver namorando...” (Elisa)

“Acho que ela deve gostar muito daqui, né? (Eva)

“É, eu disse isso, eu tento fazer isso, me aposentar dessas tarefas de dona de casa, mas nem sempre consigo.... As coisas fogem do que deveriam ser, aí eu volto aos afazeres...” (Flávia)

“Ah tem uma pressão, mas eu faço as coisas, posso não fazer na hora que ela quer, mas faço ...” (Filipe)

Os relatos acima corroboram com a visão de que, mesmo não sendo uma convivência completamente agradável, uma unanimidade, ela pode proporcionar um conforto. O conforto do “familiar” pode se sobrepor ao conforto em outras dimensões, que se situem fora desse domínio. Isso pode querer dizer, também, que entre a pressão, o atrito ou a divergência em casa e a mesma situação no ambiente externo, a primeira condição, pelo menos, é mais “familiar”, mais conhecida, além de ser temperada pela incondicionalidade de afeto.

Essas afirmações nos levam a pensar sobre a forma como esse conforto “familiar” privilegia o aparecimento ou a oportunidade de expressão de experiências emocionais, importantes para a continuidade de ser, nos termos de Winnicott. Dentre as famílias entrevistadas, seis delas, A, B, C, E, F e G referiram-se a um momento especial de convívio, no qual o aconchego familiar aparece de forma clara e desejada.

“Temos uns momentos bem gostozinhos, nas sextas, comemos sanduíche vendo novela, depois vemos um filme comendo pipoca...” (Amanda)

“É mesmo, sentamos as duas no mesmo sofá e ficamos falando, comendo e assistindo, na verdade, acho que falamos muito, comemos mais ou menos e assistimos pouco ...” (Alice)

“Nos almoços de fim de semana, ele é um bom parceiro na cozinha, eu começo e ele finaliza. (Flávia)

“Modéstia à parte, faço ótimos grelhados e ela é boa no risoto.” (Filipe)

Estas famílias parecem provocar o aparecimento desses momentos especiais. Acreditamos que para um “ambiente familiar” emergir seja requerida a porosidade dos espaços individuais. Dessa forma, há possibilidade de fluidez, necessária para a passagem aos sentimentos compartilhados.

“Nos almoços de final de semana, em geral, estamos todos, eu faço a comida, ponho a mesa e eles ajudam a tirar, quando terminamos. Sai muita brincadeira, reclamam, se servem um antes do outro, sai piada, sai história de trabalho, sai de tudo, é ótimo, temos um ambiente muito liberal.” (Cláudia)

“A gente faz brincadeira de tudo, muita gozação.” (Caio)

Nesta atividade doméstica cabe o significado de integração das participações individuais, que passam para o registro coletivo, ou espaço potencial, de acordo com o vocabulário de Winnicott. Esse momento é reconhecido como integrador e é estimulado e instigado pelos membros da família, como um modo de promover o encontro nessa área de convívio.

“Domingo, logo de manhã meu pai está lendo jornal eu sento do lado dele, me encosto nele leio junto, ela está por perto...” (Elisa)

“É realmente uma leitura de jornal democrática, lemos ao mesmo tempo e sem falar, fica todo mundo quietinho...” (Eva)

A dinâmica familiar permite essa movimentação, um exercício constante de vai-e-vem que, como nos diz Winnicott, viabiliza o estímulo e a evolução de algo da ordem da continuidade de ser. Acolhimento e confiança ganham, assim, uma especial proporção se referidos a idéia de família como possibilidade de um espaço potencial. Winnicott (1971) diz que este espaço se inicia a partir de um estado de confiança “que se desenvolve quando a mãe pode desempenhar de maneira suficiente essa difícil tarefa.” (p.70) Nesse espaço se pode brincar, passar da dependência para a independência, em um fluir constante, “como a maré montante e a maré vazante.” (p. 66)

Winnicott, ao criar o conceito de espaço potencial, une as dimensões subjetiva e objetiva, de modo que o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido se alternem, sobreponham-se ou se integrem. “Experimentamos a vida na área dos fenômenos transicionais, no excitante entrelaçamento da subjetividade e da observação objetiva, e numa área intermediária entre a realidade interna do

indivíduo e a realidade compartilhada do mundo externo aos indivíduos.” (1971, p. 93)

“No sábado tento acordar mais tarde, mas sinto o cheiro ou imagino, não sei, do café na cozinha e saio da cama, tomo um cafezinho com a minha mãe e volto para a cama, adoro isso.” (Breno)

“Gostamos de café forte, tomamos em pé mesmo, nem sentamos.” (Berenice)

De acordo com Winnicott (1965), afastar-se da dependência e a ela poder retornar leva a concepção de que a maturidade é algo que não existe, não se completa, a maturidade seria relativa. Conforme o autor, o adulto maduro tem a seu dispor todos os estados passados de imaturidade, e pode fazer uso deles por necessidade, por diversão, nas experiências secretas de auto-erotismo ou nos sonhos.

“Há assim duas tendências. A primeira é a tendência de o indivíduo afastar-se da mãe, do pai e da família, adquirindo a cada passo maior liberdade de pensamento e ação. A outra tendência, que atua no sentido oposto, é a necessidade de conservar ou retomar o relacionamento com o pai e mãe. É esta segunda tendência que permite que a primeira constitua uma etapa do crescimento e não uma desarticulação da personalidade do indivíduo.” (Winnicott, 1965, p.134)

Assim, no decorrer do seu desenvolvimento emocional, o indivíduo sadio é capaz de ir e vir livremente de um estado para o outro: a maturidade se torna um *devoir*. Para Armony (2006), o brincar no espaço potencial pode permitir o alcance de uma “dependência madura”. A experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos abarca, dessa maneira, a idéia de reconstrução. A integração ou a alternância entre os estados objetivo e subjetivo propiciam o movimento de expansão e reestruturação destes indivíduos.

### **. A ótica da parceria**

A redefinição dos estatutos da relação é uma conquista vivida na interação. As negociações ampliaram os espaços individuais e os legitimaram. Dessa forma, a idéia de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. As duas gerações atingiram estas circunstâncias em paralelo, por meio de transformações

que as afetaram de forma complementar. Acreditamos que a boa distância, uma invenção da família, possa preservar este espaço potencialmente reestruturador, assegurando a existência do ambiente familiar.

“Eu começo a cozinhar, o meu pai abre uma cerveja.... Se for fazer um risoto abre um vinho .... A gente vai conversando, vai bebendo .... (Gabriela)

“Eu corto cebola..... Eu faço isso com a minha esposa normalmente.... Eu lavo a louça, a esposa corta os legumes,... A comida da Gabriela é maravilhosa, é diferente , somos auxiliares de cozinha dela ....” (Gil)

Nesse ambiente, uma proximidade suficiente permite o compartilhamento e a circulação da intimidade. A dinâmica de afastamento e proximidade é estabelecida de acordo com as prioridades que se apresentam. Esta interatuação é possível em função do manejo preciso dos níveis das dimensões em questão.

Talvez possa ser útil, na tarefa de refletir sobre a parceria na relação, pensá-la sob a perspectiva de seu contrário, ou seja, a falta dela. Na família F, como já mencionado<sup>22</sup>, Flávia assume uma posição hierarquizada na relação com o filho: “A casa é nossa, é nossa responsabilidade o pagamento das contas.” O desequilíbrio de poder, como já dito, pode gerar conflito, como também desligamento, afastamento. Dessa forma, Filipe se mantém fechado em seu quarto e pouco participa da rotina da casa. Não se manifesta diante das contas altas de luz da residência, que a mãe lhe apresenta. “Eu não digo que é para ele pagar, ou rachar, é simplesmente ajudar, economizando”, diz Flávia.

Todavia não podemos deixar de ressaltar que nessa relação existe um ganho secundário: um gozo da situação. Flávia precisa que Filipe não obedeça e este que a mãe reclame, nessa medida ambos mantêm seus papéis inalterados. Esse tipo de relação complementar é bastante comum de acordo com Minuchin: “As ações e transações de cada membro da família não são entidades independentes, porém, parte de um movimento necessário na coreografia de um *ballet*.” (1981, p. 185)

Por outro lado, se essa concentração de poder cerceia uma possibilidade maior de negociação entre eles, o desengajamento de Filipe na vida doméstica pode ter a ver com essa polarização de posições? É possível que sim, mas não

---

<sup>22</sup> Item Acordos, negociações e reformulações

podemos deixar de sublinhar que Flávia queixa-se da falta de apoio do marido nas questões relacionadas à vida doméstica da família. Nesse sentido, as posições de Flávia, diante de Filipe, representam a versão dela e não a do casal parental. Frente a isso, Filipe pode não saber como agir.

Na família D, acontece a mesma falta de parceria na relação, de acordo com Doris. Diana não se engaja no ritmo da família. Todavia, identificamos em seus discursos, vestígios de um processo em andamento, quando se referem ao acordo em torno do pagamento da conta de telefone. “Ela vai pagar uma das linhas, a conta vai chegar para ela, eu e o marido expusemos, e ela concordou.” Diana aceita pagar a conta, mas faz as suas exigências: “Quero que essa linha fique no meu quarto...” Assim, dois aspectos diferentes entram em jogo nessa abordagem da família D, o apoio do marido e pai e uma redistribuição de poder, no que tange esse tema, isto é, há a concordância no pagamento, desde que seja respeitada a cláusula da filha.

O não pagamento das contas da casa, por exemplo, poderia nos servir como indicador de falta de parceria, caso o considerássemos como um ato “natural” e condizente com a prática simétrica na relação. Dentre os nossos entrevistados da geração mais nova, somente Breno participa, financeiramente, do orçamento da casa. Este contribui com uma quantia fixa, depositada todo mês na conta bancária da mãe, destinada a ajudar nas despesas em geral.

Os outros filhos não contribuem para as despesas da casa, com exceção de Diana, que começará a pagar uma das linhas de telefone da residência. Falta de parceria? Talvez possamos tentar pensar sobre essa questão, a partir de dois aspectos estreitamente articulados, entretanto, deixemos claro que a parceria não é uma dimensão fixa, ela faz parte do interjogo relacional.

O primeiro diz respeito ao sentimento de pais provedores e o significado que esse papel pode ter assumido em suas trajetórias, no sentido de investir na felicidade dos filhos, uma característica dessa geração, fortemente marcada pelas circunstâncias do “maio de 68”. O segundo reporta-se à necessidade de manter esse *status*, em um momento do ciclo vital familiar, ligado à separação. Dessa forma, expressões como “somos os donos da casa”, “é nossa responsabilidade”, “não precisamos”, “ele ganha pouco”, “ajudo dessa forma”, revelam o significado imputado às suas funções.

Numa atitude complementar a esses dois aspectos, os filhos acomodam-se a uma situação que, ao menos em sua aparência, parece ser confortável. Contudo, o ato de não participar no pagamento das contas da casa é revelado pelos filhos de forma que sugere desconforto e, portanto, parece que estamos diante de um terreno ambíguo. Paira no ar um clima de cobrança proveniente da esfera social, algo da seguinte ordem: “minha família não cobra, mas o social reage”. A repercussão do tema nas mídias impressas e televisivas endossa essa percepção, pois o assunto é abordado, sempre, de forma a chamar a atenção para o fato de essas famílias manterem os filhos como “hóspedes” de “hotéis de luxo”. Alguns títulos de artigos nos servem de suporte para essa afirmação, como “Na casa da mamãe”; “Eu sou da mamãe, sair de casa para quê?”; “Daqui não saio: a “Geração Canguru””, dentre outros<sup>23</sup>.

Assim, entendemos que o não pagamento de contas da casa pelos filhos representa, por um lado, a atitude protetora dos pais e a respectiva posição complementar dos últimos e, por outro, indica a manutenção dos papéis de ambos, revelando uma prática assimétrica nesse campo da relação. Mesmo assim, diante das incertezas do mundo de fora, do desconforto frente aos preconceitos sociais, entre outros, a perspectiva do familiar ainda assume um lugar relevante e a ótica da parceria indica a mutualidade.

Os momentos nos quais identificamos a ótica da parceria, se referidos a uma atividade doméstica, convergem para as refeições em comum. Sejam elas formais, com mesas arrumadas, ou mesmo informais, como os sanduíches no sofá, são momentos em que o companheirismo se faz presente, mesmo que destacado da idéia da co-participação concreta na realização da refeição.

Ao lado disso, o sentido de parceria parece estar muito ligado às atividades prazerosas em comum, como conversar, viajar, ler jornal, ou tomar um cafezinho.

“Eu adoro conversar com ele, sobre tudo, ele é meio filósofo ... (Helena)

“É bom conversar com ela, ela tem um lado meio dramático...” (Henrique)

“Eles adoram viajar, sempre que posso, vou junto, é ótimo, temos tempo para conversar, ficar juntinho...” (Elisa)

<sup>23</sup> “Na casa da mamãe”, revista *Época*, São Paulo, 27/09/2004; “Eu sou da mamãe, sair de casa para quê? *Jornal da Tarde-Domingo*, O Estado de São Paulo, 30/04/2006; Daqui não saio: a “Geração Canguru”, *Jornal Zero Hora*, revista *Donna*, Porto Alegre, 30/04/2006.

“Acho isso precioso, porque eu amo viajar e a minha filha é uma grande companheira.” (Eva)

Lipovetsky (2002) ressalta que a sociedade atual traduz o apagamento da moral tradicional, dos deveres, das obrigações e dos sacrifícios. Essa lógica encontra eco na família, pois, apesar do grande número de divórcios, uniões livres e filhos fora do casamento, a família, hoje, se encontra novamente no pedestal, segundo sua visão.

O novo sopro ideológico da família não significa de forma alguma uma reabilitação dos deveres familiares, ou seja, submissão do indivíduo aos deveres em relação à coletividade representada pela família, mas ascensão de uma família psicologizada, *à la carte*, emocional, gerida segundo os princípios da autonomia individualista. ( p. 28)

Nessa medida, entendemos que o individualismo, tomado como ideal norteador de nossa sociedade, não significaria o fim da responsabilidade e da solidariedade e, sim, implicaria em uma nova forma de participação, mais livre e menos rígida. Na família de adultos, essa participação seria flexibilizada ao ponto de poder abrigar a alternância de dimensões relacionais. Sendo assim, reafirmamos que a parceria é uma conquista, constitui-se na dinâmica da relação, no jogo interativo.

## Considerações finais

Nesta investigação, apresentamos a importância das pequenas atitudes e das minimanifestações expressas no jogo interativo e vividas no cotidiano da família. Julgamos que o processo de interação se faz a partir de pequenas moléculas, de pequenos gestos e palavras pronunciados na relação. E, ainda, que o poder destes instantes, da ordem do minúsculo, reforça o valor da análise da vida doméstica como recurso de compreensão da dinâmica familiar e, especificamente, da relação entre pais e filhos adultos, objeto desse estudo.

A organização da vida doméstica é estabelecida por normas, que se constituem a partir da dinâmica desenvolvida na interação. O ajuste de interesses na dinâmica relacional vem a ser o fundo no qual elas se desenvolvem. Dessa maneira, quando um dos membros expressa um aspecto de si próprio, provocará no outro um aspecto complementar a este, instituindo um equilíbrio na esfera interativa. Observamos que as regras da casa são instituídas pelos pais e são reformuladas, constantemente, em função das demandas de cada uma das gerações: são reatualizações necessárias para o prosseguimento da vida em família. E, ainda, que as normas domésticas aparecem como regras parentais, sendo, sobretudo, instituídas pelas mães. Assim, a ordem de organização da vida cotidiana que impera na casa é a ordem materna.

O apelo à ordem é uma reafirmação do poder dos pais sobre os espaços em questão. Ele funciona como uma tentativa de conservar os espaços comuns para todos, de legitimá-los como um direito de todos, mas, também, de reafirmação desse espaço como parental. Todavia, a “lei” desse espaço parental é frequentemente rompida ou esticada pelos filhos, a fim de ganhar terreno na dimensão relacional. Constitui-se um campo de avanços e recuos na dinâmica relacional, configurando um jogar com as regras. Cada um vai até determinado ponto: observa, reconhece a área e atua para modificar seu contorno inicial. O passo de um indica a direção do passo do outro e, com isso, novas regras poderão vir a ser estabelecidas. Elas são estratégias de apropriação do espaço e de afirmação de autonomia em relação a casa, e essas estratégias se dão em um campo de relação de forças, no qual cada geração defende suas áreas de ação. Para



mudar esse quadro, constituído de lugares mais ou menos fixos, os filhos desenvolvem subterfúgios para atingir suas metas de independência na relação.

Os filhos, ao quebrarem as normas dos pais, têm uma atitude de enfrentamento e, ao nosso olhar, o fazem com o consentimento velado dos últimos. Os pais autorizam a ruptura e a elasticidade das regras, revelando o aspecto poroso da relação. Aliviada da rigidez das posições iniciais, essa atitude acobertadora instiga a criação de um terreno apropriado para as rupturas demandadas pelos filhos. Estes, no intuito de ganhar mais espaço, testam diferentes investidas e argumentações para esticar seus domínios pessoais. Esses passos em direção a um alargamento do campo de ação constituem um processo de negociações com o objetivo de se firmarem acordos. O território de negociações da família é o contexto relacional. Em torno desse lugar dinâmico apresentam-se: a defesa dos pais em assegurar seus espaços de poder e controle e o desejo dos filhos de ganhar terreno, em uma perspectiva mais igualitária.

O processo de negociação de novas regras de convivência é pleno de avanços e recuos, tendo em vista que ele deve atender às expectativas de ambas as gerações. Pode-se ter um acordo sem que haja negociação, como, também, pode-se chegar a um acordo, que deixe espaço para a negociação, caso ele se rompa. Observamos que a negociação acontece quando existe certa tensão entre as partes envolvidas: na falta desta tensão não se negociará. Nesse caso, o compromisso, resultante do processo, tem a função de consolidar a relação. Dessa forma, o conflito pode ser percebido como uma forma de negociação. Simmel (1912) destaca o fato do conflito acabar em um compromisso, que não é nem uma vitória nem uma derrota e sim, uma conquista, um processo de negociação. O processo de negociação verificado na dinâmica relacional pode ser compreendido como uma tentativa de reequilibrar os equilíbrios instáveis da relação. A busca do acordo é uma forma de estabelecer uma distância suficiente entre os membros, para que não haja ameaça ao equilíbrio relacional.

Observamos que existe um jogo interativo na dimensão relacional. A tentativa de “equilibrar os equilíbrios instáveis” da relação provoca uma dinâmica, baseada em um vai-e-vem das instâncias relacionais. Esse movimento visa garantir os interesses que se apresentam, em determinados contextos da interação. Nesse jogo de ir e vir, os membros da família podem definir, escolher ou

hierarquizar o que lhes for mais conveniente. Se é mais apropriado ser *filho de* ou *pais de* em um contexto, em outro, pode ser mais eficaz ser *companheiro de* ou *parceiro de*. Esse jogo de ir e vir representa a reformulação das relações entre pais e filhos adultos, calcada em uma relação mais próxima da simetria, conquistada nas microexperiências da vida cotidiana. As negociações que permitem mais autonomia aos filhos – e, da mesma forma, viabilizam um gradual desinvestimento das funções parentais – transformam o ambiente relacional. Pode-se ir e vir, mais próximo ou mais distante, em um movimento contínuo, sem que tal alternância possa, necessariamente, trazer desconforto. Trata-se de experimentar na prática e avaliar o que funciona e o que não funciona na relação. Cada dia pode ser o cenário de pequenas mudanças que, construídas em conjunto nas conversações, irão modificar o ritmo da convivência.

A vivência desses jogos relacionais de ir e vir permitem a descoberta de novas possibilidades na relação. Trata-se de uma sucessão de avanços e recuos que se constituem como estratégias de convivência. Ambos, pais e filhos, transitam de uma dimensão à outra, permitindo-se o interjogo. Os deslizos e as recuperações são autorizados, em função de se realizarem em um contexto dinâmico que pode suportar essas situações. Esse contexto é possível devido ao fato de que as condições negociadas e estabelecidas por esses indivíduos manifestarem-se em um ambiente de confiança e propício à espontaneidade.

Assim, observamos que as famílias C, E, H e G, em suas dinâmicas interativas, alternam as dimensões relacionais de acordo com os interesses do momento. As famílias A, B e D não conseguem essa alternância, dentro dos limites observáveis nessa pesquisa, em virtude da rigidez das fronteiras que distinguem seus espaços pessoais. Esses indivíduos não conseguem flexibilizar suas atitudes, estando ora muito próximos, ora muito distanciados, o que inviabiliza o jogo interativo. O que nos parece é que, nessas condições, a dinâmica interativa, afetada pela situação de conflito, perde a capacidade de refletir e negociar as diferenças. Os membros estão tão próximos que não percebem formas alternativas para se distinguirem um do outro, nesse contexto. Na presença do conflito, ocorre, apesar da rigidez e do distanciamento, uma intensa proximidade, configurando um verdadeiro paradoxo na relação.

A democracia familiar é, também, feita de paradoxos, ambigüidades e incertezas. É possível a existência de uma hierarquia de poder disfarçada, isto é, as demonstrações de “companheirismo e cuidado” podem mascarar a manutenção do exercício do controle. Assinalamos que esse contexto de disfarce revela um “ganho” secundário na relação: esses comportamentos se provocam mutuamente, de forma a constituir um jogo no qual os participantes “fingem” não perceber as intenções mascaradas em tais atitudes. Por outro lado, a distribuição e a redistribuição do poder podem esmaecer os tons hierárquicos e autorizar a vivência de uma liderança discutida.

Observamos nas entrevistas que as diferenças na percepção da esfera do trabalho entre pais e filhos podem produzir um terreno de ambigüidades no espaço relacional. A geração dos pais, no que concerne à dimensão do público, é fortemente marcada pelas relações de compromisso e lealdade, valores associados à noção de durabilidade e a uma política de longo prazo. A geração dos filhos, por outro lado, pode representar esse mundo em uma perspectiva de curto prazo e da provisoriedade de experiências sociais, características do momento contemporâneo.

A perspectiva vertical de relacionamento engloba a lógica tradicional, que norteia o mundo do trabalho desses pais. Uma ótica baseada em relações horizontais e desierarquizadas pode ficar distante da realidade dos mesmos. Assim, a possibilidade de simetria na relação, nesse campo, torna-se mais difícil de ser atingida e as diferenças aparecem soberanas. Em relação ao destino do salário dos filhos, os nossos entrevistados mais velhos se dividiram entre o sentimento de desigualdade na relação e a incompetência dos filhos. A primeira seria percebida como falta de engajamento dos filhos no projeto familiar e a outra conotaria os filhos como incompetentes na gestão de suas vidas financeiras: assim, reafirmam as suas visões sobre as deles. Daí podemos sustentar que, nas trocas próximas da simetria, características dessas relações, existe lugar para a tensão, para a ambivalência e para o conflito, em razão das diferentes idéias e valores que norteiam cada uma das gerações.

Também encontramos essas visões contrastantes no universo de discussão sobre a vida afetiva dos filhos. De acordo com Bauman (2003), os indivíduos não consideram mais a experiência amorosa como minimamente possível em suas

vidas. A expectativa é a de viver grandes amores ao longo da existência, “mais estimulantes que os anteriores”. O indivíduo de hoje busca mais independência, mais autonomia e é mais crítico no que concerne à esfera de seus relacionamentos. Esta atitude mais livre implica em menos permanência nos relacionamentos e em muitas incertezas no âmbito da relação com os pais. Identificamos, nessa posição dos filhos, um dispositivo que instiga a insegurança nos pais. Esse sentimento impede ou perturba a construção dos projetos pessoais dos últimos, sobretudo aqueles referentes à vida de casal. A geração mais velha, ainda ativa na função da parentalidade, não possui o distanciamento suficiente para o desinvestimento nessa área e o conseqüente desvio de olhar para as questões pessoais e conjugais. Nessa medida, a paisagem relacional torna-se indefinida, os filhos buscam seus parceiros ideais e os pais esperam.

A partir da noção de que ambas as gerações dispõem de recursos próprios de poder e barganha, passamos a levar em conta que esses membros percebem a família como lugar de pertencimento, no qual a autonomia não aparece como um oposto. Pertencer e ser autônomo parece não comprometer o equilíbrio familiar. Dentro dessa perspectiva, o espaço familiar pode ser percebido como um lugar de apoio privilegiado, de reciprocidade e de troca, assim como, pode propiciar a divergência, o atrito, o conflito e, em conseqüência, mobilizar estratégias para lidar com os mesmos, a fim de conciliar os interesses, isto é, os acordos e as negociações. Frente a essas afirmações, podemos pensar que esse espaço, apesar de contrastante, seja visto de uma forma muito peculiar. A perspectiva do “familiar”, do estar à vontade e do aconchego sobrepõe-se ao mal-estar ou ao embaçamento das trocas, que algumas vezes pode se fazer presente nos limites desse domínio interativo. Em outras palavras, a balança tende para o lado do habitual, do conhecido e da intimidade.

Ao lado disso, a convivência prolongada confere, a esse espaço, um sentido de trocas mútuas, permanentemente negociadas no cotidiano, ou seja, confirmadas e reconfirmadas ao longo do tempo. Sob a dimensão temporal, esses membros definem e redefinem para si próprios os limites da convivência, ou seja, a saída negociada dos filhos ou mesmo a possibilidade de ruptura da relação. Assim, discute-se, simultaneamente, no âmbito da relação, as esferas espaciais e temporais. Nessa medida, a escolha de permanecerem juntos, apesar da

consciência de poderem se separar, parece ser “finamente” articulada nos detalhes da convivência. Essa articulação cotidiana permite aos membros, a conciliação entre o sentimento de pertencer e a singularidade de cada um. E essa conexão pode abrir espaço para o sentido da convivialidade, e para um significado de fruição dos sentimentos familiares.

No âmbito da dinâmica relacional, a ótica do “familiar” se constitui a partir da certeza e de uma confiança básica que serve de sustentação a um ambiente no qual o indivíduo pode viver e expressar seus sentimentos na situação interativa, em um clima de apoio. Esses seriam momentos especiais que, raros ou não, podem ser observados na dimensão interacional no cotidiano familiar.

Cada família parece ter um encontro marcado com o seu “momento família”. Acreditamos que para constituir um “ambiente familiar” com o sentido de convivialidade, seja necessária a fluidez dos espaços pessoais dos membros da família, que concedem a prevalência ao sentimento compartilhado, ao coletivo. É essencial que haja porosidade nestes espaços individuais para que o ambiente possa emergir, revelando suas características singulares de abrigar o prazer de estarem juntos e da mutualidade.

A dinâmica familiar possui esse constante movimento interno, um jogo de vai-e-vem, responsável pelo estímulo e pela evolução de algo da ordem da continuidade de ser, como nos diz Winnicott. A noção de família como possibilidade de um espaço de acolhimento e confiança ganha, assim, mais consistência com a idéia de espaço potencial (Winnicott, 1971), lugar no qual se pode obter um relaxamento, um alívio de tensões e a capacidade de fantasiar.

Dessa forma, a experiência de transicionalidade vivida na interação entre pais e filhos adultos constitui-se como possibilidade de reconstrução, para ambas as gerações, de alguns estados psicológicos que a caracterizam. E esses seriam a regressão a estados de dependência e a necessidade de expansão pessoal, entre outros. Assim, a integração ou a alternância entre os estados objetivo e subjetivo proporcionariam a capacidade de expansão e reestruturação desses *selves*.

A noção de filho-outro está intimamente vinculada a de pais-parceiros. A redefinição destes estatutos foi forjada na interação entre estas duas partes, através de negociações que alargaram seus espaços pessoais, ao mesmo tempo em que os validaram. Ambos alcançaram estas condições juntos: a mudança de um gerou a

transformação do outro. A boa distância, uma invenção da família, pode assegurar a manutenção deste espaço com potencial transformador, ou seja, o ambiente familiar. No entanto, como nada é definitivo, é preciso que ocorram negociações constantes, a fim de equilibrar a interação, que está sempre em movimento.

Na situação de ambiente familiar é possível que a proximidade alcance um nível suficiente para o compartilhamento e que os membros da família façam circular a intimidade, forjada na confiança e na validação dos comportamentos. O jogo de afastamento e proximidade vai ser vivido intensamente, e ora se está em uma dimensão e ora na outra, dependendo das necessidades do momento. A fim de efetivar esta interação, é preciso saber dosar esses níveis, para que a conversação possa fluir.

Finalizando, mesmo diante do desconforto frente aos impasses provenientes das visões contrastantes entre as duas gerações, o familiar assume um lugar preponderante e a parceria apresenta-se como uma conquista da relação. Na família de adultos, uma convivência mais livre e menos rígida, pode abrigar a alternância de dimensões relacionais, isto é, pode-se ser parceiro em uma situação e em outra, ser pouco recíproco.

Assim, reafirmamos que a parceria constitui-se na dinâmica da relação, no jogo interativo. A noção de construção de um acordo permite-nos observar a demanda por um engajamento mais amplo na idéia de um projeto familiar. Esse consenso seria fundamental para a construção de um sentido de estar em família, atrelado a um significado mais profundo da concepção do viver junto, que possa habitar o imaginário dos membros da família nesse ponto do ciclo vital familiar.

## Referências bibliográficas

- ABRAM, J. 1996 **A linguagem de Winnicott**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez Editora, 2003.
- ARIÈS, P. 1973 **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.
- ARMONY, N. **Borderline**, uma outra normalidade. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.
- . Seminários Winnicottianos. Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle. Comunicação pessoal, 2006.
- BARDIN, L. 1977 **L' analyse de contenu**. Paris : PUF, 1983
- BATESON, G.; JACKSON, D.; WEAKLAND, J. Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Sciences*. 1: 251-264, 1956.
- BAUMAN, Z. 2000 **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- . **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BECKER, H.S. 1998 **Les ficelles du métier**, comment conduire sa recherche en sciences sociales. Paris : La Découverte& Syros, 2002.
- BERGER, T.: LUCKMANN, T.1966. **The Social Construction of Reality**. London, Penguin Books, 1991.
- BERTHOUD, C. M. E. **Re-significando a Parentalidade**, os desafios de ser pais na atualidade. Taubaté: Cabral Editora, 2003.
- BLANCHET, A.; GOTMAN, A. **L' Enquête et ses méthodes**, l' entretien. Paris: Armand Colin, 2007.
- BOWEN, M. **Family Therapy in clinical practice**. New York: Jason Aronson, 1978.
- ; KERR, M. **Family Evaluation**. New York, W. W. Norton & Company, 1988.
- CALLIGARIS, R. **A Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CAMPOS, A.L.A. 1986 **Casamento e Família**, em São Paulo colonial. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. 1989 **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CECCHIN, G. 1994 Construcionismo social e irreverência terapêutica. In SCHNITMAN, D. (org.). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CERVENY, C.M.O. Ciclo Vital. IN CERVENY, C. M. O., BERTHOUD, C. M. (orgs.) **Família e Ciclo Vital, nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CARBONE, A.; COELHO, M.R. A família em fase madura. IN CERVENY, C.M.; BERTHOUD, C.M. (orgs) **Família e Ciclo Vital, nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CHAVES, J. 1994 **“Ficar Com”**, um novo código entre jovens. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

COLAPINTO, J. Strutral family therapy. In GURMAN, A. S., KNISKERN, D.P). **Handbook of Family Therapy II**. New York: Brunner/Mazel, 1991.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

———. **O Vestígio e a Aura**, corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COUTINHO, L.G. **Ilusão e errância**: adolescência e laço social contemporâneo na interface entre a psicanálise e as ciências sociais. Tese de doutorado, Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

DAMATTA, R. 1978 **Carnavais, Malandros e Heróis**, para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

———. 1985 **A Casa & A Rua**, espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

———. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Comunicação pessoal, 2005

DEBORD, G. 1967 **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

———. 1987 Comentários sobre a sociedade do espetáculo. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELUMEAU, J.; ROCHE, D. **Histoire des pères et de la paternité**. Paris: Larousse, 2000.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. **De que amanhã ... diálogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

D' INCAO, M.A. **Sentimentos Modernos**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOLTO, F. 1988 **A Causa dos Adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DUMONT, L. 1983 **O individualismo**, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.



- ELKAÏM, M. 1989 **Se você me ama não me ame**. São Paulo: Papyrus, 1990.
- . 1995 Descrição de uma evolução. **Panorama das terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998, vol. 2.
- EPSTON, D. ; WHITE, M.; MURRAY, K. Proposta de uma terapia de reautoria: revisão da vida de Rose e comentário. In MCNAMEE, S.; GERGEN, K. (orgs) **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- ERIKSON, E.H. 1968 **Identidade, Juventude e Crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FÉRES-CARNEIRO, T. **Família: Diagnóstico e Terapia**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . Construção e dissolução do laço conjugal na terapia de casal. **Família e Casal, arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
- FIGUEIRA, S.A. **Uma nova família?: O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- FREYRE, G. 1933 **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2005.
- . 1936 **Sobrados e Mucambos**. São Paulo: Global, 2003.
- GAVIRIA, S. L'Enfance qui finit. Deux formules pour devenir adulte : en France et en Espagne. **Revue Trimestrielle Dialogue 153**. Publication de l'Association française des centres de consultation conjugale, Paris, pp. 31-39, 2001.
- GERGEN, K. **The saturated self**. New York: Basic Books, 1991.
- . El movimiento del construccionismo social en la psicologia moderna. **Sistemas Familiares**, 1993.
- . 1994 **Realities and relationships**, soundings in social construction. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- ; KAYE, J. Além da narrativa na negociação do sentido. In MCNAMEE, S.; GERGEN, K. **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998.
- GIANNOTTI, J. A Esquerdas desprevenidas. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais!. São Paulo, 12 -05-2002. P.16-18. 2002.
- GIDDENS, A. 1984. **La Constitution de la Societé**. PUF, Paris, 1987.
- . **A transformação da intimidade**. São Paulo: Unesp, 1992.
- . 1999 **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOLDEMBERG, M. Sobre a invenção do casal. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 1, n 1, p. 89-104, 2001.
- GROPPO, L.A. **Juventude**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GUANAES, C. **A construção da mudança em terapia de grupo**. São Paulo: Vetor, 2006.

- HAREVEN, T.K. Family and generational relations in the later years: a historical perspective. **Generations**, Summer, 1992.
- HEATH, S. Retour aux sources. L'attrait ambivalent du foyer parental en Grand-Bretagne. **Collection Culture et Société**. Les Presses de l'université Laval, Québec, 2003, pp. 75-100, 2003.
- HENRIQUES, C.R. “**Geração Canguru**”: o prolongamento da convivência familiar. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio, 2004.
- ; JABLONSKI, B.; Féres-Carneiro, T. A “geração canguru”: Algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. **PSICO**. Porto Alegre, v. 35 n.2 pp. 109-226 jul./dez. 2004.
- ; Féres-Carneiro, T.; Magalhães, A. S. Trabalho e Família: o prolongamento da convivência familiar em questão. **Paidéia**, vol. 16, n 35, pp. 327-336, set-dez, 2006.
- JABLONSKI, B. Atitudes de jovens solteiros frente à família e o casamento. In T. Féres-Carneiro, (org.) **Família e Casal, efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2005.
- KAUFFMANN, J.C. 1992 **La Trame Conjugale**, analyse du couple par son linge. Paris: Nathan, 2007.
- . 1996 **L'Entretien Compréhensif**. Paris: Armand Colin, 2007.
- KHEL, M.R. Teenagização da cultura. Folha de São Paulo, **Caderno Mais!**, p. 7, 20 de setembro, 1998.
- KURZ, R. O Ocaso da Juventude Dourada. **Folha de São Paulo**. Caderno Mais!, 06-06-2003, p.10-11, 2003.
- LASCH, C. 1977 **Refúgio num mundo sem coração**: a família, santuário ou instituição sitiada. São Paulo: Paz e terra, 1991.
- . 1984 **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Um olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, Paris: Larousse, 1983.
- LIPOVETZCKI, G. 1987 **O império do efêmero**, a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- . 2002 **Metamorfoses da cultura liberal**. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T. A conjugalidade na série identificatória: experiência amorosa e recriação do eu. **Pulsional, Revista de Psicanálise**. Ano XVI, n. 176, dezembro/2003, p. 41-50, 2003.
- MAGALHÃES, A.S. Transmutando a individualidade na conjugalidade. Em FÉRES-CARNEIRO, T. (org.) **Família e Casal: Arranjos e Demandas Contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINS, A. “Por quê Winnicott?”, paper da conferência no Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos em 17/10/2002.

MATURANA, H. 1999. Êtres humains individuels et phénomènes sociaux humains. In ELKAÏM, M. **La thérapie familiale en changement**. Paris, Seuil, 2006.

MAUNAYE, E. **Le départ des enfants**. Analyse de la séparation des jeunes de la famille d'origine. Thèse de doctorat de Sociologie, sous la direction de François de Singly, Université Paris 5-Sorbonne, 1997.

———. L'Enfance qui finit. Les conversations familiales au sujet du départ des enfants. **Revue trimestrielle**, 153, sept. **Dialogue**. Publication de L'Association française des centres de consultations conjugales, Paris, pp 53-60, 2001.

———. Les jeunes adultes et leurs parents, autonomie, liens familiaux et modes de vie. L'acquisition de l'autonomie : enjeux et limites du rapport entre les jeunes et leurs parents. **Collection Culture et Société**, Les presses de l'Université Laval, Québec, 2003, pp 1-22, 2003.

MELLO, A. **Transição para a vida adulta**: situação dos filhos adultos brasileiros, no período 1970-2000.. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE, Rio de Janeiro, 2006.

MINUCHIN, S. 1974 **Famílias, Funcionamento & Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

———. 1981 **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

———. 1993 **A Cura da Família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

MITCHEL, B.A. Too close for comfort ? Parental Assessments of “boomerang Kid” Living Arrangements. **Canadian Journal of Sociology**, vol. 23 n 1, 1998.

MORIN, E. 1962 **Cultura de Massas no Século XX**, Neurose. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NIZZA DA SILVA, M.B. **Vida Privada e Quotidiano no Brasil**, na época de D. Maria e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993.

———. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PUGET, J.; BERENSTEIN, I. 1993 **Psicanálise do Casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RAMOS, E. La défense d'un “petit monde” pour un jeune adulte vivant chez ses parents. In F. Singly, F. (org.) **Libres Ensemble**. Paris: Nathan, 2000.

———. **Rester Enfant, Devenir Adulte**, la cohabitation des étudiants chez leurs parents. Paris : L' Harmattan, 2002.

———. As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “coabitantes”. In M. L. Barros, (org.) **Família e Gerações**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROUDINESCO, E. 2002 **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SALEM, T. Filhos do milagre in **Ciência Hoje**, n.25, jul/ago, 1986.

SANTORO, M; REBUGHINI, P. Les jeunes adultes et leurs parents. La transformation des rapports entre les jeunes et leurs parents. **Collection Culture et Société**. Les Presses de l’université Laval, Québec, 2003, pp. 101-121, 2003.

SCHNITMAN, D. Metáforas da mudança: terapia e processo IN SCHNITMAN, D. org. **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SENNET, R. 1998. **A corrosão do caráter**, conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHOTTER J. Real presences. **Theory and Psychology**. London, vol. 13, n. 4, p. 435-468, 2003.

———. **Conversational realities**: constructing life through language. London: Sage, 1994

SILVEIRA, P.G.; WAGNER, A. Ninho Cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. **Revista Estudos de Psicologia**, vol. 23, n 4, PUC-Campinas, out/dez 2006, pp 441-453, 2006.

SIMMEL, G. 1912 **Le Conflit**. Dijon-Quetigny, Circé, 2003.

———. (s/d) A Metrópole e a vida mental in: **O Fenômeno urbano** (Velho, O. G. org.) Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

———. 1917 L’ Individualisme moderne. In Simmel, G. **Philosophie de la modernité**. Paris : Payot, 1989.

SINGLY, F. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Armand Colin, 1993.

———. 1996 **Le Soi, le Couple et la Famille**. Paris : Nathan, 2002.

———. **Libres ensembles**, l’ individualisme dans la vie commune. Paris : Nathan, 2000.

———. **Les uns avec les autres**, quand l’individualisme crée du lien. Paris :Nathan, 2003.

..... **L’ Individualisme est un humanisme**. Paris: L’ Aube, 2005.

..... Seminários de Metodologia da Sociologia Compreensiva, Université Paris 5-Descartes, Paris, comunicação pessoal, 2007

STRAUSS, A. 1992 La Trame de la Négociation. Sociologie Qualitative et Interactionisme. **Négociations : introduction a la question**. L’Harmattan, Paris, pp 245-267, 1992.

TAPSCOTT, D. 1998 **Geração Digital**, a crescente e irreversível ascensão da Geração Net. São Paulo: Makron, 1999.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, F. **Gestando a parentalidade**: grupos de pais à espera do primeiro filho. Monografia de conclusão de curso de formação em Terapia de família e casal. ITF-RJ, 2007.

VAITSMAN, J. **Flexíveis e Plurais**, identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VENTURA, Z. **1968 O que fizemos de nós**. São Paulo: Planeta, 2008.

WHITE, M.; Epston, D. **Narrative means to therapeutic ends**. New York, W. W. Norton, 1990.

WINNICOTT, D. 1952 **Psicose e Cuidados Maternos. Da Pediatria à Psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

———. 1955 *Formas Clínicas da Transferência. Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

———. 1958 **Tendência anti-social. Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

———. 1962 **A integração do ego no desenvolvimento infantil**. In **O Ambiente e os Processos de Maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.

———. 1965 **Família e maturidade emocional. A Família e o Desenvolvimento Individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

———. 1970 **Vivendo de modo criativo. Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

———. 1971 **O Brincar & a Realidade**. Rio de Janeiro : Imago, 1975.

WATZLAWICK, P. 1999 **Pensée systémique et approche des systèmes humains**. In ELKAÏM, M. (org.) **La thérapie familiale en changement**. Paris, Seuil, 2006.

———; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. 1967 **Pragmática da Comunicação Humana**. São Paulo, Cultrix, 2005.

WYNNE, L.C., RYCKOFF, I., DAY, J., HIRSCH, S. **Pseudomutuality in the family relationship of schizophrenics**. *Psychiatry*, 21: 205-220, 1958.

———. **The study of intrafamilial alignments and splits in exploratory family therapy**. In **Exploring the base for family therapy**, 1961.

## **Anexo 1**

### **Questão norteadora da entrevista:**

“Os membros da família moram juntos, convivem no mesmo espaço, como é essa convivência no dia a dia, quais seriam as condições colocadas por eles para tanto?”

### **Guias Temáticos**

1. O peso da gestão do cotidiano e a reformulação das regras familiares.
2. As estratégias para regular a tensão na convivência.
3. Os critérios hierárquicos nas interações entre pais e filhos.
4. O controle sob o ponto de vista dos pais e dos filhos.
5. O sentido das contradições e das recorrências para ambas as gerações.

### **Decupagem dos guias temáticos:**

1. Conversação dos membros sobre os gastos.
  - . Frequência deste assunto.
  - . O momento da conversa e as atitudes em relação a ela.
  - . A existência de compromissos.
2. Diálogo a respeito das tarefas e seu estabelecimento.
  - . As combinações não cumpridas e suas reações de ambas as partes.
  - . A existência de negociações entre os membros.
3. Autonomia
  - . Atitudes previstas e não previstas em face da privacidade nos espaços pessoais e coletivos.
  - . A forma de utilização dos outros espaços da casa e seus horários.
4. A intimidade e reação dos membros da família.
  - . Controle da vida sexual e afetiva e suas reações.
5. Presença e solidariedade
  - . Atitude igualitária.
  - . Resolução de tensões.
  - . Proximidade e afastamento nas interações.
  - . A saída da casa por parte dos filhos.

### **Indicadores**

- 1 . A lista de compras
- 2 . Refeições durante a semana
- 3 . Refeições no fim de semana
- 4 . O pagamento das contas da casa
- 5 . Presença dos namorados/as na casa

## 6. O quarto do filho e a sala da casa

### Decupagem dos indicadores

#### 1. A lista de compras

1. Quem faz a lista de compras?
2. Quem faz as compras?
3. Todos estão de acordo com a lista?
4. A lista é sempre a mesma?
5. Quando muda?
6. Quando há a presença de amigos a lista muda? O que muda?
7. Quando há parentes da família, avós, tios, primos, há mudança na lista? O que muda? Quem faz as sugestões?

#### 2. Refeições da família

1. Vocês fazem alguma refeição juntos durante a semana?
2. Qual? Consideram isso importante?
2. Quem está presente?
3. Qual é o local da refeição?
4. Quem decide o que vai ser servido? É sempre a mesma pessoa?
5. Quem prepara a comida?
6. Alguém ajuda?
6. Quem põe a mesa? Quem tira a mesa?
7. Quem lava a louça?
8. Quanto tempo demora a refeição?
9. Conversam? Sobre o que conversam?
10. Ouvem música ou vem televisão durante a refeição?
11. E o horário?
12. É preciso avisar quando não pode estar presente?
13. É preciso que estejam todos presentes para que haja a refeição?
14. Como se decide se vai haver ou não a refeição? Quem toma a frente disso?

#### 3. Refeições do fim de semana

1. Fazem refeições juntos no fim de semana? Dão importância para esse fato?
2. Há planejamento do que vai ser servido e o horário?
3. Quem faz isso? É sempre a mesma pessoa?
4. Como combinam o prato principal?
5. Quem cozinha? Quem lava os pratos?
6. Como decidem o horário?
7. Quando um membro ou mais de um não está presente, como é que fica a refeição?
8. É preciso avisar com antecedência a ausência?
9. São servidos vários pratos ou há um principal e os acompanhamentos?

10. Qual é o tempo, na média, desta refeição?
11. Conversam? Quais são os temas preferidos?
12. Após a refeição, o que gostam de fazer?

#### 4. Pagamento de contas da casa

1. As contas da casa, quem paga?
2. Conversam sobre a administração financeira da casa?
3. Quando fazem isso?
4. Quem toma a frente do assunto?
5. Quando as contas chegam, quem abre o envelope?
6. Os gastos, são assunto de conversação?
7. Quem inicia esta conversa?
8. Como ela termina?
9. A família se preocupa com os gastos?
10. Quem se preocupa mais?
11. Quais são as contas mais pesadas?
12. A família fala em economizar?
13. Como é essa conversa?
14. Quem paga uma conta o faz sempre?
15. Há mudanças no compromisso do pagamento?
16. Como é o compromisso?

#### 5. A presença dos namorados/as em casa

1. Pode levar o namorado quando os pais não estão?
2. Pode trazer o namorado para dormir em casa?
3. Pode dormir no mesmo quarto?
4. Como se combinou isso?
5. Quem tomou a iniciativa?
6. Todos estão de acordo?
7. E a família do namorado?
8. Existem ocasiões em que não pode levar o namorado para dormir?
9. Durante o dia, podem ficar no quarto com a porta fechada?
10. Isso incomoda alguém?
11. A roupa de cama usada pelos namorados, ela é retirada nos dias normais de troca ou a troca se dá em seguida da utilização?